Episódios e Tradições

Relativos à História Antiga da

LUSITÂNIA

Desde os tempos primitivos até à conquista de Granada

Moedas; Itinerários; Medidas; Alfabetos;
Arquitectura; Estradas Romanas;
Caminhos primitivos; Povoações antigas; Eras;
Viagens; Calendários, etc.

COMPILAÇÃO E ANOTAÇÃO

POR

J. E. dos Santos e Silva

Engenheiro da Direcção Geral das Colónias

LISBOA

1917

Episódios e Tradições

Relativos à História Antiga da

LUSITÂNIA

Desde os tempos primitivos até à conquista de Granada

Moedas; Itinerários; Medidas; Alfabetos;
Arquitectura; Estradas Romanas;
Caminhos primitivos; Povoações antigas; Eras;
Viagens; Calendários, etc.

COMPILAÇÃO E ANOTAÇÃO

POR

J. E. dos Santos e Silva

ENGENHEIRO DA DIRECÇÃO GERAL DAS COLÓNIAS

LISBOA
1916

PREFÁCIO

Os episódios e tradições da História antiga da Península Ibérica e que interessam à Lusitânia, reùnidos n'este pequeno volume, foram transcritos dos autores que no texto se mencionam, anotando-os com as considerações precisas ao esclarecimento e interpretação de várias passagens obscuras, que principalmente se encontram nas crónicas dos tempos mais remotos. Não escrevemos portanto matéria fundamentalmente nova nem desconhecida; sòmente compilamos, com o propósito de melhor vulgarizar, o que diz respeito à nossa raça e se encontra disperso por muitos livros, porque àlêm de sempre termos considerado as nossas Histórias com falta de uma introdução que ligue Portugal ao Mundo Antigo, entendemos que, para fixar as características de

uma raça, é preciso conhecer a sua origem e os feitos ilustres dos seus heróis.

Geralmente os modernos historiadores portugueses, aìnda os mais notáveis, teem-se afastado da tradição, mostrando-se alheios ao estudo etnológico das raças peninsulares anteriores à existência de Portugal; de sorte que, qùasi expontâneamente, fazem surgir Afonso Henriques n'èste canto da Ibéria, fundando a nacionalidade portuguesa e aclamado rei pelos seus soldados nos campos de Ourique, sem procurar indagar quem eram êsses bravos que o seguiam cheios de entusiasmo pela conquista d'uma Pátria livre, e por que razões procuravam separar-se de Castela.

Esta lamentável negligência faz até certo ponto da nossa nacionalidade uma desmembração de aquelle reino, hipótese que o conhecimento da História antiga desvanece por completo.

A fundação de Portugal foi a realização das aspirações legítimas de uma raça, que, livre emfim da antiga opressão de Romanos e Wisigodos, repeliu o novo jugo que outra raça diferente

pretendia impôr-lhe, conseguindo consquistar a independência pelo seu indómito esfôrço e direito próprio, como já outras vezes o tinha intentado no decurso da sua vida histórica. Pois que, apesar de todas as fases tormentosas por que a Península passou, a raça dos Lusitanos originária das primeiras transmigrações, soube sempre, como diz Alexandre Herculano, levantar-se viva e forte, e reproduzir-se imortal na sua essência; e nós, os Portugueses, somos os seus legítimos herdeiros e representantes.

Portanto, para fazer a História de Portugal, é preciso conhecer a da Lusitânia, e é n'esta que ela deve começar e não com a fundação da Monarquia Portuguesa.

Efectivamente, o mesmo impulso glorioso, que levou os soldados de Ourique a sacudir o jugo de Castela e Leão, tinha impelido Viriato a expulsar os Romanos; e, se mais não quisermos recuar para achar o princípio d'essa luta gigantesca, sustentada para a conquista da Lusitânia independente, temos pelo menos de considerar o

caudilho dos Hermínios como o *verdadeiro fundador* da nossa nacionalidade, isto é, da nacionalidade Lusitana ou Portuguesa.

É desde então que o nome de Lusitânia aparece na História e que mais impetuosamente se revela a nossa raça; mas, não possuindo aìnda limites definidos no solo ibérico, cumpre-nos por isso mesmo conhecer também as lutas que sustentaram os povoadores de outras partes da Península, acompanhando a Introdução à História nacional com as tradições e episódios mais notáveis, que por qualquer fórma se liguem directa ou indirectamente com a nossa História antiga.

Alguns historiadores para não retroceder ao passado prendem-se com o facto dos limites da Lusitânia terem depois variado muito, mas pouco importa que êles não correspondam precisamente aos do Portugal moderno, basta-nos que o coração onde palpitou êsse nobre sentimento de vitalidade, que levou os Lusitanos em todos os tempos à conquista da independência e da liberdade,

se conservasse português; e, as duas Beiras com a Serra da Estrêla, coração da antiga Lusitânia, são aìnda o centro mais característico e mais fundamentalmente nacional da Pátria Portuguesa.

E' certo que nas veias da raça Lusitana veio misturar-se uma grande variedade de sangue estranho, tornando-a n'umas regiões menos pura do que n'outras onde as invasões tiveram maior predominio; mas, apesar d'isso, êsse amalgama de energias não debilitou o seu carácter próprio, antes o retemperou, fazendo surgir, nos tempos modernos, heróis como Nun'Álvares, Gama, Albuquerque e Camões, que outras raças mais puras melhores não tiveram e aos antigos não cedem em ânimo valeroso, virtudes, generosidade e inspiração.

A Lusitânia renasceu com o nome de Portugal d'entre as ruínas da monarquia wisigótica, que os Árabes tinham destruído em Guadalethe, mas renasceu igual ao seu espírito antigo, com o mesmo patriotismo e nobreza de raça que sempre tinha demonstrado em todas as vicissitudes que

atravessára; emquanto que Castela não foi mais do que a continuação d'aquele Império de bárbaros, vindos do Norte, e que na Península constituíram uma reprodução artificial do domínio romano. Portanto, entre os dois povos, Portugueses e Castelhanos, não podia haver homogeneidade nem assimilação possível e d'aí a inevitável separação de Portugal. Das duas nacionalidades, não cabe dúvida, que a mais perfeitamente identificada com o solo, a que verdadeiramente representa a raça autoctona da Ibéria ocidental, é a Portuguesa.

Ao descrever, porém, os feitos ilustres dos heróis lusitanos, estamos longe de querer apresentar a raça portuguesa como sendo uma raça guerreira e conquistadora, sonhando em todas as fases da sua vida histórica com empreendimentos imperialistas, como a muitos tem feito suppôr a epopeia das nossas descobertas marítimas.

Os Lusitanos ou Portugueses foram e são aìnda uma raça forte pela pureza das suas crenças; independente por natureza geográfica; e vin-

culada ao solo dos seus antepassados por um entranhado amor pátrio, que a sua qualidade de aborígenes tornou indestrutível. A influência do sangue oriental, inoculado pelas sucessivas invasões asiáticas e africanas, transformou a antiga raça de pastores em agricultores e comerciantes, imprimindo-lhe um carácter aventureiro, que a privilegiada situação que ocupa no mapa do mundo incitou a expandir-se, indo àlêm da amplidão dos mares edificar novos empórios para engrandecimento da Pátria. Mas não é uma raça dominadora, aguerrida ou batalhadora por índole ou por sanguinária inclinação.

As suas verdadeiras e únicas características fundamentais, teem sido sempre: Pátria e Liberdade. É em defesa d'êstes princípios que demonstrou, em todas as circunstâncias ameaçadoras da sua integridade, uma irredutível energia, não depondo jàmais d'essa atitude intransigente emquanto o invasor audaz ou o impertinente e ambicioso vizinho não foram finalmente expulsos ou vencidos.

Então, n'outros tempos, passados os momentos de agitação que convulsionavam a Pátria, quando o povo colgando as armas voltava às horas de paz e sossêgo, os velhos guerreiros, como os antigos poetas da clássica Grécia, contavam os episódios sublimes da epopeia nacional ao nocturno remanso da lareira, sustentando assim, sempre vivas, no espírito da juventude lusitana, as virtudes da raça e a tradição dos feitos ilustres dos antepassados. Modernamente, porêm, por inumeráveis causas que seria ocioso relatar n'esta ocasião, a tradição do passado acha-se qùasi esquècida, faltando ao povo português educação histórica. Álêm da deficiência dos livros de estudo e em geral da pouca probidade das Histórias nacionais, nas escolas qùasi que se descura o conhecimento dos nossos heróis, aìnda os mais modernos, assim como o estudo dos clássicos portugueses. Públicamente, temos tambêm sido bastante ingratos com os varões ilustres da nossa antigùidade, que não possuem aìnda monumentos que perpetuem na memória do povo

o seu nome e os seus feitos, levantando o espírito nacional à altura das suas tradições nobilíssimas, em que se encontram fulgentes exemplos de patriotismo e de heroicidade, que são eficaz estímulo para gloriosas emprêsas.

Nós, com esta compilação, procuramos contribuir, dentro das nossas fôrças, para alguns dos objectivos que deixamos indicados, pondo da nossa parte a melhor vontade e esfôrço; é decerto pequena a nossa obra e com defeitos, mas quem pudér que faça melhor;

> Porque o amor fraterno, e puro gôsto
> De dar a todo o Lusitano feito
> Seu louvor, he sómente o presupposto
> Das Tágides gentis, e seu respeito;
> Porêm não deixe emfim de ter disposto
> Ninguem a grandes obras sempre o peito,
> Que por esta, ou por outra qualquer via
> Não perderá seu preço, e sua valia.

(LUSIADAS, canto V, estancia C)

Lisboa — Abril — 1916.

EPISÓDIOS E TRADIÇÕES

Relativos à História Antiga da

LUSITÂNIA

I

Tempos fabulosos

Dispersão dos Filhos de Noé — Thubal — Atlântidos, Povos Japhéticos — Iberos; Reis fabulosos; Origem do nome Ibéria — Origem da palavra Tejo — Raça Ibera — Pelasgos — Transmigrações parciais.

Dispersão dos filhos de Noé. — Segundo a tradição bíblica, os descendentes de Noé abandonaram as risonhas planícies da Mesopotâmia (região entre o Euphrates e o Tigre), com o fim de emigrar para outras terras e estabelecer cada família uma nova Pátria; e, seguiram do oriente para o ocidente, no sentido do movimento aparente do Sol, como qùasi todas as transmigrações e invasões principais, que depois se su-

cederam (2349 anos antes de Cristo ou 1655 da creação do mundo, conforme o texto da Bíblia hebraica). Tendo chegado a Shinar ou Senaar, projectaram construir n'esta região uma grande cidade com uma elevadíssima tôrre, para perpètuar o seu nome antes de se espalharem pela terra.

Aconteceu, porêm, que a linguagem que usavam foi confundida antes de terminada a obra grandiosa que tinham projectado; circunstância que os obrigou a separar-se, dirigindo-se cada grupo com a sua língua própria para pontos diferentes do globo, onde constituíram várias raças independentes, com os seus caracteres especiais.

Teve lugar êste acontecimento 131 anos depois do Dilúvio ou 2218 antes de Cristo; e em sua memória foi chamado *Feleg* ou *Phaleg* um filho de Heber, bisneto de Sem, nome que em língua semítica significa *errante* ou *disperso*.

A cidade e tôrre, começadas a construir, foram designadas depois pelo nome de Babel, que quer dizer: *confusão, dispersão* (Génesis).

Os trabalhos, porêm, da cidade de Babel não ficaram abandonados, nem a terra de Senaar deserta. A própria Bíblia menciona, depois, a Nemrod (2204 anos antes de Cristo), filho de Chus, neto de Cão e bisneto de Noé, senhor n'aquela região d'um império de que fazia parte Babylónia, cidade edificada no mesmo local onde existiu Babel e da qual tomou o nome, e Arach, Accad e Calanne. Êste império (Babylónia e Assyria) foi o mais notável e poderoso entre todos os que a História faz menção nos primitivos tempos, e dividiu-se à morte de Nemrod por

seus dois filhos, cabendo a Assyria a Nino e Babylónia a Evecoo.

A confusão das línguas, até ao ponto dos descendentes de Noé se não entenderem e a sua dispersão, antes da época designada para irem ocupar as regiões do globo, deve interpretar-se no sentido de que discussões graves, em que se debateriam rivalidades e interesses antagónicos, talvez pela divisão das terras ou supremacia dos altos cargos, tornariam impossível a boa harmonia entre aquelas famílias ou tríbus, obrigando uma parte a separar-se do núcleo principal, quer de boa vontade ou violentamente, e a transmigrar para outros países. Não parece que essa dispersão deva atribuir-se ao facto da construção da tôrre de Babel, pois que idênticas causas originaram outras transmigrações, sempre que o excesso de população se aglomerou n'um país, ou desinteligências profundas separaram os indivíduos da mesma ou diferente raça.

E tanto assim deve ser que a História menciona, depois, a existência d'uma tôrre de Nemrod; e mais tarde, também na cidade de Babylónia, outra tôrre erigida por Hadossa (Flôr da Murta), depois chamada Semirámis *(Schem-Rami,* sinal erguido), mulher de Nino, rainha de Babylónia (2007 anos antes de Christo), com oito andares e construída no templo de Belo.

É possível que estas tôrres, que desde a maior antigùidade se levantaram por toda a parte, servissem para a vigilância do território. A de Belo foi de grande auxílio nos estudos astronómicos, de cuja sciência foram êstes povos os primeiros e mais antigos investigadores.

Em virtude d'êstes sucessos, os filhos de Japhet,

isto é, aqueles que pertenciam a êste ramo, estabeleceram-se desde a parte da Ásia que está voltada ao Setentrião, limitada pelos montes Tauro e Amano, até aos confins ocidentais da Europa; os de Sem em toda a Ásia, que se estende para o oriente, compreendendo a Syria; e os de Cão ou Cham ficaram, como dissemos, em Senaar, com Babylónia, Assyria, Arábia e Egypto com toda a África, que para os antigos começava na Líbya.

Thubal. — Dividida a terra pelos descendentes de Noé, dizem vários historiadores que as tríbus de Thubal ou Tubal, quinto filho de Japhet, designadas pelo seu nome originário, avançaram para o extremo ocidental, vindo estabelecer-se na Península, chamada depois Ibéria. Sendo assim, podemos admitir que êstes foram os *aborígenes* da nossa Península, nome que se atribue aos povos mais antigos d'uma região e cujo significado é *montanhês* ou *dono da terra;* da mesma fórma que os Tyrsenos, Tyrrhenos ou Rasenos, que tambêm eram povos japhéticos, foram considerados os aborígenes da Itália, e deram o seu nome ao mar que a circunda, chamado no ocidente Tyrrheno e ao oriente Adriático, de Adria, cidade tyrrhena.

É possível, portanto, que as gentes de Thubal tivessem chegado à Península, mas não está averiguado em que local se estabeleceram, supondo uns que na embocadura do Sado, onde fundaram Setúbal e a província Setubália, outros que em Navarra, de Tafalla e Tudella; havendo ainda quem conte, entre as povoações fundadas por Thubal, Tarragona e Sagunto (Mariana, *H. de Espanha).*

A época em que Thubal ou as tríbus da sua descendência se estabeleceram na Península não é conhecida, nem se sabe mais coisa alguma relativamente a êstes povos primitivos.

Atlântidos; Povos Japhéticos. — Platão faz os Tyrrhenos contemporâneos dos Atlântidos, que se estabeleceram na parte norte d'África hoje chamada Mauritânia, e que foram assim denominados do nome do seu rei Atlante ou Átlas.

Êste, segundo a Mythologia, era um gigante que ajudou os Títans contra os deuses na escalada ao Olimpo, sendo por êsse motivo petrificado por Perseo, filho de Júpiter, com a cabeça de Medusa, e convertido no monte Carena (Átlas). Os Títans, seus companheiros, foram precipitados por Júpiter no Tártaro. Dizem que Atlante foi tambêm filho de Japhet, mas a Bíblia não o menciona.

A interpretação da fábula dos gigantes permite-nos concluir que a transmigração dos povos japhéticos se fez pelas duas margens do Mediterrâneo; e que a escalada ao Olimpo é aìnda o mesmo mito da Tôrre de Babel.

Os Atlantes, obrigados tambêm a emigrar de Senaar, deviam ter seguido a margem Sul do Mediterrâneo, com o propósito de ultrapassar a parte da costa africana chamada Líbya e estabelecer-se na região compreendida entre Túnez e Marrocos (Herodoto), a qual pela sua configuração geográfica pareceu talvez aos antigos ser uma ilha. Alêm d'êstes lugares, ou antes d'êles, na opinião de outros historiadores, estava o Tártaro, isto é, o inferno.

Lançados os Títans no Tártaro por Júpiter, ou, antes, arremessadas as tríbus de Atlante fóra da Ásia, pelo caudilho que ali ficou com o império e que devia ser Nemrod, foram fundar uma nova Pátria na parte mais ocidental de África (Hespérides), onde os antigos supunham estar situado o Tártaro.

A transmigração das gentes de Japhet e de Atlante deveria ter-se dado simultâneamente, se foram iniciadas por caminhos separados; mas tambêm podia ter sucedido que Atlante, filho de Japhet, tivesse vindo com êste e passasse depois da Península para a África, onde fundou a nação dos Atlantes, dando ali o nome de Átlas ao monte conhecido mais tarde por uma das colunas de Hércules. É porêm mais provável que todos êstes povos tivessem seguido a costa d'África, como sucedeu a outras transmigrações posteriores e que êste Atlante seja o companheiro do Hércules Egypcio, como adiante se refere.

Iberos; Reis fabulosos e Origem do nome Ibéria. — Depois do estabelecimento dos povos japhéticos na Península, que, como dissemos, muitos autores consideraram como os aborígenes d'ela (montanheses ou donos da terra), encontra-se uma lacuna de muitos séculos, sem que na Bíblia se nos depare facto algum que se relacione com a nossa Península. Moysés, tendo em vista fazer a história da sua nacionalidade e religião, só incidentalmente faz referência no Génesis aos outros povos seus inimigos, aliados ou estranhos.

Dezoito séculos, porêm, antes de Christo, ha notícia mais pormenorizada de outra transmigração importante de povos pertencentes à Ibéria Asiática, mo-

derna Geórgia, antigamente Sakarzeii, situada no Ponto Euxino entre a Arménia e Colchos, e limitada pela vertente meridional das montanhas do Cáucaso. Êstes povos, os *Iberos ou Sapiros* (de *iber, eber, efer, eufer, eufr,* rio, d'onde deriva Eufrates, Ebro, Tíber, Ibéria, Hibérnia, etc.), atravessaram a Itália e deram o nome à Península Ibérica ou a parte d'ela, onde se estabeleceram; e penetraram mesmo em África, segundo uma passagem de Sallustio. A esta raça pertencem os Ligúrios, os Italos e os Sicanos, de Itália; e os Turdetanos, Lusitanos, Cantabros e Vascos, da nossa Península, sendo estes últimos aìnda hoje os mais legítimos representantes dos antigos Iberos.

Outros historiadores atribuem a designação de Ibéria a Ibero, filho de Noé, que supõem ter vindo à Península com os Iberos, tendo sido primeiramente assim chamada a cidade de Ibéria, situada perto d'onde hoje se encontra Tortosa, e depois o rio conhecido actualmente por Ebro, do qual dizem derivou o nome para toda a Península. Os Vascos (Vascongados, Euskaros) atribuem o nome de Ibéria a Ilia-bero *(lua, baixar),* isto é, terra onde se esconde a lua ou região ocidental (poente).

No Génesis não se menciona Ibero como filho de Noé, nem sendo-o podia vir à Península na época em que os historiadores marcam esta transmigração (Cantu, *H. U.).* É, portanto, possível que a designação de filho de Noé deva entender-se por descendente de Noé, descendência longínqua que a Bíblia já não transcreve; e que os Iberos, que alguns julgam ser povos japhéticos, sejam as tríbus da descendência de Thubal, cuja vinda à Península a tradição fez remontar aos tempos

d'êste neto de Noé, devido ao nome originário por que eram designadas.

De Idubeda, filho de Ibero, tomaram o nome os montes chamados hoje de Occa (da antiga cidade de Auca, perto de Burgos), e que oferecem a particularidade de desviar o rio Ebro do seu curso, na parte alta, dirigido para o lado de poente como todos os principais rios da Península, para o fazer desaguar na costa de levante. *(Montes d'Occa,* é apelido ilustre d'algumas famílias do Algarve e de Espanha).

Foi filho de Idubeda, Brigo, de cujo nome se chamaram muitas cidades da Península, entre elas Brígia, de que julgam alguns derivar Phrygia região da Ásia, onde existiu a cidade famosa de Troya, supondo terem ido lá estabelecer-se os Brigas da Península. Êste equívoco resultou d'uma referência de Plínio, que necessáriamente está trocada, pois é mais natural que depois da destruìção de Troya passassem alguns Phrygios à nossa Península e fundassem Brígia do que os Iberos que vieram do Oriente voltassem ali a estabelecer-se. Póde tambêm suceder que êstes, antes de vir à Península, se tivessem ali detido e dado àquele país o nome de Phrygia.

De Brigo nasceu Tago, que se supõe deu o nome ao rio Tejo, o maior rio da Península, chamado antigamente Tago ou Tagus pelos Latinos.

Não está, porêm, bem averiguada a existência real d'estes reis ou caudilhos dos primitivos povos invasores, nem que êstes tenham sido os seus verdadeiros nomes e que d'êles passassem para os rios, cidades ou regiões da Península. É mais provável que estas designações derivem de outras causas: da tradição his-

tórica d'êsses povos, da sua religião, das condições naturais dos rios, ou da situação das localidades ocupadas pelos povos transmigrantes. E aìnda podia suceder que, sendo nomes antigos, fôssem dados pelos grupos invasores mais modernos, em memória da antiga Pátria ou dos seus heróis legendários.

Assim, é muito possível que da Ibéria oriental viesse o nome à nossa Península, visto que os autores dão como certa a passagem dos Iberos através dos países do Mediterrâneo; mas, como já dissemos, nem Ibero o fundador do povo Ibero, sendo filho de Noé, podia ter vindo à Península na época assinalada, nem o Génesis nos dá nenhum filho de Noé chamado Ibero.

O nome de Ibéria, em vez de derivar de Ibero filho de Noé, podia, em conexão com os textos bíblicos, ter resultado de Heber (Iber), filho de Salé, neto de Arfaxad, bisneto de Sem que era filho de Noé. É certo que de Heber descendem os Hebreus, mas tambêm podiam d'êle ter descendido os Iberos, visto que se suscitam dúvidas sôbre a sua origem, que muitos querem filiar no ramo semita; e, se bem que esta suposta descendência seja pouco do agrado dos historiadores, que fazem todo o possível por nos incorporar, desde os mais remotos tempos, na raça japhética, é uma verdade que na Península se deram várias invasões de povos semíticos, os quais chegaram por vezes a constituir a maioria da população. São d'isto testemunho o grande número de palavras hebraicas empregadas para designar as povoações, montes e rios da nossa Península, e os nomes de antigas regiões e de monumentos aìnda existentes, como por exemplo a

designação dos rios Arga ou Aragão e Bethis *(Beth,* casa), etc. Outros atribuem o nome d'êste último rio a Beto, sucessor de Tago, que foi o último rei conhecido d'esta descendência de reis fabulosos.

Origem da palavra Tejo. — O nome do rio Tejo recebeu várias interpretações sôbre a sua origem, àlêm da que já dissemos. Camões, no canto I e estância IV, invoca as Tágides, ninfas do Tejo, antigamente chamado Tago. As Tágides que Camões atribuiu ao Tejo são as divindades protectoras do rio e da raça Lusitana, as Naiades do Tejo, e não as Pleades (Hyades, Hespérides e Calipso) ou Taygeta, ninfas filhas de Átlas ou Atlante.

Em espanhol ficou na língua vulgar a palavra *tajo* (como n'êste idioma se escreve Tejo), e que deve ser a transformação de *tago.* Significa esta palavra: *córte, talho, golpe;* e ha em Espanha leitos de rios cortados a prumo entre montanhas com o nome de *tajos,* exactamente como chamam ao rio Tejo e como a êste sucede n'uma parte do seu percurso.

A palavra portuguesa *atalho,* em espanhol *atago,* ou *a-tajo,* designa, como todos sabem, *córte* de caminho.

O Tejo corta a Península em duas partes qùasi iguais e foi desde ha muitos anos uma verdadeira linha divisória entre as regiões norte e sul, não só pelo que respeita a algumas demarcações administrativas, adoptadas em vários tempos, mas aìnda à separação de raças, culturas e pastagens. É possível, portanto, que o nome do rio venha de «tajar», cortar a terra em duas partes, *separar* o norte do sul; ou adoptando a origem grega de Tagos, *tassein,* que é o

título dos guerreiros ou principais magistrados da Thessália, talvez fôsse êste nome dado ao rio por ser êle o maior e principal da Península. Em árabe a palavra *Tagi* significa tirano.

Quando os Iberos atravessaram a Itália encontraram já ali os Etruscos de raça tyrrhena, e tendo-se lá demorado, antes de passar à Ibéria, é possível que adoptassem algumas das suas divindades, principalmente Tagés, neto de Júpiter, autor dos doze livros dos aurespícios, vaticínios ou adivinhações, a quem consagrariam o rio à sua chegada à Península. Tagés tinha aparecido súbitamente aos Etruscos, saíndo d'um sulco que um lavrador abria na terra nas proximidades da cidade de Tarquínia, com a aparência de uma criança; e era tão grande a sua sabedoria que as suas palavras foram escritas e ensinadas nas escolas etruscas.

Alguns historiadores fazem derivar, com bastante inverosimilhança, o nome Tago da cidade de Carthago, porque o rio atravessava a província Carthaginesa, (Isidoro, livro XIII das Etymologias); mas, sendo qùasi certo que o nome de Tago subsistia muito antes da invasão dos Carthagineses, esta hipótese deve ser posta de parte. É tambêm digna de menção a semelhança que existe entre o nome do nosso grande rio e aquele por que antigamente era conhecido o Cabo da Roca. O Tejo vem desde a sua nascença seguindo a cadeia de montanhas que corre desde o reino de Aragão, situado na parte oriental da Península, e que tem os nomes de Somo-Sierra, Guadarrama, Alberche, Gredos, Estrêlla e Cintra, e que no seu extremo atravessa Portugal terminando no monte Tagro (serra da Lua), onde está situada a vila de Sintra (Cintra, Scyn-

thia, Cinthra ou Cínthia, que significa *Lua)*. O monte Tagro fórma no Atlântico, segundo Solino, o cabo Artabro (Cabo da Roca).

Raça ibera. — A interrupção na história tradicional, desde o estabelecimento dos povos japhéticos (caucásicos) até à invasão dos Iberos e o carácter mitológico d'aquela primeira transmigração, levou muitos autores a considerar os Iberos como os autoctones da Península *(aborígenes)*; e que pela sua tez morena e cabelo crespo *(Colorati vultus et torsi plerumque crines,* Tácito), que caracterizam o Siculo ou Sicano, êles proviriam da mesma origem hamita ou afro-semita dos Tuaregs e Berberes, Coptas e Egypcios, em que se filiam os Siculos e os Ligures. O sufixo *tani,* que na África e na Península indica os nomes de povos (Lusitani, Mauretani, etc.), é um argumento a favor da proveniência tuareg dos Iberos, bem como a representação do tipo nacional nas moedas essencialmente ibéricas, onde os bustos aparecem com a barba e os cabelos crespos e as feições avultadas das raças africanas.

O sufixo *tani* chega até a supor-se idêntico à terminação *tah,* característica dos nomes berberes; ao mesmo tempo que parece haver semelhanças entre o alfabeto tuareg e o turdetano, ambos diferentes do phenício.

Já Leibniz e Niebuhr davam aos Iberos uma origem africana, e recentemente a identidade dos caractéres primitivos entre êles e os povos da África setentrional, conhecidos sob a expressão genérica de hamitas, parece confirmar mais essa opinião. É porêm muito provável que os Iberos não constituìssem uma

só família, mas várias, originárias de um tronco comum e espalhadas não só pela Península Ibérica mas por diferentes países onde eram conhecidos com outras designações. Esta hipótese não destroe a sua proveniência ou parentesco com os da Ibéria Asiática, pois que os Iberos d'esta região podiam proceder da mesma raça que os actuais povos do norte d'África e tanto uns como outros pertencerem ao ramo semita. Podia também ter sucedido que a invasão dos Iberos viesse do continente africano, estendendo-se d'ali à Ásia e à Europa, o que explicaria melhor as dúvidas que existem sôbre a sua origem.

Oliveira Martins refere ainda muitas afinidades que existem entre os povos primitivos da Ibéria e os que ainda hoje representam as populações da África setentrional, conhecidas por Kabylas ou Berberes. Como êstes também os Iberos resistiram vigorosameute à dominação estranha, e tanto n'uns como n'outros é característico o seu amor pela liberdade e pelos usos e costumes tradicionais, que nenhum poder tem sido capaz de extinguir n'estas raças.

Relativamente aos Turdetanos ou Túrdulos, diz Strabão que eram os mais ilustrados da Ibéria; tinham alfabeto próprio, livros antiqùíssimos e leis em verso com mais de seis mil anos de antigùidade, devendo notar-se que êstes anos eram de três ou quatro meses. Estas notícias tomou-as aquele sábio geógrafo grego de Asclepiades Myrleano, que escreveu sôbre as antigùidades e origens da Béthica. Na Turdetânia estava compreendido o Algarve português.

Pelasgos. — Os povos invasores, depois dos Iberos, já não teem o carácter de transmigrantes mas de conquistadores. Tal foi a raça misteriosa, indò-europeia

conhecida pelo nome de *Pelasgos,* do seu chefe Pelasgo, gente industriosa e votada à desgraça, que vinda do norte estendeu as suas colónias durante quatro séculos pelas costas da Europa ocidental e da Ásia Menor, e precedeu por toda a parte os povos que adquiriram uma celebridade clássica. A sua aparição na Grécia e depois na Itália foi pelos anos de 1900 e 1750 antes de Christo; mas tendo que combater, por toda a parte, as raças que ocupavam os territórios por êles invadidos, viram-se em pouco tempo vencidos e reduzidos à condição de escravos. Existem aìnda muitos restos das suas muralhas, formando um amontoado de pedras enormes, umas vezes irregulares com os interstícios cheios de calhaus, outras perfeitamente regulares, ou aìnda um mixto dos dois sistemas, sempre sem argamassa, denotando estas construções o emprêgo de muita fôrça e de muitos braços.

Alguns historiadores não vêem nos Pelasgos senão uma horda feroz, formada de diversas raças; outros, pelo contrário, consideram-os instruídos e trabalhadores, tendo até levado desde a Arcádia o conhecimento do alfabeto à Itália por intermédio de Evandro, filho de Mercúrio, o inventor das letras e das artes, e introduzido entre os povos grosseiros dos países por êles ocupados a estabilidade da família e da propriedade (1350 antes de Christo). Outros dizem que êles tinham um alfabeto próprio e que Evandro entrou na Itália com os Árcades sessenta anos depois de Pelasgo. A sua arte de construir não era empregada no serviço dos reis nem para honrar os deuses, mas para utilidade social. Foram os primeiros que na Península exploraram as minas e ensinaram a trabalhar os metais.

Em 1340 antes de Christo, pouco mais ou menos, foram obrigados, pelas erupções vulcânicas, a abandonar a Etrúria e as suas cidades da Itália, emigrando quer para os países d'onde tinham vindo, quer para irem mais para o ocidente, sobretudo para a Ibéria, onde já estariam estabelecidas outras tríbus da mesma raça. As muralhas de Sagunto e Tarragona acusam uma origem pelásgica. (Cantu, *H. U.)*.

Transmigrações parciais. — As grandes transmigrações que temos referido foram seguidas de outras parciais, mas nem todas eram japhéticas ou semíticas. Os Tytans, os Cyclopes e os Lestrygónios, que parece terem precedido os Sículos na Sicília, deviam ter pertencido à raça de Cham e saíram de África.

As duas grandes correntes de transmigração de que ha vaga memória, quer dirigidas por uma margem do Mediterrâneo ou pelas duas simultâneamente, teriam com certeza aberto o caminho da Península Ibérica e arrastado consigo, ou após de si, os povos das regiões atravessadas. Por isso, desde os tempos imemoriais, esta parte mais ocidental da Europa, que foi o *terminus* de todas as transmigrações e invasões saídas da Ásia ou da África, sempre em marcha no sentido do movimento aparente do sol, sofreu os embates formidáveis de todos êsses povos que introduziram na Península a mistura mais variada de tipos e raças que porventura poderá existir.

Estas transmigrações parciais não vincularam o seu nome à tradição histórica da Península e passariam despercebidas se alguns monumentos de pedras tôscas e nomes de deuses, ou de ídolos, não tivessem chegado até à época presente denunciando a sua origem.

II

Geryon e o Hércules egypcio

Geryon—Osíris; Batalha de Tarifa—Os Filhos de Geryon e Horus (o Hércules Egypcio) — Sesóstris I (Rhamsés III) — Syrios — Colunas de Hércules—Hispalo; orígem do nome «Espanha»; Hespero e Atlante — Sículo ou Sícoro — Outros reis da Península.

Gyrion—Depois d'êstes tempos fabulosos existe outra interrupção na tradição histórica, que vai desde Beto até ao rei Geryon, tão celebrado nos livros antigos de Gregos e Latinos.

Conforme Platão (Atlântida), um filho de Neptuno e de Meduza, chamado Gadiro, dominou no extremo da Atlântida, que confinava com as colunas de Hércules, e fundou Gadir. Chamava-se também Chrysaor e Eumelos. O primeiro nome proveio de ser o dono do território; o segundo, porque usava uma espada d'oiro e pelas suas riquezas; e o último, pelos muitos gados que possuia. A origem d'êstes nomes parece indicar que era phenício.

Outros dizem que Geryon, que em língua chaldéa significa *peregrino e estrangeiro,* veio à Península seduzido pela riqueza do solo e suavidade do clima

ibérico. Como conquistador procurou enriquecer-se à custa dos naturais e juntou imensa quantidade de oiro, cujo valor era n'aquele tempo desconhecido na Península, pelo que foi chamado também Chryseo ou Chrysaorus, que quer dizer, *de oiro*. É mais certo, porêm, que Chryseo fosse o pai de Geryon.

Reùniu êste rei muitos e famosos rebanhos de gado, do qual, parece, lhe veio o nome de Geryon *(Gera, Gerara)*, e que soube criar aproveitando os bons pastos e os conhecimentos agrícolas que possuía, trazidos naturalmente do Oriente, d'onde é possível que tivesse vindo, se bem que esta hipótese não está assente.

A história antiga menciona o rei Geryon em várias épocas distantes, e fá-lo contemporâneo de heróis de diferentes procedências, o que nos leva a crer que a palavra hebraica *Geryon* foi talvez empregada como designação genérica dos reis adventícios, usurpadores e tiranos, e não como sendo verdadeiramente o nome d'um único indivíduo. Esta circunstância e a probabilidade de que os Iberos, se não eram semitas falavam o hebraico ou alguma língua d'esta derivada, justifica a origem chaldéa da palavra Geryon, e a possibilidade de ter sido êste rei um descendente dos antigos dominadores e não um novo invasor. Seja, porêm como for, o facto é que Geryon soube aproveitar-se das condições ubérrimas do solo peninsular, criando grande poder e riqueza; e exerceu tão forte tirania, sôbre os habitantes da Ibéria, que a fama de seu despotismo e poderio correu até ao extremo oriental do Mediterrâneo e chegou ao Egypto onde dizem reinava Osíris (Mariana, H. de Espanha).

A existência de Geryon devia ter-se dado pelos anos de 1600, pouco mais ou menos, antes de Christo, época em que no Egypto reinou Sesóstris I, rei da XVIII dinastia, também chamado Rhamsés III. (Cantu, *H. U.*).

Osíris; Batalha de Tarifa. — Entre os seus oito deuses principais contam os Egypcios a Osíris, que mencionam como tendo sido o seu primeiro rei, e que é universalmente venerado em todo o Egypto. Era Osíris espôso e irmão de Isis, ambos filhos do Tempo e da Terra e são considerados como sendo a representação do Bem. Tinham um irmão chamado Sit ou Typhon, que era a personificação do Mal.

Tendo Osíris civilizado o Egypto e ensinado a cultivar a terra, percorreu todo o mundo com o mesmo fim, e dizem as tradições egypcias que veio à Península Ibérica para libertar os seus habitantes da tirania de Geryon.

Os Iberos, se bem que de índole grosseira e feroz, viviam pacíficamente espalhados pelos campos sem organização social, e portanto sem terem quem os agrupasse e defendesse contra as violências do tirano, o que facilitou a êste o senhorio de qùasi toda a Península, que fortificou, tendo construído um castelo e cidade em frente de Cádiz (Erithrea), que do seu nome se chamou Geronda, e outra cidade na vertente dos Pyrineos, nos Ausetanos, que hoje se chama Gironda, àlêm de outras, segundo dizem, com o fim de consolidar o seu despótico poder.

Geryon esperou os Egypcios junto ao Estreito de Gibráltar, nos campos de Tarifa, tão célebres nos anais da história da Península, e perto da sua praça

forte de Geronda. Depois de renhida luta ficou a vitória para os Egypcios; e, tendo morrido Geryon na batalha, foi enterrado por ordem do vencedor na parte mais ocidental do Estreito, no lugar onde depois existiu a povoação de Barbate, e onde lhe foi erigido um túmulo magnífico.

Mais tarde foi Geryon tido por Deus e consagrado, como se depreende do templo que Hércules edificou em sua memória na Sicília, e do famoso oráculo do seu nome que estava em Pádua, e que os príncipes costumavam visitar, como refere Suetónio Tranquilo.

Restabelecida a paz na Península e livres os seus habitantes da tirania, não julgou Osíris oportuno levar a severidade a ponto de castigar os filhos de Geryon e de Calirhóe, que tinham ficado de pouca idade. Parecendo-lhe que por seus poucos anos não herdariam os vícios nem seguiriam o exemplo do pai, reintegrou-os no trono, colocando junto d'êles quem os educasse e regesse o reino até à sua maioridade. E finda a missão civilizadora que se tinha imposto voltou ao Egypto depois de nove anos de ausência.

Tinha ficado governando o reino, durante a ausência de Osíris, seu irmão Typhon, que considerando-se já rei de facto não se conformou com ter de entregar a corôa. É tradição que n'um banquete, à chegada de Osíris, apresentou uma primorosa arca feita à medida do corpo d'êste, e prometeu presentear o convidado que melhor n'ela coubesse. Tendo entrado vários a provar a arca inútilmente, quando entrou Osíris fechou-a Typhon e pregou-a, com o auxílio dos convidados que eram seus partidários; e, arrojando-a ao Nilo, foi a arca com o corpo do rei levada pela

corrente para o Mediterrâneo. Ísis, procurou o cadáver de seu marido e tendo-o encontrado em Byblos sepultou-o em Abato, ilha situada n'uma lagôa junto de Memphís, que por êste facto se ficou chamando Stygia, que quer dizer *tristeza.*

Os filhos de Geryon e Horus (o Hércules Egypcio). —Outros escritores referem que os filhos de Geryon, que eram três (d'onde proveio os antigos chamarem a Geryon, *o monstro de três cabeças),* apenas chegados à idade de reinar, esquècendo os benefícios recebidos para só recordarem a morte do pai, resolveram vingá-la honrando-a com o sangue do seu inimigo. Por esta causa, ou pelo ambicioso desejo de voltarem a tiranizar os povos ibéricos e entrar na posse absoluta do govêrno da Península, o que em vida de Osíris não seria fácil conseguir, resolveram obter a amizade de Typhon e concertar com êle a morte do irmão, o que foi levado a cabo, como ficou dito, apossando-se Typhon da corôa e ficando satisfeita a vingança dos irmãos Geryons.

Porêm Horo, Horus ou Aruéris, filho de Osíris e de Ísis, que governava a Scythia, logo que soube o que tinha sucedido, correu ao Egypto e matou Typhon, seu tio; e, tendo descoberto a traição dos irmãos Geryons e desejando imitar as façanhas de Osíris, reùniu numeroso exército, composto de gente das várias nações que lhe obedeciam, e partiu para a Península Ibérica depois de percorrer a Abyssínia, a Ásia, Índia, etc. Encontrou os Geryons perto de Cádiz, onde tinham reùnido todas as suas fôrças e riquezas, bem como os socorros que tinham podido alcançar, pois muitos povos os não seguiram; e preparou-se para lhes dar batalha.

Depois de vários dias terem passado, sem que os exércitos viessem às mãos, mandou Horus, com o fim de evitar o derramamento de sangue inocente, desafiar os três irmãos a combate singular. Aceitaram êstes confiados na sua grande fôrça, mas Horus venceu-os e degolou-os; mandando depois dar-lhes sepultura na mesma ilha de Cádiz, que desde então se chamou Erythréa, porque ali ficaram estabelecidas, apasiguada a Península, as tríbus oriundas do mar Erythréo (Mar Vermelho) que tinham acompanhado Horus. Dizem, que junto ao sepulcro dos Geryons nasceu uma árvore ou palmeira que brotava sangue.

Êste foi o primeiro estabelecimento de Ethiopes e Egypcios em terras próximas do nosso Algarve, ou talvez n'êle próprio, sucesso que depois se deu mais acentuadamente, como veremos, com certo prejuízo para a ascendência dos actuais Algarvios, que se julgam oriundos dos Árabes.

Depois d'esta vitória mandou Horus lançar no mar grandes pedras e todo o género de materiais, d'um e d'outro lado do estreito, formando os dois montes, o Calpe e o Abyla, que ficaram conhecidos desde então pelas colunas de Hércules.

Êste herói, pelos conhecimentos que possuía de medicina, ensinados pela mãe, foi tido por um deus. Uns chamaram-lhe Apolo; outros, pela sua valentia e destreza nos combates, chamaram-lhe Marte; e em geral foi conhecido pelo nome de *Hércules Egypcio*.

Sesóstris I (Rhamsés II). — É ao filho de Sesóstris I que Herodoto chama *Pharaó* (designação hebraica); em língua cóptica diz-se *Phuron* ou *Pheron*. Acêrca d'êste rei egypcio e da época em que reinou várias e

discordantes são as opiniões dos historiadores. Sôbre a sua vida e feitos acumularam os Egypcios uma série de episódios, que talvez abranjam vários dos seus reis, mas que a imaginação e vaidade nacional reuniram n'um só. Supõem que é o Sesác dos livros sagrados; que viveu muito antes da guerra de Troya, no tempo dos Juízes de Israel; que é o Setósis de Maneton; o Egypto, irmão de Danáo; o Typhon da Mythologia; o Pharaó submergido nas ondas do Mar Vermelho, quando ia em perseguição de Moysés e do povo israelita; o Baccho grego; que foi o primeiro dos Pharaós contemporâneos de Moysés; e por último que era ou foi chamado o *Osíris Egypcio*.

Herodoto calcula que êste rei existiu um século antes da guerra de Troya, e como esta guerra devia ter-se dado, segundo os escritos e monumentos da antiguidade, entre os anos 1300 e 1100 antes de Christo, ou pouco mais ou menos uns doze séculos antes da nossa éra, conclue-se que a época de Sesóstris deveria ter sido entre os anos 1400 e 1200. Cantu, porêm, supõe que a existência de Sesóstris foi em 1600, época em que na Península reinou Geryon, e como aquele rei foi chamado Osíris, parece mais verosímil supor que o libertador dos povos ibéricos foi Sesóstris.

A época mencionada por Herodoto harmoniza melhor a existência de Sesóstris com a invasão dos Pelasgos na Península, vindos de Itália no século XIV, e que dizem se deu no seu tempo. Mas como antes d'esta invasão se deviam ter dado outras, quando aqueles povos errantes e misteriosos se espalharam primitivamente pelas costas do Mediterrâneo, e como àlêm d'isso entre os historiadores tem havido confu-

são chamando Pelasgos aos Tyrrhenos, que se estabeleceram nas mesmas paragens muito antes do século XIV, é mais aceitável, para o seguimento das tradições históricas da Península, a data que Cantu menciona na sua História Universal; ou um século depois, na opinião de Bossuet, que dá para Sesóstris a época entre os anos 1491-1457 (antes de Christo), o qual apróxima mais êstes acontecimentos.

Não há tambêm unidade de opiniões sôbre se a derrota de Geryon e a sua morte foi simultâneamente com a dos seus três filhos, nem são unânimes os autores em supôr a vinda de Horus distinta da de Osíris. O que é mais seguido e comentado nos livros antigos é a invasão da Península pelo *Hércules Egypcio,* isto é, por um rei conquistador d'aquela nacionalidade, cujos feitos o fizeram comparar com o deus Hércules, e que ficou conhecido por êste nome. Considerando, portanto, que a existência de Osíris e Horus, a ser verdadeira, teria necessáriamente que remontar-se a uma época muitíssimo anterior à de Geryon, em cujo tempo reinava no Egypto a XVIII dinastia, de que Sesóstris foi um dos últimos reis (1643, antes de Christo), e que a época d'êste rei coìncide com a de Geryon, temos que concluir que o *Hércules Egypcio,* libertador da Ibéria, foi realmente Sesóstris.

O deus Hércules, segundo Herodoto, teve origem no Egypto, d'onde os Gregos e Phenícios o tomaram, dando tambêm esta designação aos seus heróis. Era um dos doze deuses engendrados pelos primeiros oito e representava o *deus protector da terra.* Na Phenícia tomou o nome de Hércules Tyriano ou Melkarth; na

Grécia foi personificado no herói, conhecido pelo Hércules Thebano, ou Heraklés, autor dos doze trabalhos célebres; na Gállia identificaram-no com Ogmios dos Celtas, chamando-lhe Hércules Gaulês; e na Itália também foi introduzido o culto do Hércules Thebano, dando-lhe os Romanos lugar no Pantheon (399 antes de Christo), em memória da sua passagem por aquele país. A cidade de Toledo e a de Huesca consagraram vítimas ao Hércules Endovecélio, seu patrono (Lastanosa); mas Leite de Vasconcelos, no seu livro *Religiões da Luzitânia,* supõe ser falsa a inscrição de Toledo, onde aparece o nome de Endovélico ou Endovecélio, que julgamos seja o mesmo, junto ao de Hércules. O santuário de Endovélico, deus da Lusitânia, ficava no alto do outeiro de S. Miguel da Mota, perto de Terena, no concelho do Alandroal (Alentejo).

A história dos diferentes Hércules é um conjunto de prodígios, ou antes, é a história de todos aqueles que tiveram o mesmo nome e suportaram os mesmos trabalhos. Tem-se exagerado os seus feitos, reùnindo-os em um só homem e atribuindo-lhe todas as grandes emprêsas de que se ignorava o autor, cobrindo-os assim d'uma notoriedade que os elevava acima da espécie humana (Diodoro Sículo). Comtudo, o que parece averiguado é que um grande conquistador, que supomos ser Sesóstris e não Osíris nem Orus, e a quem se chamou «o Hércules Egypcio», à frente de forte exército d'esta nacionalidade, depois de ter empreendido uma grande peregrinação, ennobrecendo com os seus feitos qùasi todo o mundo, veio à Península Ibérica. O seu exército compunha-se de seiscentos mil infantes, vinte e quatro mil cavalos

e vinte e sete mil carros de guerra, com uma grande esquadra. Com estas grandes fôrças subjugou a Ethiópia, passou à Ásia atravessando o mar Erythréo; e, pelos mesmos caminhos que tinham talvez seguido em sentido inverso os primeiros povos transmigrantes e trilhados muitas vezes pelos seus descendentes, penetra no interior da Índia, ataca depois os Sycthas e invade a Colchida e a Thrácia.

Em todas as partes extremas a que chegou, conquistando as nações que deparava no seu caminho, erigiu *colunas simbólicas* das suas vitórias, nas quais mandava esculpir uma inscrição com o seu nome, o da sua pátria e a resenha das vitórias obtidas pelo seu exército sôbre os povos subjugados.

Nenhum outro guerreiro da antigùidade usou da prática de estabelecer estas colunas como símbolo do seu poder ou com o objectivo de marcar o limite das suas conquistas, perpetuando-as na memória dos povos. Só Sesóstris, segundo Herodoto, teve essa vaidade guerreira; encontrando-se aìnda no tempo d'êste historiador as colunas da Scythia e da Thrácia. Não será, pois, para estranhar e talvez seja esta a verdade histórica que as famosas Colunas de Hércules do estreito de Gibráltar, que separa a Península Ibérica da África e que a fantasia transformou nos montes Calpe e Abyla, sejam as colunas colocadas por Sesóstris em Cádiz quando conquistou a Península e derrotou o rei Geryon.

Ensinava Sesóstris, a quem chamaremos «o Hércules Egypcio», a maneira de plantar a vinha e de fazer as sementeiras, bem como o uso do pão. Demoradas como eram as expedições, n'aquele tempo, é compreen-

sível o cultivo da terra pelos exércitos invasores, a fim de se precaverem contra a falta de mantimentos; e, procedendo esta invasão d'um país onde a agricultura se achava já bastante adiantada e encontrando-se a Península em grande atraso, pois só a gente de Geryon explorava o solo, colhendo o oiro e aproveitando as pastagens, não admira o bom recebimento que Hércules teve dos naturais, a quem veio instruir e livrar da escravidão.

Estamos, pois, em presença d'outra grande invasão na Península, constituída pelo povo egypcio e por todos aqueles que o conquistador arrastou na sua passagem; Ethiopes, Assyrios, Persas, Scythas e Thrácios; os quais, como veremos, prolongaram aqui o seu império por muitos anos, devendo ter deixado forçosamente vestígios da sua passagem na raça peninsular.

Herodoto diz que Sesóstris, regressando das suas conquistas com grande comitiva de prisioneiros, trazidos dos países subjugados, foi hospedado em Dafnes de Pelúsio por um seu irmão chamado Harmaïs, encarregado na sua ausência do govêrno do Egypto; o qual, durante o banquete que dava a Sesóstris e a sua família, mandou rodear de lenha o exterior da casa, lançando-lhe fogo. Salvou-se o rei pelo sacrifício de dois dos seus seis filhos; e, de regresso ao Egypto e vingada a aleivosia do irmão, serviu-se do grande número de prisioneiros que levava, entre os quais estariam habitantes da nossa Península, em fomentar o bem público, fazendo-os arrastar os grandes e descomunais mármores do templo de Vulcano e abrir os fossos e canais que cruzam o Egypto, os quais tanto concorreram para a fertilidade d'aquele país e

salubridade do seu clima, evitando ao mesmo tempo que êle seja invadido pelos carros e cavalaria inimiga. Dedicou-se depois êste rei à divisão das terras e sua medição, da qual nasceram as primeiras noções de geometria, que parece passaram à Grécia, o que não é estranho, pois que os Gregos também aprenderam dos Babylónios o relógio, o gnomon e a divisão do dia em doze horas.

Sesóstris começou também os trabalhos da abertura do canal de Suez, que foram terminados no tempo dos primeiros Lagidas, uns 250 anos antes de Christo; tendo-se depois obstruído foi tornado novamente navegável no tempo de Trajano e Adriano, conservando-se assim até ao princípio do século VI, época em que foi novamente obstruído. Em 1854 Lesseps concebeu a ideia de o reabrir à navegação, e posto em execução o seu projecto foi o canal inaugurado com festas solenes em 20 de Novembro de 1869, assistindo à inauguração a Imperatriz Eugénia, dos Franceses, que foi recebida no Egypto com as solenidades próprias do tempo dos Pharaós.

Como se vê, as lendas de Osíris e Sesóstris são semelhantes; os dois saem do Egypto e conquistam nações bárbaras; estabelecem por toda a parte a ordem social e fomentam a riqueza dos povos; livram o seu país dos invasores; debelam as maldades humanas; matam os tiranos; espalham a civilização; e são por fim deificados, ficando na memória dos povos como um mito de virtudes cuja tradição constitue uma parte das suas crenças religiosas. Estas circunstâncias e o facto de Sesóstris ter sido chamado Osíris confirmam a suposição de ser aquele rei egypcio o Hér-

cules que veio à Península e não o verdadeiro Osíris, que, se existiu, foi em tempos muito mais remotos.

E, como tudo o que se refere a êstes tempos é simbólico, póde muito bem ser que Thyphon ou Harmaïs representem uma invasão estrangeira no Egypto; pois é sabido que nos primitivos tempos êste país foi muitas vezes assolado e dominado pelos Ethiopes e pelos Árabes, e que um dos mais belos títulos de glória de Sesóstris foi ter dado a independência ao Egypto, expulsando d'êle completamente os Árabes. É, portanto, possível que de volta da sua longa peregrinação encontrasse o país invadido por um povo inimigo, selvagem e bárbaro, a quem a tradição histórica chamou Typhon, divindade mitológica que significa a personificação do génio do Mal.

Entre Osíris, Horus e Sesóstris existe uma correlação tão íntima, àcêrca dos feitos por êles praticados ou que lhes são atribuídos, que não duvidamos em supor que, dos três, talvez o único que teve existência real foi Sesóstris, e que as proezas de todos êles se devem consubstanciar n'êste último. A circunstância da morte de Osíris por Typhon, dando origem à peregrinação de Isis em busca do corpo do marido, levou a tradição histórica dos Egypcios à necessidade de fazer de seu filho Horo o continuador das façanhas do pai e o vingador da morte aleivosa que os seus inimigos lhe deram, comprados pelos Geryons com as imensas riquezas que tiravam da Península. Sesóstris, porêm, que tinha deixado aqui os seus estabelecimentos e a quem os seus inimigos não poderam matar, podia ter voltado à Península para castigar os traidores ou ter encarregado d'isso um dos seus guer-

reiros, que muito bem podia ser seu filho, a quem os Egypcios chamariam Horo pelo mesmo motivo que ao pai tinham chamado Osíris.

Ha comtudo uma consideração que, se bem não altera fundamentalmente a tradição, modifica-a na fórma como os acontecimentos se teriam dado. Geryon, conhecido pelo *monstro de três cabeças,* por ter três filhos ou três exércitos, podia ter sido derrotado em Tarifa, na primeira invasão dos Egypcios, juntamente com os filhos, ou em três batalhas dadas em vários pontos da Península; e, n'êste caso, fica posta de parte a vinda de Horos para castigar os filhos de Geryon. O que, porêm, importa verdadeiramente é o facto, que parece fóra de dúvida, de ter-se dado na Península uma grande invasão egypcia acompanhada de Ethiopes, Assyrios, Persas, Scythas e Thrácios, catorze a dezaseis séculos antes de Christo.

Syrios. — Ha tambêm notícias de que os Canaanitas, povos Jebuseos povoadores de Jerusalêm, ano 1450 antes de Christo, passaram ao Egypto e estenderam-se por toda a costa setentrional da África. Chegaram defronte de Gibráltar, região muito fértil a que deram o nome de *Jardins da Hespéria,* e onde fundaram Tigis ou Tingis (Tánger), que em syríaco significa *negociar.* Atravessaram depois o estreito e vieram à Ibéria, provávelmente acompanhados dos Sidónios e reùnidos a outras tríbus líbycas, por cujo motivo a esta invasão chamam os autores *líbyo-phenícia.* Sidon tinha servido de seu primeiro refúgio depois das guerras de Josué, e o excesso de povoação tinha-os obrigado a emigrar em união com os Sidónios. N'essa ocasião foi fundada Tyro e pelo mesmo

motivo esta cidade fundou novas colónias pelas costas do Mediterrâneo.

É possível que fôssem êstes os fundadores de Carteya, tambêm conhecida por Tartéssus (nóme da região), cujas ruínas se encontram na baía de Algeciras, na fazenda do Rocadilho. Samuel Bochart diz que a palavra Carteya provêm de *Melcharthum,* nome que os Phenícios davam ao seu Hércules (Rex urbis), a quem atribuem a fundação d'esta cidade. Êste deulhe o nome de Melec-Karthija (Heráclea), d'onde derivou o nome de Carteya por aferese, figura empregada freqùentemente entre os Hebreus, como Salêm por Jerusalêm, etc.

Carteya, diz Strabão, mantinha grande comércio com os Iberos e foi tomada por Amílcar, general carthaginês, no ano 236 da fundação de Roma. Era a povoação mais importante junto ao Estreito de Gibráltar *(fretum Herculeum* ou *Gaditano),* que para os antigos estava situado entre o cabo de Espartel (Ampelusa), junto ao monte Almina (Abyla), termo de Ceuta e o *promontorium Junonis,* antigo monte Calpe ao noroeste da ponta d'Europa, na montanha de Gibráltar. Êstes montes, Abyla e Calpe, eram as Colunas de Hércules da Mythologia; as verdadeiras e reais deviam, porêm, ser as de Sesóstris, edificadas em Cádiz.

Colunas de Hércules. — As colunas de Hércules passavam por ser, antigamente, as portas do mundo. Êste monumento subsistiu até 1145. Constava de uma estrutura de pilares de pedra sobrepostos, formando uma espécie de tôrre levantada na praia ou já no mar. Cada pilar tinha quinze côvados de circunferência e dez de altura. O conjunto, que media de

60 a 100 côvados de alto, estava ligado sólidamente por barras de ferro chumbadas. Sôbre esta tôrre, em que todavia não existiam portas nem câmaras interiores, levantava-se uma estátua de bronze doirado, de Melkarth, o Hércules phenício, da altura de 6 côvados, representando o deus sob a figura de um homem barbado, com cinto e manto que lhe descia até ao joelho. Com a mão esquerda apanhava as dobras do manto contra o peito, e, no braço direito estendido, a mão segurava uma chave ao mesmo tempo que o indicador apontavá para o Estreito. O facto, porêm, de existir sôbre as colunas a estátua de Melkarth, não significa que elas fôssem construídas pelos Phenícios, mas únicamente a sua consagração àquele deus, efectuada posteriormente por aqueles povos invasores.

Os Cruzados e os piratas normandos chamavam ao Estreito, Karlsar, *as águas do homem;* e Isidoro de Beja, no tempo do domínio árabe, atribuía uma significação profética à atitude da dextra de Melkarth: a chave que empunhava era o símbolo de que essa era a porta do país; e o dedo, apontando para o Estreito, queria dizer o caminho por onde vieram os exércitos de Muza.

As Colunas de Hércules foram destruídas em 1145 pelo almirante árabe Ali-ibn-Isa-ibn-Maimun, que se sublevára em Cádiz. Corria a tradição que a estátua era de oiro puro e por isso o Árabe a abateu: era doirada, mas aìnda assim a douradura produziu 12.000 dinârs. (Dozy, *Histoire et Littérature d'Espagne).*

Hispalo; Origem do nome "Hespanha,,; Hespero e Atlante. — O Hércules Egypcio, tendo restabelecido a ordem na Península, dizem que passou à Itália, dei-

xando aqui um dos seus companheiros chamado Hispalo, como governador.

Do nome Hispalo, refere Justino, derivou o de Espanha; outros supõem que êste governador foi o fundador de Hispális (Sevilha), e que d'êste nome se chamou primeiro a província de Sevilha e depois toda a Península. San Isidoro atribue a fundação de Sevilha a Júlio César, no tempo em que foi aqui governador, chamando-a Júlia Rómula, e que o nome de Hispális é devido ao sistema de fundação dos seus edifícios, feitos sôbre estacaria. Plínio chama a esta cidade Colónia Romulense, por ter sido colónia romana. Parece comtudo que Sevilha vem de *Sphella* (planície); os Árabes chamaram-lhe Eschibiliach ou Esbilla.

Plutarco, porêm, escreve que quando veio mais tarde à Península, Dionysio ou Baccho, filho de Semele, conhecido pelo *Hércules Phenício,* depois de dominar toda a região, deixou aqui um dos seus companheiros como governador, o qual se chamava Pan, e foi a causa de à Península Ibérica se chamar primeiramente *Pânia* e depois *Spânia.* Dizem tambêm, outros escritores, que esta designação vem do nome do filho de Hispalo, chamado Hespero, que reinou depois do pai, mas é mais provável êstes dois nomes serem um só e do mesmo indivíduo, pronunciado de dois modos diferentes.

Atribue-se a Hispalo a fundação de Segóvia e a construção de uma tôrre no pôrto de Brigântia (Corunha), com um espelho (farol), no qual se viam as naves que vinham ao largo. Os Phenícios para burlar a vigilância do espelho cobriram as suas naves com ramos de arvores, quando passaram n'aquelas paragens.

O nome da Espanha, segundo outros investigadores, poderia derivar da raiz celta *spann,* que significa *entrada;* conservada em alemão, *spann* (pé), ou *spanne* (palma da mão ou do pé), e em inglês *span* (palmo) e *spanner* (chave ou entrada). Os Carthagineses denominaram a Península, *Spanna* e os Phenícios, como dissemos, *Span* ou *Spânia,* que significa *oculto* e *coelho,* pretendendo-se explicar esta designação por ser a Península abundante em coelhos. Os Gregos chamavam-lhe *Hespéria* (ocidental); outros dão a entender que Espanha quer dizer, terra *desconhecida* e *afastada.* Em língua euskara (vascongada) Espanha significa *extremidade,* isto é, *extremo do mundo conhecido,* convicção antiga que deu origem ao *non plus ultra* que dizem estava escrito nas colunas d'Hércules, e que se vê reproduzido nas moedas peninsulares.

Tendo morrido Hispalo, sem ficar sucessão, voltou Hércules à Ibéria, desde Itália onde se encontrava, deixando ali Atlante ou Átlas como governador. Fundou novas cidades, entre as quais Júlia Líbyca e Urgel, na vertente dos Pyrineos, Barcelona e Tarragona na costa do Mediterrâneo, falecendo pouco depois em avançada idade. Os naturais e estrangeiros consagraram à sua morte grandes sacrifícios e deram-lhe sepultura em soberbo sepulcro, erigindo no mesmo local um grandioso templo; mas é desconhecida a época da sua morte e o sítio onde existiu êsse templo.

Sucedeu a Hispalo um irmão de Atlante chamado Hespero, nascido em África e tambêm companheiro de Hércules. Reinou com agrado dos naturais e foi grande a sua fama, sendo tão celebrado o seu nome

que a Península começou a ser conhecida para os Gregos e Latinos com o nome de Hespéria, se bem que outros supõem que êste nome procede da estrêla da tarde chamada Hespero.

Diz Diodoro Sículo que Hespero e Átlas eram irmãos, habitavam a parte mais ocidental da terra, conhecida dos antigos, e possuiam rebanhos de ovelhas, notáveis pela côr dourada das suas lãs. Átlas foi tambêm célebre pelos seus conhecimentos astronómicos. Hespero tendo subido um dia ao alto de um monte, para observar o firmamento, não voltou; e desde então julgaram que êle se tinha transformado no planeta do seu nome, conhecido depois por Vénus, e ao qual chamaram os antigos Hesperus, quando se via pela tarde e Lucifer quando aparecia no oriente ao romper da aurora. Foi Hespéria, filha de Hesperus, quem, segundo Diodoro, deu o nome à Ibéria e casou com seu tio Átlas (rei da Mauritânia); d'êste matrimónio nasceram as Hespérides, a quem Juno confiára o cuidado de um jardim, que Ovídio descreveu, no qual existiam umas frondosas árvores que davam os *pomos doirados* (maçãs, cidras e laranjas), guardadas por um dragão de cem cabeças, que silvava de cem maneiras diferentes. Viviam alegres e tranqùilas as Hespérides, gozando de êste jardim ou cuidando os seus formosos rebanhos, quando Busíris, príncipe do Egypto, filho de Neptuno e de Libya, intentou roubá-las. Os piratas, encarregados de executar êste roubo, conseguiram o seu objectivo e quando se preparavam para embarcar a prêza veio Hércules, matou Busíris e arrancou as Hespérides do poder dos raptores, restituindo-as a seu pai Átlas. Em prémio

da sua façanha recebeu Hércules os frutos de oiro e o gado, e àlêm d'isso Átlas iniciou-o nos mistérios astronómicos.

As narrações d'êste mito variam muito. Outras versões dizem que Hércules tomou por iniciativa própria os frutos depois de matar o dragão que os guardava. A síntese, porêm, de todas elas é aìnda a invasão do território, os roubos e usurpações praticadas pelas raças inimigas e a libertação do país levada a cabo por um herói que é sempre chamado Hércules, o protótipo do bem, da fôrça e da justiça. É aìnda a poetização do episódio dos Geryons com o Hércules Egypcio, de Typhon com Osíris e de Sesóstris com Harmaïs.

Outros autores supõem que a paz e prosperidade do reinado de Hespero foi perturbada pela ambição de Atlante, que de Itália passou à Península, irritado por ter sido preterido por Hércules no senhorio de êste reino. Ganhou fácilmente a vontade dos povos peninsulares pela grande fama que corria do seu valor e proezas; e, apoderando-se da Península obrigou Hespero a refugiar-se em Itália, onde os Toscanos movidos pela compaixão que lhe inspirou a desgraça d'êste rei e ao mesmo tempo admiradores das suas grandes qualidades, o encarregaram da educação do seu jóven rei Corito. Correspondeu o rei deposto tão bem à confiança n'êle depositada que a sua fama encheu toda a Itália, a qual começou tambêm a ser conhecida por Hespéria.

Invejoso, porêm, Atlante e temeroso de que o irmão podesse vingar-se, antes que adquirisse maior poder fez grandes levas de gente, e reùnindo nume-

rosas tropas, passou à Itália. Além de grande número de naturais que o acompanhavam como soldados, convenceu muitos dos indivíduos principais do país a segui-lo, com pretexto de os honrar e muito prezar o seu auxílio; mas o verdadeiro motivo foi levá-los como refêns, receoso de que provocassem alguma sublevação na sua ausência para se libertarem do jugo estranho.

Esta expedição é a mais antiga notícia histórica da saída de soldados da Península para a conquista de outros povos; e marcar na história militar da Ibéria o início das aventuras guerreiras que nos séculos futuros tanto a nobilitaram.

Tendo, porêm, as tempestades e ventos contrários arrojado a expedição para a Sicília, aqui se estabeleceram algumas colónias de povos ibéricos; e, depois de algum tempo de permanência n'esta ilha conseguiu Atlante passar à Itália com o resto do seu exército, onde encontrou a notícia de que Hespero já tinha morrido, circunstância que lhe facilitou apoderar-se de Corito, rei da Toscana, e assenhorear-se de todo o país.

Platão (Timeo) tambêm refere que os Atlântidos tendo partido da ilha Erythrea (Cádiz), aportaram por mar à Achaia apoderando-se à força de Athenas. A sorte adversa das armas lançou-os d'ali morrendo todos na guerra, ou, pelo menos, não voltando à Pátria nenhum dos aventureiros. A ser verdadeira esta expedição, deve considerar-se como enviada de Itália por Atlante, e d'ela fariam parte as tropas que êste tinha conduzido da Península.

Tinha Atlante duas filhas; uma, chamada Electra, que casou com Corito e cujos filhos foram Yásio e

Dardano; a outra, que se chamou Rome, recebeu como dote a parte da Itália banhada pelo rio Tibre ou Tíber, que então se chamava Álbula, e onde se estabeleceu tambem uma colónia de povos da Ibéria.

Q. Fabio Pictor que, segundo Tito Lívio, é o historiador latino mais antigo e digno de todo o crédito, diz, que foi Rome quem fundou no monte Palatino a cidade de Roma, que outros referem ter-se chamado primitivamente Valentia e ter sido fundada por gente de Atlante levada da Península Ibérica.

Comtudo, alguns historiadores afirmam que Rome era neta de Enéas e filha de Ascânio; outros, que era uma cativa de Enéas vinda com êle de Troya e em honra de quem foi fundada a celebre cidade; que era filha de Itálus e de Leucária, ou de Telephe filho de Hércules, etc.

O que porêm parece averiguado, dadas as versões que sôbre o assunto correm nos livros antigos, é que Roma existia antes de Rómulo e que efectivamente n'aquelas paragens se estabeleceu antes da sua fundação uma colónia de gente da Ibéria. Foram talvez êstes, os primeiros fundadoras d'aquela cidade, que lhe poseram o nome de Valêntia, conforme refere Solino, o qual foi trocado depois por Evandro no de Roma (em grego equivalente a *arx*, castelo forte), ficando proìbido pela religião divulgar o primeiro sob pena de morte. Outros autores, referem, que o nome profano era Roma; o nome sacerdotal, Flora; e um terceiro, provávelmente Amor, anagrama de Roma, era proìbido pronunciar (Monter).

Depois de Atlante reinou Morge em Itália, de cujo nome algumas tríbus ibéricas que tinham acompa-

nhado aquele rei se chamaram Morgetes, se bem é mais provavel que esta designação viesse de Murgis ou Murga, povoações situadas perto da cidade de Múrcia, origem dos Morgetes que depois fundaram na Sicília a povoação de Murgântio.

Sícolo ou Sícoro.—Philístio Syracusano, refere que Sículo tinha ficado governando na Ibéria depois da partida de seu pai Atlante, e que morto êste lhe sucedeu em todos os seus reinos. Com grande exército passou à Itália, principalmente por causa da guerra que entre si faziam seus dois sobrinhos Yásio e Dardano; mas, tendo sido levado pelas tempestades à Sicília fez aí guerra aos Cyclopes e aos Lestrígones, povos que parece terem saído de África e pertencerem à raça de Cham (Cantu, *H. U.*).

A época, porêm, em que se deram êstes acontecimentos faz supor que se tratava dos Pelasgos; mas fôssem uns ou outros, foram derrotados por Sículo (Thucidides), por cujo motivo a ilha que até então se chamava Trinácria, por ter tres promontórios, se chamou Sicília do nome de Sículo, e também Sicânia ou Sicória dos Iberos Sicanos que se tinham ali estabelecido, oriundos da região perto do rio Sicóris ou Segre da Península Ibérica.

Ajudou Sículo a sua irmã Rome contra os aborígenes, e depois de deixar aqueles países em sossêgo dirigiu-se para a Toscana contra seu sobrinho Dardano. Êste, na impossibilidade de resistir-lhe chegou a um acôrdo com Yásio, mas pouco depois matou-o traiçoeiramente, o que obrigou Sículo a intervir de novo derrotando o sobrinho e expulsando-o de Itália.

Fugiu Dardano com grande acompanhamento de

naturais à Samothrácia; e tendo atravessado o Hellesponto, depois chamado estreito de Gallipoli e actualmente Dardanellos, foi na Phrygia, em Ásia, fundar a famosa cidade de Troya.

Outros reis da Península.—Sem grande fundamento dizem alguns historiadores que depois de Sículo reinou Testa, fundador dos povos Contestanos, originário de África. Depois mencionam a Romo que fazem fundador da cidade de Valêntia, que em latim significa o mesmo que Roma em grego e cujo nome teve primeiramente. O terceiro rei que se menciona chamou-se Palátuo, de quem procedem os povos Palátuos e a cidade de Palência.

Dizem aìnda que êste rei expulsou do reino da Ibéria o salteador Caco, o mesmo que no monte Aventino, uma das sete colinas onde foi edificada Roma, pelas pègadas das vacas que tinha roubado foi encontrado e morto pelo Hércules Thebano.

Vem depois o rei Erythro, que supõem oriundo do Mar Erythréo, e Mirica; e por último o filho d'êste, Milico ou Milicola, chamado tambêm Gargóris, o qual, diz Justino, ocupou o país imediato a Cádiz, incluindo o Algarve, com os povos chamados Curetes ou Cynetes, os quais ensinaram aos naturais a agricultura, a religião e o governar-se por leis, bem como o uso dos metais, a filosofia, astronomia e várias indústrias. Parece que Gargóris possuía uma civilização muito antiga, devida talvez à sua origem phenicia e líbyca, como o demonstram as moedas cunhadas mais tarde n'aquela região. Atribuem-lhe a fundação de Carteya e de Castulon ou Cástulo, nos Oretanos, próximo onde hoje está Baéza, e que foi cidade ilustre

da Ibéria. Ao local onde existiu Cástulo chama-se hoje, *cortijos de Gazlona.*

N'esta altura da história antiga da Ibéria torna a haver grande confusão, sendo impossível estabelecer a sucessão dos factos com alguma verosimilhança ou atribuir a um tempo ou época determinada as vagas notícias que chegaram até nós dos reis que reinaram na Península. Parece, porêm, que depois de Sículo se desdobrou o império, sucedendo-se em diferentes pontos da Península vários reis de pequenos estados independentes.

A época de Sículo, segundo Mariana, devia ter sido uns duzentos anos antes da guerra de Troya; mas, tendo havido n'esta cidade desde Dardano a Priamo, únicamente seis reis, contando com êstes dois, é provavel que a época de Sículo tivesse sido mais próxima d'aquela guerra, provindo o exagêro de que os antigos costumavam contar três idades em cada século, mas tres reinados não se podem contar como tres idades.

Não nos diz a história a que raça pertencia Atlante e únicamente sabemos que era companheiro do Hércules Egypcio. Sucede, porêm, que a cidade de Troya que alguns pretendem ter sido fundada pelos deuses, isto é, n'uma época remotíssima, era uma cidade pelásgica, denunciando tambêm o nome e procedência dos seus reis a mesma origem, principalmente no que diz respeito a Dardano; e, se é certo ser êste sobrinho de Sículo, deduz-se, que os Pelasgos foram companheiros do Hércules Egypcio e que Atlante era Pelasgo. N'êste facto vê-se a fácil adaptação ao solo peninsular das raças que invadiram a Ibéria e a absor-

pção das raças novas pelas já aqui estabelecidas. Nota-se também um notável refluxo dos povos invasores vindos do Oriente que, chegados ao extremo do mundo então conhecido, voltavam talvez por excesso de população para as paragens de procedência, onde a antiga raça com um cunho diferente de civilização e com mais fortes características, resultantes da mistura de outro sangue, retemperada e enérgica, fundava novos e mais famosos reinos.

III

Gregos e Troyanos

Gregos de Zazyntho — Dionysio ou Baccho, filho de Semele (O Hércules Phenício).— Origem do nome Lusitânia — Hércules Thebano e os Argonautas — Gargóris — Guerra de Troya; Antenor, Enéas, Teucro, Dioméde s, Mnesteo e Ulysses — Abides — Rhodios.

Gregos de Zazyntho.— Pouco depois da época de Sículo e movidos pela fama das nossas grandes riquezas chegou à Ibéria uma armada de Gregos originários de Zazyntho, ilha situada no mar Jónio ao Poente do Peloponneso e da Morea. Desembarcaram na costa de levante próximo do sítio onde actualmente se acha Valência, e fundaram a três milhas do mar a cidade de Zazyntho, nome que depois degenerou para Sagunto, uns 200 anos antes da guerra de Troya conforme refere Boccho. Esta cidade é hoje conhecida por Monviedro ou Murviedro, do nome que por causa das suas ruinas lhe puseram os Wisigodos, *Muruetrum,* muro velho.

Dedicaram-se os Gregos de Zazyntho ao comércio, trocando coisas de pequeno valor, que tinham trazido nas naves, pelo oiro e prata que os naturais possuiam

em abundância; e, enriquecendo-se, foram alargando os seus domínios. Estabeleceram a sessenta milhas mais ao poente d'aquela cidade um templo consagrado a Diana, que foi o mais famoso que houve em toda a Península e do qual tomou nome o promontório Diano e a vila de Diania.

A cidade de Sagunto foi destruida por Aníbal no mês de Maio do ano 536 ou 534 da fundação de Roma, ou 216 antes de Christo; tendo antes sido queimada pelos habitantes, que preferiram morrer a entregar-se ao capitão carthaginês. Foi êste sucesso o pretexto para a segunda guerra Púnica.

Dionysio ou Baccho, filho de Semele (o Hércules Phenício).— Depois dos Gregos de Zazyntho, dizem que veio à Península, 150 anos antes da guerra de Troya, Dionysio ou Baccho filho de Júpiter e de Semele, neto de Hannonia e de Cadmus, sendo êste último filho de Agenor e de Telephasa, reis da Phenícia.

Cadmus, tendo saído do seu país em busca de Europa, sua irmã, em 1519 antes de Cristo, fundou na Beócia uma colónia onde instituiu os oráculos, e em Thebas a cidadela de Cadmo. Trouxe à Grécia os caractéres alfabéticos que substituiram aqueles de que os Pelasgos se serviram primeiramente.

E' possível que uma expedição à frente da qual estaria o neto de Cadmus chamado pelos seus conterrâneos Dionysio ou Baccho, e também conhecido pela designação de Hércules Tyriano, Melkarth, ou Ammon phenício, tivesse vindo à Ibéria como o atestam os estabelecimentos que aqui existiram. Mas aìnda que o chefe da primeira invasão phenícia tivesse sido outro herói d'aquela nacionalidade, estes povos, como todos

os do Oriente, tinham por costume comparar os seus heróis com Hércules (Melkarth), cujo culto levavam a toda a parte onde chegavam as suas colónias, formando o laço de união entre elas e a mãe pátria. E' êste Hércules que se representa com a maça, e foi para os Phenícios ou Tyrios o tipo simbólico da história das suas aventuras. Diziam os Phenícios, que querendo Hércules fazer guerra na Ibéria ao opulento filho ou descendente do rei Chrysaorus reùniu uma frota em Creta, ilha que era o centro das colónias phenícias, atravessou a África onde introduziu a agricultura e fundou a cidade de Hecatompylos; e, tendo chegado ao Estreito, passou a Cádiz, subjugou a Ibéria, roubou os bois de Geryon, e depois voltou à sua Pátria pela Gállia, Itália e pelas ilhas do Mediterrâneo.

Encontram-se nas suas aventuras alguns feitos de Horus e outros do Hércules Thebano, que dizem também nos visitou; por onde se depreende, que a imaginação de cada povo atribuía ao seu herói tudo quanto conhecia de maravilhoso.

Melkarth ou Mel-Karth, significa em língua phenícia o rei da cidade; d'êste nome derivou Kartha-Hadath ou Carthago *(cidade nova).* Foi o maior dos deuses phenícios e principalmente adorado em Tyro, onde lhe tinham consagrado um magnífico templo.

Êste Hércules fundou Nebrixa entre as duas bôcas do Guadalquivir, povoação chamada assim de *nebridas,* peles de veado com que êle e os seus companheiros se cobriam durante os sacrifícios do culto de Dionysio. Á imitação dos antigos heróis do mesmo nome empreendeu várias conquistas e perseguiu os tiranos castigando-os com severidade.

Origem do nome Lusitânia. — Retirou Baccho ou o Hércules Phenício da Península e deixou aqui como governadores dois dos seus companheiros ou filhos; um por nome Luso, Lyssa ou Lysa, que os Phenícios dizem deu o nome à Lusitânia; e o outro chamado Pan, d'onde derivou a denominação de Espanha. (Marianna, *H. de Espanha).*

Outros autores, entre êles A. Herculano, apresentam a hipótese do nome de Lusitânia derivar de *Lusones,* nome de uma tríbu celta. D'êstes povos fala Strabão, que floresceu em Roma nos tempos de Augusto e de Tibério, e tambêm Appiano. Esta circunstância, não tendo anteriormente outros autores falado da Lusitânia, dá autoridade à hipótese de A. Herculano, a qual se poderia admitir muito embora tivesse existido Luso, se os Lusitanos não fôssem de origem semita e uma tríbu ibera. Em língua vascongada (euskaro), Lusitânia significa *país extenso,* designação que corresponde à realidade; devendo notar-se, que os Vascos são, como sabemos, os representantes actuais dos Iberos.

A tríbu dos Lusones teve assento no território espanhol entre Sória e as fontes do Tejo, ao oriente de Merida, cidade que foi no tempo dos Romanos a a capital da Província Lusitana com o nome de Emérita Augusta. E' desde esta época que começou a ser conhecida a história da Lusitânia própriamente dita; e é possível que fôssem êstes invasores os que primeiro assim denominaram oficialmente a região entre o Tejo e o Douro quando fizeram a divisão da Península, talvez devido à importância d'aquela tríbu ou

por ser assim chamada pelos naturais a extensa faxa de terreno que se estende entre aqueles rios.

Nos fins do reinado de Augusto, n'uma nova divisão que então se fez, ficou compreendida na Lusitânia a região entre o Tejo e o Guadiana. A sua capital Emérita Augusta era uma colónia de grande importância, como aìnda se vê pelos restos dos seus monumentos, e foi fundada pelos Romanos com veteranos dos seus exércitos a quem tinham distribuido terras para garantia da sua permanência na Península e consolidação do seu domínio. Houve muitas d'estas colónias no território ibérico e a escolha do local da sua fundação obedecia a fins estratégicos, pois que as colónias eram núcleos de fôrças militares que se mobilizavam rápidamente para acudir a qualquer eventualidade.

Hércules Thebano e os Argonautas.—Jason, Thessalo de origem, depois de adquirir honra e riquezas, mandou construir ao sopé do Pelion uma nau que ficou conhecida pela nau Argos, do nome do seu construtor, e lançou-se ao mar em busca de aventuras que as costas marítimas sem guarnição e com os habitantes espalhados pelos campos lhe podiam fácilmente proporcionar. Tomou por companheiros a flor dos bravos da Phthiótida e de Sparta, contando-se entre êles: Tiphys, piloto experimentado; o medico Esculápio; o poeta Orpheu e Lino; Zethes e Calais, filhos de Boreas; Castor e Pollux, do sangue de Júpiter; Antólyco, filho de Mercúrio; Theséo; e finalmente Hércules, filho de Zeus (Júpiter) e de Alcmena mulher de Amphitryon rei de Tiryntho, neto de Alcéo, conhecido pelo Hércules Thebano por ser natural de Thebas, e

considerado pelos Gregos como sendo o maior dos mortais e o primeiro dos semi-deuses. Assim acompanhado e com bom golpe de gente partiu da Thessália; e no decurso da sua viagem praticaram estes heróis aventuras muito extraordinárias. Junto ao promontório de Troya, chamado Sigeo, livraram da morte Hesione filha do rei Laomedonte, antecessor de Priamo, em cujo tempo se deu a guerra de Troya; em Colchos, com a cumplicidade de Medéa, roubaram os tesouros de seu pai Æeta, e porque os vassalos d'êste rei costumavam com peles de carneiro extrair o ouro das areias dos rios que correm do monte Cáucaso, os poetas idealizaram êste acontecimento, referindo que os Argonautas tinham roubado o *velocino de ouro* que Æeta guardava.

Velocino significa efectivamente a pele de carneiro com a lã; em francês, diz-se *toison* e em espanhol *tusón;* e d'esta façanha dos Argonautas procede a ordem espanhola de cavalaria do *tosão de oiro.* As condecorações d'esta ordem são só destinadas a reis e príncipes, e raramente a particulares. Foi instituida pelo duque de Borgonha, Filippe o Bom, em 1429; e é chefe d'ela o rei de Espanha por herança do imperador Carlos V. O seu colar leva pendente a pele d'um carneiro cinzelada em ouro. A Áustria pelo mesmo motivo conserva tambêm esta condecoração.

Antes de chegar a Colchos (Cholchida), os Argonautas visitaram Lemnos e a Samothrácia, séde do culto dos Cabiros; entraram no Hellesposto e na praia da Troada onde Hércules, Hylas e Telamon fundaram Abdera, de cujo nome houve uma cidade na Ibéria, hoje chamada Adra, na província de Almeria comarca de Berja.

Alguns autores supõem que Hércules se deteve na Troada, e que Jason e seus companheiros prosseguindo a viagem tocaram em Cysico, na Bithynia, e nas Symplegadas; descobriram e venceram o estreito que conduz ao ponto Euxino, e depois chegaram à Aria Mandyni e à Colchida. Estabeleceram algumas colónias sôbre o Pontos (Mar Negro), que tomou então o nome de Euxenos, *hospitaleiro,* em lugar de Exenos, *inhospitaleiro,* que até então tinha. De volta à Grécia, julgam alguns que os Argonautas, com o fim de conservar a memória da sua expedição, instituiram os jogos Olympicos e puseram a nau «Argos» no número das constelações, ano de 1255 antes de Christo e uns 50 antes da guerra de Troya, ou talvez menos, visto que Hércules libertou Theséo pouco depois do primeiro rapto de Helena, ainda solteira e princesa de Sparta, a qual só depois de casada com Meneláo deu origem àquela guerra fugindo com Páris, filho de Priamo. Parece comtudo averiguado, que os jogos Olympicos só mais tarde foram instituidos por Iphitus (776 anos antes de Christo).

Os que dão como verdadeira a vinda do Hércules Thebano à Península, dizem que êste com Jason passou o estreito Cymmério, d'onde derivou o nome de Criméa, o qual comunica o Mar Negro com o Mar d'Azof; e, chegando a êste último ponto subiram o Tanais (rio Don), levando a embarcação à sirga até onde havia altura d'água, desmanchando-a depois e conduzindo-a em ombros até às margens do mar Sarmático (mar Báltico). Aqui tornaram a montar a nau e desceram pelas costas da Rússia, Alemanha, França, Espanha e Portugal até ao estreito de Cá-

diz, onde sôbre o monte Calpe edificou Hércules uma cidade fortificada que por êste motivo se chamou Herakléa e depois Geb-al-Tarik quando Tarik invadiu a Península à frente dos Árabes no ano 711 da nossa era, cidade que hoje se chama Gibráltar.

Na costa d'África roubou Hércules os pomos de oiro dos jardins das Hespérides; desconhece-se porém o local onde estava situado o referido jardim, se bem a fantasia o tem colocado em vários lugares, entre êles as ilhas de Cabo Verde e as Canárias (Afortunadas). Plínio, porêm, diz que foi em Lixus (Larache); e Hesiodo dá a entender que estava cêrca de Cádiz.

Desde Herakléa saíam os Argonautas pela terra dentro a roubar, e por isso tiveram que vir às mãos com os naturais do país. Depois passaram à cidade grega de Sagunto onde foram bem recebidos, por serem povos da mesma procedência, e d'aqui à ilha Mayorca na qual prenderam o rei Bocoris roubando-lhe grande porção de gado. Por terra e por mar seguiram para Itália, onde Hércules elevou à *Ara maxima* no *Forum boarium,* que confiou às famílias sacerdotais Politii e Pinarii, entre os montes Palatino e Aventino; e ali matou Caco, grande salteador que morava n'uma caverna d'êste monte, por lhe ter roubado os bois que levava da Península (Tito Lívio). Depois de tantas aventuras regressaram os Argonautas à Grécia.

Hecateo, nega a vinda do Hércules Thebano à Península; mas Diodoro Sículo e outros asseveram o contrário. Existem efectivamente muitos indícios da sua passagem na Ibéria, nos Pyrenéus, na Gália Narbonesa, e até em Itália onde os Alpes Lepôncios e Eu-

gancas tomaram esta designação de dois dos seus companheiros; mas não julgamos isto suficiente para garantir êste facto, pois tendo outros Hércules vindo anteriormente à Península é possível que isto motivasse a hipótese da vinda do Thebano.

Cada povo atribuia ao seu Hércules todos os feitos notáveis conhecidos e certamente os Gregos fizeram o mesmo; outras vezes a fantasia ou liberdade poética dos escritores trocava os acontecimentos e confundia os heróis. Assim Virgílio na «Eneida» diz que foi êste Hércules quem matou os Geryons, o que não se podia ter dado pelas diferentes épocas em que se julga terem existido. O Hércules Thebano representa-se coberto com a pele do leão de Neméa, que êle afogou entre os seus braços, um dos doze trabalhos que lhe impôs Eurysthéo por êle ter morto a filha de Créon, chamada Megara, e tambêm os filhos que d'ela tinha tido.

Gargóris.— No tempo de Gargóris, filho de Mirica, sucedeu a guerra de Troya, a qual depois de terminada causou a dispersão das fôrças gregas e troyanas por diversas partes do mundo onde fundaram colónias, principalmente na Ibéria.

Guerra de Troya; Antenor, Enéas, Teucro, Diomedes, Mnestéo e Ulysses. — Tito Lívio nas suas décadas de História de Roma, diz que os Gregos depois da tomada de Troya, 1209 anos antes de Christo, mostraram suma crueldade com o povo troyano, exceptuando a Enéas e a Antenor, bem porque os protegesse o direito da antiga hospitalidade ou porque tendo êles aconselhado constantemente a entrega de Helena e o ajuste da paz, isto inclinasse os vencedores a não usar

para com êles do direito da guerra. Depois de diferentes contrastes da fortuna, Antenor à frente dos seus e d'uma parte dos Henetes, que arrojados da Paflagónia e privados do seu rei Philemeno, morto debaixo das muralhas de Troya, procuravam um caudilho e terras onde acomodar-se, penetrou até aos confins do gôlfo Adriático e arrojando os Eugeneos, estabelecidos entre o mar e os Alpes, apoderou-se do seu território. As paragens onde primeiro se estabeleceu conservaram o nome de Troya, assim como a comarca, mas os habitantes chamaram-se Venetos (Veneza).

A mesma catástrofe arrojou Enéas da sua Pátria, mas destinando-lhe a fortuna emprêsas de maior esfôrço, chegou primeiro à Macedónia, e d'aqui passou à Sicília, desde a qual, buscando sem descanso uma nova Pátria, arribou com os seu companheiros aos campos Laurentos, chamados assim do nome de Troya, e onde mais tarde foi fundada a cidade de Roma.

Tambêm Têucro, depois da morte desgraçada de seu irmão Ajax, e porque seu pai Telamon não lhe permitisse tornar sòsinho à Patria, foi levado primeiro à ilha de Chypre e n'ela edificou a cidade de Salamina, depois conhecida por Famagosta, que chamou assim do nome do seu país. De Chypre deu a volta à Península e dizem que fundou, onde hoje está Cartagena, uma cidade à qual pôs o nome de Têucria, facto que não está averiguado, pois que Justino e Santo Isidoro, que mencionam a vinda de Têucro, não falam na existência d'essa povoação, nem perto de Cartagena ha vestígios d'ela. Tendo passado o estreito de Gibráltar, visitou as praias da Lusitânia; chegou até à Galliza onde fundou a cidade de Hellene,

hoje chamada Pontevedra; e parece que, do nome de um seu companheiro, fundou também a cidade de Amphilóchia, que os Romanos chamaram depois Águas Quentes e os Suevos Auria, e que actualmente é Orense.

Diomedes, filho de Tydeo, consta que veio também à Península; mas como os Lusitanos oferecessem resistência ao seu desembarque, fundou, do nome de seu pai, mais ao norte, a cidade de Tuy, Tude ou Tyde, cêrca do rio Minho.

Strabão refere que Mnesteo, atheniense, com uma grande armada arribou a Cádiz, e defronte d'essa ilha, na embocadura do rio Belón, depois chamado pelos Árabes Guadalethe, fundou uma povoação a que pôs o seu nome e hoje se chama Porto de Santa Maria. Entre os dois braços do Guadalquivir edificou um templo conhecido antigamente pelo Oráculo de Mnesteo.

Os historiadores Strabão e Solino também dizem que Ulysses veio à Ibéria e fundou a cidade de Lisboa, cujo nome antigo foi Olísipo, e depois Felícitas Júlia, no tempo dos Romanos. Varrão e Plínio falam d'esta cidade, cujas fórmas de nome variam entre Ulyssipo, Ulysipo, Olísippo e Olísipo, segundo os Latinos; e Olisipona para os Gregos, na qual assenta a fórma moderna Lisboa (Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia)*. De Olísipo, como parece que se chamou em época remota e de que a pronúncia viciada fez Ulyssipo, ou vice-versa, tirou-se a analogia com o nome latino de Ulixes ou Ulixis, em grego Ulysses. Mais modernamente foi chamada Olisbonam, Olisabona e também Lisbona.

É possível que a fundação de Lisboa por Ulysses seja uma fantasia; mas, assim como outros heróis da guerra de Troya se espalharam pelo mundo estabelecendo várias colónias, também êste podia ter fundado Lisboa; e, não é para estranhar esta hipótese, dada a sua celebridade tão notávelmente cantada por Homero. O que, porêm, se nota particularmente nos historiadores portugueses é que àlêm d'uma grande descrença n'êste e n'outros factos, mencionados nas crónicas antigas, procuram aìnda por todos os meios demonstrar a falta de fundamento de tal asserção, como se isso deslustrasse ou prejudicasse na mais pequena coisa a história primitiva da Pátria Portuguesa. Esta atitude entre nós, ao contrário do que acontece com os escritores estrangeiros, que sentem satisfação e orgulho em remontar as origens da sua história até aos tempos mitológicos da tradição, dá como resultado a falta de uma introdução, sempre interessante, às Histórias de Portugal, o que se torna bem sensível, sobretudo para a educação da juventude e instrução dos estudiosos e investigadores do passado.

Supondo, porêm, que Ulysses não veio a Lisboa, podia aqui ter arribado qualquer outro herói da guerra de Troya; o que parece mais provável é que o Grego ou Troyano, que n'aquela época visitou a Península, em vez de entrar no Tejo, penetrou pelo Sado e foi fundar primeiramente a povoação que perto de Setúbal aìnda conserva o nome de *ruínas de Troya,* vulgarmente suspostas de origem romana, como é crença popular supor tudo quanto de antigo se encontra no nosso país. Já dissemos como Antenor no Adriático e Enéas em Itália deram o nome da sua

Pátria aos lugares onde encontraram asilo e tomaram assento; não é pois para estranhar que as ruínas do Sado, perto de Setúbal, tenham a mesma origem.

Também poderia ter sucedido que o nome antigo de Lisboa fôsse devido ao de Ulysses sem que êle aqui tivesse vindo, como sucede em Flandres onde se faz menção das aras e altares de Ulysses, sem que conste ter êle visitado aqueles lugares. A vaidade dos Gregos divinizou aquele herói da guerra de Troya e, para honrar o seu nome, teriam instituido memórias em vários sítios que ocuparam, explicando-se assim terem chamado Olísipo ou Ulyssipo à cidade de Lisboa.

Abides.—Gargóris, que como dissemos reinava por êste tempo na Ibéria, tinha o seu reino dos Curetes ou Cynetes, como refere Justino, nos bosques de Tartéssus, onde os Titans fizeram guerra aos deuses. Êste rei, de grandes virtudes, manchou o seu reinado pela crueldade que teve com seu neto Abides.

Tinha nascido Abides, ou Habidis, d'uma filha de Gargóris, fóra de matrimónio; e, para encobrir a desonra de sua casa, lançou mão aquele rei de todos os meios, a fim de se desfazer do neto. Primeiramente ordenou que o lançassem às feras, n'um bosque, mas estas trataram a criança com doçura, criando-o com o o próprio leite; depois foi metido n'uma fenda do terreno, para ser pisado pelo gado ao passar, mas também escapou d'êste perigo. Sem desistir do seu intento, mandou o rei que deitassem a criança aos cães e porcos, que por sua ordem tinham estado sem comer alguns dias; os famintos animais, porêm, não lhe fizeram dano e as próprias cadelas o amamentaram. Lançado ao mar, as ondas sustentaram-n'o à super-

fície e depositaram-n'o na praia, onde uma cerva o criou.

Estas aventuras fortaleceram o jovem Abides a tal ponto que ninguêm o igualava em robustez, agilidade e viveza de engenho. Alcançava as feras na carreira; lutava com todos os companheiros vantajosamente; e praticava roubos e prêsas por toda a parte, sem que ninguêm se atrevesse a resistir-lhe. Os habitantes do país por fim, molestados pelos seus insultos, concertaram uma cilada em que efectivamente caíu, levando-o prêso à presença do rei Gargóris. Êste, movido por um sentimento oculto, reconheceu o neto; e, trocado o ódio em benignidade, pôs-lhe por êstes sucessos o nome de Abides, conservou-o junto de si emquanto viveu, deu-lhe honras e riquezas, e à sua morte nomeou-o seu sucessor e herdeiro do reino.

Ha na história de Abides acontecimentos idênticos àqueles que depois se atribuiram a Rómulo e Remo. Os três são o fruto de amores ocultos; vítimas do ódio dos avós; lançados às águas e amamentados por animais selvagens. A sua fôrça não tem rival, o seu engenho e audácia deu-lhes superioridade sôbre todos os habitantes da região, a quem impunham a sua vontade extorquindo tudo quando necessitavam. São por fim presos e reconhecidos, ficando herdeiros ou sucessores do trono dos seus antepassados. A fantasia poética, que rodeou o nascimento d'êstes heróis, fez supor que as mulheres que os amamentaram eram cadelas, cervas ou lobas, porque na antiguidade assim eram designadas as mulheres perdidas ou amancebadas; e a sua morte, como o princípio da sua existência, acaba envolvida no mistério.

É pouco conhecida a história do rei Abides; sabe--se porêm que avantajou em muito os reis seus antecessores. Reùniu em povoações os habitantes do seu reino dispersos pelos campos, dando-lhes ordem social; facilitou a agricultura e o uso do vinho, já esquècido, e desenvolveu as artes e as indústrias, com o que muito se civilizaram e progrediram os povos que governava; ensinou-lhes a escritura e atribuem-lhe as leis em verso de que fala Strabão, com seis mil anos de antiguidade.

A grande fama d'êste rei chegou até aos países mais afastados; e tendo morrido em avançada idade deixou um reino próspero, a Turdetânia (Béthica ocidental e Algarve) que os seus sucessores, cujos nomes são ignorados até Argantónio, possuiram por largos anos. O que parece saber-se é que Abides reinou no tempo do rei David dos Hebreus, pelos anos de 1033 a 1001 antes de Christo.

Depois da morte de Abides sucedeu na Península uma grande séca, que durou pelo espaço de 26 anos. Dizem os antigos que, à excepção dos rios Ebro e Guadalquivir, todos os outros secaram; e que por efeito da falta de humidade a terra se abriu em grandes fendas, dificultando a fuga dos naturais para outros lugares, perecendo a maioria com os seus gados. Grandes ventos, que se seguiram depois, destruiram as árvores e deixaram o solo peninsular sepultado na maior aridez, principalmente nas margens do Mediterrâneo. Outros autores negam a extensão e grandeza d'êste cataclismo, dando-lhe menos tempo de duração e menor área. Comtudo parece que o facto é verdadeiro; e, quer se tivesse dado n'esta ou n'outra época, esten-

deu-se pelas margens do Mediterrâneo a muitas regiões, circunstância comprovada pela fome do Egypto e pela fábula de Phaeton, filho do Sol (Apolo), e da Nympha Clymene. Phaeton, tendo intentado guiar durante vinte e quatro horas o carro de seu pai, não pôde conter os cavalos, que desbocados voaram direitos à terra, abrazando-a; pelo que Júpiter o fulminou com um dos seus raios, indo cair o desgraçado auriga no rio Eridano (Pó) onde morreu afogado (Marianna, *H. de Espanha)*.

Rhódios.—Êstes povos, naturais da ilha de Rhodes, assim chamada pelo perfume das suas rosas, e que durante mais de vinte anos foram senhores da navegação do Mediterrâneo, vieram à Ibéria fundar uma cidade chamada Rhodope ou Rhoda, na vertente dos Pyrenéus, a doze milhas por mar de Empúrias ou Empória, hoje conhecida por Rosas. Ensinaram os naturais a fazer cabos, a tecer as esteiras de esparto, e a construir os moínhos para moer o trigo; e parece que foram os primeiros a introduzir na Península o uso da moeda de cobre. Edificaram um templo a Diana e um oráculo a Hércules.

Por êste tempo, dizem que arderam os bosques dos montes Pyrenéus, razão por que foram assim chamados pelos Gregos, de Pyr que quer dizer *fogo;* outros atribuem êste nome a Pyrene, filha do rei Brebryce, que foi amante do Hércules Thebano, na sua passagem para Itália, e que êste abandonou, sendo depois morta nos montes pelas feras. Ha tambêm quem atribua esta designação a Pyrro, que fazem antigo rei da Ibéria, mas que é completamente desconhecido.

Com a fôrça do incêndio derreteram-se os jazigos de oiro e prata, que havia no interior d'aqueles montes, e, formando rios que correram por uma e outra parte, vieram solidificar-se nos vales em blocos de brilhante resplandor. Êste sucesso, indiferente para os indígenas que desconheciam o valor d'êstes metais, despertou nos povos longínquos natural curiosidade e cubiçoso desejo de vir à Península recolher tão grandes riquezas, oferecendo em troca mercadorias de muito pouco valor que trouxeram nos seus navios.

IV

Phenícios, Judeus e Carthagineses

Phenícios — Ethiopes — Argantónio; Nabucodonosor e os Judeus — Phócios — Sâmios — Carthagineses ou Penos (Pœnos) — Viagens de Himílcon e de Hánnon — Origem da Escrita; Alfabetos Ibéricos.

Phenícios.— (Cantu) A Arábia Feliz devia outr'ora encerrar um grande povo agrícola e comerciante, cujas navegações se estendiam ao longo da costa oriental de África até Sofala, bem como pelas costas ocidentais da Índia e da Pérsia. Alguns viajantes afirmam a existência d'êste povo no Yemen, 600 anos antes de Salomão, chamado depois pelos Gregos os *Homeritas* (Himyaritas), ou *Sabeanos*. E' provável que d'êstes Árabes descendam os Phenícios, conhecidos na Escritura por Chananeus; e que expulsos d'êste país por alguma circunstância violenta, teriam talvez invadido o Egypto, com o nome de *Hyksos*, ao mesmo tempo que se estabeleciam nas margens do Mediterrâneo, na região denominada Joppé e depois Phenícia.

Celebrizaram-se na antiguidade pelo seu comércio; estabeleceram caravanas para todos os pontos conhecidos do globo; e estenderam a navegação pelos ma-

res, favorecidos pela esplêndida situação que ocupavam na costa da Syria, entre o Líbano e o Mediterrâneo.

Os Phenícios foram os primeiros povos que possuiram naves de alto bordo, com que se aventuraram no mar largo, tomando as estrêlas por guia. Até então a navegação foi costeira, esperando os marinheiros tempo propício e qùasi só de dia se navegava. Não admira portanto que possuindo melhores barcos e arte para os dirigir tirassem o senhorio dos mares aos Rhódios e aos Phrygios.

Partiram pois de Tyro e vieram em busca das riquezas da Península no ano 834 (antes de Christo), desconhecendo-se em que parte primeiramente desembarcaram. Aristóteles diz que os Phenícios foram os primeiros que tendo chegado ao Estreito de Cádiz trocaram o azeite que traziam por tanta quantidade de prata que lhes ofereceram os Tartéssios, habitantes de Tartéssus ou Tarteso (Occidental), também chamada Béthica, que já não cabia nas naves; sendo forçados, para conduzi-la, a fundir em prata todos os utensílios de bordo, até as próprias âncoras. Se atendermos à fábula dos rios de metais preciosos, correndo dos Pyrenéus, é mais provável que fôsse n'estas paragens onde os Phenícios adquiriram essas quantidades de prata.

Foi Sicheo, sumo sacerdote, o chefe d'esta armada; e, voltando várias vezes onde com tanta facilidade enriquecia, adquiriu tal fortuna que conseguiu obter a mão de Elissar ou Elisa, depois chamada Dido *(a fugitiva* ou *a bem amada)*, irmã de Pygmalião, rei de Tyro. Esta mesma fortuna foi a causa da sua morte, pois que o rei, invejoso da sorte do cunhado, man-

dou-o matar para lhe roubar os tesouros. Dido, porêm, morto o marido, mandou pôr as riquezas nas suas naves; e, fugindo de Tyro com grande acompanhamento, que a seguiu por compaixão pela morte de Sicheo e ódio ao tirano Pygmalião, veio abordar a Tarsis, que hoje se chama Túnez, cidade com a qual os Phenícios mantinham grande amizade e comércio. Entre Túnez e Utica, a doze milhas da primeira, no lugar de Charchedon, povoação fundada por Charchedon, cidadão de Tyro, edificaram a fortaleza de Byrsa, que significa *coiro de boi,* objecto com o qual tinham proposto aos Africanos marcar o terreno que lhes fôra cedido e que êstes tinham aceite julgando tratar-se do espaço que o coiro ocuparia inteiro sôbre a terra sem suspeitar que a medição se faria com êle cortado em delgadas tiras. Isto escreve Justino, mas Marianna, na sua *História de Espanha,* diz que seria mais provável que a fortaleza se chamasse Bosra, que em phenício é o mesmo que Byrsa, e em hebraico quer dizer *fortaleza ou castelo.* Para juntar Byrsa com Charchedon construiram uma grande muralha, chamando Carthago ao conjunto.

Foi a fundação de Carthago 72 anos antes da fundação de Roma, segundo Justino, ou 824 anos antes de Christo; isto é, 385 anos depois da guerra de Troya, o que destrói a lenda poética de Virgílio que na *Eneida* conduz Enéas a Carthago e canta no seu poema os amores d'êste herói com Dido.

Alguns anos depois da morte de Sicheo veio Pygmalião algumas vezes à Península, desembarcando no país dos Túrdulos (Andaluzia), onde hoje se acha a vila de Almunhecar; e ali edificou Axis ou Exis

para facilidade do seu comércio com a gente do país. Chegou nas seguintes viagens até Cádiz, cuja ilha se chamava Erythréa, como dissemos, do estabelecimento ali dos companheiros de Horus que tinham vindo do mar Erythreo (Mar Vermelho), e pôs-lhe o nome de Gadir, em grego Gadeira e em latim Gades. O nome phenício ou púnico significa *cercado* ou *valado,* como que expressando ser aquela ilha o *extremo dique* oposto às ondas do Oceano, ou *extremidade* do mundo conhecido, ou aìnda *local cercado de mar.* N'esta localidade levantou um Templo a Hércules (Melkarth), o mais esplêndido e notável que existiu e onde o simulacro era a châma; ao promontório extremo da ilha ficou por êsse facto chamando-se Hercúleo.

N'êste Templo, diz Strabão, havia duas colunas com inscrições dizendo o custo da obra. Philostrato refere que as letras d'estas inscrições não eram egypcias, nem índicas, nem de outro alfabeto conhecido, mas é provável que fôssem phenícias, pois foram êstes que fundaram o templo, como é opinião de Justino, Mela, Appiano, Alexandrino e outros. E' tambêm provável que estas colunas fôssem as que Sesóstris mandou construir para memória das suas vitórias na Península e levadas pelos Phenícios para o Templo, pois que, segundo Mela, elas já existiam no Tempo da guerra de Troya.

Fundaram os Phenícios outras povoações, entre as quais Málaga e Abdera, e assenhorearam-se de parte da Béthica, pretendendo alargar os seus domínios a toda a Península.

Por êste tempo reinava entre os Judeus o rei Ezéchias e foi a época da fundação de Roma.

As expedições náuticas dos Phenícios começaram pela pirataria. No tempo da guerra de Troya, quando Homero exalta Rhodes, amada de Júpiter, a opulenta Corintho e a explêndida Orchomenes enriquecida pelo comércio, os Phenícios abordavam às costas da Grécia onde ofereciam joias e bagatelas, e roubavam rapazes e raparigas que vendiam depois nos mercados asiáticos ou que punham em liberdade a trôco d'um forte resgate. Não achavam êste mister vergonhoso, como não o achavam os Gregos; pois que também Ulysses, Menelau e tantos outros foram piratas (Odysseia IV). Plutarco também diz, na vida de Theséo, que nos antigos tempos ¡os heróis se honravam com o título de ladrões!

Depois da guerra de Troya, segundo Strabão, já os Phenícios tinham pontos de arribada nas costas ocidentais de África; e no tempo de Salomão (990 antes de Christo), partiam dos portos setentrionais do golfo Arábico e navegavam para Tarsis e Ophir, nas costas da Ethiópia, d'onde voltavam ao cabo de três anos, carregados de oiro, prata, marfim, pérolas e outras mercadorias. O seu comércio tomava três direcções principais: ao sul, para a Arábia, Ethiópia e Índia; ao levante, para a Assyria e Babylónia; e ao norte, para a Arménia e para o Cáucaso. (Cantu, *H. U.)*.

Depois de se estabelecerem na Ibéria era Cádiz o seu ponto de partida para as expedições mais longínquas, e parece que chegaram até à Madeira e às Canárias. É, porêm, certo que passaram o estreito de Gibráltar; foram buscar o estanho e talvez o âmbar amarelo, cujo preço era igual ao do ouro, à Gran-

Bretanha e às ilhas Scilly ou Cassiterides; chegaram até mesmo à Prússia e ao mar Báltico; e, finalmente, a toda a parte onde podiam ir, costeando. Herodoto, no livro IV da sua História, diz que a Líbya (África) está rodeada de mar menos pela parte que liga com a Ásia; e que êste descobrimento deve-se a Necháo II, ou Neco, rei do Egypto, pelo ano 610, antes de Christo, que mandou fazer esta averiguação ordenando a uns navegadores phenícios que partissem pelo Mar Vermelho e voltassem pelas colunas de Hércules.

Outros autores pretendem provar a travessia do Oceano Atlântico por êstes antigos navegadores, atribuindo origem phenícia às inscrições descobertas junto das Cordilheiras (Andes), e supondo que o Belus assyrio e o Mithras pérsico tiveram o seu culto na América, onde as filhas do Sol fazem recordar as vestais, ao mesmo tempo que os palácios do México e do Perú apresentam os tipos e os jeroglíficos do Egypto.

Os Phenícios governando-se como Rèpública não negociavam por conta do Estado, o seu comércio não era um monopólio real; cada indivíduo era senhor do negócio que realizava, e enriqueciam a sua Pátria desenvolvendo a civilização com as colónias que fundavam. Não souberam, porêm, como Carthago conservá-las na submissão, por não possuirem a faculdade nem os meios de as conter com exércitos, do qual resultava que bem depressa se emancipavam. Entregando-se pouco ao exercício das armas, confiavam a a sua defesa aos mercenários da Ásia, sofrendo por isso muitas vezes o jugo dos conquistadores e a ingratidão dos próprios compatriotas. Não se lhe conhecem

outras conquistas àlêm de Chypre, onde edificaram Citium (Kitim), e onde sempre se conservaram.

As suas colónias eram bem diferentes das colónias das nações modernas, que são a maior parte das vezes mais obra do acaso do que o resultado de um desígnio premeditado, apresentando freqùentemente o triste espectáculo d'uma ignóbil exploração sem compensações para os colonos. Os Phenícios colonizavam nos pontos que encontravam mais favoráveis para o comércio, e não levavam para êsses locais a mania da conquista; edificavam cidades, animavam a indústria e ligavam a si os novos povos pelos laços das necessidades recíprocas, despertando n'êles o conhecimento de si mesmo e do valor das suas próprias riquezas. Das nações modernas é a Inglaterra a que mais se assemelha ao sistema de colonização phenícia, e é talvez por isso que ela possue colónias mais ricas e mais florescentes do que outra qualquer nação.

As leis que regulavam o comércio phenício são desconhecidas, mas parece que êstes povos não eram tão leais nos seus contratos como hábeis nas suas relações comerciais; de sorte que, contrato phenício e fé púnica passavam como significativo provérbio entre Gregos e Romanos.

Os seus estabelecimentos estenderam-se desde a embocadura do Guadiana e do Guadalquivir até aos reinos de Múrcia e de Granada, sendo os mais florescentes Tartéssus ou Carteya, Gades, Malaca, Hispális e talvez Córdova ou Córduba. Juntamente com o comércio propagaram o emprêgo do alfabeto e da moeda, existindo àinda algumas de cobre d'aqueles lugares com a legenda em caractéres phenícios. Mais

tarde inquiètados pelas populações indígenas, meio submetidas, ou para reprimir alguma revolta dos Turdetanos, chamaram em seu auxílio os Carthagineses, que fundaram na Península novos e mais ricos estabelecimentos, despojando os Phenícios do senhorio das colónias, e por fim consolidando pela fôrça o seu domínio em qùasi toda a Ibéria.

Ethiopes.—Os Assyrios viam com má disposição os Hebreus e Tyrios ou Phenícios, porque êstes desviavam pelo deserto e pelo Mar Vermelho o comércio que êles desejavam concentrar em Babylónia. Por êste motivo Salmanasar, rei dos Assyrios, invadiu o reino de Israel no ano de 721 ou 718 antes de Christo, no quarto ano do reinado de Ezéchias, rei de Judá, e sitiou Samaria, que tomou ao cabo de três anos, fazendo transportar os Israelitas para a Assyria e para Hala e Habor, cidades dos Médos, perto do rio Gosan. Dez anos depois Sennacherib, filho de Salmanasar, reùniu um grande exército e atacou todas as cidades fortes de Judá, ocupando-as, indo depois pôr cêrco a Jerusalêm. Deixou aqui como capitão a Rabsaces e passou ao Egypto, porque supunha êste reino partidário dos Judeus, ou porque se achava dominado por ideias de grandes e vastas conquistas. Cercou Pelúsio (Heliopolis), que hoje é Damiata, onde foi derrotado por Seton, rei egypcio, com o auxílio dos ratos do campo que de noite roeram os arreios, as aljavas e as correias dos escudos do exército assyrio, que ficou por esta fórma impossibilitado de defender-se (Herodoto, L. II).

A Bíblia, porêm, refere no livro 4.º dos Reis, que saíu contra Sennacherib o rei da Ethiópia chamado Tharaca, que reinava tambêm no Egypto, e que o der-

rotou obrigando-o a retirar para Ninive, onde foi morto por seus filhos Adramelec e Sarasar, quando no templo orava ao deus Nésroch.

A dominação dos Ethiopes no Egypto menciona-a Herodoto no reinado anterior a Seton, no tempo do rei cego Amísis, tendo durado cincoenta anos; e Strabão diz que Tharaca, livre dos Assyrios, veio à Europa, ajuntando, outros historiadores, que na Península Ibérica, junto do rio Ebro, fundou a cidade de Tarragona. (Marianna, *H. de Espanha).*

Sucedeu a Sennacherib seu filho Assar-Haddon-Pal ou Sardanapalo (682 anos antes de Christo).

Argantónio; Nabucodonosor e os Judeus.—Reinou o rei Argantónio em Tartéssus, cuja capital era Carteya, cidade situada junto ao monte Calpe, pelo ano 620 antes de Christo ou 132 da fundação de Roma; e, devido à sua grande destreza na guerra e singular prudência, foi solicitado pelos naturais para fazer oposição aos desígnios dos Phenícios, que, sem rodeios nem enganos, como até então tinham usado, mas claramente, se propunham tomar posse de toda a Península. Valendo-se das discórdias que fomentavam, iam exercendo domínio e apoderando-se de diferentes povoações, o que obrigou por fim os povos a juntarem-se em som de guerra e a castigá-los, expulsando-os de Gadir e conquistando pela fôrça a liberdade que disfrutavam anteriormente.

Argantónio em grego significa, *de prata;* e Sílio Itálico chama-lhe *belliger,* devido à guerra que moveu contra os Phenícios.

Coincidiu êste sucesso com o ataque feito à cidade de Tyro por Nabucodonosor, rei de Babylónia, e te-

rem por isso muitos Phenícios abandonado as colónias da Ibéria para ir em socorro da sua Pátria natural. Os que habitavam Cádiz tinham feito grandes levas de gente do país, e, partindo com uma grossa armada, chegaram à vista de Tyro com felicidade; forçaram o cêrco e entraram na cidade, com cujo socorro pôde esta resistir por espaço de quatro anos, até que Nabucodonosor se retirou para atacar o Egypto, que depois d'algum tempo venceu e ocupou.

Esta expedição militar de povos ibéricos como auxiliares dos Phenícios, os quais pelo seu esfôrço livraram Tyro de cair em poder do rei assyrio, devia ter-se dado pelos anos de 606 (antes de Christo), época em que Nabucodonosor II e Cyaxare, rei dos Médos, derrotaram Néchao, rei do Egypto, na batalha de Circésium, e em que Jerusalêm ficou tributária de Babylónia. Tendo porêm Jechónias, rei de Judá, recusado pagar o tributo que lhe tinha sido imposto, foi transportado por Nabucodonosor com a maior parte da sua nação para o centro da Ásia, no ano 597 (antes de Christo); em Judá deixou o rei chaldéo no trono a Matthanias com o nome de Sedécias, tio de Jechónias. Dez anos depois, tendo Sedécias feito aliança com o Egypto e procurado recobrar a independência, Nabucodonosor tomou e destruiu Jerusalêm, levando para Babylónia o resto do povo judeu com os despojos e vasos sagrados do templo. Em 572 destruiu a cidade de Tyro.

Foram os Judeus, em grande parte, incorporados no exército invasor do Egypto; e, depois da conquista d'esta nação, desejando Nabucodonosor vingar-se do socorro enviado pelos Iberos, ou com o fim de apode-

rar-se das riquezas dos Phenícios, passou à Península Ibérica com o seu exército, do qual faziam parte grande número de Judeus. Josepho, historiador dos Judeus, diz que êle se apoderou da Ibéria; e parece que desembarcou junto dos Pyrenéus, correndo toda a costa até Cádiz. Tendo reùnido grandes riquezas voltou a Babylónia, e deixou na Península grande parte dos Judeus que o tinham acompanhado (ano 171 da fundação de Roma e 581 antes de Christo).

Por esta causa, muitas famílias da Ibéria descendem d'êstes cativos e soldados do rei chaldéo, principalmente na Andalusia e reino de Toledo, antiga Carpetânia, e deram nome a várias povoações como Toledo, Escalona, Noves, Maqueda e Yepes etc., derivado de Ascalón, Nobe, Magedón, Yoppe, cidades da Palestina, e de Toledoth que em hebraico significa «famílias ilustres».

Entre os hebreus da Península existe efectivamente a tradição de que Nabucodonosor fez transportar para aqui as principais famílias da tríbu de Judá, da qual se julgam oriundos. Mas quer fôssem obrigados a emigrar ou tivessem fugido ao cativeiro de Babylónia logo desde as primeiras invasões dos reis assyrios, o que é inegável é que na Ibéria se reùniram inúmeras famílias hebreas, que chegaram a considerar a Península como segunda Pátria; e, parece até que trouxeram os vasos e livros sagrados que puderam salvar do templo. E' conhecida a parte importante que os Judeus tomaram na invasão dos Árabes, no tempo de Rodrigo, pelejando ao lado dos invasores na batalha de Guadalethe contra os Wisigodos, que, intolerantes com as suas crenças e práticas religiosas, tinham feito

d'êles os seus mais encarniçados inimigos. E, não só n'esta época mas séculos depois, chegaram a possuir tão grande preponderância nos assuntos comerciais e políticos da Península, que por diversas vezes, com o pretexto da religião, foram expulsos às dezenas de milhares; e se muitos cá ficaram aìnda, foi porque ocultaram a sua origem conservando as suas crenças, ou se converteram ao cristianismo. Comtudo, perseguiu-os sempre o ódio da raça goda, a qual não lhes perdoou nunca a traição de Guadalethe, que lançou a pátria no jugo dos Árabes durante oito séculos.

Phócios. — Pouco tempo depois dos acontecimentos anteriores, os Phocenses, oriundos da cidade de Phocéa, na Jónia, Ásia Menor, com uma armada de galeras, de que foram os primeiros mestres, navegaram pelo Mediterrâneo dando a volta por Itália, França e Ibéria. Tinham sido obrigados a emigrar da sua pátria pela crueldade de Harpalo, general de Cyro, rei da Pérsia, que governava n'aquela região. Edificaram a cidade de Vélia na costa fronteira à Sicília, que abandonaram pelas suas condições insalubres e pela oposição que lhes fizeram os naturais; e, partindo d'aqueles lugares, muitos d'êles passaram à Côrsega e d'aqui à costa de França, onde fundaram a cidade de *Massília* (Marselha), a qual mais tarde estabeleceu na Ibéria Emporium e outras colónias. Outros seguiram logo o rumo da Ibéria e estabeleceram-se na costa de Tartéssus (Tarifa), no tempo do rei Argantónio, no octogéssimo ano do seu reinado; cultivaram os campos e construiram formosos edifícios, à maneira grega, n'umas ilhas até então abandonadas, que ficavam defronte d'aquela costa, chamadas Aphrodísias, e que

d'ali em diante se transformaram em local de recreio e deleite. Todas estas ilhas desapareceram com o tempo, menos uma que se chama Junónia (Marianna, *H. de Espanha*).

Diz a tradição que Argantónio deu-lhes recursos para fortificarem a cidade natal, o que lhes permitiu levantar os muros de Phocéa com enormes blocos de pedra e defendê-la do inimigo.

A seguir à vinda dos Phocenses deu-se a morte do rei Argantónio, pouco mais ou menos no ano 200 da fundação de Roma, ou 552 antes de Christo, na idade de 120 anos. Para honrar a sua morte, levantaram-lhe os naturais um grande sepulcro, rodeado de tantas pirâmides de pedra quantos os inimigos mortos por êle na guerra.

Sâmios.—Depois dos Phócios vieram à Península os gregos Sâmios, da ilha de Samos, famosa pelo seu comércio e grande potência marítima. Os seus navios, impelidos pelo temporal, arribaram a Tartéssus, onde recolheram enorme quantidade de oiro, que empregaram principalmente na construção do templo de Juno, um dos mais famosos da antiguidade. Não consta que se tivessem aqui estabelecido.

Carthagineses ou **Penos (Pœnos).**—A seguir à morte de Argantónio deram-se na Península grandes e graves acontecimentos. Os Phenícios, tendo aumentado as suas fôrças e riquezas, conseguiram recobrar o senhorio da ilha de Cádiz, e para passar ao continente pareceu-lhes melhor servirem-se da capa da religião, pedindo aos abitantes do país licença para edificar um templo a Hércules. Dado o consentimento, construiram o Templo, que mais parecia uma grande fortaleza,

em breve rodeado por muitas moradias, d'aqueles que a curiosidade ali chamava movidos pelo aparato das cerimónias religiosas. Êste lugar chegou a ter foros de cidade, e estava situado, segundo parece, onde agora se acha Medina Sidónia, como se prova pelo seu nome de Sidon (cidade phenícia junto a Tyro).

Desde o Templo e d'outros lugares que foram ocupando faziam correrias, roubando homens e gado; e chegaram a apoderar-se da cidade de Turdeto, que esteve entre Jerez e Arcos. Tantas injúrias, porêm, acabaram com a paciência dos naturais, que reùnidos em grande assembleia, de que tomou a direcção Baucio Capeto, príncipe dos Turdetanos, decretaram a guerra aos Phenícios. Juntaram pois um grande exército, comandado por aquele príncipe, e deram sôbre os Phenícios que estavam descuidados, vencendo-os e saqueando os seus bens; tomaram-lhes todas as povoações, e ocuparam, queimaram e arrazaram o Templo, passando ao fio da espada os seus defensores. Ficaram novamente reduzidos os invasores à ilha de Cádiz, com perda das grandes riquezas que tanto tempo tinham levado a juntar; e por isso determinaram pedir socorro de fóra, preferindo à sua Pátria os Carthagineses, que estavam mais perto e que eram da mesma raça.

Os Carthagineses eram denominados pelos Romanos: *Penos, Pœnos* ou *Púnicos,* do grego *phoinix,* phenício. A sua pouca seriedade em manter os tratados deu origem à proverbial locução: *Punica fides,* deslealdade.

O Senado de Carthago, ouvidos os embaixadores de Cádiz e as alegações que para o demoverem em

seu auxílio julgaram oportuno apresentar, respondeu que em breve mandariam os socorros solicitados. N'êste tempo tinham os Carthagineses o domínio dos mares, e ocupavam qùasi toda a costa norte d'África, assim como muitas ilhas do Mediterrâneo. Até esta época tinha-lhes sido vedada a entrada na Península, pois que, tendo anos antes tomado Iviça, uma das ilhas Baleares, chamada pelos Gregos *Pytiusa,* e ali fundado uma cidade do mesmo nome, projectaram tomar tambêm as ilhas Malhorca e Minorca, para desde ali passar às costas da Ibéria, o que não conseguiram pela oposição dos indígenas e dos Gregos de Sagunto. Os Gregos chamaram *Ginésias* às ilhas Baleares porque os habitantes andavam nus, em virtude da benignidade do clima; e tambêm *Baleares,* das fundas que êles usavam e com que arremessavam pedras com muita destreza. No itinerário de Antonino véem designadas por *Clumba* e *Nura.*

Enviaram os Carthagineses em socorro dos Phenícios uma armada capitaneada por Maharbal, a qual tocou primeiro nas Baleares, e chegou a Cádiz no ano 236 da fundação de Roma, ou 516 antes de Christo. Parece, porêm, que o seu propósito era aproveitar esta ocasião para estabelecerem-se na Península, visto que começaram a cometer roubos e a fazer correrias pela terra dentro, fortificando-se em vários pontos. Os naturais do país, reùnidos na cidade de Turdeto, nomearam novamente Baucio para seu general; tomaram-lhes várias fortificações e venceram-os, matando muitos. Diz Strabão que, se os Iberos tivessem sempre reùnido as suas fôrças, nem os Carthagineses, nem os Phenícios, nem depois os Celtas os teriam podido subjugar.

Não podendo opor-se pela fôrça, usaram os Carthagineses de vários ardís, abusando da boa fé dos Turdetanos, a ponto de tornar a ocupar e fortificar as costas da Península, onde a pouco e pouco desenvolveram o seu domínio, recebendo reforços de Carthago, com muita satisfação dos Phenícios. Não durou, porêm, muito tempo para êstes o contentamento que sentiam ao ver a humilhação dos habitantes; pois que em breve, conhecendo que os Cartagineses procuravam expulsá-los, vieram às mãos com os seus antigos aliados, atacando-os primeiro com êxito, e cercando-os depois em Cádiz. Terminou a guerra por um tratado de paz, no qual ficou estipulado que o predomínio político ficava para os Carthagineses e a liberdade de comércio aos Phenícios.

Dizem que n'êste cêrco, Pephasmeno, artífice natural de Tyro, inventou, para bater as muralhas, o engenho chamado *ariete;* e que, sendo uma das cláusulas do tratado de paz o esquècimento perpétuo das injúrias passadas, como costumavam concertar os Athenienses nos seus tratados, se chamou *Lethes* ao rio que passa alì perto e desemboca no porto de Mnestéo, nome que em grego quer dizer, *esquècimento;* esta designação foi transformada depois pelos Árabes em *Guad-al-Lethes,* isto é, rio de Lethes, e modernamente Guadalethe.

Desde esta época foi aumentando o poderio dos Carthagineses até ao ano 548 da fundação de Roma ou 204 antes de Christo, em que Scipião o Africano, já declarada a segunda guerra Púnica, os venceu e expulsou da Península.

Os Carthagineses, principalmente nos Pyrenéus, ex-

ploravam minas de oiro e prata, d'onde extraíam anualmente minério no valor de um milhão de escudos; e parece que por êste tempo se deu novo cataclismo n'aquela região, abrindo-se as montanhas e deixando a descoberto grandes tesouros d'êstes minerais. Em Setábis (Játiva) produziram-se telas de linho muito afamadas; e em Bilbilis, aços de rija têmpera. As minas de oiro das Astúrias eram pouco produtivas; porêm as de mercúrio de Cetobriga (Almadên) eram muito rendosas e aìnda hoje são as mais ricas da Europa. Foram os Carthagineses os primeiros povos que calçaram as ruas.

Os estabelecimentos dos Carthagineses estenderamse pela região oriental dos Pyrenéus e do monte Idubeda, de Ortospeda e de Ilípula; pelos grandes vales do Ebro inferior, do Béthis, do Anas, do Tejo, e pela margem esquerda do Douro. Álêm d'êste rio e no vale superior do Ebro, as tríbus belicosas e incultas dos Asturianos, Cantábricos e Vascos (Euskaldonac), conservaram-se sempre independentes, falando êstes últimos, aìnda hoje, a linguagem primitiva dos Iberos da Península.

Carthago foi rival de Roma e por isso condenada à destruìção. Só à terceira guerra Púnica conseguiu Roma livrar-se de Carthago, arrazando-a, depois de 700 anos de existência; mas, na segunda guerra, esteve em grande perigo de sucumbir, tendo o génio de Anníbal avassalado a Itália durante dezasseis anos e derrotado os exércitos romanos à frente de noventa mil guerreiros de várias nacionalidades que o tinham seguido. Entre êstes muitos eram naturais da Península, e sem dúvida das regiões onde os Carthagineses

estendiam o seu domínio, compreendendo-se n'elas a que foi depois conhecida por Lusitânia. Com êstes soldados atravessou os Pyrenéus e os Alpes, seguindo o caminho que tinha levado Hércules, e no que mais tarde foi imitado por outros guerreiros também célebres, como César e Napoleão. Depois de Alexandre é considerado Anníbal como o maior capitão da antiguidade.

A cidade de Carthago foi reconstruida no tempo de Augusto e chegou a rivalizar com Alexandria; os Sarracenos por fim destruiram-na totalmente no VII século da nossa Era, e foi no meio dos seus numerosos destroços que morreu S. Luís rei de França em 1270.

Viagens de Himílcon e Hánnon.— Marianna, na sua *História de Espanha*, descreve do seguinte modo as viagens d'êstes dois navegadores, enviados para governar a Península pelo senado de Carthago, no ano 306 da fundação de Roma ou 446 antes de Christo.

Hánnon tendo chegado a Cádiz, desejoso de adquirir gloria e novos conhecimentos, navegou pelas costas do Oceano até ao promontório Sacro (Cabo de S. Vicente); e tudo quanto viu comunicou ao Senado, dizendo que tinha grande esperança de poder descobrir, com muito aproveitamento de Carthago, as costas do Atlântico e do mar Gállico, inacessíveis até então e que se estendiam a grande distância. Pedia portanto licença para aparelhar as naves precisas e municiá-las de abastecimentos para tão grande navegação. Recebeu pouco depois a licença solicitada, determinando o Senado que Himílcon descobrisse as costas e mares da Europa até à maior distância possível, e Hánnon as de África. Partiram os dois navegadores para as

suas viagens no ano 307 da fundação de Roma ou 445 antes de Christo.

Himílcon saíu de Herakléa (Gibráltar), passou pelos Mesénios e pelos Selbísios, que estavam no território dos Bástulos; dobrou o cabo postreiro do Estreito, chamado Herma ou promontório de Juno, e, voltadas as proas das naves à direita, chegou primeiro à embocadura do Cylbo, rio que entra no mar entre os lugares de Bejel e Barbate, e depois à do Besílio, que sai junto ao cabo de S. Pedro, defronte de Cádiz; entre êstes dois rios, n'uma ponta que a terra ali fórma, estava o famoso sepulcro de Geryon. Encontrou depois a ilha Erythréa, que segundo uns é Cádiz, mas outras opiniões supõem que era uma ilha situada a cinco estádios de distância da terra firme, e que o mar destruiu. Mais adiante avistou Himílcon um monte coberto de bosques, que lhe disseram ser Tartéssus, nome comum d'aquelas costas, e do cume do qual descia um rio chamado Lethes (Guadalethe); seguiam-se os Cibicenos, povos Turdetanos, que se estendiam até ao Guadalquivir; e pela terra dentro os Ileates, Cêmpsios e Mânios, da mesma nacionalidade. Entre as bôcas do Guadalquivir estava edificada a tôrre Gerunda, obra de Geryon; e diziam que êste rio, tambêm chamado Tartéssus, tinha origem na fonte Ligóstica, que manava de uma lagôa situada na vertente do monte Argentário, hoje monte Segura, e que se dividia em quatro braços que regavam os campos da Béthica. Passado o Guadalquivir, viram as cumiadas do monte Cássio, rico em filões de estanho como o seu nome indica, e do qual os Gregos chamaram ao estanho Cassiteron; as terras baixas d'aquele monte

eram habitadas pelos Albicenos, contados entre os Tartéssios. Encontraram depois o rio Ibero, que antigamente foi limite d'êstes povos, e presentemente entra no mar entre Palos e Huelva; d'éste querem alguns que a Ibéria tomou o nome, e não do outro (Ebro) situado na costa do Mediterrâneo; chama-se actualmente êste rio, Acige, do mineral que ali se encontra (caparosa), próprio para tingir de negro as lãs e panos. Na mesma costa e mais ao poente viram a cidade de Ibéria, da qual faz menção Tito Lívio, do mesmo nome d'outra que existiu nas margens do rio Ebro, não longe de Tortosa. Seguia-se depois a costa espraiada até ao promontório de Proserpina, assim designado por existir ali um templo d'esta deusa. Dobrado êste promontório, está o limite dos montes Marianos e o cume do monte Zephyrio, coberto de nuvens, continuando a costa pedregosa e cheia de mato até ao monte Saturno, depois do qual moravam os Cenitas, entre os quais corria o Guadiana, com duas ilhas opostas, chamando-se a maior Agonida. Dobrado o promontório Sacro (S. Vicente), por margens muito sinuosas chegaram ao pôrto de Cénis, não longe da ilha Petânio, hoje chamada Pecegueiro, do qual fica perto o território dos Draganos, povos da Lusitânia, estabelecidos entre os montes Séphis e Cêmphis, e limitados ao norte por um pequeno gôlfo defronte do qual estavam as ilhas Strínias. Tinham os Draganos outra ilha mais perto chamada Acale, cujas águas eram extraordinàriamente azuis e de muito mau cheiro. Actualmente estão mudadas estas costas por se ter retirado o mar. Sôbre a ilha Acale, em terra firme, acha-se o monte Cepriliano e mais adiante

a ilha Pelágia, de muita verdura e arvoredo, mas não desembarcaram n'ela os Carthagineses, por ouvirem dizer que era consagrada ao deus Saturno, e que àqueles que a ela abordassem se lhes embravecia o mar. Em terra firme seguiam-se os Sários, gente inhumana e inimiga dos estrangeiros, e por isso o cabo que existe n'aquela costa, e hoje se chama Espichel, antigamente, pela ferocidade d'aquela gente, se chamou Barbário. D'aquela ilha, em dois dias de viagem alcançaram a ilha Strínia, desabitada e cheia de malêza, tendo sido os habitantes obrigados a desampará-la pelas serpentes e outras sevandijas que ali havia e por cujo motivo os Gregos a chamaram Ophiusa (das cobras). Depois encontraram a embocadura do Tejo, onde a terra dos Sários terminava, existindo aqui uma povoação de Gregos, que se supõe ser Lisboa. D'êste ponto fizeram-se à vela e tocaram nas ilhas Albiano e Lácia, que talvez fossem as ilhas situadas em frente de Bayona, na Galiza; chegaram depois à costa dos Nérios ou Iernos, que se prolongava até ao promontório Nério, hoje conhecido por cabo Finisterra. N'êste lugar está um grupo de ilhas chamadas antigamente Strinidas, porque os moradores da ilha Strínia foram ali estabelecer-se; também estas ilhas se chamaram Cassiterides, pelo muito chumbo e estanho que d'elas se extraía. Passado o promontório Nério, Himilcon e seus companheiros voltaram as proas para o Oriente, e depois de muitos contratempos conseguiram percorrer os portos, cidades e promontórios dos Ligores, Asturianos e Silores. D'êste ponto da sua viagem em diante não existe nenhuma referência, supondo-se porêm que passaram no mar da Bretanha e foram ao

Báltico, guiados pelo desejo de descobrir terras e produtos ricos para negociarem; também nada se sabe da viagem de regresso, conhecendo-se únicamente que a volta se efectuou dois anos completos depois da partida.

A navegação de Hánnon foi mais larga e é uma das mais famosas de que ha memória nos tempos antigos; póde-se igualar em celebridade às que mais tarde se realizaram, tendo em consideração os limitados conhecimentos de que n'aquela época dispunham os navegantes. Juntou Hánnon uma armada de sessenta galeras grandes em que levava trinta mil pessoas, homens e mulheres, para fundar povoações onde julgasse a propósito; e, tendo saído de Cádiz, em dois dias de navegação chegou a uma grande planície na costa d'África e n'ela edificou uma cidade a que pôs o nome de *Thymiaterion*. Voltando ao poente encontraram o promontório Ampelúsio, a que se chama agora cabo Espartel, e suspeita Marianna que era o que Arriano designou por Soloen ou Soloente, coberto de muito arvoredo de grande frescura. Seguia-se o rio Zília, que talvez fôsse aquele a que Polybio chamou Anátis, e junto ao qual presentemente está Arcilla ou Arzilla. Os Líxios (Larache), gente que morava ali e que tomou o nome do rio Líxio, que corre do interior da Líbya e desagua no Oceano, ocupavam setecentas trinta e cinco milhas romanas de costa para lá do promontório Ampelúsio. Aqui supuseram os antigos ser o local do combate de Hércules com o Gigante Antéo e os jardins das Hespérides. A igual distância e no espaço de cem milhas havia outros dois rios: Subur, onde estava a povoação de Bonosa, e o

Sala com outra povoação do mesmo nome, que hoje se chama Salen; ambas estavam em lugar ameno mas molestado pelas feras, por ficarem perto os desertos africanos. Partindo d'aqueles lugares, chegou Hánnon ao monte Atlante, que termina no mar no cabo que os antigos chamaram a última Chaunaria, e pelos marinheiros conhecido pelo cabo Não, por estarem persuadidos que quem o ultrapassasse não mais voltava; hoje chama-se Bojador. Em frente do cabo Não fica a ilha de Las Palmas, uma das Canárias. Passado êste promontório encontrou uma extensa costa que se prolongava até uma ilha pequena, de cinco estádios em circuito, onde deixou uma povoação a que chamaram *Cerne,* a qual Marianna supõe ser Argin, e que está depois do cabo Branco; chama-se àquele golfo, também, Argin e vai até ao Cabo Verde. As dez ilhas que estão defronte d'êste cabo chamadas antigamente Hespérides (ocidentais), são as ilhas de Cabo Verde; e diz Marianna que êste cabo talvez seja aquele a que Arriano chamou Corno Hespério, e que o rio muito largo que antes d'êle entra no mar é o que Festo chamou Asama, pela parecença que tem com a designação actual de Sanaga. Cria êste rio crocodilos e cavalos marinhos, cresce e mingua no estio, como o Nilo, pelo que julgaram que os dois tinham a mesma origem; os antigos, em particular Plínio, chamaram-lhe Nigirís. Seguiam-se depois as ilhas Gorgonidas, assim chamadas por Hánnon de umas mulheres monstruosas que ali viram e a que chamaram Gorgonas, (nome das três irmãs Medusa, Euriale e Sthenis, filhas de Phorcys e Ceto, que moravam junto do jardim das Hespérides, tinham serpentes em vez de cabelos, e

com o olhar matavam e petrificavam os homens). Perto d'estas ilhas viu uns montes muito íngremes a que poseram o nome de *Carro dos deuses,* porque resplandeciam com fogos durante a noite e n'êles se produziam ruídos como de trovão; hoje chama-se-lhes Serra Leôa. Ptolomeo tambêm menciona êstes montes; e contam que os seus moradores, pelo calor excessivo que sentiam, estavam metidos em covas durante o dia e só saíam de noite a trabalhar e procurar o sustento, levando fachos acesos, e por isso os montes resplandeciam parecendo arder em châmas. Julgou Hánnon ser isto verdade e imaginou que de todas aquelas terras corriam para o mar rios de fogo. Passados aqueles montes descobriu uma ilha habitada por homens cobertos de pêlo; e, para memória de coisa tão notável, duas fêmeas que mandou apanhar, porque aos machos não foi possível alcançar pela sua grande ligeireza, como elas não se amansassem foram mortas e enviadas a Carthago as suas peles cheias de palha, onde estiveram muito tempo penduradas no templo de Vénus como recordação de tão grande maravilha. Crêem aqueles que àcêrca d'êstes assuntos teem dedicado a sua atenção e estudo que esta ilha é uma das que estão debaixo do equinóxio, defronte do cabo Lopes Gonçalves, e aquela a que nós chamamos S. Thomé.

Escreve Arriano que Hánnon e seus companheiros desde aqueles lugares deram volta à Península, obrigados pela falta de mantimentos. Plínio, porêm, diz que Hánnon chegou até ao Mar Vermelho, dobrando o cabo da Boa Esperança, no qual, aproximadas dos dois lados as costas, se termina a África em fórma de

pirâmide; e acrescenta que desde aquele ponto enviou embaixadores a Carthago, relatando tudo quanto lhe tinha sucedido. No que concordam, porêm, todos êstes historiadores, é que regressou da sua viagem no quinto ano depois da partida, em 312 da fundação de Roma ou 440 antes de Christo.

Modernamente tem-se refutado a veracidade d'estas viagens, principalmente a de circunnavegação da África; mas, como referimos, já no tempo de Herodoto se sabia que a Líbya era rodeada de mar, e várias circunnavegações ou périplos se tinham feito e outros foram tentados, como descreve aquele historiador, no tempo de Necháo, rei do Egypto, e de Xerxes, rei dos Persas. A navegação do Mar Vermelho para as Índias e Ophir era tambêm conhecida dos Phenícios, portanto a possibilidade de uma viagem da Europa para o Oriente, dobrando o Cabo da Boa Esperança, era questão considerada perfeitamente viável dentro dos recursos de que dispunham os antigos; tudo se reduzia a mais ou menos tempo de viagem e a mais ou menos probabilidade de bom êxito às primeiras tentativas. Coisa alguma nos autoriza, pois, a duvidar d'estas navegações, principalmente quando são aceites muitos outros factos que na História Antiga se descrevem; nem devemos deixar-nos cegar pela vaidade nacional a ponto de negar êstes acontecimentos, sòmente porque supomos que êles podem velar a fama dos nossos heróis.

A glória das navegações portuguesas no século XV, depois da decadência em que as invasões bárbaras e o domínio do cristianismo tinham lançado as sociedades europeias, não é menos brilhante porque fôsse conhecida a possibilidade d'essa navegação, ou porque

outros a tivessem levado a cabo anteriormente. Essa glória ficou notávelmente vinculada na História de Portugal, não só pelas circunstâncias especiais das viagens serem feitas na época em que se realizaram, mas aìnda pelo carácter oficial d'elas e, principalmente, pelo engrandecimento e dilatado domínio que proporcionaram à Patria. Trocar esta corôa de honra pelo vaidoso título de sermos os *descobridores do caminho marítimo* para o Oriente é desvirtuar a fama dos nossos heróis, tirando aos seus empreendimentos a altiva e nobre realidade dos factos, para envolvê-los na lenda poética d'um episódio de pequena significação e em que afinal só poderão crer os que desconhecem a História Antiga.

Origem da escrita. — Alfabetos ibéricos. — Plínio, falando da antiguidade da escrita, opina que *é eterno o uso das letras;* e Strabão, ponderando a cultura dos Turdetanos, diz *que conservavam escritas as memórias da antiguidade e tinham poemas e leis em verso com seis mil anos de existência,* segundo êles próprios declaravam. Esta referência de Strabão tem sido muito discutida, julgando-a uns exagerada e outros defendendo-a, reduzindo os anos solares a anos de três ou quatro meses, conforme escreve Xenophonte no seu tratado *«Æquivocis temporum», que os Iberos ordináriamente usam do ano de quatro meses e raramente do ano solar.*

Muitos autores atribuem aos jeroglyphos a primeira representação da escrita, mas em geral esta invenção supõe-se ter vindo da Assyria, d'onde os Phenícios, originários do Mar Erithréo (Mar Vermelho), a introduziram na Europa. Êstes julgavam que foi Faaut, no século XXI (antes de Christo), quem compôs o seu al-

fabeto com treze letras e que Isíris o aumentou com mais três; sendo êste alfabeto aquele que Cadmo ensinou aos Gregos, segundo Spanhémio.

Os Egypcios atribuem a Thaut ou Hermes a invenção das dezasseis letras do alfabeto de Cadmo, cuja origem, verdadeiramente, não póde ser atribuida a um personagem histórico, pois que, bastando para se expressarem com elas todos os sons que podem sair da bôca do homem, constituem uma síntese tão profunda e complexa que, excedendo de tal sorte as leis naturais da inteligência, só podem ser atribuidas à inspiração divina. (Cantu, *H. U.)*.

Um dos que sustentou ter origem o alfabeto nos jeroglyphos foi o autor alemão Knopp, pretendendo que todos os alfabetos são uma alteração de imagens e símbolos. Com efeito, os nomes das letras do alfabeto phenício designam o objecto que elas representam, mas isto parece só indicar que o primeiro dos alfabetos imitou certas figuras na fórma das letras, as quais, segundo Soldi-Colbert, *foram tiradas dos amuletos egypcios e das figuras gravadas nos escaravelhos,* objectos de que os Phenícios faziam grande comércio, e não dos jeroglyphos. Encontra-se portanto grande similitude fonética no grupo egypto-chaldéo-phenício, se bem menos completa que a gráfica, o que prova a origem comum d'estas civilizações e, segundo êstes autores, a origem egypcia do alfabeto.

As figuras indicadas por Colbert proveem da escolha de amuletos que compõem o colar funerário egypcio, que era costume colocar sobre o peito das múmias, os quais divide em grupos, chamando ao primeiro *«As Armas mágicas» (th, t, z, i, s)*. (La Langue Sacrée).

Champollion e Seyffarth julgam impossível que um jeroglypho possa passar ao estado fonético, sem ter sido precedido pelo alfabeto dos sons, e por isso concordam em que o alfabeto foi o gérmen dos símbolos egypcios, que só constituiam um sistema de caligrafia e um artifício para subtrair a sciência ao vulgo, ou para fazer com que as ideias impressionassem mais os sentidos.

Os Egypcios usaram de três géneros de escritura: *demótica, hierática e jeroglyphica.* A primeira era a escrita vulgar; a segunda, sacerdotal; e a terceira, monumental; sendo a demótica a simplificação da hierática e esta a da jeroglyphica. As duas primeiras executavam-se da direita para a esquerda e a última em qualquer sentido, indicado pela posição dos animais.

Comtudo, encontrando-se por toda a parte uma primitiva unidade nos caracteres alfabéticos, espalhada em grupos que não perderam a similhança apesar do curso dos séculos, da variedade de climas, da mistura de populações e vicissitudes políticas, somos inclinados a crer que a escrita, àlêm de ser uma arte primitiva mais ou menos reservada e misteriosa, teve uma só origem. Com efeito, Court de Gebelin tentou provar a unidade de todos os alfabetos; e Herder diz que, apresentando os alfabetos uma anologia notável, profundado bem o assunto só se encontra um alfabeto do qual derivaram os outros.

Colbert, sendo da mesma opinião, supõe que ela provêm dos primeiros ideogramas místicos, que se encontram nos caracteres que chegaram até nós, introduzidos na ornamentação dos muitos monumentos antigos espalhados por todo o mundo. Êste autor divide a escrita em três fases evolutivas: 1.ª, Sinais divi-

nos manifestados em monumentos religiosos; 2.ª, Escrita fonética ou transformação dos enigmas em sinais silábicos; e a 3.ª, Escrita alfabética, resultado da escolha das sílabas fonéticas. ¿Qual é, porêm, a verdadeira origem da escrita? Nenhum autor o póde dizer com segurança. As referências dos antigos: Herodoto, Pausanias, Lucânio, Plínio, Tácito, Tito Lívio, Quintiliano, Quinto Cúrcio, etc. são contraditórias; as teorias modernas não avançam mais. Rougé supõe que proveem dos jeroglyphos egypcios, assim como Maspero; Deecke defende a origem assyria e Hommel a babylónica, indo procurar n'estes países a semelhança do alfabeto com os caracteres das inscrições primitivas. Reinach concluíu das descobertas feitas por Evans que as letras myceanas diferem completamente dos jeroglyphos egypcios e dos caracteres cuneiformes assyrios.

Comtudo, estas investigações não destroem a invenção única do alfabeto n'uma antiguidade remotíssima, depois da qual podiam ter sido modificados os seus derivados, a ponto de os tornar completamente diferentes do primitivo. O problema é certamente difícil e n'êle devem distinguir-se dois pontos de vista principais: 1.º, *Qual o local ou país onde foi inventado o primeiro alfabeto;* 2.º, *Quais foram as bases ou figuras originárias dos caracteres fundamentais.*

A prática dos alfabetos antigos leva-nos à convicção, principalmente deduzida dos signos pontuados e da semelhança entre todos os alfabetos, que a origem dos caracteres partiu da contemplação e estudo dos astros, traduzindo em fórmas gráficas as figuras celestes formadas por grupos de estrêlas, pelo Sol e pela Lua. Desde que está assente, qùasi por unanimidade, que os alfabetos são análogos não póde haver dúvida

que o grande e único livro onde todos poderiam receber a mesma inspiração foi certamente o firmamento. E admitindo que primitivamente houve só um alfabeto é aìnda nas constelações que se póde encontrar a sua origem, e d'elas resultaria talvez a derivação para os jeroglyphos (escrita figurada), e para os caracteres cuneiformes, chineses, etc., pela deformação dos primitivos signos, por agrupamento silábico e por troca ou composição com outros caracteres inventados posteriormente. Estabelecida esta hipótese, é aos Assyrios, que foram os astrólogos mais antigos e entre os quais a Astrologia teve grande desenvolvimento, que pertence a descoberta do alfabeto primitivo; ou à Índia, berço das primitivas civilizações.

A tradição diz que o alfabeto veio à Grécia porque tendo sido raptada Europa, irmã de Cadmo, por Júpiter e levada a Creta, foi aquele mandado por seu pai percorrer o mundo em busca da irmã (século XV, antes de Christo); e, fatigado de a procurar em vão, consultou o oráculo de Delphos, que o aconselhou a que passasse à Beótia, na Grécia, e fundasse ali uma cidade, que foi chamada Thebas (1493).

O alfabeto de Cadmo (grego primitivo ou jónico) compunha-se das seguintes letras:

a, b, g, d, e, j, k, l, m, n, o, p, r, s, t, y.

A letra *k* valia também *c* e o *y* fazia de *v*.

Palamedes, na época da guerra de Troya, aumentou a êste alfabeto mais quatro letras; e mais tarde (500 anos antes de Christo), Simónides Melico outras quatro (alfabeto ático), ficando composto de vinte e quatro caracteres.

O alfabeto phenício tinha passado a muitos outros países, que o adoptaram, modificando a fórma das letras e julgam alguns autores ser também conhecido dos Pelasgos, que o ensinaram aos latinos, quando entraram em Itália, 150 anos depois que Cadmo introduziu o seu na Grécia, e substituido pelo arcádico levado à Itália por Evandro, 60 anos depois da invasão de Pelasgo.

É possível, portanto, que para a Península Ibérica viesse diretamente da Phenícia, trazido talvez por algum navegador d'aquela nacionalidade, dos muitos que se dedicavam ao comércio marítimo.

D. António Delgado, no seu livro sôbre moedas autónomas da Ibéria, é de opinião que o alfabeto ibérico dimana do phenício, com algumas alterações provenientes dos alfabetos grego (arcáico) e itálico (italiota), apresentando também muita semelhança com o samaritano.

Motivado pelas alterações que os diferentes alfabetos introduziram no ibérico, está geralmente reconhecido que na Península existiram várias maneiras de escrever o mesmo signo, d'onde resultou haver vários alfabetos em uso, como se vê nas moedas ibéricas. Reùnido, porêm, os caracteres semelhantes em grupos, reconhecem os autores a existência de três alfabetos distintos: *Celtibérico, Turdetano* e *Bástulo-Phenício* (Carthaginês).

Álêm dos caracteres que apresentamos, tirados do *Nuevo Metodo de clasificación de las Medallas de España,* de D. António Delgado, ha aìnda outros signos indeterminados ou duvidosos, assim como muitas variantes da mesma letra, que não reproduzimos mas que podem ser consultados na obra citada.

Alfabetos ibéricos

Celtibérico	Turdetano	Bástulo-Phenicio	Latino	Designação phenicia
P	ᐊ	⩓	*a*	Aleph
B	B	ᐅ	*b*	Beth
Ⴑ	Λ	1	*c*	Ghimel
Δ		ᐊ	*d*	Daleth
ᚨ	ǂ	⋋	*e*	He
↑	⩚	ч	*v*	Vau
И	≷	Z	*z*	Zain
H		ᗷ	*h*	Hheth
⊘	◈	ᒐ	*th*	Teth
ᛚ	ᛚ	∿	*i*	Iod
⋇	ᛒ	ℶ	*c. k*	Caph
ᛚ	1	ᔑ	*l*	Lamed
Ƴ	Ƴ	ℽ	*m*	Mem
ᛘ	ᛘ	ч	*n*	Nun
≷	ᛓ	ᛉ	*s*	Samech
O	O	⊙	*o*	Ain
Γ		℩	*p*	Phi
ᛘ	ᛉ	ᚴ	*tz*	Tzad
⧖		ᚦ	*q*	Koph
ᛜ	ᑫ	ᑫ	*r*	Resch
M	M	ᔓ	*s*	Scin
X	X	ᚹ	*t*	Thau
Ч	Ч		*y*	Ypsilon
⩜	⋈		*o*	Omega

A direcção da escripta celtibérica era da esquerda para a direita; a turdetana, geralmente, da direita para a esquerda, bem como a bástulo-phenícia.

D. Vicente Paredes fez a curiosa observação de que os povos escrevem conforme era visto no país da sua origem, o movimento aparente do Sol; facto que póde servir de ponto de partida para a investigação da procedência das raças.

V

Celtas e Celtiberos-Romanos

Celtas e Celtíberos. — É pelos últimos anos do século VI, antes de Christo, que os Celtas entram verdadeiramente na História, conhecidos pelo seu nome nacional. Impelidos para o Ocidente pela pressão dos Scythas (Germanos e Slavos), deixaram na Illyria, na

Styria e na Pannónia, estabelecidos fortes grupos com a designação de *Scordiscos* e *Tauriscos*, e na Bohémia (Boiohœmum), com a de *Boïos* e *Elvetos;* mais tarde estabeleceram-se sólidamente, primeiro no vale do Rheno e depois no do Escalda e no Somme. Parece que muito anteriormente (século X) a Inglaterra foi invadida e povoada por êles; que as bacias do Senna e Loire foram percorridas por numerosos bandos e que Massília (Marselha), pouco depois da sua fundação em território ligúrio, ano 600 antes de Christo, teve que defender-se dos *Celtas Salluvos* (Salyes), os primeiros que atingiram as margens do Mediterrâneo.

No século V, antes de Christo, atravessaram os Pyrenéus, sem dúvida pelo mesmo caminho que os Iberos, e ocuparam rápidamente o centro da Península Ibérica, prolongando-se ao sudoeste até aos confins da Lusitânia (Herodoto). D'esta maneira o seu domínio estendia-se desde êste extremo da Europa até à Scythia e Ásia, onde foram aliados de Alexandre o Grande.

Talvez incomodados por uma invasão germânica dos *Quados* e *Marcomanos* alguns contingentes célticos invadiram a Macedónia e, comandados por um rei ou Brenno, lançaram-se sôbre a Thessália e pilharam o célebre templo de Delphos (ano 279 ou 278 antes de Christo). Repelidos da Grécia foram estabelecer-se na Cappadócia e Phrygia, e é por êste tempo que aparecem com outro nome, o de *Galatas,* como designa Eratósthene os Celtas da Ibéria.

No século II, antes de Christo, Polybio, relativamente à tríbu dos *Gaisatas* chama-lhes *Keltoi* e *Galatoi;* e à Gália Cisalpina, *Galátia* ou *Keltiké.* Depois

de César, quando o nome de Céltica já estava definitivamente atribuido à Gália Central, Diodoro de Scília procurou distinguir os Celtas dos Galatas, dizendo que todos os que habitavam para o norte do país dos Celtas ou Keltiké, perto do Oceano e do monte Herkunion até à Scythia, eram *Galatas;* d'êste modo teriam sido êstes últimos que no anno 390 antes de Christo tomaram Roma.

Ha manifesto erro em Diodoro, confundindo o Celta e o Teutão; mas os Gregos, familiarizados durante três séculos com o nome *Keltas,* também de repente começaram a chamar *Galatas* aos Celtas invasores da Thessália, da Thrácia e da Ásia Menor; e, imaginou Timéo, que o motivo vem de Galatés ser filho da branca Galatéa e do terrível Polyphemo; ou, como refere Plutarco, porque Hércules quando atravessou a Céltica, depois da morte de Geryon, teve d'uma princesa celta um filho chamado Galatés.

A palavra *Galata* é perfeitamente céltica, pois que Gal e Kel significam *bravura;* e são duas variantes dialéticas, que diferem sòmente por uma atenuação da gutural *k* e pela inserção d'uma vogal formativa *a*. Parece, pois, que a fórma *Galata* não é mais do que uma maneira viciosa de pronunciar *Kelta.*

O nome que os Italiotas preferiram, *Galos* ou *Gauleses,* é inseparável de Galata e por conseguinte de Celta. Desde a sua chegada ao vale do Pó (século V antes de Christo) foram designados pelo nome de *Galos,* e a Lombardia por *Gallia* Cisalpina ou Citerior. O nome de *Celtas* ficou de preferência para os invasores da Ibéria.

Alguns autores atribuem a origem da palavra *celta*

à designação grega *kletos,* célebre; ou a *kelectar,* corredor ligeiro, de *kelees,* velocidade; ou à raiz sanscrita *kal,* elevar-se.

Na segunda metade do século V, antes de Christo, entraram na Península outros bandos de Celtas que tinham ficado na retaguarda, as tríbus gaulesas dos Oretanos e Carpetanos, as quais avançaram até Castela Nova e Andalusia. Ficaram assim todo o centro e sudoeste da Península (Alentejo) até ao Oceano completamente subjugados pelos invasores, que se amoldaram ao país a ponto de se confundirem, principalmente no centro, com a raça ibera, constituindo a *família dos Celtíberos.* Comtudo, os Celtas imprimiram uma feição muito especial ao carácter dos habitantes da Península, nas regiões onde se estabeleceram; e, entre os nomes iberos, ligures, phenícios, gregos e carthagineses, postos às povoações, distinguem-se as denominações célticas pelas desinências em *briga, dunum* e outras. Em Portugal temos Langobriga, Talabriga, Conimbriga, Meidobriga, Cesobriga, Mirobriga e Lacobriga nos Cynetos (Algarve). (Lefévre, *Les Gaulois).*

Depois da fusão das duas raças, celta e ibera, o núcleo central dos povos da Península distinguiu-se pelo seu poder e bravura. A longa resistência que opuseram à dominação romana as tríbus celtibéricas confederadas, dos Vaccéos, Lusitanos e Gallaicos, fizeram durar a guerra com aqueles dominadores até ao meio do século primeiro antes da nossa éra. Aliados dos Carthagineses, bateram-se contra os novos conquistadores, não para salvar Carthago, mas para conquistar a liberdade da Pátria.

Romanos; Segunda guerra Púnica e Os Scipiões.— Chegou a Roma a notícia da ruína e destruìção de Sagunto no ano 535 da fundação de Roma ou 217 antes de Christo. Esta cidade mantinha relações de amizade com os Romanos e, por isso, logo que Anníbal iniciou o propósito de a atacar, enviou embaixadores para protestar perante o Senado Romano e pedir que não desamparasse a cidade amiga, evitando que ela fosse assolada pelos seus mortais inimigos. Os embaixadores de Roma não foram recebidos por Anníbal, e da Ibéria partiram para Carthago d'onde voltaram para Roma sem obter resultado.

Sabendo os Romanos que, depois da destruìção de Sagunto, Anníbal se preparava para marchar sôbre a Itália resolveram declarar a guerra a Carthago, armando uma grossa frota. Antes porêm enviaram a esta cidade cinco embaixadores, para sua justificação e para preguntar se a cidade de Sagunto tinha sido destruida com autorização e mandato público do Senado Carthaginês. Responderam-lhes os Carthagineses com evasivas, dizendo: *que primeiro se devia tratar de saber se a guerra aos Saguntinos tinha sido justa ou não; que no tratado com Roma, depois da primeira guerra Púnica, não se mencionava Sagunto, e que, se Asdrubal tinha admitido algumas outras condições, elas não podiam obrigar o Senado e o povo carthaginês.* Não chegando nunca os Carthagineses a responder categóricamente, o embaixador romano sujeitando o manto ao peito com o braço, à maneira de quem levava recolhido algum objecto, disse-lhes: *paz e guerra trazemos, escolhei o que melhor quiserdes.* Responderam-lhe os Carthagineses: *que desse o que mais fôsse da sua vontade;* en-

tão o Romano soltando o manto, como quem dava o que nêle tinha recolhido, retorquiu: *dou-vos a guerra.* Assim teve princípio a segunda guerra Púnica.

Os Romanos passaram então à Península e procurando auxiliares, entre os naturais, ùnicamente trouxeram ao seu partido os Bargúsios. Mais tarde, foi aqui enviado Cn. Scipião com um exército e uma armada de galeras para acometer os Carthagineses e defender os aliados de Roma; sujeitou o território desde os Lacetanos e o cabo Creus até ao rio Ebro; e no ano seguinte travou batalha com Hánnon, que Anníbal tinha mandado guardar a passagem para a Gállia. Esta batalha deu-se junto à povoação de Cysso, que hoje é Sisso ou Saide, e a vitória ficou para os Romanos; comtudo os assuntos de Roma na Península não caminhavam bem, por falta de mantimentos e soldados.

No ano 538 da fundação de Roma, ou 214 antes de Christo, veio, em socorro de seu irmão, Públio Cornélio Scipião, com reforços e abundantes vitualhas. Os Scipiões encontraram apoio nos Celtíberos e Tartéssios contra os Carthagineses; mas um ano depois concentraram a guerra na região do Ebro, para impedir a junção de Asdrubal com Anníbal, a quem devia socorrer por ordem de Carthago. A sorte da Itália estava na Península; o caminho livre para Asdrubal era o completo domínio de Anníbal e a ruína de Roma. Por isso os Scipiões procuraram vencer o general carthaginês, e conseguiram-no com grande regosijo dos Romanos, não longe da cidade de Ibéria.

Reforçado Asdrubal com os exércitos de seu irmão Mágon e de Himílcon foi novamente atacado, junto

de Illiturgo (Andujar), e completamente derrotado. Por êste tempo foi Annibal vencido em Nola, tendo os Scipiões concorrido muito para isso, impedindo a entrada de Asdrubal na Itália para socorrer o irmão.

Depois d'êstes acontecimentos, a guerra na Península teve sorte vária, se bem que a vitória pendeu sempre para os Romanos até a uma certa época, o que despertou esperanças, nos dois Scipiões, de passar com as armas à costa d'África. O rei Sifax dos Numidas Massesylianos, despeitado por não lhe darem em casamento Sophonisba, filha de Asdrubal, converteu-se de repente em inimigo de Carthago, e os generais romanos enviaram-lhe três centuriões, para ajustarem um tratado de amizade e aliança, fazendo-lhe muitas promessas por parte de Roma. Êstes oferecimentos agradaram a Sifax, que permitiu a um d'aqueles centuriões que organizasse as suas tropas, enviando os outros dois com embaixadores seus, para ratificar o tratado de amizade com o povo romano e atrair ao seu partido os Numidas auxiliares, que formavam parte das guarnições carthaginesas da Península, o que efectivamente sucedeu em grande parte.

Sabendo isto, enviaram os Carthagineses uma delegação a Gala, que reinava nos Numidas Massylios e foi pai do celebre Masinissa, que n'êste tempo tinha dezassete anos; e fizeram-lhe sciente dos projectos dos Romanos e de Sifax, os quais, a realizarem-se, seriam a eminente destruìção de Carthago e o engrandecimento do rei massesyliano, em detrimento futuro de Gala. Convenceram-no por fim a auxiliar Carthago, principalmente porque Masinissa tinha empenho n'aquela guerra. Êste príncipe, juntando as suas tropas com as

carthaginesas derrotou Sifax, que teve de refugiar-se entre os povos maurúsios (Mouros).

Entretanto, os Scipiões tinham aumentado as suas fôrças com soldados celtíberos, sendo êstes os primeiros soldados mercenários que até então tinham recebido os Romanos no seu exército (Tito Lívio). Foi tambêm n'esta ocasião que pela primeira vez, nos tempos históricos, passou um exército de africanos à Península, circunstância que se devia repetir nove séculos depois, com desastrosas consequências para a nacionalidade ibérica.

O jovem Masinissa teve Sophonisba como prémio pela derrota que infligiu a Sifax; e, movido pelo desejo de ajudar seu sogro Asdrubal, passou à Península, desembarcando com sete mil infantes e setecentos cavaleiros, numidas ou alarabes, no pôrto de Carthagena. Com êste refôrço e com cinco mil homens que Indíbil príncipe dos Ilergetas (Lerida), irmão de Mandónio auxiliar de Annibal, tinha levantado na Suessetânea (Sanguessa, em Navarra, antigamente chamada Suessa) abriram os Carthagineses a campanha, que deu como resultado a derrota e morte dos dois Scipiões, n'uma batalha perto do rio Segura e da povoação de Ilórcis, que hoje parece chamar-se Lorquim, no reino de Múrcia (210 anos antes de Christo).

Os habitantes de Tarragona dizem que uma espécie de tôrre, situada defronte d'aquela cidade e que tem duas estátuas, é o sepulcro dos Scipiões.

Scipião, «O Africano». — Veio depois à Penísula Públio Cornélio Scipião, filho de Públio, moço de vinte e quatro anos, de grande valor e rectidão de carácter (Ano 543 da fundação de Roma ou 209 antes de Chris-

to). O seu primeiro cuidado foi tomar Carthagena, baluarte principal do inimigo; e dois anos depois derrotou Asdrubal nas margens do Guadalquivir. Êste general retirou para a Gállia com o exército e, por ordem de Carthago, passou à Itália em auxílio de Anníbal, que ali se achava ainda, mas foi derrotado e morto na Marca de Áncona, à passagem do rio Metauro, pelos cônsules romanos Neron e Salinator.

No ano 548 da fundação de Roma, ou 204 antes de Christo, Scipião conseguiu reforçar o exército com gente do país, tendo passado ao seu serviço Indíbil e Mandónio, desgostosos da avareza, insolência e ultrages de todo o género com que os Carthagineses tinham pago os seus serviços, pois julgaram por esta maneira poder alcançar a independência da Pátria. Atacou Scipião os generais que os Carthagineses tinham na Península perto da cidade de Sílpia, na Béthica (Andalusia), e derrotou-os obrigando-os a retirar para Cádiz onde os cercou. N'esta cidade recolheu-se tambêm Masinissa, que, vendo os assuntos de Carthago em perigo, ofereceu-se aos Romanos; e com êstes acontecimentos, de que não poderam refazer-se, acabou na Ibéria a dominação carthaginesa, passando a existir a dos Romanos, ano XIV depois que Anníbal atacou Sagunto e V que Scipião foi encarregado do govêrno da Ibéria.

N'estas campanhas empregaram os Carthagineses os elefantes como máquinas de guerra e foi-lhes grande auxiliar a cavalaria numida. A sua dominação na Península durou duzentos noventa e seis anos.

Scipião, mais tarde chamado «O Africano», passou à África no ano 550 da fundação de Roma, ou 202

antes de Christo; e dois anos depois venceu Anníbal, na batalha de Zama, tendo a seu lado Masinissa e contra si o rei Sifax oú Siphaz, que auxiliava os Carthagineses. N'esta batalha morreram quarenta mil homens, do exército de Carthago, e entre êles quatro mil Celtíberos, que Sifax tinha a seu sôldo. Perdida a segunda guerra Púnica, teve Carthago que pagar aos Romanos a indemnização de 10.000 talentos, (12.000 contos).

Guerra de Numância. — Os povos da Ibéria que tinham lutado para alcançar a liberdade ajudando a expulsar os Phenícios e os Carthagineses, combatendo ao lado dos Romanos, reconheceram por fim que, apesar de todos os seus esforços, não tinham logrado senão encontrar um outro dominador tão exigente como os anteriores mas mais poderoso; por consequência várias revoltas se deram na Península, que foram sufocadas pelos cônsules romanos, sofrendo os naturais a fúria dos vencedores sem comtudo nunca desalentar. Indíbil, reconhecendo que tinha sido enganado pelos Romanos, tambêm se revoltou e depois de ter alcançado vários triunfos foi morto, combatendo, no ano 205 antes de Christo.

No ano 601 da fundação de Roma, ou 151 antes de Christo, rebentou a guerra mais tenaz que até então tinha sido feita, na Península, aos Romanos e que ficou célebre na história; esta guerra foi movida pelos Numantinos, gente brava, cansada do senhorio de Roma e irritada pelos agravos recebidos.

Numância, cidade notável pelo cêrco que sustentou, estava situada no extremo da Celtibéria para o lado do Septentrião, entre os povos chamados Areva-

cos; as suas ruínas aìnda hoje se vêem a uma légua da cidade de Sória, onde presentemente está a ponte de Garay e não longe da origem do rio Douro. A sua situação dava-lhe vantagem para resistir ao inimigo; e se bem eram poucos os seus habitantes, em condições de pegar em armas, possuiam comtudo grandes virtudes militares que os tornavam temidos e difíceis de vencer. O seu nome, em celta, significa: *povoação dos Celtas nómadas,* d'onde *Nomândia, Nomântia, Numância.*

Semprónio Gracco, no tempo do seu govêrno na Península, tinha feito com os Numantinos um tratado em que êstes se obrigaram a não levantar fortificações em tôrno da cidade e a prestar serviço militar no campo romano. Igual tratado tinha feito Segeda, cidade da mesma região; esta, porêm, juntamente com os Tithinos, faltou aos compromissos tomados com o cônsul, começando a fortificar-se e a escusar o serviço militar. D'esta causa nasceu a guerra em que entrou tambêm Numância, que com Segeda e os Tithinos estava confederada, resolvendo atacar imediatamente os Romanos.

Por êste tempo havia tambêm guerra na Lusitânia, entre os Romanos e Cessaron, capitão dos povos d'esta província, que tinha empreendido restituir a liberdade à sua Pátria. Êste Lusitano era o sucessor de outro caudilho da mesma nacionalidade, chamado Africano, que pouco tempo antes tinha feito guerra aos Romanos.

Logo que em Roma se soube do estado de revolta, em que se achava a Península, ocupou-se o Senado em enviar novos cônsules com socorros; mas os con-

federados Numantinos, adiantados os seus preparativos de defesa, atacaram as fôrças romanas, mataram seis mil soldados e afugentaram o resto, comtudo a vitória final ficou para o inimigo. Os Romanos tinham começado sós esta campanha, juntando-se-lhe depois dez elefantes e quinhentos cavaleiros numidas enviados por Masinissa. Vários combates se sucederam em que nem sempre os Romanos levaram a melhor, tendo-se por fim revoltado também a cidade de Ocile a favor dos Celtíberos, onde o cônsul tinha a bagagem do seu exército.

Entretanto, na Lusitânia, o cônsul Múmmio foi derrotado por Cessaron, que matou dez mil Romanos, apoderando-se dos arraiais inimigos, cujos despojos os Lusitanos passearam por qùasi toda a Península em sinal de triunfo e demonstração da sua valentia. N'uma das festas que faziam, para comemorar a vitória que tinham ganho, foram surpreendidos pelo cônsul e mortos cinco mil, recuperando os inimigos parte das insígnias perdidas. N'esta batalha parece ter morrido Cessaron e sucedendo-lhe Cantheno, que nos povos chamados Cúnios, na Andalusia, se apoderou da cidade de Cunistorgis pertencente aos Romanos. D'aqui, levado talvez por um mal entendido orgulho pelas vantagens obtidas e parecendo-lhe pequena a Península para n'ela combater os Romanos, Cantheno passou o estreito de Gibráltar com parte da sua gente e desembarcou na costa de África. Os que ficaram foram derrotados por Múmmio e dos outros não mais se tornou a saber.

Mais tarde tomaram os Romanos a cidade de Ocile, imposeram tributos a várias outras povoações

que se tinham submetido e que de novo se tornaram a revoltar; e, não havendo entendimento possível com os revoltosos, resolveu o Senado romano continuar a guerra na Península até que definitivamente ficasse subjugada. N'esta ocasião veio à Península, como lugar-tenente do cônsul Lúcio Licínio Lúculo, governador da Espanha Citerior, o jóven Públio Cornélio Scipião, chamado o *menor*, que foi depois o vencedor e destruìdor de Carthago, na terceira guerra Púnica. Tinha Scipião vinte e quatro anos, foi casado com uma irmã dos Gracchos, neta de Scipião o Africano, e era também neto d'êste por adopção, por ser filho adoptivo de Paulo Emílio, pelo que também se chamou de sobrenome *Emilíano*.

Os Celtíberos e Lusitanos prepararam-se para a luta, que foi prolongada e com várias alternativas, pois a união entre os naturais era pouco sólida e a fé dos tratados falseada freqùentes vezes por ambas as partes. Houve depois uma época de relativa calma, em que o exército romano, em marchas continuadas d'um extremo a outro da Península, foi consolidando o domínio de Roma; mas no ano 614 da fundação de Roma, ou 138 antes de Christo, a cidade de Numância tornou-se a revoltar e recomeçou a guerra com mais encarniçamento que anteriormente.

Viriato, «O Fundador da Nacionalidade Lusitana» — Na mesma ocasião em que veio à Península o cônsul Lúculo, encarregado do govêrno da Espanha Citerior, foi enviado para governar a Ulterior o pretor Sérvio ou Sérgio Galba.

Desde o ano 197, ou 206 antes de Christo, tinham os Romanos feito a divisão da Espanha em duas pro-

víncias, Ulterior e Citerior, separadas pelo rio Ebro; esta divisão prevaleceu até ao tempo de Augusto.

O pretor Galba na Espanha Ulterior, que compreendia a Lusitânia, atacou na Andalusia os Lusitanos, que por aquela parte faziam correrias, sendo derrotado e mortos sete mil dos seus soldados e obrigado com o resto do exército a refugiar-se em Carmona. Despeitado por êste revés, no ano seguinte, entrou pela Lusitânia matando, roubando e queimando sem motivo todas as povoações que encontrou no seu caminho. Com os embaixadores dos povos maltratados, que reclamavam das suas atrocidades, usou de engano e aleivosia; fez reùnir os naturais sob o pretexto de lhes distribuir outras terras mais férteis e despojou-os das armas, mandando-os depois assassinar. Galba gabava-se de haver degolado, n'esta ocasião, trinta mil Lusitanos; e, com os despojos de que se apoderou, foi um dos mais ricos cidadãos de Roma.

Á traição e à fraude que usaram os Romanos respondiam os habitantes da Península com represálias, de modo tal que estas campanhas inspiravam já terror em Roma. O Senado, porêm, tinha disposto a sua conquista como a de um país que era preciso explorar sem consideração, tirando d'êle a maior quantidade d'oiro possível; e os procônsules, enviados com o fim de conter êstes leões agrilhoados, saciavam também a própria avareza, exercendo o monopólio dos cereais e esfomeando os habitantes.

As crueldades de Galba encontraram um vingador em Viriato, que sustentou a guerra com os Romanos por espaço de 14 anos e só foi vencido por traição.

Era Viriato natural dos Montes Hermínios (Serra

da Estrêla), cujos povoadores pertenciam à tríbu dos *Pœsures,* os mais ferozes e rudes da Lusitânia; na sua mocidade guardava rebanhos e caçava nos bosques, conhecia pois todos os caminhos e o mais insignificante valado d'aquela região. Com estas qualidades e natural valentia da raça foi um excelente chefe, reùnindo e dispersando com grande rapidez o seu exército pelas montanhas abruptas, onde o inimigo não ousava persegui-lo. Protegido pelo povo da Citerior, principalmente pelos Numantinos, concebeu o grandioso projecto de expulsar os Romanos e conquistar a liberdade e independência para a Lusitânia e talvez para toda a Península. Para êste objectivo confederou os Lusitanos com os Celtíberos e derrotou sucessivamente cinco pretores e varios cônsules.

Na batalha de Tríbola matou quatro mil inimigos e o próprio pretor Marco Vetílio, sendo êste substituido por Caio Pláucio, no ano 605 da fundação de Roma ou 147 antes de Christo. Encontrou-o Viriato percorrendo o território dos Turdetanos e Carpetanos sendo aí primeiramente derrotado pelo herói lusitano, com grandes perdas, e, depois, do outro lado do rio Tejo para lá do monte Vénus, monte assim chamado por n'êle existir um templo dedicado àquela deusa (S. Gens, serra d'Ossa). N'estas duas batalhas tiveram os Romanos mais de oito mil baixas; e julgam alguns historiadores que esta última teve lugar perto da cidade de Ébora (Évora), na Lusitânia, por causa de uma lápide sepulcral que se encontrou n'aquela cidade, com uma inscrição em latim, transcrita na *História de Espanha,* de Marianna. Esta inscrição latina é o mais antigo monumento d'êste género que existiu na Península.

Depois, Viriato venceu e matou, com parte do seu exército, o pretor Cláudio Unímano (ano 606 da fundação de Roma, ou 146 antes de Christo), crê-se que nos campos de Ourique, como indica outra lápide que André de Rèzende menciona nas *Antiguidades de Portugal.* No ano seguinte foi desbaratado outro pretor chamado Caio Nigídio, perto da cidade de Vizeu, onde esteve o sepulcro de Lúcio Emílio, morto n'aquele combate.

Veio depois à Península o pretor C. Lélio e, no ano 609 da fundação de Roma, ou 143 antes de Christo, o cônsul Q. Fábio Máximo Emiliano, irmão de Scipião, que conseguiu ganhar uma batalha perto de Osuna na Andalusia. Sucederam a êstes vários pretores e cônsules, até que, três anos mais tarde, passou à Península, especialmente para fazer a guerra a Viriato, o cônsul Quinto Fábio Servílio, que trouxe comsigo dezoito mil infantes e mil e quinhentos cavalos, àlêm do socorro que d'África lhe enviou Micipsa, filho de Masinissa, e que constava de dez elefantes e trezentos cavaleiros. A êste exército juntou-se o que já estava na Península, mas, apesar do grande número de fôrças que os Romanos tinham reùnido, não deixava Viriato de os incomodar com repetidos assaltos, obrigando-os a retirar para Utica, na Andalusia, onde parece que os cercou. Por generosidade, ou por falta de mantimentos, pois que n'aquela ocasião podia ter fácilmente passado as legiões ao fio da espada, ofereceu-lhes a paz, debaixo da única condição de que os Romanos, ficando com o resto da Península, o reconheceriam como senhor do país em que dominava. O Senado romano confirmou êste tratado, e Viriato con-

seguiu obter para si e para os Lusitanos um Estado independente à custa da Rèpública romana (Appiano).

Podia Viriato ter fundado definitivamente *o reino da Lusitânia,* que só cêrca de treze séculos depois surgiu, d'entre as ruínas do império wisigodo, com o nome de Portugal, se a falta de fé dos tratados e a traição dos Romanos não tivesse roubado a êste herói a glória de perpetuar na História a nacionalidade que pelo seu esfôrço e dos seus companheiros soubera tão nobremente conquistar. Mas a hora da Lusitânia independente não tinha chegado aìnda; o cônsul Quinto Servílio Cepião, cidadão obscuro e que tinha solicitado e conseguido o consulado por ser irmão de Serviliano, pediu a Roma licença para violar os tratados, e tendo-a obtido declarou guerra a Viriato, sem razão nem pretexto. Depois de várias vicissitudes, o capitão lusitano, cansado d'esta guerra tão tenaz e duradoura, enviou ao cônsul três embaixadores de nome Alauco, Ditalco e Minuro, pedindo a paz. Êste recebeu-os enchendo-os de presentes e, prometendo-lhes para o futuro grandes dons, disse-lhes: *que para livrar a sua Pátria e a êles próprios, de tantos males que esta guerra trazia, os convidava a matar Viriato.* Êstes traidores, vendidos a Roma, não tiveram escrúpulo em aceitar a proposta do cônsul e consumaram o atentado infame quando o capitão lusitano se achava dormindo (ano 614 da fundação de Roma ou 138 antes de Christo), matando-o às punhaladas no próprio leito. Os seus soldados fizeram-lhe solenes exéquias, no dia seguinte, incinerando-o n'uma altíssima pira e celebrando justas e torneios para memória de tão infortunado acontecimento (Appiano).

Quando os vis assassinos reclamaram ao cônsul a recompensa do seu crime, aquele respondeu: *que o povo e o Senado romano nunca recompensariam os assassinos do seu próprio general e o mais que lhes podia conceder era a vida salva.* Por sua parte o Senado Romano recusou depois as honras do triunfo ao não menos vil Cepião.

Sucedeu a Viriato um indivíduo chamado Tântalo, sem os dotes guerreiros nem o génio d'aquele, e por isso em pouco tempo teve que entregar-se, sendo desarmados os Lusitanos e dominada a Península.

Viriato, que de baixa condição soube elevar-se até fazer empalidecer a reputação guerreira de Roma, quando esta precisamente estava no explendor do seu poder militar, é uma grande glória da Lusitânia; era digno d'outro fim e melhor fortuna pelas suas qualidades e grandeza de coração; não o quebrantaram nunca as adversidades nem o envaideceram os triunfos; combateu com fé pela Pátria e pela Liberdade, sem miras interessadas; e a magnanimidade do seu empreendimento fê-lo temido dos inimigos e respeitado pelos seus compatriotas. *Si fortuna cessisset, Hispaniæ Romulos* — se a fortuna nos abandonasse Viriato seria o Rómulo da Espanha — dizia Lúcio Floro, cidadão romano. É êste o melhor elogio do herói que na Historia gravou com a ponta da espada o nome de *Lusitânia,* até então desconhecido, fundando assim a nacionalidade de que nós os Portugueses somos os legítimos herdeiros e representantes. (Alexandre Herculano).

Muitos vestígios se encontram aìnda das campanhas de Viriato, sendo tradicional a existência das cé-

lebres *Cavas de Viriato,* profundos antros nas montanhas onde se diz que êste general se abrigava e fortificava com as suas hostes. Ha uma em Vizeu, de que o cabido tomou posse em 1461, reinando D. João I; estava resguardada por uma tôrre e dentro havia, n'aquela época, uma capela dedicada a S. Jorge, à qual o ilustre infante D. Henrique, a quem seu pai fizera duque de Vizeu, legou certo rendimento. Tinha de circunferência 3.065 passos; a entrada fazia-se por quatro grandes aberturas que deviam antigamente estar guarnecidas de cantaria, formando as portas; e era rodeada de um fôsso. *(Panorama* de 1841).

Existe outra cava nas estribações da serra de Gredos, ao norte de Valência de Alcântara, junto ao Tejo, de cujos detalhes não existem notícias.

Destruição de Numância e Scipião «O Numantino». — No ano da morte de Viriato tinha o govêrno da Citerior o cônsul Quinto Pompeio, e todos os povos de esta província estavam sujeitos a Roma menos os Numantinos e os Termestinos, que eram considerados amigos do povo romano, mas gozando de toda a liberdade. Êstes últimos estavam situados a nove léguas de Numância, onde hoje está uma ermida de Nossa Senhora de Tiermes.

O cônsul romano, com o fim de os obrigar à guerra e tirar-lhes as regalias, censurou-lhes o auxílio prestado a Viriato; e, despedindo com desprêzo os embaixadores que lhe tinham enviado com explicações, declarou que sem entregarem as armas não os atenderia. Em vista d'isto reüniram os Numantinos as suas tropas, compostas de oito mil infantes e dois mil cavaleiros, e encarregaram da sua defesa um caudilho

experimentado chamado Megara. Acampado perto de Numância, com trinta mil infantes e dois mil cavalos, foi o exército do cônsul muito molestado pelo inimigo, sucedendo-lhe o mesmo em Termância, que por fim conseguiu tomar, bem como Mânlia. Voltando a cercar Numância, concertou a paz ao terminar o seu consulado, mas o cônsul que lhe sucedeu, Marco Popílio Lenate, não reconheceu o tratado; e, sendo levada a questão a Roma, o Senado resolveu que continuasse a guerra.

Entretanto, Popílio atacou sem resultado as tríbus dos Lusones, que ficavam perto de Numância; e no ano 616 da fundação de Roma, ou 136 antes de Christo, foi derrotado pelos Numantinos. Por esta época os velhos soldados de Viriato, aos quais os Romanos tinham distribuido terras, edificaram a cidade de Valência, que uns dizem ser Valência de Alcântara, outros Valença do Minho ou aìnda Valência del Cid.

Veio no ano seguinte o cônsul Caio Hostílio Mancino, que foi imediatamente vencido várias vezes pelos Numantinos, fugindo para longe pelo pavor que o acometeu ao saber que em socorro da cidade vinham os Vaccéos e os Cantabros. Por esta causa foi feita novamente a paz nas bases primitivas, mas o Senado de Roma não se conformou com o procedimento do cônsul e mandou-o entregar ao inimigo. Sucedeu-lhe Marco Lépido, que foi tambêm derrotado e temendo o auxílio dos Palentinos iniciou a retirada na qual lhe mataram não menos de seis mil soldados. Êste cônsul foi tambêm chamado a Roma, onde foi acusado e condenado.

No ano de 619 da fundação de Roma, ou 133

antes de Christo, foi batido o cônsul Quinto Calpúrnio Pison; e o Senado romano, já preocupado bastante com a série de desastres sofridos pelas suas tropas, lançou mão do último recurso enviando à Península Scipião Africano, o destruìdor de Carthago, que para êsse efeito foi nomeado extraordináriamente cônsul no ano 620. Vieram com Scipião quatro mil mancebos da nobreza romana e muitos outros que para Roma tinham sido enviados por diversos reis tributários da Rèpública, a fim de receberem instrução na grande cidade; e, com êles, organizou um esquadrão a que chamou Philonida, nome que quer dizer *benevolência e amizade, união muito forte e ajuda entre soldados para conseguir qualquer emprêsa.* Reorganizou o exército, banindo do acampamento duas mil rameiras, que ali encontrou, e outros tantos mercadores e mochileiros; e fez conduzir aos soldados, nas marchas, para os habituar às fadigas da guerra, trigo para trinta dias e apetrechos para construir os bivaques, que de propósito variava com freqùência. Era o general o primeiro a dar o exemplo nos trabalhos e assim introduziu a disciplina no exército.

Passou Scipião algum tempo em correrias pela região, dando-se várias escaramuças. N'esta ocasião veio da África, em seu auxílio Jugurtha, neto de Masinissa, nascido fóra do matrimónio d'um filho d'aquele rei chamado Manastabal. Enviou-o o rei Micipsa, seu tio, com dez elefantes e um grosso esquadrão de cavalaria e infantaria.

Por fim estabeleceu Scipião o cêrco da cidade, não querendo aceitar batalha com o inimigo, e apertou de de tal maneira o sítio que os Numantinos, carecendo

de víveres, sem comunicação exterior e perdida a esperança de serem socorridos, solicitarem a paz. Scipião recusou qualquer entendimento com êles e pediu a entrega sem condições, o que os desesperou e levou ao extremo de acometerem o campo romano depois de se terem embriagado com uma bebida feita de trigo e chamada *célia*. Houve n'êste encontro grande carnagem, mas os Numantinos tiveram que recolher à cidade sem terem roto o cêrco; e, desde então, faltos de mantimentos e alimentando-se de cadáveres, sem poderem fugir nem salvar-se, resolveram morrer, envenenando-se e combatendo uns com os outros ou suìcidando-se, tendo préviamente lançado fogo à cidade.

Quando Scipião entrou em Numância poucos edifícios encontrou salvos das châmas e nenhum habitante vivo. As poucas casas que escaparam do incêndio mandou-as o cônsul arrasar e os campos foram distribuidos pelos soldados. Assim acabou a heroica cidade, vencida, mas sem que o vencedor levasse a palma da vitória; as suas ruínas aìnda hoje se vêem, bem como as do acampamento romano, para memória e ensinamento das gerações futuras. Debaixo das ruínas de Numância ficaram sepultadas, por muito tempo, as esperanças de independência da Lusitânia e da Celtibéria.

Deu-se êste celebre acontecimento no ano 621 da fundação de Roma, ou 131 antes de Christo, um ano e três meses depois da chegada de Scipião à Península. Êste general partiu logo para Roma, a fim de receber as honras do triunfo, e foi por esta vitória cognominado *O Numantino*. Também pouco antes

tinha gozado do triunfo Décio Bruto, por ter vencido os Galegos, pelo que foi conhecido por «*Callaico*».

Sertório e Pompeio «O Grande».— Na Itália tinha-se declarado a guerra civil entre Sylla e Mário, isto é entre a aristocracia e o povo. Esta situação tinha-se estendido às províncias romanas e, na Península, era sustentada com grande vigor por Quinto Sertório, que, vendo decrescer o partido de Mário, tinha corrido para a Ibéria com o fim de obstar à sua ocupação pelos partidários de Sylla e procurar um asilo para os seus amigos.

Sertório era natural de Núrsia, na Sabina, tendo nascido no ano 121 antes de Christo; começou por advogar no Forum, em Roma, e combateu depois contra os Cimbros, quando êstes quiseram invadir a Itália. A sua coragem tinha-o tornado querido de Mário e merecêra grandes elogios nas anteriores guerras da Península.

Nunca a Ibéria se tinha resignado ao jugo romano, e cruentos protestos se produziam de vez em quando. O cônsul Tito Dídio, chamado para pacificar estas rebeliões, tratou os povos com barbaridade; por suspeitas fez separar os homens das mulheres e das crianças, que foram conduzidas a Colenda para formarem uma colónia, e mandou aos legionários que matassem todos os homens, procedimento aprovado pelo Senado romano. Os Celtíberos, então, correram às armas, mas tiveram que submeter-se.

N'estas circunstâncias, Sertório, proscrito por Sylla, encontrou o país nas peores disposições contra os dominadores arrogantes, crueis e avaros. Tomou os portos e entradas da Península; deixou nos Pyreneus

um capitão chamado Salinator, com boa guarnição; e êle, entrando para o interior, levantou o pendão da revolta para reùnir tropas em seu favor. Veio, porêm, rápidamente Caio Annio que desbaratou as fôrças que guardavam os Pyrenéus, dando a morte a Salinator. Com êste sucesso desanimou Sertório, e desde Carthagena passou à África; apoderou-se da ilha Ivisa (Pityusa), e pensou passar às Canárias, ou chegou a ir até lá, segundo alguns historiadores. Na costa de África tomou Tíngis (Tânger) aos partidários de Sylla; e sendo chamado pelos Lusitanos voltou à Península, onde se estabeleceu e constituíu um Senado de gente do país ao sistema de Roma, com os mesmos magistrados e questores. A fama da sua política e govêrno grangeou-lhe o domínio da Ulterior e muitos partidários na Citerior, porque todos julgaram que dirigidos por Sertório poderiam fazer declinar o poderio dos Romanos e livrar-se da sua tirania, conquistando a independência.

Para consolidar a sua preponderância entre os povos que o tinham por chefe fez vir da Itália professores de sciências e fundou uma Universidade na cidade de Osca (Huesca), procurando que os filhos dos principais cidadãos a freqùentassem, fazendo-lhes crer que as nações não menos se nobilitam pelo estudo que pelas armas. Cultivou tambêm a religião, o mais eficaz meio de prender o coração do povo, e fingia que Diana lhe tinha dado uma corça a qual lhe transmitia ao ouvido tudo o que êle devia fazer, estratagema usado em público quando respondia a alguma carta ou a algum assunto do Senado.

Acham-se na Península moedas com o nome de

Sertório d'um lado e tendo no reverso uma corça. Residiu em Évora muito tempo, onde praticou muitos e grandes benefícios, como o testemunham duas lápides que ali se encontraram; vestia à moda do país e tinha adoptado a sua língua e crenças para melhor ganhar a afeição dos naturais, a quem dava generosamente dinheiro e belas armaduras; e, isento de paixões, moderado nos castigos, herói pelo valor, conhecedor do terreno como ninguem, conseguiu constituir na Lusitânia *uma verdadeira Rèpública* (Plutarco), que sem dúvida podemos considerar como a continuação da obra de Viriato.

Os filhos dos principais cidadãos que mandou educar em Osca eram para êle refêns preciosos, ao passo que seus pais viam com satisfação que êles se instruíam e propagavam a civilização na sua Pátria. Relativamente a Osca, dizem alguns historiadores romanos que não foi a actual Huesca em Aragão, mas sim Huéscar nos Bastetanos (Andalusia), que estava portanto situada no território ocupado por Sertório (Marianna, *H. de Espanha).*

Sylla mandou Q. Metello contra Sertório no ano 674 da fundação de Roma ou 78 antes de Christo, mas êste general foi derrotado várias vezes, vindo por essa causa à Península, em seu auxílio, Manílio, procônsul da Gállia Narbonense, que tambêm foi desbaratado n'uma batalha, fugindo para Lerida. Metello cercou depois Lacobriga (Lagos), que foi socorrida pelas tropas de Sertório, vendo-se por isso aquele cônsul obrigado a levantar o cêrco.

Êstes sucessos levaram a fama de Sertório ao extremo da Europa, de modo que o grande Mithridates,

rei do Ponto, na Ásia, na segunda guerra que teve com os Romanos, mandou-lhe pedir a sua amizade e que o socorresse.

Veio mais tarde à Península Cn. Pompeu, para combater Sertório, e reùniu-se logo com Metello resolvido a não investir com o inimigo de Roma sem ter todas as suas fôrças reùnidas. Estava n'aquela ocasião Sertório cercando a cidade de Laurona com as suas tropas e com as que Marco Perpenna lhe tinha trazido da Sardenha, depois da morte do cônsul Emílio Lépido. Laurona, dizem, estava perto de Valência, junto ao rio Xucar, hoje chamado Líria.

Perpenna pensou em princípio fazer a guerra na Península por sua própria conta, para se estabelecer e constituir um Estado independente, como tinha feito Sertório; mas sendo mal recebido pelos habitantes teve que reùnir-se àquele caudilho. Compreende-se, pois, que não era criatura afeiçoada ao general dos Lusitanos e só por necessidade lhe prestou o seu apoio.

Metello e Pompeu quiseram fazer levantar o cêrco de Laurona, mas as suas avançadas compostas de dez mil homens foram mortas e a cidade rendeu-se mesmo à vista dos generais romanos, sendo queimada e saqueada. Retiraram êstes para a Citerior a fim de passar o inverno, e Sertório para a Lusitânia.

No ano seguinte, 677 da fundação de Roma ou 75 antes de Christo, voltaram os exércitos rivais a entrar em campanha. Pompeu apoderou-se de Segeda; e Metello perto de Itálica, junto a Sevilha, derrotou Hirtuleio, capitão de Sertório, matando-lhe vinte mil homens, com o qual se encheu de grande orgulho e satisfação. N'um dos *touros de pedra* chamados *de*

Guisando, acha-se gravada uma inscrição relativa a êste acontecimento, nos seguintes termos: «*A Quinto Cecílio Metello, cônsul II* (duas vezes), *vencedor*». Houve depois uma batalha sem resultado decisivo perto de Segeda; e mais tarde outra em Segôntia, nas terras banhadas pelo rio Túria (Valência), em que Sertório foi derrotado, ano 679 da fundação de Roma e 73 antes de Christo, e obrigado a fugir para Calahorra onde procurou refazer-se com outro exército. Cercado por Pompeu n'esta cidade pôde comtudo romper o cêrco, e reùnindo todas as suas fôrças afugentou os generais romanos que foram invernar, Metello para lá dos Pyrenéus e Pompeu para os Vácceos.

Por causas desconhecidas, se bem que era de carácter dócil, cometeu Sertório algumas crueldades com os filhos dos naturais que estudavam em Osca, talvez efeito da adversidade que começou a persegui-lo, ou pelo abandôno d'alguns dos seus compatriotas que passaram ao inimigo com o pretexto do general preferir os Celtíberos a êles para a sua guarda.

Metello apoderou-se de muitas cidades no verão seguinte e Pompeu teve que levantar o cêrco de Palência, mas reforçado com novas tropas levou as fôrças inimigas de retirada até ao promontório de Hemeroscopéo (cabo de S. Martin), não longe de Dénia.

Os assuntos de Sertório caminhavam portanto mal, mais pelas desavenças dos seus do que pelo esfôrço dos Romanos; e tudo, finalmente, se perdeu com a sua morte sucedida em Osca, onde foi apunhalado por Antónius, homem principal, em um banquete em que êste estava sentado ao seu lado. Quem tramou esta conjuração foi Perpenna; e a sua morte deu-se no

ano 681 da fundação de Roma ou 71 antes de Christo. Os Lusitanos chamaram-lhe o Anníbal romano; e o seu corpo supõe-se que foi enterrado em Évora, por causa de um sepulcro que ali se encontrou nas fundações da igreja de S. Luís, segundo refere Ambrósio de Morales.

A figura d'êste capitão de tão excelentes virtudes e conhecimentos militares, que tantas vezes pôs em embaraços o grande Pompeu, se bem que não era natural da Península, marca na História da Lusitânia uma página brilhante, pondo em relêvo o carácter altivo e independente d'esta raça, que nas guerras contra os Romanos demonstrou heroicamente o seu grande amor pela liberdade da Pátria, sendo sòmente vencida pela perfídia dos contrários.

Perpenna o chefe da conjuração, após a scena do banquete, que Plutarco conta detalhadamente na vida de Sertório, apossou-se dos papeis d'êste e quis tomar o seu lugar, mas foi derrotado por Pompeu; e, tendo caído prisioneiro, o general romano mandou-o executar, bem como a qùasi todos os seus cúmplices. Outros, que fugiram para a África, morreram às mãos dos Maurúsios, às flechadas, escapando só um, Aufídius, que ali viveu na miséria e detestado por todos.

Pompeu não quis tomar conhecimento dos papeis de Sertório e queimou-os, porque êles comprometiam muitos senadores de Roma. Depois toda a Península foi imediatamente reduzida à obediência, e a facilidade com que terminou esta guerra, de dez anos, testemunha menos o mérito do general romano que o de Sertório. A guarda de Lusitanos e Celtíberos que êste

herói tinha ao seu serviço pessoal, fiel ao seu juramento, matou-se, vendo morto o seu chefe.

Pompeu partiu para Roma, onde lhe foi concedida pela segunda vez a honra do triunfo. Êste general, cognominado «O Grande», recebeu mais tarde o título de *Imperator;* e tendo-se tornado rival de Júlio César foi derrotado por êste e assassinado por ordem de Ptolomeo, rei do Egypto, ao desembarcar em Pelúsio.

Com Sertório acabou a Epopeia Lusitana dos tempos antigos, consubstanciada nos três gloriosos episódios: Viriato, Numância e Sertório, que marcam na nossa História um século de heroicas lutas, sustentadas contra Roma em defesa da Pátria livre e durante as quais, por vezes, a energia indomável dos peitos lusitanos, que a má fé venceu mas não extinguiu, fez empalidecer a fortuna militar ao colosso da antiguidade.

Ébora.— Ha dúvidas sôbre a situação da cidade de *Ébora de Sertório,* isto é, onde Sertório teve a capital do seu domínio na Península. Os Portugueses julgam ser Évora do Alentejo, outros dizem que estava perto de Toledo, na região dos Carpetanos, desconhecendo-se verdadeiramente se foi alguma das povoações aìnda existentes, ou qualquer outra destruida em tempos remotos e de cuja situação exacta não ficou memória. Parece provável que fôsse a cidade de Talavera, mas a lenda da pedra, em que S. Vicente deixou a impressão das suas pègadas, e a casa dos pais d'êste santo, que ali existiu e que são tradições antigas, abonam em favor da nossa cidade. Por outro lado, ficando *Ébora* entre Toledo e Merida, segundo a viagem de Daciano, nomeado Governador

da Península pelō imperador Diocleciano, não póde ser a Évora do Alentejo.

Ptolomeo dá a Talavera o nome de *Líbora* e, perto d'esta povoação põe Lorviga, no outro lado do Tejo e defronte da confluência do rio Alverche, que nasce nos montes de Ávila. Além d'isso, Tito Lívio, na História Romana, coloca nos Carpetanos (reino de Toledo) uma povoação chamada *Ébura,* notável pela batalha que o pretor Quinto Fúlvio Flaco deu aos Celtíberos e pela vitória que alcançou. Devem ser *Ébura* e *Líbora* a mesma povoação e é possível que a pronúncia se trocasse em *Élbora,* no tempo dos Godos, como se vê nas suas moedas. Esta povoação foi chamada pelos Latinos *Talábrica* (Marianna, *H. de Espanha).*

Até ha poucos anos, grandes recordações de Sertório estavam ligadas à cidade de Évora (Alentejo); dizendo-se que grande número de lápides, um aqueduto e um templo romano ali existentes eram obras d'aquele ilustre capitão. Porêm, o prussiano Hubner *(Noticias arqueológicas de Portugal)* considera as lápides como falsas, ou falsificadas, e dá como autor d'esta falsificação o notável antiquário português André de Rèsende. E' um facto que, no tempo d'êste antiquário, era vulgar, mesmo nos países mais cultos da Europa, fabricarem-se lápides e documentos para provar a antiguidade das cidades, conventos e palácios. Se o aqueduto é de Sertório, ou não, é tambêm ponto de dúvida; e emquanto ao belo templo romano, consagrado a Diana, o monumento mais célebre e melhor conservado que d'êste povo existe em Portugal e talvez em toda a Península, sendo incontestavelmente obra dos Romanos, não se sabe a época da sua funda-

ção. Filipe Simões, escritor consciencioso e que estudou as antiguidades de Évora, é de opinião que êste templo foi erigido, no século II da nossa éra, por algum imperador romano; outros, porêm, dão-lhe maior antiguidade, supondo que foi edificado por Sertório, 75 anos antes de Christo. Tinha seis colunas de frente e oito de lado, da ordem corínthia, motivo porque alguns arqueólogos atribuem a sua consagração a Júpiter e não a Diana; os Romanos empregavam para as deusas a ordem jónica. Os Árabes fizeram d'êle mesquita; talvez servisse depois de igreja cristã; e mais tarde serviu de celeiro, sofrendo muito a sua arquitectura. Actualmente acham-se as suas ruínas relativamente conservadas, vendo-se aìnda algumas colunas de pé.

Outras cidades com o nome de *Ébora* houve na Península, mas a sua importância foi muito inferior à das duas citadas.

Ilha Atlântida. — Segundo Platão, que naturalmente tomou êstes conhecimentos dos sacerdotes egypcios, os primeiros que se referiram à grande ilha Atlântida, parecia-se esta em fórma e tamanho às duas partes da América e estava situada entre elas, a Europa e África. Pertencia-lhe a Península de Yuacatan (México), as ilhas Canárias, de Cabo Verde, Madeira e talvez os Açôres, e devia ter desaparecido, no fundo do Oceano, por um d'êsses grandes cataclismos sísmicos, que a sciência reconhece terem causado enormes transformações na superfície do globo terrestre em tempos remotos.

¿ Mas terá sido a ilha Atlântida uma realidade e teria efectivamente desaparecido no mar, ou foi uma fábula dos antigos, ou aìnda confusão com algumas

ilhas actuais do Oceano, compreendendo as Antilhas, ou com a parte ocidental da Península Ibérica?

A sciência, levada a reconhecer a necessidade da sua existência, dá-a como desaparecida ha mais de quatro mil anos, quando se abriram o estreito de Gibráltar e os Dardanellos; quando a Lapónia, a Sibéria e o Sahara eram mares interiores e lagos as bacias do Ebro, do Douro, do Esla e o planalto central de Castela. Comtudo todas as conjecturas dão como conhecida a sua existência n'uma data muito mais recente e isto não se concilia com a época do seu desaparecimento. Quando das transmigrações dos Atlântidos, podia ter sido inventada a fábula da ilha ou ilhas Atlântidas; o estabelecimento, porêm, d'êstes povos foi muito àquem do tempo provável d'êsses grandes cataclismos que transformaram a crôsta da terra.

Parece que estas ilhas foram conhecidas dos Phenícios e Carthagineses, como refere Aristóteles; e Coleon de Samos contou d'elas maravilhas. Na antiguidade adquiriram grande nomeada; e ora lhes chamavam Atlântidas, ora Hespérides, ora Afortunadas.

Tambêm no tempo de Sertório, segundo Plutarco, quando êste general passou à África encontrou perto da embocadura do Bethis os patrões d'uns navios que acabavam de chegar das ilhas Atlântidas, separadas d'África dez mil estádios (500 léguas), e chamadas tambêm Ilhas Afortunadas. O seu clima, diziam, era tão agradável e o solo tão fértil de frutos que os habitantes viviam ali sem pezares nem trabalhos, entregues a um doce prazer. Os bárbaros (todos os que não eram romanos) tinham a opinião geral de que estas ilhas eram os Campos Elyseòs, a mansão das almas felizes

celebrada por Homero. Sertório, ouvindo estas maravilhas, concebeu um grande e ardente desejo de ir para ali viver em repouso, longe da tirania dos déspostas e fóra do bulício das guerras; mas os corsários que lhe tinham dado estas notícias fugiram-lhe e êle passou à costa d'África, em socorro dos inimigos de Ascátis, onde tomou posse do país, estabelecendo-se em Tângis (Tânger), até que foi chamado pelos Lusitanos.

Posteriormente adequou-se o nome de Afortunadas às ilhas Canárias, designação por que começaram a ser conhecidas quando, ao terminar a Idade Média, principiaram as grandes navegações dos povos peninsulares.

Nota-se, pois, que nos antigos havia a noção da existência da Atlântida; mais tarde a sciência, até certo ponto cúmplice da vaidade histórica de certas nacionalidades, não duvidou em submergir a Atlântida na profundidade do Oceano, e como restava o qualificativo de Afortunadas crismaram com êle uma das ilhas dos Açôres ou a Madeira e depois as ilhas Canárias. D'esta fórma, como aconteceu com outros feitos marítimos, arquitecta-se uma lenda que pareceu mais brilhante para o prestígio dos navegadores, que depois atravessaram o Atlântico, e passou-se d'um só golpe o manto do esquècimento sôbre as antigas tradições.

Mas, ¿ não seria mais lógico, mais fácil de perceber e explicar, admitir a hipótese de que a Atlântida, podia ter sido a América ou alguma das Antilhas? ¿E por êsse facto desmerece, por ventura, a fama dos famosos navegadores portugueses e espanhois? A grandiosidade do feito não parece que esteja na navegação em si, nem no conhecimento mais exacto de que havia para lá do mar Oceano outra terra, notícia que já se

sabia ou suspeitava; o que eleva êsses heróis é a fé que os animou em dar à sua Pátria novos domínios, que a engrandeceram e nobilitaram.

Júlio César.—No ano 685 da fundação de Roma, ou 67 antes de Christo, veio à Península, pela primeira vez, Caio Júlio César, como questor (pagador) do pretor romano Antístio, em cujo tempo houve guerra com os montanheses dos Hermínios, passando depois como cônsul à guerra da Gália. Seis anos mais tarde veio Pompeu para o govêrno da Península e por êste tempo começou a rivalidade entre êste general e Júlio César, que voltou aqui e transformou o solo peninsular em campo de batalha das suas ambições, derrotando os pompeianos. Em seguida venceu o próprio Pompeu em Pharsália e perseguiu-o até ao Egypto, onde o rei Ptolomeu, irmão da célebre Cleópatra, o matou aleivosamente, ano 706 da fundação de Roma, ou 46 antes de Christo.

Na Península continuou a guerra com os filhos de Pompeu, que foram vencidos por César quatro anos depois, no dia 17 de Março, junto da cidade de Munda, com grande mortandade.

Por êste tempo foi dado a Córdova o nome de Colónia Patrícia; e para agradar ao vencedor outras povoações tomaram o nome de Júlia, como Attúbis que se chamou Claritas Júlia; Ébora (Évora), Liberalistas Júlia; Calagurris, Calagurris Júlia; Olísipo (Lisboa), Felícitas Júlia; Beja, Pax Júlia; Sexi, Firmium Julium; Illiturgi, Forum Julium, etc. Foi também concedido o direito de cidadãos romanos aos habitantes de Lisboa; Évora, Mértola e Salácia (Alcácer do Sal) foram feitas municípios, com direito latino; e Beja e Santarêm, colónias *italici juris*.

Era de César.—Deu-se a morte de César em 15 de Março do ano 710 da fundação de Roma, ou 44 antes de Christo, e seis anos após, logo que César Augusto tomou o Império, começaram a contar o tempo na Península pela *éra de César,* que leva de atraso *trinta e oito anos* à éra de Christo, isto é, começa desde 714 da fundação de Roma.

A palavra *éra* procede das diferentes partidas lançadas nos livros de contabilidade, onde se dá razão dos gastos e receitas, as quais se chamavam *éras* (Lucílio e Cícero). D'aqui parece que se tirou motivo para chamar assim aos capítulos dos livros e aos números das leis, como se vê das obras de Santo Isidoro e nas leis gothicas. D'êste princípio aproveitou-se a palavra *éra* para significar qualquer contagem de tempo.

Alguns atribuem êste termo a um tributo (metálico) lançado por Júlio César, do que resultou os seus súbditos serem considerados *erários;* mas a palavra latina que tem aquela significação escreve-se com ditongo, o que não sucede com a palavra *éra* na acepção de lançamento nos livros de contas.

Esta fórma de contar os anos, na Península, foi mudada para a éra de Christo no tempo de D. João I de Castela, nas côrtes que tiveram lugar em Segóvia, ano de 1383, contagem adoptada pelos Portugueses, em 1422, reinando D. João I.

César Augusto.— No tempo d'êste imperador, 30 anos antes de Christo, teve lugar a guerra dos Cantabros, gente feroz e até então aìnda não sujeita de todo aos Romanos.

Ptolomeo situa os Cantabros ao norte da Penín-

sula tendo a levante os Autrigones, a poente os Lungones, ao sul as nascentes do rio Ebro e ao norte o Oceano. As suas povoações principais eram Júliobriga e Véllica, sem que se saiba qual o nome que lhes correspondia n'aquele tempo.

Chamaram os Cantabros em seu auxílio os Asturianos e Galegos e romperam pelas terras dos Vácceos, partidários dos Romanos. Esta ousadia pôs em cuidado Augusto, que resolveu vir à Península submeter os rebeldes; e reùnindo numerosas tropas assentou os seus arraiais junto de Segisama (Beisama) na Guipuzcoa. Deu-se a batalha em Véllica (Vitória) e, sendo vencidos, os Cantabros refugiaram-se no monte Hirmí[illegible]o, onde a maior parte morreu de fome cercada pelos Romanos. Depois foram derrotados os Galegos e Asturianos e reduzidos a província romana.

Com a sujeição d'êstes povos foi dominada por completo a Península e anexada como província ao Império Romano. Floresceu com a paz e produziu muitos homens notáveis que figuraram na *História Romana* como advogados e em cargos públicos. Balbo de Cádiz foi o primeiro estrangeiro que mereceu, sendo cônsul em Roma, as honras do triunfo. Trajano e Hadriano, naturais de Itálica, foram Imperadores.

N'esta época, nas margens do Ebro onde estava Salduba ou Salduvie, estabeleceu-se uma colónia chamada César Augusta (Saragoça); na Lusitânia, Pax Augusta (Badajoz); a Braccara denominaram de sobrenome Augusta; nos Celtiberos fundou-se Augustobriga (Muro, junto a Agreda); e outra do mesma nome perto de Guadalupe.

Nova Divisão da Península.— Na nova divisão da Península em três províncias: Lusitânia, Béthica e Tarraconense, reservou Augusto para si a Lusitânia e a Tarraconense, deixando para o Senado o govêrno da Béthica. Mais tarde, no tempo do imperador Trajano, natural de Itálica (perto de Sevilha) e filho de Domícia Paulina, matrona principal de Cádiz, dividiu-se o domínio romano no ocidente em seis províncias: Béthica, Lusitânia, Carthaginense, Tarraconense, Galícia e a Mauritânia Tingitana, que estava do outro lado do Estreito. Quando o Império se dividiu, no ano 395, aumentaram outra província: as ilhas Baleares.

No tempo de Plínio (61-115, éra de Christo) contava a Península 829 cidades, 14 das quais eram colónias, 9 municípios, 211 latinas, 6 livres, 4 aliadas, 291 tributárias e 294 contributas. Tarifa foi a primeira colónia estabelecida pelos Romanos e Córdova a primeira cidade *patrícia* (Oliveira Martins, *Civilização Ibérica).* Á medida, porêm, que a legislação imperial tornava igual a condição e direitos de todos os súbditos de Roma, ia desaparecendo a diferença entre as cidades. No tempo de Hadriano era já difícil distinguir as colónias dos municípios.

A dominação romana arrancou a Espanha da África para a Europa, fez d'um povo semi-bárbaro e qùasi nómada, como seu irmão das costas africanas, uma nação, no sentido europeu da palavra. Deu-lhe fórma e instituìções, ligando os seus habitantes por laços de ordem civil, política, militar e intelectual. A língua latina tornou-se nacional, se bem que adulterada com muitos vocábulos, não só das línguas e dialetos existen-

tes na Península mas ainda d'outros que os soldados romanos aqui tinham introduzido: a êste idioma chamou-se *romança* ou *românico*, para o distinguir do latim, e d'êle derivou a língua castelhana e a portuguesa.

Com a divisão da Península em três Províncias: Lusitânia, Béthica e Tarraconense coincidiu o estabelecimento dos *Conventos* ou Circunscrições *Jurídicas*, onde concorriam a dirimir as suas contendas, os povos e os particulares das respectivas delimitações. (Convento é o p. p. de *convénio*, reùnir-se, agrupar-se).

Os Conventos da Lusitânia eram três: *Pacence*, *Escalabitano* e *Emeritense*.

1.º *Pacence* — Capital: *Pax Júlia* (Beja). Povoações principais: Salácia, Myrtílis, Ébora, Ossonoba, Esúri; e provávelmente Olísipo, cidade que Plínio fez famosa pelas suas éguas que concebiam pelo Favónio (Zéphyro), vento suave do poente (viração), que os poetas fazem casado com Flora, deusa das Flores.

2.º *Escalabitano* — Capital: *Scalábis* (Santarêm). Povoações principais: Aeminium, Talabriga, Conímbrica, Eburobrisium; e talvez Brutobriga.

3.º *Emeritense* — Capital: *Emérita Augusta* (Merida). Povoações principais: Mirobriga, Bletisa, Salmântica, Cæsílius Vico, Sabária, Vicus Acuárius, Cêntica, Becor, Deobriga, Capara, Cauria, Cæsarobriga, Contrasta, Metéllium, Castra Júlia, Carissa, e talvez Dipo. Em Merida ainda se vêem as ruínas do edifício d'êste convento em relativo estado de conservação, junto ao rio Guadiana, sôbre a muralha que circundava a cidade.

Os Conventos da Béthica eram quatro: *Gaditanus, Hispalensis, Astigitanus* e *Cordubensis.*

Os Conventos da Tarraconense eram seis: *Tarraconense, Carthaginense, Caesar Augustanus, Cluniense, Asturicense* e *Braccarense.*

Ao *Braccarense* vinham os povos situados entre o rio Douro e Minho, conhecidos por Bibalos, Turodoros, Límicos, Nemetanos, Coderinis, Luancos, Quakernis, Grévis, Lubaenos e Narbasos (Ptolomeo). As cidades principais eram: Áquis Originis, Aquæ Geminæ, Aquæ Salientes, Arsácia, Auria, Aquæ Calidæ, Abobriga ou Aóbriga, Amphilóchia, Aquæ Cuazernorum, Burbida ou Bídula, Duo Forum Babilorum, Pontęs Límia ou Forum Limicorum, Salaniana, Tude ou Tyde, Tuntobriga e Veniátia.

Monumentos romanos; Aquedutos, Pontes e Estradas. — O povo romano, aplicado únicamente ao que era de imediata utilidade, só dava importância às armas, à oratória e à jurisprudência. Todos os seus empreendimentos, nas províncias dependentes do Império, subordinavam-se a êste princípio; e, como a oratória e a jurisprudência estavam reservadas para a grande cidade, que se tinha tornado o centro de todo o mundo conhecido, nas conquistas de Roma só se cuidava do que dizia respeito à consolidação do seu domínio por meio das armas (Cantu, *H. U.).*

A religião era nas Províncias uma questão de segunda ordem; os Romanos não pretenderam nunca impor as suas práticas e usaram da mais completa tolerància com os povos conquistados. Cada um seguia a religião em que tinha nascido e observava os seus preceitos com inteira liberdade, como aìnda hoje

se depreende pelos muitos vestígios das variadas crenças, que existiram na Península (Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia).* Alguns templos romanos também foram levantados a divindades pagãs, mas a sua arquitectura é pouco notável e em geral as suas dimensões são acanhadas.

No que os Romanos se mostraram exímios foi na arte de divertir o povo. Teatros, circos e hipódromos existem vários na Península. São notáveis os de Merida e Itálica, onde também existem termas de importância, cujas ruínas chamam a atenção dos forasteiros.

Pelo que diz respeito à engenharia, deixaram-nos monumentos magníficos. Construiram albufeiras para reünir as águas que levavam por aquedutos às povoações mais importantes (Banhos de Proserpina, Merida); e sôbre os rios principais existem pontes que são consideradas como obras de grande valor. Entre elas citaremos a notável ponte de Alcântara; a de Merida sôbre o Guadiana; a de Córdova sôbre o Guadalquivir; a de Toledo sôbre o Tejo, etc. N'êstes trabalhos empregavam principalmente os seus soldados. A palavra *ponte* vem do latim, *ponte* (ab. de pons, pontis); do grego *pathos* (caminho); do sanskrito *pathas* (senda), e de *path* (andar).

A ponte de madeira que César lançou sôbre o Rheno, para atacar os Germanos, é aìnda hoje, como obra militar, mencionada com elogio nos livros da especialidade.

As suas obras de fortificação são também importantes; em muitas cidades se vêem aìnda muralhas e crêmos que a muralha que da Sé de Lisboa segue para Alfama deve ser obra sua como indica a fórma

e dimensões da cantaria, até uma certa altura. Qùasi todos os castelos, conhecidos presentemente por castelos dos Mouros, são em geral do tempo dos Romanos. Aqueles reedificaram muitos que as guerras tinham danificado, bem como algumas pontes e vários edifícios; e coroando-os com as ameias de estilo árabe fizeram que fôssem considerados como de sua fundação sem realmente o ser. Os bastiões, nas muralhas, de fórma rectangular são em geral de proveniência romana, bem como a fábrica de cantaria regular: os Mouros construíam os bastiões redondos e de alvenaria ordinária.

Roma, que aspirava à unidade dos seus domínios, abriu muitas estradas em toda a parte onde chegaram os seus exércitos, ao trânsito das quais eram principalmente destinadas. O *marco milliar doirado,* colocado ao canto do Forum, era o ponto de partida; d'ali dirigiam-se as estradas até às colunas de Hércules, ao Euphrates e ao Nilo, triunfando dos obstáculos de todo o género e formando uma vasta rede que ligava as suas Províncias à capital do Império.

Até ao ano 442 da fundação de Roma (312 antes de Christo) as estradas romanas foram sempre simples caminhos de terra. Foi sòmente n'esta época que o censor Appius Cláudius fez calçar uma rua de Roma e prolongou-a até Capua, a qual ficou com o seu nome: *via Appia.* Êste célebre caminho, ou *calçada,* como se chama tambêm a estrada romana em virtude do seu sistema de construção, era em parte ladeado por passeios, formados de lousas, e estava tão bem feito que o poeta Stácio chamou-lhe *a rainha das estradas.* Depois d'êste outros foram cons-

truidos, multiplicando-se o seu número de uma maneira extraordinária, como se vê pelo *itinerário de Antonino* e na *carta de Peutinger.*

Polybio, que viveu uns 200 anos antes de Christo, fala da primeira estrada, que atravessava os Pyreneus e vinha à Península. Estava marcada de oito em oito estádios (uma milha romana) por marcos ou colunas miliárias; o estádio romano ou olímpico tinha 185, 1986 metros e a milha romama 1481, 5888 metros.

Pelo *itinerário de Antonino* (atribuido por uns a Antonino o Piedoso e por outros a Marco António) e pela *carta de Peutinger* vê-se que existiam vinte e nove grandes estradas que partiam de Roma, tendo por origem o *marco milliar* dourado d'Augusto (milliarum aureum) e terminavam nos extremos do Império. Trezentas setenta e duas grandes vias militares, repartidas nas cento e treze Províncias Romanas, formavam uma rede de 52964 milhas romanas de extensão, ou perto de 78000 quilómetros. Êste itinerário é uma longa momenclatura de localidades, de caminhos e distâncias, por vezes tão confuso que os estudiosos, que teem querido marcar nas cartas geográficas modernas o traçado d'êsses caminhos, encontram sérios embaraços, aìnda que para isso procurem guiar-se pelos vestígios existentes das calçadas.

A *carta de Peutinger* é a carta mais antiga do mundo romano que chegou até aos tempos modernos. E' verdadeiramente uma carta militar, que Vegécio recomendava aos príncipes e aos comandantes dos exércitos.

Peutinger nasceu em 1465, em Augsbourg, e morreu em 1547; foi-lhe legada a carta por Conrad Celtes.

Está desenhada em doze fôlhas de pergaminho, tendo-se perdido a primeira, e tem 21 pés de comprimento por 1 de largura; está conservada na Biblioteca de Viena. Foi feita por um monge de Colmar, que viveu no século XIII e que a tirou de um documento, muito mais antigo, cuja origem parece estar compreendida entre o reinado de Augusto e a extinção da família de Constantino; por êste motivo tem sido tambêm chamada *itinerário de Augusto* e *carta de Theodósio.*

E' notável a desproporção que existe entre a sua altura e o comprimento, desproporção que tem excitado a sagacidade dos arqueólogos e que dá a ideia de ter sido desenhada n'uma tela elástica, esticada depois no sentido do comprimento. A fôlha que falta é precisamente a que devia representar a Península Ibérica e por isso a reconstituìção dos caminhos romanos, n'esta parte do mundo, se torna um problema interessante. Muitos amadores das antiguidades da nossa Península teem procurado resolver êste problema, publicando trabalhos importantes, devendo mencionar-se entre êles Hubner, professor da Universidade de Berlim, que publicou uma carta de Espanha; Vicente Paredes, arquitecto (Plasência); e outros.

As estradas romanas classificavam-se da seguinte fórma: grandes estradas militares, chamadas *vias pretorianas* ou *consulares,* que tinham oito pés ou mais de largura e permitiam a passagem de dois carros; o *actus,* de quatro pés e para um só carro; o *iter,* de dois pés, para o trânsito d'um homem a cavalo ou a pé; os *trames,* ou caminhos transversais; os *ambitus,* caminhos que rodeavam as propriedades; *semita,* ou

veredas de um pé de largura; e os *callis,* caminhos muito largos, sem regularização nem dimensões exactas, a que os espanhois chamam *canhadas,* para a passagem dos rebanhos. Os caminhos estreitos chamavam-se em geral: *vias vicinalis.*

Roma dava tanta importância às suas estradas que César Augusto foi honrado com a nomeação de *curador e chefe principal* dos caminhos próximos d'aquela cidade, sendo-lhe mais tarde elevados dois arcos de triunfo, em reconhecimento das reparações que fez na via Flamínia. A mesma distinção obtiveram, por igual motivo: Vespasiano, Domitiano e Trajano. Mais tarde foram nomeados para superintender n'êstes trabalhos, funcionários que só davam contas aos Imperadores.

Na conservação e construção das estradas romanas estava empregado grande número de trabalhadores, constituido pelos legionários, pelos povos vencidos, pelos encarregados das obras de arte, pelos escravos e pelos criminosos que eram empregados em arrancar a pedra das pedreiras. Augusto teve vinte e cinco legiões (173000 homens) entretidas em tempo de paz na reparação dos caminhos do Império; Trajano e Adriano, com trinta legiões disponíveis, poderam construir a muralha da Gran-Bretanha.

Ao longo das estradas construíam-se edifícios, monumentos e túmulos; marcos miliários, marcando as distâncias; bancos de pedra junto das povoações; e poiais, montadouros, ou cepos de pedra para ajudar a montar os cavaleiros, visto que n'aquela época era desconhecido o uso dos estribos. Os marcos miliários devem-se a Caio Gracho e n'êles estava inscrita a dis-

tância a Roma, ou a distância a outros pontos de partida, que em geral eram cidades principais. Na Península os centros eram: Merida, Astorga, Saragoça e Córdova. Como as perturbações, por que depois passou o mundo romano, fizeram deslocar muitos d'êstes marcos e só existem relativamente pequenos troços das antigas estradas é muito difícil verificar actualmente as distâncias que n'êles estão indicadas com relação aos vários pontos de referência.

Com relação ao serviço de postas, existiam nos caminhos: as *civitatis,* povoações onde se achavam os agentes superiores encarregados d'êste serviço; as *mutationes,* ou muda de cavalos, distanciadas de dez a doze milhas; e as *mansiones,* estabelecidas de quarenta e quatro a sessenta quilómetros, espécie de hospedarias ou albergues, onde os correios e os viajantes encontravam abrigo.

A admirável organização das estradas romanas permitia obter grande rapidez nas viagens. Tibério, indo substituir Drusus, da fronteira da Gállia à Germânia (300 quilómetros) gastou vinte e quatro horas; de Roma a Clenna, na Tarraconense em Espanha (1300 quilómetros) ia-se em sete dias. Em média as viagens faziam-se à velocidade de cento e cincoenta quilómetros por dia. O soldado devia fazer em marcha ordinária, nas estradas, vinte milhas, perto de trinta quilómetros em cinco horas, e em marcha acelerada vinte e quatro milhas.

Os Romanos traçavam as suas estradas em linha recta, sem se preocuparem com as localidades intermédias nem com as montanhas ou vales que tinham de atravessar, a não ser que fôssem muito importan-

tes. As estradas militares evitavam, comtudo, o fundo dos vales e eram dirigidas pelas encostas ou pelas alturas. Os limites das rampas atingiam às vezes 15 e 20 $^0/_0$, mas ordináriamente não subiam de 10 a 12 $^0/_0$; os raios das curvas eram em geral grandes, mas para evitar obras d'arte desciam algumas vezes a 7 e 8 metros, o que tornava a circulação perigosa, pois o tiro dos carros era às vezes composto de cinco parelhas.

Ás portas de Roma algumas estradas chegavam a ter 20 metros de largura, divididas em três partes iguais, sendo a do meio reservada à calçada. Geralmente os passeios, porêm, tinham metade da largura da estrada e algumas vezes reduziam-se a $0^m,60$ no campo. Os carros romanos tinham $1^m,35$ de largura de rodado.

Chegavam a ter as estradas grande altura sôbre o solo. A sua estrutura compunha-se: do *statumen,* primeiro leito formado de areia; do *rudus,* segundo leito de calhau disposto em camadas; sôbre o *rudus* era colocada uma camada de beton, chamada *nucleus,* que formava em geral o plano dos passeios laterais; sôbre o *nucleus,* ao centro, dispunha-se a calçada de pedra ou beton em fórma abaùlada, que tinha o nome de *summa crusta* ou *summum dorsum;* e lateralmente situavam-se as valetas. Esta estrutura usava-se com maiores espessuras nos terrenos pantanosos.

Nos taludes muito escarpados construíam os Romanos muros de suporte; e poucos túneis e trincheiras profundas se encontram nas suas estradas.

Para evitar as pontes, costumavam calçar o leito das ribeiras que se podiam passar a vau; e nos rios importantes construiram também pontes de barcas,

sistema primeiramente empregado pelos Persas no tempo de Dário. A primeira ponte, chamada *Sublicius,* sôbre estacas, feita no Tibre, por Ancus, quarto rei de Roma, era desmontável e de madeira; defendeu-a Horácio Cocles contra cs Etruscos, 507 anos antes de Christo. A ponte de Júlio César, sôbre o Rheno, foi uma obra de engenharia, notável pela construção e rapidez do seu lançamento. Trajano construiu, sôbre o Danúbio, outra ponte mixta de pedra e madeira (100 anos depois de Christo); e muitas só de pedra foram construidas no seu tempo no território do Império, como a de Alcântara, Orense, etc.

O construtor de pontes chamava-se *pontifex,* nome aplicado ao engenheiro e também à maior dignidade eclesiástica do Império. Êstes construtores trabalharam independentes até ao século XII, reùnidos em comunidade, como depois os construtores de catedrais (pedreiros livres), sob o nome de *irmãos pontífices* ou *pontistas.* Em 1165, S. Benezet fundou a devota confraria dos *Pontífices,* à qual se deve a ponte de Avinhão, obra maravilhosa, construida em 1188.

Estas comunidades desapareceram no século XIV, fundindo-se com outras Ordens, principalmente com a dos Hospitalários de S. João.

Apesar do traçado das vias romanas não ser tão cuidadoso como o das estradas modernas foi, comtudo, seguido; e estas últimas teem sido lançadas, com pequenas excepções, pelas mesmas directrizes dos antigos caminhos, devido ao aproveitamento das pontes e dos vaus. Esta circunstância fez com que fôssem destruidas muitas calçadas, cuja pedra serviu para as novas construções.

Os Romanos, nos primeiros tempos, aproveitaram para a marcha das suas tropas os antigos caminhos dos povos primitivos e seguiram tambêm, n'alguns pontos, o seu traçado para a construção das estradas. (Tito Lívio).

ITINERÁRIO DE ANTONINO

(VETERA ROMANORUM ITINERARIA SIVE ANTONINI AUGUSTI)

Parte correspondente a Portugal

(Edição de 1735)

Via XII

Iter ab Olisipone Emeritam — M. P. CLXI [1]. *Sic.*

Equabona—XII [2] . . . .
Catobriga—XII . . . . .
Cæciliana—VIII [3] . . . .
Malateca—XVI [4] . . . .
Salacia—XII . . . . .
Ebora—XLIII [5].
Ad Adrum flumen—VIIII [6].
Dipone—XII [7].
Evandriana—XVII.
Emerita—VIII [8].

Variantes: [1]) CXLI, CLXXVII; [2]) Aquabona, Aéquabona, XVI; [3]) XII; [4]) Malececa, Malceca, XXVI; [6]) Atrum VIII; [5]) XLIIII; [7]) XIIII; [8]) IX.

Via XIII

Iter ab Salacia Ossonoba — M. P. XCVI [1]. *Sic.*

Variante: 1) XCII.

Via XIV

Item alio itinere ab Olisipone Emeritam — M. P. CXLV [1]. *Sic.*

Aritio Prætorio–XXXVIII [2]
Abelterio—XXVIII [3] . .
Matusaro—XXIIII [4] . . .
A Septem Aras—VIII . .
Budua—XII.
Plagiaria—VIII [5].
Emerita—XXX.

Variantes: 1) CLIIII; 2) XXX, XXVIII; 3) Abelitrio; 4) Manisero, XXVII; 5) LX, XII.

Via XV

Item alio itinere ab Olisipone Emeritam — M. P. CCXX [1]. *Sic.*

Ierabriga—XXX [2] . . .
Scalabin—XXXII [3] . . .
Tubucci—XXXII [4] . . .
Fraxinum—XXXII [5]. . .
Mundobriga—XXX [6].
Ad Septem Aras—XIIII [7].
Plagiaria—XX.
Emerita—XXX.

Variantes: 1) CCL; 2) Gerabricam; 3) XXX; 4) Tâbucci, XXX; 5) XXX, XXXIII; 6) Montobriga X; 7) XIII, XXIIII, XI.

Via XVI

Iter ab Olisipone Braccaram Augustam — M. P. CCXLIIII [1]. Sic.

Ierabriga—XXX . . . .
Scalabin—XXXII [2] . . .
Sellium—XXX [3] . . . .
Conembriga—XXXIIII [4] .
Aeminio—X [5] . . . . .
Talabriga—XL [6].
Langobriga—XVIII [7].
Calem—XIII.
Braccara—XXXV.

Variantes: [1]) CCXLIII; [2]) XXVI; [3]) Cellium, Cellum; [4]) XL; [5]) XI, XXX; [6]) XI; [7]) XXX.

Via XVII

Iter ab Braccara Asturicam—M. P. CCXLVII [1]. Sic.

Salacia—XX [2] . . . . . .
Præsidio—XXVI . . . . .
Caladuno—XVI [3] . . . .
A Aquas—XVIII . . . .
Pinetum—XX [4]. . . . . .
Roboretum—XXVI [5] . .
Compleutica—XXVIII [6].
Veniatia—XXV [7].
Petavonium—XXVIII.
Argentiolum—XV.
Asturica—XIII [8].

Variantes: [1]) CCXLVI; [2]) Salacia; [3]) XXVI; [4]) XXVIII; [5]) XXXIII; [6]) XVIIII, XV, XXVI, XXXIIII; [7]) Uemacia; [8]) XXIIII.

Via XVIII

Item alio itinere ab Braccara Asturicam — M. P. CCXII [1]. Sic.

Salamiana—XXI [2]. . . .	Nemetobriga—XIII.
Aquis Originis—XVIII [3].	Foro—XVIIII [8].
Aquis Querquennis [4] . .	Gemestario—XVIII [9].
Geminas—XVI [5]	Bergido—XIII [10].
Salientibus—XIII [6] . . .	Interamnio Flavio—XX.
Præsidio—XVIII [7] . . .	Asturica—XXX.

Variantes: 1) CCXV; 2) XL; 3) Ogirinio, Ocirinis XXVIII; 4) XIII, XVIIII; 5) Ceconas XV; 6) XIIII, XVIII, XVIIII; 7) VII, XVII; 8) XVIII; 9) XVII; 10) XVI; (Aquis Querquennis, *Aquis Cercenes* — Aquis Origines, *Aquis Ocerensis)*.

Via XIX

Item alio itinere ab Braccara Asturicam — N. P. CCXCVIIII [1]. Sic.

Limia—XVIII [2].	Martiæ—XX [9].
Tude—XXIIII [3].	Luco Augusti—XIII [10].
Burbida—XVI [4]	Timalino—XXII [11].
Toroqua—XVI [5]	Ponte Neviæ—XII [12].
Aquis Celenis—XXIIII [6].	Uttaris—XX [13].
Iria—XII.	Bergido—XVI.
Asseconia—XXIII [7] . . .	Interamnio Flavio—XX.
Brevis—XII [8].	Asturica—XXX.

Variantes: 1) CCXCVIII; 2) XVIII; 3) XVI, XVIIII; 4) Burbada XXVI; 5) XIII; 6) XXIII; 7) Ascionia XIII, XXII; 8) XXII; 9) Marcie; 10) VI; 11) Ticoalino, Tomalino; 12) Næuie, Nouie; 13) Uitarris.

Via XX

Item per loca maritima a Braccara Asturicam — M. P. CCVII. Sic.

Aquis Celenis—CLXV [1].
Vico Spacorum—CXCV [2]
A Duos Pontes—CL . .
Grandimiro—CLXXX [3].
Trigundo—XXIIII [4]. . .
Brigantium—XXX . . .
Ceranico—XVIII [5] . . .
Luco Augusti—XVII [6].
Timalino—XXII [7].
Ponte Neviæ—XII [8].
Uttari—XX.
Bergido—XVI [9].
Asturica [10].

Variantes: [1]) CXLV; [2]) Sparcorum CXXV, CL; [3]) Grandimuro, Grandimuto, LXXX; [4]) Erigundo, XX, XXII; [5]) XVII; [6]) XIII; [7]) Tunalino, XXIIII; [8]) Noie; [9]) XVII; [10]) LI.

Via XXI

Iter ab Esuri Pace Julia — M. P. CCLXXVII [1]. Sic.

Balsa—XXIIII . . . . .
Ossonoba—XVI [2]. . . .
Aranni—LX [3]. . . . . . .
Salacia—XXXV [4]. . . .
Eboram—XLIIII [5] . . .
Serpa—XIII [6].
Fines—XX.
Arucci—XXV [7].
Pace Julia—XXXVI [8].

Variantes: [1]) CCLXVII, CLXIIII, CLXVII; [2]) XIII; [3]) Atani, Arandis, Aranni; [4]) Serapia, Rarapia, Raparia, XXXII; [5]) XLIII, XLVIII, LXIIII; [6]) XII; [7]) Aruca XXII; [8]) XXX.

Via XXII

Item ab Esuri per Compendium Pace Julia — M. P. LXXVI [1]. Sic.

Myrtili—XL [2].
Pace Julia—XXXVI [3].

Variantes: 1) LXVI; 2) Murtilla; 3) XXIII.

Variantes.— As variantes representam indicações diferentes, tiradas de diversas obras que transcrevem o *Itinerário de Antonino.* Como é fácil comprovar, encontram-se muitas diferenças; ha povoações incertas e a soma das distâncias parciais não corresponde muitas vezes à distância total. Algumas vias não teem o seu itinerário bem definido e outras não estão descritas porque naturalmente foram construidas depois da época em que foi feito o itinerárío.

Em Portugal ha vestígios de mais vias romanas do que as que mencionamos; àlêm d'isso, outras deveriam existir, ligando directamente as povoações principais. Assim, Salácia devia estar ligada com Pax Júlia; Bráccara com Emérita por mais de uma via, passando alguma por Igeditânia; outra via ligaria esta povoação e toda a Beira com Olísipo pelo sul, vindo entroncar com o caminho de Scalábis a Emérita, e pelo norte com Lância Oppidana, etc.

Medidas itinerárias romanas

Estádio romano ou olímpico	185^{m},1986
Milha—8 estádios olímpicos—1.000 passos	1481^{m},5888
Légua gaulesa ou *lieuga* — 1,5 milha. .	2222^{m},3832

Medidas lineares romanas

Pé do Capitólio, de 625 ao estádio olímpico — 12 úncias — 4 palmos	0^{m},296318
Passo — 5 pés.	1^{m},481589
Palmo — 4 dígitus	0^{m},074080
Pertica ou decêmpeda — 10 pés. . . .	2^{m},963180
Gradus ou gressus — 2 ½ pés	0^{m},740795
Côvado ou cúbitus — 1,5 pés	0^{m},444477
Actus — 120 pés.	35^{m},558160

Nomes actuais d'algumas povoações antigas. — (Heiss, Paredes, L. de Vasconcelos) — *Equabona,* Coina; *Catobriga,* ou *Cætobriga,* junto de Setúbal (Troia?); *Salacia,* Alcácer do Sal (Evion?); *Ebora,* Évora; *Dipone,* junto de Elvas; *Ossonoba,* Estoy (Faro); *Scalabin* ou *Scallabis,* Santarêm; *Conembriga* ou *Conimbriga,* Condeixa-a-Velha; *Æminium,* Coimbra; *Lamgobriga,* Langroiva (Concelho da Mêda), Ovar (?); *Portus Calem* ou *Cales,* Porto; *Braccara,* Braga; *Talabriga,* Aveiro (?); *Aquas* ou *Aquæ Flaviæ,* Chaves; *Aquis Origines,* Vizela (?); *Limia,* Lima (rio), Lethes, Baelion; *Turodoros* ou *Turodi,* Transmontanos; *Cyneti-*

cum, Algarve; *Cynetes* ou *Cuneus,* Algarvios; *Agonis,* Ilhota da Armação (Algarve), Agonida; *Myrtilis,* Mértola; *Pœtanion,* Ilha do Pecegueiro (Algarve); *Calipus,* Rio Sado; *Barbarium,* Cabo Espichel; *Cepresicum,* Serra da Arrábida; *Vipasca,* Aljustrel (?); *Artabrum* ou *Magnum,* Cabo da Roca; *Landobris,* Berlenga grande (ilha); *Pons Limiœ,* Ponte de Lima; *Celtici,* Alentejanos; *Olisipo,* Lisboa; *Aravorun,* Devesa; *Mons Herminius,* Serra da Estrêla (Hermenhos); *Avarum,* cabo junto do rio Ave; *Arabriga,* Alenquer (?); *Aritium Prœtorium,* perto de Coruche; *Balsa,* Tavira; *Esuri, Aesuris,* ou *Bœsuris,* Castro Marim; *Ad Septem Aras,* Codosera (Coboseras); *Budua,* Vilar do Rei, margem do rio Botoa; *Matusaro,* junto do Assumar; *Mundobriga* ou *Meidubriga,* Escusa ou Aramenha (Marvão); *Evandriana,* Vila Viçosa; *Ad Adrium Flumen,* Jerumenha; *Oceloduri,* Zamora; *Baniens,* Moncorvo (?); *Laccobriga,* Lagos; *Portus Hannibalis,* Vila Nova de Portimão; *Anas,* Guadiana (rio); *Adrus,* Dejebe (rio); *Sadao,* Sado (rio); *Merobriga,* S. Tiago de Cacêm; *Pax Julia* ou *Pax Augusta,* Beja; *Ammaia,* Portalegre; *Aritium Vetus,* junto de Alvega; *Arandis,* entre Almodovar e Ourique; *Malateca,* Maratega; *Metallum Vispacence,* junto de Aljustrel; *Munda* ou *Monda,* Mondego (rio); *Durius* ou *Dorius,* Douro (rio); *Vacua,* Vouga (rio); *Tagus,* Tejo (rio); *Nabanis,* Zézere (rio); *Nabancia,* Tomar; *Cœlerini,* povos do Alto Douro; *Dipo,* perto do Redondo; *Mons Sacer,* Monsanto (serra); *Eburobritium,* junto de Amoreira de Óbidos; *Collippo,* Leiria; *Igœdi, Igœdium, Igœditania, Igeditania* ou *Egitania,* Idanha a Velha; *Veseo,* Vizeu; *Lamœcu,* Lamego;

Cuda, Côa (rio); *Avus,* Ave (rio); *Celadus,* Cávado (rio); *Nebis,* Neiva (rio); *Minius,* Minho (rio); *Tamága,* Tâmega (rio); *Brigantia,* Bragança; *Pæsuris,* Tríbus dos Montes Herminius; *Promontório Sacro,* Cabo de S. Vicente; *Caladunum,* ou *Calapa,* perto de Moimenta (Braga); *Araduca* ou *Araducca,* Vimaranes ou Guimarães; *Lancia Oppidana,* Guarda; *Lancobrica* ou *Lancobriga,* Vila da Feira.

Nomes de antigas povoações cuja situação e designação actual se ignora. — *Brætolacum, Arcobriga, Meribriga, Catraleucus, Arandis, Cæpiana, Cæciliana, Malceca, Tubucci, Sellium, Aquæ Salientes, Aquæ Calidæ, Aquæ Cuazernorum, Duo Foram Babilorum, Tuntobriga, Complutica, Pinetum, Volobriga, Cæliobriga, Alabriga, Canaca, Colarium, Concordia, Arsacia, Aobriga* ou *Abobriga, Burbida* ou *Bidula, Salaniana, Roboretum, Meidunum, Præsidium, Aquæ Quarquernæ, Aravi, Elbocoris, Abelterium, Medobriga, Auria, Amphilochia, Aquæ Geminæ,* etc., etc.

Caminhos anteriores aos Romanos; Transumância. —(Vicente Paredes). Diz Plínio que os Romanos quando ocuparam a Península encontraram feitos muitos caminhos, por sítios ásperos e difíceis de transitar, e muitas tôrres colocadas nos altos que serviam de atalaias, de refúgio e defesa contra os salteadores. Êstes caminhos eram usados pelos povos pastoris para a transumância dos gados, a maior riqueza da Península n'aquele tempo. Aìnda hoje o pastor português da Serra da Estrêla, que ali apascenta os seus rebanhos no verão, desce no inverno para a Extremadura, dormindo sempre entre o gado e coberto com as suas peles.

Êstes pastores, que conservam o tipo celtíbero, eram os descendentes dos antigos *Sários,* e, segundo Ocampo, habitavam principalmente entre o Tejo e Sado. Pela ocupação carthaginesa e romana foram obrigados a deixar as suas *saronas,* nome pelo qual na sua língua, que parece ser a hebrêa ou chaldêa, designavam os campos de pastagem, para se estabelecerem mais ao Norte.

Parece, também, que todas as guerras nos tempos primitivos eram provocadas pela passagem dos gados para as pastagens próprias da estação e talvez pelos roubos que nas transumâncias praticavam os povos cujos campos eram atravessados pelos rebanhos.

O conhecimento d'êstes caminhos, que como dissemos se chamam actualmente *canhadas* ou *canadas,* e dos quais existem aìnda muitos, seria interessante para o estudo do estabelecimento das sucessivas raças que ocuparam a Península n'aqueles tempos e seu deslocamento pelas guerras sustentadas entre si e com estranhos. Determinaria também o local aìnda incerto de muitas povoações e auxiliaria a fixação de alguns pontos do itinerário de Antonino sôbre os quais subsistem muitas dúvidas.

Origem do nome de Portugal. — As *canadas* ou caminhos pastoris tinham antigamente a designação de *calles* em língua celta, e *callis* em latim. O ponto de passagem d'êles na crista das montanhas, dando comunicação d'uma região para outra, e o seu termo junto à margem dos rios chamavam-se *portus.*

Em Portugal deveriam existir as seguintes *canadas:* uma, que marginava a costa marítima e começando na Corunha seguia até ao Porto, Coimbra e Aldea Galega, em cujas povoações tinha vários ramais; outra,

que vinha da Serra da Estrêla e prolongava-se até Beja, tambêm com diferentes ramais, e de Beja continuava até ao Algarve.

Dos itinerários de Antonino que correspondem a Portugal, a via que parte de Bráccara Augusta e vai a Olisipone (de Braga a Lisboa) tem as seguintes estações principais: Bráccara, Cálem ou Calles, Langobriga, Talabriga, Aemínio, Conimbriga, Séllium, Scalabin, Ierabriga e Olisipone.

Entre os nomes d'estas povoações encontra-se *Cálem* ou *Calles,* que corresponde à situação da cidade do Porto, local onde ia incidir o caminho ou *canada* que seguia à Galiza, e que em celta se chamava *calles.* Como êsse sítio era a passagem do rio, ou o *portus,* é possível que a designação genérica d'êsse local fôsse *Portus Calles;* isto é, *o pôrto ou lugar onde a estrada pública ou pastoril atravessava o rio.*

As dificuldades da passagem do rio fariam demorar ali os viajantes e os gados durante algum tempo, formando-se uma povoação que ocupando as duas margens se chamaria *Portus-Calles;* e mais tarde adquirindo grande importância teria sido elevada a capital da região, dando o nome ao condado fundado por Afonso VI de Castela, nome que derivou depois para todo o reino de Portugal.

É mais aceitável esta hipótese do que admitir, originàriamente, a existência d'uma povoação na margem esquerda do rio Douro, chamada Cale, sem mais explicações, e do seu nome ter-se formado o de Portugal; quando é bem sabido que *cale, calles* ou *callis,* significa estrada, caminho ou rua, e que este vocábulo tem-se conservado em espanhol com a mesma signi-

ficação. Outra hipótese, também aceitável, seria a de que o primitivo nome do condado fôsse *Portus-Gállia,* de *portus,* pôrto de passagem do rio Douro, e *gállia* de *galli,* próprio dos *Gallécios* ou *Galegos;* isto é, *pôrto de passagem para a Galécia ou Galiza.*

Como *Gallécios* e *Gallaicos* são o mesmo nome e significam *peregrino, nómada* ou *transumante* também se póde entender que *Portus-Gállia,* ou *Portus-Gallis* (Portucale, Portugallis, Portugal) significava o *pôrto de passagem dos transumantes de gado;* isto é, dos *framontanos.*

Havia na Península muitas cidades cujo nome começava por Portus e no território de Portugal ha notícia de *Portus-Hannibalis,* que se supõe ser Vila Nova de Portimão. Em Espanha havia: *Portus Menesthei* (Cádiz); *Portus Victoriæ* (Santander); *Portus Ilicitanus; Portus Albus,* etc.

Origem da Moeda; Moeda romana, Moeda autónoma e colonial da Peninsula. — Ignora-se quem inventou a moeda. Uns atribuem essa invenção a Saturno e os Romanos a Jano, deus bifronte, cujo significado é a vigilância, qualidade que os príncipes devem ter para ver e ouvir tudo. Os Romanos supõem Jano o primeiro rei do Lácio.

Herodoto assegura que o descobrimento da moeda foi feito na Lydia; outros que em Cyma, em Athenas; em Naxos ou em Éguia; que é devido a um rei da Thessália chamado Jonus ou Itonus; e a Numa Pompílio, segundo rei de Roma, d'onde deriva a palavra *numismática* (sciência que trata das moedas e medalhas históricas), se bem ha quem atribua esta designação à palavra grega *nomisma* (moe-

da), ou ao sobrenome de Juno, *Moneta,* e à raíz celta *muen;* etc. Alguns escritores, comtudo, opinam que o verdadeiro inventor foi Phidon de Argos, como o asseguram os antigos mármores de Paros.

Plutarco, na vida de Lycurgo, diz que êste legislador suprimiu toda a moeda d'ouro e prata, substituindo-a por outra de ferro, de grande tamanho, com o fim de dificultar as transacções e atacar a avareza. O ferro d'estas moedas não podia servir depois para coisa alguma, pois que, temperado em vinagre, perdia a resistência e não se prestava a ser batido nem forjado.

Como Lycurgo viveu no século X (antes de Christo) talvez as moedas a que se faz referência *não fôssem cunhadas,* sendo estas as que parece terem sido primeiramente empregadas; isto é, *metal-pêso,* ou pedaços de metal com a indicação do pêso que servia para determinar o seu valor relativo.

N'uma passagem de Eryxias, diálogo atribuido a Platão, vem referido que n'aquela época os Lacedemónios serviam-se de pêsos de ferro como moedas. No tempo de Solon (600 anos antes de Christo) a moeda começava a multiplicar-se e na sua legislação os falsificadores eram castigados com a pêna de morte.

No Génesis (Capítulo 23) diz Moysés que Abrahão entregou a Efron, a pêso, pela sepultura de sua mulher Sarah, quatrocentos siclos de prata em moeda pública autorizada (1860 anos antes de Christo), o que nos indica que já n'êsse tempo entre os Cananéos era usual a moeda *metal-pêso.*

Parece, também, que esta classe de moeda se tornou mais necessária para as transacções de gado; e, à que

era destinada a êste fim, começaram a pôr-lhe, àlêm da designação do pêso, as marcas do gado, chamadas *Pecus,* palavra que em latim significa *gado, ovelha,* d'onde ficou chamando-se *pecúnia.* É possível que esta marca fôsse depois substituida pela figura dos próprios gados, para a compra dos quais era destinada (Plutarco), como aìnda se vê em muitas moedas antigas que tradicionalmente representam cavalos, porcos, touros, etc., sem que esta representação se explique satisfatóriamente d'outra maneira.

Estas primeiras moedas deviam sòmente ter a marca por um lado. Mais tarde veio a verdadeira cunhagem pelos dois, e deram fórma regular à moeda: *metal-pêso-tipo.* Alexandre I, da Macedónia, cunhou moeda entre os anos 497 e 454 (antes de Christo) e encontram-se algumas d'esta época na Grécia, Itália e Sicília. As mais antigas, porêm, que se conhecem e cunhadas de um só lado, são os *dáricos* persas, de prata.

Plínio, relativamente à origem da moeda cunhada entre os Romanos, diz que a inventou o rei Sérvio Túlio, 550 anos, aproximadamente, antes de Christo; e Cantu escreve que ao *As,* primeira unidade monetária de Roma, foi posto um cunho no tempo de Numa ou de Sérvio, que era uma ovelha, d'onde proveio o nome de *pecúnia.*

Do exposto, conclue-se que a época da invenção da verdadeira moeda, *metal-pêso-tipo,* não póde fixar-se àlêm do século VII (antes de Christo).

Moeda Romana. — O *As,* primeira unidade monetária de Roma, era uma libra de doze onças, de bronze bruto, a que se chamava *As rude.* N'esta moeda, poseram o cunho *Pecus,* d'onde, como dissemos, pro-

veio o nome de *pecúnia.* O *As* devia existir desde os antigos tempos de Roma, ou talvez antes.

A primeira moeda de prata fòi cunhada no ano 485 de Roma e compunha-se do *denário* (dena-aris), valendo dez *As* de bronze; do *quinário* e do *sestércio,* respectivamente, metade e um quarto do *denário,* ou cinco e dois *As.*

Usava-se tambêm a *líbella,* igual a um *As;* a *sêmbella,* meio *As;* e o *terúncio* (ter-úncia), um quarto do *As.*

A libra de prata tinha quarenta *denários;* portanto, a proporção entre o cobre e a prata era de 1:400.

No fim da primeira guerra Púnica o *As* reduziu-se a duas onças e o *denário* diminuiu de pêso, passando oitenta e quatro *denários* a fazer uma libra; a proporção ficou de 1:140.

No ano 536 de Roma o *As* passou a uma onça e o *denário,* sem se lhe alterar o pêso, elevou-se a 16 *As,* e a proporção era de 1:112.

A lei Papíria, em 562, baixou o *As* a meia onça, sem alterar o *denário,* e a proporção passou a 1:56. Êste valor, porêm, não era mercantil, mas arbitrário, e, por isso, o *As* continuou apenas como moeda de conta e o *sestércio* ficou sendo a *unidade monetária.*

No ano 597, um pouco antes da terceira guerra Púnica, cunharam os Romanos a primeira moeda de oiro, *áureus,* d'um só módulo, na proporção de um *escrópulo* por vinte *sestércios.* A libra romana tinha 288 escrópulos e as experiências sôbre o pêso de muitas moedas deram 6154 grãos para a libra. Parece que, depois de César, o *áureus* se reportou à libra,

como o *denário;* não obstante, Eckel nega que durante a Rèpública se tivessem cunhado moedas de oiro.

Depois do ano 705, em que César entrou na Itália, vindo da Gállia, a moeda de oiro foi a quadragésima parte da libra e valeu 25 *denários;* a proporção entre o oiro e a prata era pois, apróximadamente, de 1:12, visto que 40 *áureus* faziam uma libra d'oiro e 84 *denários* uma libra de prata.

No tempo de Herodoto, ano 310 da fundação de Roma (442 antes de Christo), o oiro valia treze vezes mais do que a prata; no de Platão, doze vezes; e à morte de Alexandre, dez vezes, como na época do tratado entre os Etólios e os Romanos. Actualmente vale mais de quarenta vezes.

Durante a Rèpública Romana a cunhagem das moedas de prata, únicas existentes, estava a cargo das famílias mais importantes, e por isso são conhecidas, em numismática, por *moedas de famílias* ou *consulares.*

Não havia na Itália minas de oiro ou prata e por isso até ao ano 247 (antes de Christo), não se usaram na Itália Setentrional senão moedas de cobre; parece até que as colónias meridionais importavam, da Grécia e d'outros países, a prata com que fabricavam as suas moedas. No tempo do historiador Polybio, 150 anos antes de Christo, exploravam os Romanos as minas de prata da Península, perto de Cartagena, onde estavam ocupados quarenta mil homens, e extraíam d'uma só mais de dois mil contos por ano. Além d'isso levavam a prata e oiro de todos os países conquistados e impunham pesados tributos em metálico.

No tempo dos Imperadores que se sucederam a Adriano a moeda não teve regras. A proporção entre o oiro e a prata no tempo de Domiciano era de 1:11,5; no reinado de Pósthumo desaparece a prata e reaparece com Diocleciano, adquirindo o oiro um valor excessivo e começando a saír da Itália, de modo que, no tempo de Constantino, a proporção era de 1:15, chegando a 1:18 no tempo de Theodósio.

Apesar de n'esta época diminuir o pêso das moedas, o quilate foi sempre o mesmo, conservando-se entre 0,988 e 0,991 a parte de oiro puro; para a prata era entre 0,993 e 0,995.

O padrão monetário era o oiro. O *denário*, segundo as táboas de Dureau de la Malle, teve os seguintes valores: no comêço da Rèpública, 1,63 francos; depois oscilou em pouco mais de um franco.

No reinado de Constantino o *áureus* ou *sólidos* era de 72 por libra e póde avaliar-se em 15,53 francos, descendo depois no Baixo Império a 15,10.

A libra de oiro valia 900 francos e 75 a de prata no princípio do Império, no fim valia 1.066 francos. O *talento* áttico pesava, segundo o tratado de Antiocho com os Romanos, 80 libras romanas; e como o *talento* era de 6.000 *drachmas*, o pêso d'estas era de 82,14 grãos, e o *talento* de prata póde ser avaliado, aproximadamente, em 6.000 francos.

A libra romana ou *As* pesava 327,187 gramas e tinha 12 onças.

Os Romanos cunharam moeda especial para a Península, mas àlêm d'ela circulou aqui toda a moeda romana e teve carácter oficial o seu sistema de pesos e medidas, por isso julgamos oportunas estas referências.

Moeda autónoma e colonial da Península. — Marianna, na sua *História de Espanha,* diz que foram os Phenícios os primeiros povos que trouxeram à Península o uso da moeda de cobre, com maravilha e desdêm dos naturais que não compreendiam como um pequeno pedaço de cobre podesse servir para adquirir os objectos e artigos necessários à vida, substituindo o sistema de permuta até então estabelecido. Outros autores dizem que foram os Rhódios, quando fundaram a cidade de Rhodope ou Rhoda. Comtudo só mais tarde é que foram cunhadas as moedas própriamente peninsulares, chamadas *autónomas* e *coloniais ibéricas.*

Salvo raras excepções, sôbre que existem dúvidas, as moedas mais antigas cunhadas na Península são do tempo da segunda Guerra Púnica, ano 536 da fundação de Roma (216 antes de Christo); e deixaram de cunhar-se na Espanha Ulterior durante o reinado de Tibério e na Citerior no tempo de C. César Calígula.

Estas moedas são de duas classes: *autónomas,* em geral com legendas em caracteres ibéricos as da Citerior; e *coloniais,* com legendas latinas, phenícias ou carthaginesas e gregas. Ha muitas com legendas bilingues. As primeiras pertencem às povoações ibéricas independentes, regidas por leis próprias; e as segundas às colónias, estabelecidas em tempos antigos na Península, e às povoações romanas. Estas moedas são de cobre (grandes, médios e pequenos bronzes) e poucas de prata (tipo pequeno).

D. António Delgado divide as moedas da Península em vários grupos, dos quais o que nos interessa é o primeiro, *Lusitano,* que contêm as moedas dos

Cunéos (Algarve): *Osunoba, Myrtílis* e *Esuri;* e as do moderno Alentejo *(Celtici),* que são de fabrico mais rude: *Salácia, Ébora, Brutobriga, Pax Júlia* e *Dipo.*

Estas moedas teem legendas latinas e as mais recentes são mais aperfeiçoadas devido ao contacto com os Romanos. Nas províncias do noroeste da Península, ocupadas pelos Galaicos, Astures e Lusitanos, povos mais ciosos da sua independência e refractários à civilização com que os Romanos encobriam a preponderância do seu domínio e a usurpação das liberdades nacionais, não se cunharam moedas.

Moedas romanas

As — Nos primitivos tempos era igual a uma libra de 12 onças de bronze bruto *(As rude);* depois foi reduzido a duas onças; e mais tarde a meia onça. Os divisores do *As* foram a *sêmbella* e o *terúncio,* iguais respectivamente a $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ do *As.*

Denário (prata) = 10 As.

Quinário (idem) = $\frac{1}{2}$ Denário.

Sestércio (idem), ou Sesquitercius = $\frac{1}{2}$ Quinário (unidade monetária).

Líbella (idem) = 1 As.

Áureus (oiro) = 25 Denários = 100 Sestércios = 250 As.

Moedas romanas cunhadas para a Península

Primeiro período

REPÚBLICA ROMANA

(CONSULARES ou de FAMÍLIAS)

ANNIA *(Família plebêa)* — Moedas cunhadas por Cáius Ánnius, procônsul em Espanha, no ano 8 antes de Christo. *Denários.*

ANTONIA *(Id. patrícia)* — Idem, por Quinto António Balbo, pretor de Mário em Espanha durante a guerra com Sylla. *Denários* (dentados).

CLAUDIA *(Id. patrícia)* — Idem, por Cláudius Unimanus, pretor da Espanha Ulterior, no ano 148 antes de Christo. *Quinários.*

CORNELLA *(Id. patrícia)* — Idem, por Balbo e por Públio Lêntulo, nos anos 59 a 51 antes de Christo. *Quinários* e *Denários.*

CŒLIA *(Id. plebêa)* — Idem, por C. Cœlio Caldo, cônsul, no ano 95 antes de Christo. *Denários.*

FABIA *(Id. patrícia)* — Idem, talvez por Q. Fábio Aemiliano, que fez a guerra a Viriato no ano 145 antes de Christo. *Denários.*

MINATIA *(Id. plebêa)* — Idem, talvez para comemorar a guerra com Pompeu na Península. *Denários.*

POBLICIA *(Id. plebêa)* — *Denários.*

POSTUMIA *(Id. patrícia)* — *Denários* (dentados).

THORIA *(Id. plebêa)* — *Denários.*

Segundo periodo

IMPÉRIO

AUGUSTO — Ouro.

GALBA — Ouro, Prata e Grandes Bronzes.

VITELLIUS — Médios Bronzes.

VESPASIANO — Ouro.

ADRIANO — Ouro, Prata, Grandes e Médios Bronzes.

ELIO — Grandes Bronzes.

ANTONINO PIO — Grandes Bronzes.

A gravura junta representa quatro moedas d'estas emissões: duas do primeiro período, de prata, e duas do segundo, ouro, cuja descrição por sua ordem é a seguinte:

1.ª Família, *Annia* (plebêa).—No anverso a legenda: C. ANNI. T. F. T. N. PRO. COS. EX. S. C. em tôrno do busto diademado de *Juno Moneta* olhando à direita, entre um caducêo e uma balança. Reverso: A *Vitória* sôbre uma *quadriga,* também à direita, e por baixo a legenda: L. FABI. L. F; HISP. No exergo: E. Q. (Denario).

2.ª Família, *Postumia* (patrícia).—No anverso: Cabeça de mulher voltada à direita com véu e os cabelos soltos, manifestando tristeza; detrás, HISPAN. Reverso: Personagem de pé com toga e o braço direito levantado para uma águia romana; detrás, uma fasces com machado. No exergo: A. POST. A. F. S. N. ABIN. (Denário dentado).

3.º *Augusto* (Imperador). Anverso: Cabeça *radiada* de Augusto voltada à direita com a legenda DIVUS AUGUSTUS. Reverso: Figura de pé com escudo representando a Espanha; por cima, HISPANIA. (Áureus).

4.º *Vespasiano* (Imperador). Anverso: Cabeça laureada voltada à direita com a legenda IMP. CÆSAR·

AUG. VESPASIANUS. Reverso: Figura de pé com escudo representando a Espanha; por cima, HISPANIA. (Áureus).

Moedas autónomas e coloniais da Lusitânia cunhadas no tempo dos Romanos

Povoações de Portugal — *(António Delgado)*

BRUTOBRIGA — (Entre o Tejo e os Turdetanos). — O geografo Stephano Byzantino é o único que menciona esta cidade, mas modifica um pouco o seu nome chamando-lhe Brutobria. Gregório Mayans, porêm, demonstrou que esta variante não altera o significado da palavra, porque tanto *bria* como *briga* significam *cidade* nas línguas de origem indo-germânica; da mesma fórma que na teutónica é empregada a palavra *burg*.

Como esta terminação costumava pôr-se a seguir ao nome próprio do fundador das cidades (Fláviobriga, Júliobriga, Augustobriga, etc.), póde supôr-se que Brutobriga foi fundada por Décimo Júnio Bruto, procônsul da Espanha Ulterior, no ano 138 antes de Christo, e na época da guerra de Numância. Durante o seu govêrno, que compreendia a Béthica e a Lusitânia, submeteu a maior parte das cidades d'esta última província; fortificou as margens do Tejo com alguns castelos, a fim de proteger a navegação e o transporte de víveres; e venceu os Galegos que tinham vindo em auxílio dos Lusitanos, pelo que obteve as honras do triunfo e o sobrenome de Calaico. E' muito pro-

vável que um d'êstes castelos fôsse cidade fortificada, construida por êle próprio, ficando por isso com o nome de Brutobriga.

Stephano, porêm, coloca Brutobriga na Béthica, (Turdetanos); mas segundo Delgado deve haver êrro nas referências d'êste geógrafo e o mais verosímil é que a cidade ficasse entre o Tejo e os povos da *Betúria Turdulorum* de Plínio, ou entre a desembocadura d'êste rio e o Algarve, onde tambêm se estabeleceu gente túria ou tyria. O seu lugar deve fixar-se não longe do rio Cécere ou Zézere, ou de outro afluente do Tejo até onde êste é navegável, como indicam as características das moedas que são um barco e um peixe.

Strabão diz que o Tejo era navegável até *Morum,* (Almorol, segundo Leite de Vasconcelos), cidade de que se serviu Bruto para Quartel General quando atacou os Lusitanos. E' possível que fôsse esta cidade a que depois se chamou Brutobriga.

As suas moedas (uma só variedade) são grandes bronzes e representam uma cabeça nua olhando à direita, com cabelo crêspo, como as ibéricas da Citerior; à roda a legenda T. MANLIUS. T. F. SERGIA. No reverso teem uma nave à direita e debaixo um peixe na mesma direcção; em tôrno a legenda BRUTOBRICA.

DIPO — *(Dipone,* perto de Elvas). Nos fragmentos de Salústio (edição de 1742) cita-se uma cidade poderosa, chamada Digonem, e como o *p* e o *g* são fácilmente confundíveis, na inscrição das legendas, Cortés no seu dicionário crê que esta cidade deve ser Dipo com a terminação em acusativo *nem.* O anónimo de Ravena menciona-a chamando-lhe Bippone; mas o iti-

nerário de Antonino, ao citar as estações da estrada de Ollíssipo até Emérita Augusta, situa Dipone a 12 milhas depois do rio Adrus e a 17 de Evandriana, o que rectifica o nome errado nos outros autores. Devia pois ficar esta cidade próximo de Elvas, mas desconhece-se ao certo a sua verdadeira situação.

O nome Dipo ou Dippo tem uma terminação semelhante a Ollíssippo e a outras cidades de origem Tyria (Phenícia). N'esta língua, *hippo* significa *cidade*, como em Acinippo, Bæsippo, etc.

As moedas de Dipo são grandes bronzes e representam no anverso uma cabeça bárbara com as feições breves e o nariz agudo, coberta com casco ornado de penacho pontuado. No reverso vê-se uma cornocópia deitada, da qual saem folhas e ramos grosseiramente desenhados; à esquerda, a palavra Dipo dentro d'um rectángulo. Só são conhecidas seis variedades d'estas moedas.

ÉBORA — (Ébora Liberitas Júlia). O nome d'esta cidade é igual ao que tiveram outras muitas da Península. O seu significado hebreu era *proventus, oblatio terræ, frumentum,* e assim o entenderam os Romanos pondo-lhe o epíteto de *Cerealis*.

A palavra *Ébora* encontra-se no livro de Josué, com a mesma acepção que os Romanos lhe deram, o que comprova que as povoações com êste nome tinham origem tyria ou phenícia.

Dizem que Ébora foi fundada pelos povos Eburones, 2.059 anos antes de Christo, os quais deviam pertencer às primeiras transmigrações; outros julgam que os fundadores foram os Celtíberos ou os Tartéssios.

Houve na Península mais cidades com êste nome:

Ébura Castellum na desembocadura do Béthis; outra na Carpetânia (Talavera de la Reina); Ébora na Edetânia; Portus Ébora na Galícia (Mela); e Eburobricium ou Eburobriga entre o Tejo e o Douro.

É possivel que o nome semítico *Ébora, mercado de frutos,* fôsse dado à cidade em virtude da quantidade de produtos do campo que ali se reùniam levados pelas tríbus célticas dos arredores.

André de Rèzende (1576) escreveu um livro sôbre as antiguidades d'esta cidade, fixando o seu verdadeiro nome. Muitos outros escritores e geógrafos se tinham já ocupado d'esta célebre cidade que alguns supõem ter sido residência e séde do govêrno de Sertório, e em cujo tempo teve o seu maior esplendor, 81 anos antes de Christo.

Pompónio Mela cita Ébora não longe do promontório Magno. Plínio refere que Ébora, Myrtílis e Salácia disfrutaram dos antigos direitos do Lácio; e no itinerário de Antonino vê-se que ali se juntavam os caminhos de Salácia, de Serpa e de Emérita Augusta. Parece que se apelidou *Liberalitas Júlia* desde o tempo de Octávio.

Entre os anos 90 e 100 insurgiu-se contra os Romanos, juntamente com Lamego e outras cidades da Lusitânia; Trajano mandou arrasar as cidades revoltadas, mas Évora deveu a salvação ao cônsul Lúcio Vacónio Paulo e por gratidão foram ali erigidas a êste cônsul muitas estátuas.

As suas moedas, grandes e médios bronzes, apresentam a cabeça de Augusto à esquerda com a legenda própria; no reverso dos grandes bronzes lê-se LIBERALITATIS. IVL. EBOR, e teem ao centro o pre-

ferículo, o simpúvio, o aspergilo, a faca e a pátera, atributos sacerdotais dos sacrifícios; nos médios bronzes não são representados êstes atributos e a inscripção está dentro d'uma corôa de louro. Dos grandes bronzes só existe uma variedade e dos médios duas.

ESURI — Esta povoação, citada no itinerário de Antonino (N.º 21, Iter ab Esuri Pace Júlia; N.º 22, Item ab Esuri per Compendium Pace Júlia), parece ter estado situada na margem direita do Guadiana, onde actualmente se encontra Castro-Marin, e em cujas proximidades se vêem vestígios de uma povoação antiga.

O anónimo de Ravena chama-lhe Besurin na sua descrição dos povos da costa do Oceano.

Rèzende e Barreiro colocaram esta povoação em Jezez dos Cavaleiros, mas Flores *(Espanha Sagrada)*, situou-a na embocadura do Guadiana.

A etimologia da palavra Esuri parece semítica; Halsor ou Aser foi uma cidade da Palestina. Bochart diz que na Sicília existiu a cidade de Assorus, hoje Azare, que tem a mesma etimologia.

Póde tambêm Esuri derivar de Assurim, nome de algumas tríbus da Arábia da descendência de Abrahão (Génesis).

O que parece certo é que a sua origem deve ser atribuida aos Phenícios; e o seu nome moderno é uma derivação de Castrum-Esurinum, Castru-Merinum, Castru-Marinum, Castro-Marin.

Únicamente se conhece uma moeda d'esta localidade, com o nome escrito entre duas espigas à direita (Médio bronze).

MIRTILIS (Myrtílis). — Esta cidade foi mencionada por Melo, Plínio, Ptolomeu e Strabão, e tambêm se

encontra no itinerário de Antonino, no caminho mais curto entre Esuri e Pax Júlia. Esta circunstância, àlêm da semelhança do nome, indica que ela corresponde à actual cidade de Mértola.

Segundo Strabão, foi cognominada Júlia e esteve povoada pelos Turdetanos. Plínio considerou-a município com fôro do Lácio; foi cidade fortificada, refugiando-se n'ela Sertório; e sitiou-a, em 440, o rei dos Suévos, Richila, que por fim a tomou (Idácio).

Xerif Aledris escreveu que sôbre o Guadiana está o Castelo de Mértola, conhecido pela sua inacessível fortaleza.

A palavra Myrtílis parece de origem latina e dimanada de Myrtus (*mirto* ou *murta,* planta); podia tambêm ser de procedência grega, de Myrtilo filho de Mercúrio, que deu o nome ao mar Myrteu.

As moedas de Mirtílis são grandes e médios bronzes, cujas características representam um peixe n'uma das faces, que uns julgam ser um atum e outros um salmão, e do outro lado uma espiga, com legenda em algumas d'elas. São conhecidas nove variedades, sendo duas de médios bronzes.

OSUNOBA — (Ossonoba). — Os antigos mencionam esta cidade entre a desembocadura do Guadiana e o promontório Sacro, dentro do *ager cunéus.* O itinerário de Antonino marca a distância d'esta povoação a Balsa (junto de Tavira) e a Aranni, situando-a a 16 milhas da primeira e a 60 da última, distância precisa entre Tavira e Faro e entre êste ponto e Aljustrel ou Castro Verde, próximo da Serra de Monchique. Ptolomeo diz que Ossonoba pertencia aos Turdetanos, e Strabão, tratando da comodidade em fundar cidades

nos esteiros navegáveis, menciona Sonoba entre outras povoações, a qual deve ser a mesma que Ossonoba, se bem a variante do nome tenha dado lugar a que se considerem diferentes.

Sôbre a sua exacta situação não ha acôrdo entre os modernos; Loaysa, Morales, Barreiros, Harduino e Caro julgaram que era Estombar; Cortez, que é Faro; Rèzende e Flores situam-na na aldeia de Estoy. N'esta localidade e imediações, Milreon, encontram-se numerosos restos de antiguidades que confirmam a última hipótese.

Parece que um canal actualmente entulhado punha n'outros tempos esta cidade, de que Faro devia ser um porto avançado, em comunicação com o Oceano.

Bochart no seu livro *Chanaan* deu a Ossonoba a etimologia phenícia: *robur Baalis* (Fortaleza de Deus).

As moedas de Ossonoba são grandes e pequenos bronzes, e as características uma nave com vela n'uma das faces, na outra o nome escrito e um ou dois peixes. Só se conhecem duas variedades de grandes bronzes e uma dos pequenos.

PAX JULIA — (Beja).—Esta cidade da antiga Lusitânia, muito conhecida pelos geógrafos, foi colónia e convento jurídico. Supõe-se fundada pelos Celtas, 400 anos antes de Christo, ignorando-se o seu nome antes da dominação romana.

As suas moedas apresentam o busto de Augusto d'um lado e do outro a figura da paz, com cornucópia e caducêo, sentada à esquerda. No campo: PAX-IVL· Êste emblema era usado pelos Imperadores Romanos

da família dos Flávios. Também foi chamada: *Pax Augusta.* Só são conhecidas duas variedades d'estas moedas, grandes bronzes.

Salacia Imperatoria — (Alcáçar do Sal). Todos os numismáticos estão d'acôrdo em atribuir as moedas com a legenda I. M. P. SAL. á antiga cidade da Lusitânia chamada Salácia, cognominada *Imperatória.* (Plínio).

Mela menciona-a, na sua descrição dos golfos do Oceano, entre Lisboa e o promontório Sacro (S. Vicente); Ptolomeo coloca-a nos povos Turdetanos; e no itinerário de Antonino figura o seu nome no duodécimo caminho, de Olíssippo a Emérita, entre a estação de Malateca e a de Ébora. Também Mariano Heracleota nos seus périplos e o anónimo de Ravena a incluem nas suas descrições.

Foram célebres, segundo Strabão, os tecidos de lã turdetana fabricados pelos Salciates ou Salaciatas, habitantes de Salácia.

De todos êstes detalhes, conclue-se que Salácia esteve situada na margem do rio Calipodis (Cadáo ou Sadáo), no local até onde êste rio é navegável (Alcácer do Sal). Muito importante sob a dominação dos Árabes, que a denominaram Alcazar de Aben Ali Dánes, foi conquistada a êstes por Afonso II de Portugal em 1217, com o auxílio dos Cruzados.

O nome antigo de Salácia parece à primeira vista latino e que é derivado de *sal,* confirmado pelas numerosas salinas que ali existem. Téthis, filha do Céu e de Vesta, mulher de Neptuno, era chamada Salsa e Salácia; também Vénus se chamou Salácis, talvez por ter saído da espuma do mar. Comtudo, se se atender

a que a palavra *sal* foi tomada do celta, póde-se concluir que o nome da cidade era anterior à dominação Romana. Outra etimologia da palavra Salácia, que em semítico significa *reinar, governar, dominar,* leva-nos à consideração de que, sendo os Turdetanos de origem semítica, foram êstes ou os Phenícios que assim denominaram esta cidade.

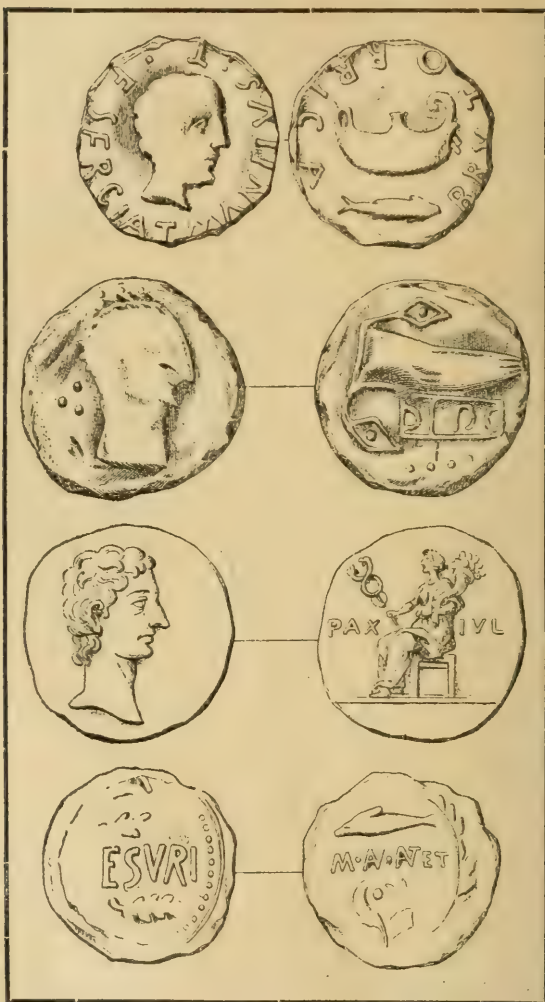
Os Romanos, chamando-lhe *Imperatória,* não fizeram mais do que cognominá-la com a significação latina do seu nome, como sucedeu n'outros casos idênticos.

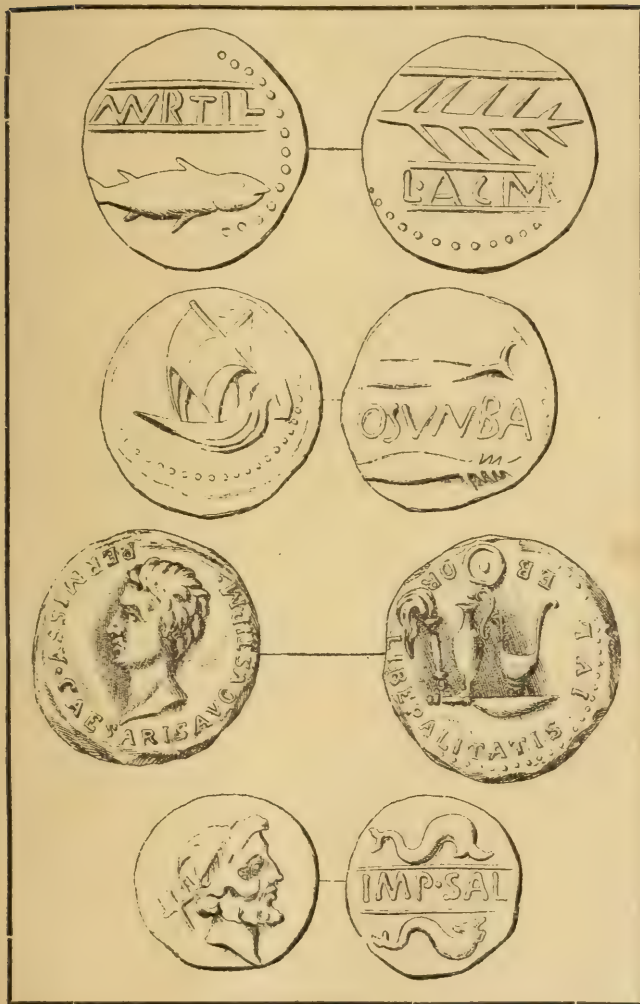
Cortés y Lopez, porêm, diz que o título de *imperatória* resultou de ter sido em Salácia proclamado Júlio César Imperador; e fundamenta esta suposição nas palavras de Dion Cassio, que assegura ter sido conferida aquela dignidade a César pelo exército que se achava n'aquela época na Lusitânia.

As moedas de Salácia apresentam n'uma face a cabeça de Neptuno, com o tridente, e na outra os delfins, que são atributos da mesma divindade. N'êste lado acha-se a legenda I. M. P. S. A. L. Conhecem-se duas variedades de grandes bronzes e uma de médio.

Cômputo dos anos (Éras); Calendários Romano e Ibérico. — Não ha na História certeza sôbre as datas senão depois da Éra das Olímpiadas. Antes d'esta época a cronologia só é determinada por genealogias mitológicas, calculados os anos conforme o número de gerações, em geral três por século. Compreende-se, portanto, a dificuldade em determinar os acontecimentos antigos e fixar a sua correlação com outros de países diferentes.

MOEDAS DA LUSITÁNIA

Brutobriga, Dipo, Pax Júlia e Esuri

MOEDAS DA LUSITÁNIA

Mirtilis, Osunoba, Évora e Salacia Imp.

A Éra das Olímpiadas começou com a instituìção dos Jogos Olímpicos, estabelecidos por Iphitus no ano do mundo 3172, ou 3228 conforme o texto da Bíblia hebraica, e não por Hércules como muitos supõem. Êstes jogos celebravam-se em Olympia, que éra das principais cidades da Elida, célebre pelo templo de Júpiter uma das maravilhas do mundo, e estava situada junto ao monte Olympo *(olos,* o universo), na Thessália (Grécia).

As Olímpiadas eram formadas por períodos de quatro anos, no primeiro dos quais se celebravam os famosos Jogos que marcam na História a verdadeira separação entre os tempos incertos ou fabulosos e aqueles de que ha memória exacta, isto é, entre a época dos heróis semi-deuses e a dos homens.

Pouco depois começaram a ser contados os anos pela fundação de Roma, que segundo M. Dacier foi no primeiro ano da 7.ª Olímpiada, ano do mundo 3252 ou 752 antes de Christo. Portanto as Olímpiadas foram estabelecidas no ano 776. A Éra para os Babilónicos e Egypcios começava na época de Nabonassar, 747 anos antes de Christo; para os Judeus, com o nascimento de Moysés, 1725 anos antes de Christo.

Veio mais tarde a Éra de César que, como dissemos, começou no ano 714 da fundação de Roma, no tempo de Augusto, sendo substituida em Castela pela de Christo no reinado de D. João I (1383) e pouco depois adoptada pelos Portugueses em 1415.

O *Calendário* (de *calendæ,* chamar) achava-se no tempo de Rómulo em grande desordem; não se fazia ideia sôbre a desigualdade que ha entre o curso

do Sol e o da Lua, de modo que os Romanos não seguiam, para determinar os meses, nenhuma regra nem ordem; uns só tinham vinte dias, outros menos e alguns mais de trinta e cinco. A única regra que observavam era que o ano fôsse de trezentos e sessenta dias.

Numa, segundo rei de Roma (754-671 antes de Christo), reconhecendo que a desigualdade existente entre uma revolução do Sol (365 dias) e doze revoluções da lua (354 dias) era de onze dias, duplicou êste número e intercalou um mês cada dois anos, a seguir a Janeiro. Êste mês de vinte e dois dias foi chamado pelos Romanos, Mercedinus. Álêm d'isso estabeleceu uma nova ordem, fazendo terceiro o mês de Março, que era o primeiro; colocou em seu lugar Janeiro, que no tempo de Rómulo era décimo primeiro; e Fevereiro, décimo segundo e último, passou a segundo. Alguns autores, comtudo, dizem que Janeiro e Fevereiro foram incluidos por Numa, e que antes d'êle o ano tinha só *dez* meses, como sucedia em vários outros povos. Entre os Gregos, o ano dos Arcádios era de *quatro* meses e o dos Arcananianos de *seis;* os Egypcios tiveram anos de *um* e depois de *quatro* meses, e por isso êstes povos contam nas suas genealogias um número enorme de anos. Corrobora a suposição dos anos romanos terem n'aquele tempo só dez meses, o nome do seu último mês que aìnda conserva o nome de Dezembro.

O primeiro mês chamava-se Março, por ter sido consagrado por Rómulo a Marte; o segundo, Abril, do nome de Aphrodite, como os Gregos chamavam a Vénus, mas outros autores querem que derive de

aperire (abrir), porque n'êle começa a primavera com toda a sua fôrça, festejando as mulheres romanas o dia primeiro com um sacrifício a Vénus e banhando-se com uma corôa de mirto na cabeça; o terceiro, Maio, da deusa Maia mãe de Mercúrio, à qual é consagrado; o quarto, Junho, do deus Juno; o quinto, Quintílis; o sexto, Sextílis, etc. Supõem tambêm alguns que Maio e Junho véem de *majores* e *juniores*. Mais tarde o quinto mês foi chamado Julho (Júlio), de Júlio César; o sexto, Agosto, de Augusto Octaviano; o sétimo e oitavo foram algum tempo chamados Germânicus e Domitianus em honra d'êstes Imperadores, mas esta denominação durou pouco voltando-se à designação anterior.

Dos dois meses atribuidos a Numa, o de Fevereiro teve êste nome por causa das purificações a que os Romanos chamavam *fébrua,* sacrifícios pelos mortos, que se faziam n'êste mês, e n'êle se celebrava tambêm a festa das Lupercais *(lupus,* lobo, e *arceo,* apartar), de Lupercus nome do deus Pan (deus dos bosques); o de Janeiro deriva de Jánus, deus sábio e vigilante representado com duas caras. Em Roma havia o templo de Jánus, símbolo da paz e da guerra, edificado por Numa em Argileto a oriente do monte Palatino; tinha duas portas que só se abriam em tempo de guerra, chamando os cidadãos às armas, e durante o reinado d'êste rei estiveram sempre fechadas, significando a paz. Nas festas Lupercais campestres, do antigo Lácio, os jóvens patrícios e alguns magistrados corriam semi-nus pelas ruas batendo com cordas em todos que encontravam, e as mulheres procuravam ávi-

damente receber estas pancadas acreditando que favoreciam a concepção e o parto.

Júlio César imaginou uma correcção engenhosa no Calendário para evitar as confusões existentes no cálculo do tempo, até então muito grandes. A falta de coìncidência entre o ano solar e os doze meses lunares fazia recuar as épocas das festas e sacrifícios, de modo que iam caír, depois de alguns anos, em estações diversas d'aquelas em que tinham sido instituidas.

Para isso consultou e mandou ir a Roma os mais hábeis filósofos e matemáticos do seu tempo, entre êles o astrónomo Sosigenes do Egypto e Marco Fábio; e formou o ano solar de trezentos sessenta e cinco dias e um quarto (seis horas). Cada quatro anos intercalava-se um dia a seguir a vinte e quatro de Fevereiro, dia sexto das Calendas de Março, e o dia intercalado chamava-se também *sexto,* d'onde veio a desìgnação de ano *bis-sexto.* Esta reforma de César mereceu as zombarias dos seus inimigos e de Cícero, e os louvores da posteridade.

César fixou o equinócio da primavera *(æquus-noctis)* em 25 de Março e estabeleceu o *Áureo Número,* ciclo lunar de 19 anos adoptado entre os Egypcios, em que os novilúneos tornariam a suceder-se nos mesmos dias, metendo nos 19 anos sete luas. Mas como a diferença para a duração real do ano era aìnda de onze minutos e doze segundos, resultava que o equinócio avançava um dia em cento e vinte nove anos; de modo que no ano 325, a Igreja, por causa do dia de Páscoa fixado na lua cheia que sucede ao equinócio da primavera, achou, sem saber o motivo, na celebra-

ção do Concílio de Nicéa, que aquela solenidade tinha sido celebrada a vinte e três de Março. Desde então pensou-se n'outra reforma que só foi levada a cabo por Gregório XIII em 1582. O *Áureo-Número* foi tirado do Calendário e substituido por outro chamado *Epactas,* número de dias em que o ano solar excede o ano lunar; aquele fixou-se em 365 dias, 5 horas, 49 minutos e 12 segundos, sendo bissextos os anos de quatro em quatro; e tiraram-se dez dias ao mês de Outubro para que os solstícios e equinócios voltassem ao seu lugar. Os Russos, porêm, não adoptaram esta correcção conservando actualmente um atraso no seu calendário de treze dias.

Os Romanos contavam os dias do mês por *Idos* e *Calendas.* Os primeiros quinze dias de Março, Maio, Julho e Outubro e os treze dos outros meses eram da conta dos *Idos,* que caíam a 15 ou 13 respectivamente, em homenagem a *Idus,* que segundo as tradições alimentou Roma durante oito dias n'uma crise de grande fome; passados os *Idos* começava-se a contar pelas *Calendas* do mês seguinte, isto é, dias anteriores às Calendas do mês seguinte. Assim, o dia a seguir aos *Idos,* quando o mês era de trinta e um dias, dizia-se o décimo sexto ou décimo oitavo antes das *Calendas* do mês imediato; e se o mês tinha só trinta dias, o dia seguinte aos *Idos* era o décimo quinto ou décimo sétimo antes das Calendas. Esta contagem fazia-se conforme os *Idos* tinham caído a quinze ou a treze.

Álêm d'estas designações tinham aìnda os Romanos outras, como: as *nonas caprotinas* em memória do dia em que os Latinos foram derrotados no tempo de Rómulo; as *nundinas,* dias de mercado, feiras e

jogos, todos os novenários; os dias *fastos;* os *nefastos* ou de descanso e festivos; os *mixtos,* em que só se trabalhava à tarde ou só pela manhã; os *comiciais,* em que se juntava o povo em comícios; os *agonais,* dias de festa em honra de Jano e de Agónio; os *carmentais;* os destinados a jogos públicos, etc. Qùasi que era maior o número de dias de descanso e de festa do que o de dias de trabalho.

Alguns autores dão o mês romano dividido em três partes: *Nonas, Idos* e *Calendas;* os *Idos* começavam quando terminavam as *Nonas,* que correspondiam ao dia 5 de cada mês, excepto Março, Maio, Julho e Outubro em que caíam a 7; *Calenda* era o dia 1 do mês.

Ao *Nundinæ* (novenário), chamavam também *Eptas,* o que deu motivo à contagem eclesiástica dos dias por *feiras.*

Os Romanos empregavam o dia natural; e, como os Judeus, dividiram o tempo que decorre entre o nascer e o pôr do Sol em doze horas. Para determinar as horas usavam o *Gnomon,* que tinham levado da Sicília, e que era de uso antiquíssimo. As horas chamavam-se, como entre os Judeus: *prima, tércia, sexta* e *nona,* correspondentes às seis e nove da manhã, doze e três da tarde. A hora sexta a seguir ao meio dia, destinada ao repouso, chegou até aos nossos dias com a mesma significação. Mais tarde, o primeiro relógio de tôrre que existiu, foi colocado em Sevilha em 1400.

Depois veio a divisão do mês em Semanas *(sétima* ou *septem-mane,* sete manhãs), ou Septenas, talvez devido às quatro fases da lua, que formam o mês lu-

nar, ou para proporcionar mais um dia de descanso a juntar aos muitos que já tinham. Êstes, nos antigos tempos de Roma, eram só três em cada mês.

Os dias da semana foram designados, segundo uns, pelos sete planetas conhecidos pelos Orientais, d'onde procede a divisão em semanas; outros supõem que foi devido à consagração dos dias aos deuses seguintes: Sol, Lua, Marte, Mercúrio, Júpiter, Vénus e Saturno. A primeira nação da Europa que usou estas designações foi a Céltica, conforme refere Hervás; mais tarde foi substituido o dia de Saturno pelo *Sabbath* hebreu, e consagrado o do Sol pela Igreja, chamando-se-lhe Domingo *(Dominicus)*.

Em Portugal, como todos sabem, foram substituidas as designações pagãs dos dias da semana pelas *feiras*, contagem eclesiástica que, como dissemos, resultou das *Nundinæ* ou *Eptas* (novenário), dia destinado aos mercados ou feiras.

Estas designações e divisões do tempo foram introduzidas na Península pelos Romanos e depois seguidas nos reinos christãos até que sucessivamente foram desaparecendo; mas, anteriormente aos Romanos e fóra do domínio ou influência dos outros invasores, deveria haver na Península, na época livre dos Iberos e Celtíberos, outro cômputo dos tempos. Assim o afirmam escritores vascongados, cuja raça Euskara, é a representação mais genuína dos antigos Iberos conservando aìnda até ao presente qùasi puras todas as tradições das suas épocas mais remotas.

Sendo certa esta asserção, não cabe dúvida que êsse ou outro muito parecido seria o modo de contar dos Lusitanos e por isso o transcrevemos. (Astarloa).

Calendário Ibérico

Ila ou *Illa* — Mês lunar . . . .
- *Ilbarrija* — Primeiro quarto da lua.
- *Laurembata* — Segundo quarto da lua.
- *Igandia* — Terceiro quarto da lua.
- *Ilzaarra* — Último quarto da lua.

Ilgoria, crescente; *Iberia,* minguante.

Urtia — ano (12 meses).

Udabarrija — Inverno; *Udia* — Primavera; *Neguba* — Verão; *Neguasquena* — Outono.

Izquiota — Solstício do verão.

Lotasilla — Solstício do inverno *(princípio do ano).*

Apesar dos antigos Vascongados conhecerem o mês lunar, os seus meses foram subordinados ao ano solar, dividindo-o em 12 partes que supomos de 30 dias, como se comprova principiando o ano no Solstício do inverno. Fica sem resolver a distribuïção dos cinco dias restantes, que é provável fôssem empregados em festas, celebrando o fim do ano e entrada do novo, como se deduz da palavra *Lotasilla.* É possível que tivessem também anos bissextos, pois actualmente chamam-lhe *Bissus-urtia,* que quer dizer ano maior *(Bissujurtia).*

Nomes dos meses ibéricos e sua significação

Urtarrilla — Mês das águas ou *Ilbalza* — Idem negro } *Janeiro* (De 21 de Dezembro a 19 de Janeiro).

Otsailla — Idem de lobos e frio. . . . . ou *Celtcilla* — Idem de touros	*Fevereiro*. (De 20 de Janeiro a 18 de Fevereiro).
Epailla — Idem da tosquia	*Março*. (De 19 de Fevereiro a 20 de Março).
Jorrailla — Idem da monda . . . . ou *Opailla* — Idem das oferendas . . . . ou *Aberilla* — Idem dos gados.	*Abril*. (De 21 de Março a 19 de Abril).
Orrilla — Idem da folha. . ou *Ostarua* — Idem da segunda folha	*Maio*. (De 20 de Abril a 19 de Maio).
Baguilla — Idem das favas ou *Garagarilla* — Idem da cevada . . . . ou *Ercarua* — Idem de suave temperatura.	*Junho*. (De 20 de Maio a 18 de Junho).
Garilla — Idem do trigo. . ou *Ustailla* — Idem da abundância . . . . ou *Garagarilla* — Idem da cevada	*Julho*. (De 19 de Junho a 18 de Julho).
Agorilla — Idem de sequeiro	*Agosto*. (De 19 de Julho a 17 de Agosto).
Irailla — Idem de estercar	*Setembro*. (De 18 d'Agosto á 16 de Setembro).
Urrilla — Idem de escassez ou *Bildilla* — Idem das colheitas	*Outubro*. (De 17 de Setembro a 16 d'Outubro).

Cemendija — Monte ralo . . ou *Acilla* — Mês de sementeiras . . . . ou *Azarua* — Idem de regulação de sementeiras	*Novembro.* (De 17 d'Outubro a 15 de Novembro).
Abenduba—Bosque parado ou *Lotasilla* — Mês em que pára	*Dezembro.* (De 16 de Novembro a 20 de Dezembro).

Astia — Semana

Igandia	*Domingo*
Astelena	*Segunda-feira*
Asteartia.	*Terça-feira*
Asteasquena ou *Egubastena* . . .	*Quarta-feira*
Osteguna ou *Egubena*	*Quinta-feira*
Ostirailla ou *Ostiralla*	*Sexta-feira*
Larumbata ou *Laurembata*. . . .	*Sabado*

A palavra *Astia* parece ser anterior à formação da semana e compreendia uma época tridual, cujos dias se chamavam *Astelena, Asteartia* e *Asteasquena,* e que seria o princípio d'outra maior, talvez da semana lunar. A sua significação: *Astia,* princípio; *Astelena,* primeiro dia do princípio; *Asteartia,* dia intermédio do princípio; e *Asteasquena,* dia último do princípio, fazem supor que eram dias designados para festas lunares, cuja solenidade *(Astia)* durava três dias.

VI

Germanos

Germanos — Alanos, Vândalos e Silingos — Suévos — Wisigodos; Primeiros reis — Reino Wisigodo de Espanha — Traição do Conde D. Julião; Vinda dos Árabes à Península — Batalha de Guadalethe; Queda do Império Wisigodo — Moedas Wisigóthicas e Suevas — Literatura e Religião dos Wisigodos — Arquitectura Góthica (Estilo Ogival); Associações Maçónicas — Breviarum de Alarico II; Interpretatio e Código das Leis Wisigodas — Causas da decadência do Império Wisigodo; Concílios.

Germanos. — O nome *Germanos*, d'origem incerta, aparece na história 100 annos antes da nossa éra. Parece, comtudo, que foram os Romanos os primeiros que assim denominaram êstes povos, talvez pela sua semelhança com os Gauleses, chamando-lhes *germanus* (irmãos) d'èstes antigos invasores. As primeiras manifestações d'esta raça foram: a invasão dos Bastarnes, no Baixo Danúbio, entre os anos 200 e 180 antes de Christo; a dos Cimbros e Teutões na Gállia, na Ibéria e na Itália (113-101); e a dos Suévos na Alsácia e no Franco-Condado (60-58). Por um lado o seu tipo idèntico ao dos Celtas e por outro as suas línguas, de origem indò-europeia, revelam-nos uma antiguidade de

origem não inferior à dos Índios e Persas, Thrácios e Hellenos, Latinos e Celtas, porque todos êstes povos falam idiomas providos d'um mesmo organismo e formados com os mesmos elementos, idiomas que são variantes alteradas d'uma língua anterior e necessáriamente comum aos antepassados de todas estas nações (Lefévre).

Heródoto fala-nos dos Scythas, sem dúvida pertencentes ao vasto grupo indò-europeu, habitando entre os Purétos (Pruth) e o Tanaïs (Don). Tudo indica que foram êstes povos (Slavos e Germanos), conhecidos pelo nome genérico de *bárbaros do norte* (do grego *bárbaros,* estrangeiros; sanskrito *barbera,* nécio), que fizeram fracassar a expedição de Dário, no ano 502 antes de Christo, e impeliram os Celtas para a Europa. Precipitando-se do norte uma parte d'êles, Cimbros e Teutões, avançaram como onda ameaçadora em número superior a seiscentos mil e, abrindo caminho por entre os Gauleses, penetraram na Itália, onde os Romanos, comandados por Mário, os combateram e derrotaram (102 e 101 antes de Christo). Foi esta a primeira invasão germânica.

Contidos depois, nas margens do Rheno, ali os foi encontrar César quando fez a guerra da Gállia, onde permaneceram por muitos anos, esperando o momento oportuno para se lançarem sôbre o Império Romano, que em vertiginosa decadência caminhava para a sua completa desmembração. A política seguida pelos Romanos, as suas discórdias e rivalidades e as grandes levas de soldados, recrutados entre os bárbaros, tinham feito conhecer a êstes que êsse momento não estava longe. Muitas tentativas poseram em prática

para ultrapassar a barreira do Rheno, mas sem resultado, até que os Hunos os oprimiram, obrigando-os a desbordar. Êstes, mais tarde, passaram através d'êles como violenta avalanche, arrastando comsigo os Alanos, Gepidos e uma parte dos Ostrogodos, e vieram desde o Palus-Meotides (Mar d'Azof) até ao centro da Europa.

Alanos, Vândalos e Silingos. — No ano 404 da éra de Christo, os Alanos, Vândalos e Silingos, seguidos pelos Suévos, passaram o Rheno e introduziram-se na Gállia, d'onde foram chamados à Península Ibérica, segundo parece, pelos soldados bárbaros que os Romanos tinham ao serviço para guardar as fronteiras do Império. Êstes soldados, conhecidos pelo nome de *Honoríacos,* andavam receosos da má vontade dos naturais, cujo território saqueavam autorizados por Constante, general romano, filho do Imperador Constantino. A situação dos novos invasores na Gállia não era muito favorável, porque os Godos possuiam ali maiores fôrças e estavam concertados com o Imperador Honório; por isso procuraram estabelecer-se n'outras terras e aproveitaram o convite dos soldados para entrar com êles na Península Ibérica.

Era n'aquela ocasião rei dos Alanos, Atace (415-418); dos Vândalos e Silingos, Godigisco, Gunderico ou Giserico (406-427); e dos Suévos, Hermenerico (408-438). Encontrando natural resistência da parte dos Celtíberos que ocupavam o centro da Península, foram os bárbaros estabelecer-se na Galliza, então mais vasta do que hoje é, pois n'ela se compreendiam as Astúrias, Leão e Castela Velha. D'aqui foram os outros invasores obrigados a sair pelos Sué-

vos, indo os Alanos estabelecer-se na Lusitânia e província Carthaginesa, e os Vândalos e Silingos na Béthica, à qual os primeiros deram o nome de *Vandalusia* (Andalusia), ano de 418.

Esta distribuïção dos bárbaros na Península parece que foi feita com o beneplácito dos Romanos, obrigando-se aqueles a não levantar armas contra o Império pelo espaço de trinta anos e a não maltratar os naturais do país. Comtudo os Alanos, mais ferozes e impacientes, não tardaram em fazer guerra aos Vândalos e aos Silingos, e tomaram na Celtibéria muitas povoações romanas. Com o auxílio dos Godos, que se tinham estabelecido na Catalunha *(Goth-Alani,* Godos e Alanos) e na Narbona *(Gállia Góthica)*, poderam os Romanos vencer os bárbaros revoltados; derrotaram os Alanos e mataram o rei Atace, obrigando os que escaparam a refugiarem-se na Galliza, onde misturados com os Suévos perderam o nome e a nacionalidade.

Algumas povoações parece que tomaram o nome d'êstes bárbaros, como *Alanquer* (Alenquer), e *Alanim* perto de Sevilha. Ao mar Cantábrico chamaram os Árabes: *Alan klisim.*

Os Silingos foram também desbaratados n'uma batalha perto de Tarifa, desaparecendo o seu nome da história desde esta ocasião, como nação independente, e uniram-se aos Romanos. Dos Silingos ou Sálicos provêm a célebre *lei sálica,* a mais antiga das leis bárbaras, e que continha a conhecida disposição que exclue as mulheres de sucederem nas heranças. Terminaram estas guerras no ano 419.

Dois anos depois começou novamente a guerra, porque Gunderico querendo tomar para a sua nação

toda a Península atacou os Suévos que retiraram para as montanhas de Ervasos ou Arvas, entre Leão e Oviedo, ou talvez Narbasos (Ptolomeo). Não conseguindo por isso livrar batalha deu a volta às ilhas Baleares, onde tudo arrazou, e marchou em seguida para Carthágena que destruíu completamente, dando-se êste acontecimento 650 anos depois d'esta cidade ter sido fundada pelos Carthagineses. Depois Gunderico saqueou Sevilha, que estava habitada pelos Silingos, e à porta da igreja de S. Vicente, onde queria entrar para roubar, foi morto. Sucedeu-lhe Genserico (427-477), seu irmão bastardo, que outros chamam Guntharis, o qual foi convidado por Bonifácio, governador da província romana de África, a estabelecer-se n'aquele continente e a prestar-lhe auxílio contra o Império, prometendo repartir com êle os territórios que ocupassem.

Abandonou Genserico a Béthica e passou à África no ano 427, ou 429 segundo Lefévre, à frente de oitenta mil combatentes; mas, não chegando a um acôrdo com Bonifácio, partiu d'ali, depois de ter rapinado toda a Numídia e dominado o Mediterrâneo, dirigindo-se para a Sardenha, Sicília e mais tarde para Roma, que tomou e pilhou durante quinze dias. Com a prêza e cativos que fez voltou a Carthago, onde teve assento o reino dos Vândalos, continuando êstes sempre em correrias e pilhagens, pelas costas do Mediterrâneo, até que em 533 foram destruidos por Belisário, general de Bysâncio. Os reis vândalos, a seguir a Genserico, foram: Hunnerico (477-484); Gunthamundo (484-496); Thrasamundo (496-523); Hilderico (523-530); e Gelimer (530-534), em cujo tempo terminou o reino dos Vândalos.

Suévos. — Com a partida dos Vândalos começaram os Suévos a tornar-se temidos. Hermenerico, tendo morrido no ano 438 ou 440 e reinado trinta e dois anos, deixou como sucessor seu filho Rechila, moço valente e de engenho vivo, o qual perto do rio Xenil bateu e venceu o exército do enviado do Imperador romano, que ficou morto no campo. Alcançou ali o rei suévo grande prêza de oiro e prata, com que se preparou para fazer face aos gastos da guerra.

Depois d'esta vitória assenhoreou-se Rechila da Béthica, subjugou os Silingos e apoderou-se de Sevilha. Passou depois à Lusitânia e tomou Mèrida, onde aìnda existiam os Alanos com alguma independência; e d'aqui dominou a Carpetânia e a província Carthaginense, se bem que, depois, chegando a um acôrdo com os Romanos, devolveu-lhes algumas d'estas províncias (443).

No ano 448 morreu Rechila, sucedendo-lhe seu filho Recciário que, dizem, abraçou o cristianismo e casou com uma filha de Theodorico ou Theodoredo I, rei dos Wisigodos.

Por esta época fizeram erupção na Gállia os Hunos, comandados por Áttila, que cercaram Orléans em 450, mas foram derrotados nos Campos Catalaunicos, junto da aldeia de Moirey, a pouca distância de Troyes (Champanhe, Chalons-sur-Marne), em 451, pelo general Romano Aécio, auxiliado por Theodorico rei dos Wisigodos; e outras tríbus bárbaras, que se achavam espalhadas pelo país. N'esta batalha estiveram em presença os três mundos: Asiático, Romano e Germânico; isto é, aqueles a quem fugia o domínio da Europa e os que d'êle pretendiam lançar mão. Ao

lado dos Hunos combateram, os Gepidos, os Ostrogodos, os Alanos, os Burgundos e os Francos, que vieram seguidos pelos Slavos, Avaros e Búlgaros.

Dizem que Recciário esteve n'esta batalha, pelo parentesco que tinha com o rei wisigodo, porêm parece mais certo que antes d'isso, depois de acometer os Vascones, é que foi à Gállia visitar o sogro. Tendo feito a paz com os Romanos, por essa época, ficou com o senhorio da Béthica, Lusitânia e Galliza; mas, ambicionando ocupar toda a Península, continuou a molestar os povos limítrofes, pelo que foi admoestado por Theodorico II, rei wisigodo de Tolosa e seu cunhado. Êste, que já projectava arrebatar aos Suévos a posse do reino, atacou-os mais tarde, junto ao rio Úrbico (Orvígio) na Galliza, onde foram derrotados, ficando ferido Recciário, que fugiu por mar para a África e, tendo depois arribado à cidade do Porto, foi mandado matar pelo vencedor (456).

N'esta guerra foi tomada e saqueada Braga, séde da côrte dos Suévos, passando depois o exército wisigodo à conquista da Lusitânia e da Béthica, ano 456; a qual efectuou sem resistência e entregando, segundo parece, estas províncias aos Romanos.

Com autorização de Theodorico elegeram os Suévos novo rei para a Galliza, sendo escolhidos Franta e Masdra (457); mas sendo morto êste último sucedeu-lhe seu filho Remismundo (460), o qual juntamente com Franta entrou pela Lusitânia, que não pôde sujeitar. Sucedeu a Franta, por sua morte, Frumário, a quem Remismundo declarou guerra, com o desígnio de se apoderar de todo o reino, conseguindo-o fácilmente pelo falecimento prematuro d'aquele rei (463).

Remismundo, senhor único do reino suévo, reùniu grande exército e voltou a atacar a Lusitânia; e, depois de se ter apoderado ardilosamente de Coimbra, entrou em Lisboa, que foi entregue pelo governador da cidade chamado Lusídio. Receoso, comtudo, mais dos Wisigodos do que dos Romanos, enviou uma embaixada a Theodorico, renovando a promessa de obediência, e êste, para maior ligação entre os dois, deu-lhe sua filha em casamento.

No ano 465 foi morto Theodorico por seu irmão Eurico, que lhe sucedeu no throno, e que temendo Remismundo pretendesse vingar o sogro e desejoso ao mesmo tempo de tirar aos Suévos a Lusitânia e o resto da Península aos Romanos, combinou com o imperador Leão, de Bysâncio, fazer guerra a êstes povos.

A Península achava-se n'esta época dividida da seguinte fórma: a Galliza com parte da Lusitânia pertencia aos Suévos; a Béthica e a Catalunha com o sul de França compunham o reino dos Wisigodos; a Carthagínense, os Carpetanos e o resto do país era dos Romanos.

Eurico, que foi o mais poderoso dos reis wisigodos, entrou com grande exército pela Lusitânia, tomando-a sem resistência e d'aqui passou a Saragoça e a Pamplona, sujeitas aos Romanos e de que também se apoderou. D'estas cidades deu a volta por Tarragona, arrasando-a, e no ano seguinte (467) acabou por toda a parte com o domínio de Roma (Império do Occidente), que tinha durado na Península *seiscentos setenta e um anos,* desde 204 antes de Christo.

Álêm da Galliza, onde ficaram aìnda os Suévos como seus vassalos, todo o resto da Ibéria ficou em

poder dos Wisigodos, constituindo *o reino Godo da Espanha.*

Depois de Remismundo, que morreu em 468, perdeu o reino Suévo toda a sua importância. Desconhecem-se os reis que lhe sucederam até Carriárico, em 550; reinando depois Theodomiro (559); Myro (569), Ebórico (582), e Andeca (583), em cujo tempo o reino suévo terminou.

No tempo dos Suévos dividia-se a Espanha em metrópoles e bispados; e em Braga reüniram-se dois concílios, no reinado de Myro (563 e 569). O terceiro Concílio entre os Bracarenses foi em 675, reinando Wamba, rei dos Wisigodos.

Wisigodos — Primeiros reis. — Os Godos, um dos principais ramos e provávelmente dos mais antigos do tronco germânico, impelidos, de longe talvez, por qualquer movimento guerreiro produzido na Ásia Central, não achando lugar nos vales do Vístula, do Óder e do Elba, sem dúvida ocupados aìnda pelos Celtas e pelos Fineses, ou já invadidos pelos Suévos e Wendos, fixaram-se, parte na vizinhança dos montes Kárpathos, os que foram conhecidos por *Guthons* ou *Gothins,* e o grosso da nação ganhou o sul da Península Scandinava, que se ficou chamando *Gothland.*

Jordanes, historiador dos Godos, diz-nos que, no II século, os Godos com o seu rei Beric evacuaram a Scània e passaram o Báltico, pelo oriente; uma parte alcançou o Ponto (Mar Negro), e foram desde então chamados *Ostrogodos* (Godos de Éste); outra parte, os *Wisigodos* (Godos de Weste), deixando o norte dos Kárpathos aos Winidas, o alto Dniester aos Sclavins e o baixo Danúbio aos Antas, invadiu a Dácia, que os

Romanos acabavam de evacuar. E, tendo divagado muito tempo, em número d'uns trezentos mil, sem puderem estabelecer-se, comprimidos por outros povos bárbaros contra as fronteiras do Império Romano, acabaram como êstes por ultrapassar essas fronteiras, logo que as encontraram desguarnecidas (ano 250).

Os Ostrogodos, passando à Mésia em 251, bateram e mataram o Imperador romano Décius; devastaram a Thrácia, a Grécia e a Ásia Menor e queimaram o templo de Epheso; fundaram depois um grande Império, que se estendia, em todo o território, desde o Báltico ao Ponto e do Tyras ao Tanaïs (Don); e, por fim, subjugaram os Wisigodos no último têrço do século IV, debaixo do Império de Hermanrico, o *Alexandre godo,* primeiro rei da família dos *Amalingas (esforçados).* Dos Amalingas e dos Balthingos procederam os reis ostrogodos e wisigodos, respectivamente.

Quando o reino ostrogodo começou a ser invadido pelos Hunos, obtiveram os Wisigodos autorização para administrar os seus próprios negócios, empreender a guerra e fazer tratados sem intervenção do rei dos Ostrogodos. Então, êstes últimos uniram-se aos Hunos e os Wisigodos passaram o Danúbio e entraram no Império Romano em 376, estabelecendo-se na Mésia em número de um milhão. Aliaram-se aos Romanos, que reconheceram o rei Atanarico, mas foram por êles vèxados a ponto de provocarem uma revolta; e, atacados pelos Hunos, ao mesmo tempo que pelos Romanos, e negando-se as tropas wisigodas a combater, retirou-se desalentado Atanarico para a Caucalândia, sucedendo-lhe por algum tempo Fritigern.

A 9 d'Agosto do ano 378 foram atacados os Wisigodos pelo Imperador Valente, auxiliado pelos Ostrogodos, junto da cidade de Hadrianópolis, mas este foi derrotado e morto. Esta vitória entregou-lhes o país e devastaram a Península Balkânica, até que Theodósio o Grande, eleito Imperador do Oriente em Janeiro do ano 379, os venceu e fez com êles um novo tratado, incorporando-os no exército imperial, ao qual se conservaram fieis durante quinze anos.

Depois da morte de Theodósio, reùnidos sob o mando de Alarico I *(Alh-reiks,* forte e ligeiro), da família real dos *Balthingos (atrevidos),* reclamou êste ao Império Romano uma província para o seu povo; não sendo atendido devastou a Macedónia, a Grécia e a Illyria (396) e passou à Itália, onde tomou Roma em Agosto de 410; no ano seguinte, quando se dispunha conquistar a Sicília e talvez a África, morreu em Cosenza, na Lucânia. O seu sucessor, Ataulfo, conduziu os Wisigodos à Gállia e à Espanha ocupada pelos Suevos, Alanos, Vândalcs e Silingos; e preparou um tratado com os Romanos por intermédio de Placídia, sua espôsa, o qual foi levado a efeito por Walya (416), sucessor de Sigerico, que tinha reinado só um ano depois da morte de Ataulfo, sucedida em 415.

Por êste tratado obteve o rei wisigodo do Imperador Honórius a Aquitania Secunda, de Poitiers a Tolosa, onde fixou a capital do reino, ficando vassalo do Império; foi êste o primeiro dos reinos germânicos, organizados dentro do mundo romano, que recebeu os benefícios da sua civilização (418).

Desde Barcelona (que Ataulfo tinha ocupado) continuou Walya a guerra encarniçada que declarára aos

Vândalos, estabelecendo-se definitivamente na Península e terminando a sua longa migração (418). Conquistou grande parte do território, batalhando com os Romanos e com os outros bárbaros que aqui se achavam já, mas reduzido pela fome, motivada por tão prolongadas guerras, intentou passar à África, em busca de provisões, o que não conseguiu, sendo forçado a fazer a paz com os Romanos. Estes forneceram-lhe 600:000 moios de trigo e permitiram-lhe conquistar o resto da Península, sob garantia d'uma parte d'ela ficar sujeita ao Império, em troca da entrega de Galla Placídia, irmã do Imperador Honórius, que Alarico tinha aprisionado no assalto de Roma e que fôra espôsa de Ataulfo.

A princesa Placídia casou depois com Constâncio, associado de Honórius, de quem teve um filho que sucedeu no Império aìnda criança, com o nome de Valentiniano III. Governou em nome de seu filho o Ocidente e morreu em 450, existindo aìnda em Ravena o mausoléu que encerra os seus restos e os de Honórius, Constâncio e Valentiniano, na capela sepulcral por ela edificada em 440 e consagrada aos santos Nazário e Celso.

Por morte de Walya, em 419, foi eleito rei dos Wisigodos seu sobrinho Theodorico I, que reinou até ao ano 451. Procurou êste rei alargar os limites do reino que confinava ao norte com os Francos *(Frankos,* livres), que também obtiveram autorização do Império para se estabelecerem na Gállia, e a oeste com os Borguinhões, também povos germanos. Em 423 combateu Theodorico aparentemente a favor de Placídia e de seu filho contra um usurpador, mas na

realidade com intenção de juntar mais algumas terras aos seus próprios domínios, pois que, morto o usurpador, não depôz as armas, apoderou-se de várias cidades romanas e mandou cercar Arles (Roma Galla); foi porêm atacado e derrotado por Aétius, general romano. Várias vezes aìnda se perturbou a paz, sendo vencidos umas vezes os Wisigodos e outras os Romanos, o que obrigou Theodorico a procurar aliança com Genserico, rei Vàndalo, senhor de Carthago, casando uma das suas filhas com o filho d'êste rei.

Quando os Hunos invadiram o centro da Europa, mostrou-se Theodorico ao princípio disposto a seguir uma política egoista, permanecendo impassivel e tencionando defender-se só no caso de ser atacado. Instado porêm por Aétius (Aécio) dicidiu-se auxiliar os Romanos, contribuindo muito para a derrota de Áttila nos Campos Catalaunicos e salvando a Europa da tirania d'aquele bárbaro. N'esta batalha foi Theodorico vítima de um dardo disparado pelo Ostrogodo Andagis, sendo sepultado no mesmo sítio em que caíu ferido. Dos 500.000 combatentes que n'ela tomaram parte, dizem que morreram 162:000.

Sucedeu a Theodorico seu filho Torismundo, que pouco disfrutou do reino, por ter sido assassinado em 453 por dois dos seus irmãos, um dos quais Theodorico II, que lhe sucedeu, reinou treze anos e foi tambêm morto por seu irmão Eurico, o mais jovem de todos, em 466. Este herdou a corôa e demonstrou ser hábil general e astuto político; conquistou toda a Península, menos o ângulo noroeste em que ficaram os Suévos, e acabou com o domínio romano. Morreu em 485.

Alarico II, filho e sucessor de Eurico, não herdou a habilidade política do pai nem os seus talentos guerreiros. Oprimido pelos Frankos foi derrotado e morto pelo rei Clovis ou Clodoveo, em 507, na batalha de Voclad (Vouillé ou Vouglé), nas margens do Claim, a pequena distância ao sul de Poitiers. Casou com uma filha de Theodorico «O Grande», rei dos Ostrogodos e senhor da Itália.

Começa n'esta época a decadência do império wisigodo, que perdeu na guerra com os Francos qùasi todos os domínios que possuía na Gállia, acabando o seu reino de Tolosa.

Amalarico, filho de Alarico, foi salvo da batalha de Voclad e trazido á Península na idade de cinco anos; Clovis não pôde realizar a completa destruìção do reino do jovem rei porque seu avô Theodorico fez sua a causa do neto, conseguindo que êle ficasse com a Península e a faxa marítima do gôlfo de Lyon.

Depois da batalha de Voclad ou Vaglad, Clovis tinha ocupado qùasi todas as cidades wisigodas de França; e em Tolosa, capital do reino, encontrou grandes tesouros, entre êles os vasos sagrados e outros acessórios dos sacrifícios do Templo de Jerusalêm, que Alarico I tomára no saque de Roma e que tinham para esta cidade sido levados por Tito, filho do Imperador Vespasiano, quando conquistou o reino de Judá.

Os nobres wisigodos, pela pouca idade de Amalarico, elegeram rei a Gesaleyco, mas Theodorico não levou a bem esta eleição e, com o fim de defender o neto e abater o orgulho de Clovis, mandou contra

êste um exército de oitenta mil combatentes, comandado por Ilba, conde dos Gepidas, que o venceu, apoderando-se da Provença, com que ficaram os Ostrogodos, e da Aquitânia que tornou ao poder dos Wisigodos. A atitude de Theodorico, ameaçando passar os Pyreneus em socorro de Amalarico, fez fugir Gesaleyco, que voltou mais tarde com um exército, assalariado com o oiro que lhe proporcionou Trasimundo, rei Vândalo de África, mas foi derrotado a doze milhas de Barcelona, morrendo pouco depois.

Dizem alguns historiadores que, a seguir à morte de Gesaleyco, se intitulou Theodorico rei dos Wisigodos; outros, porêm, referem que o rei ostrogodo só tomou êsse nome, como governador do reino, na menoridade de seu neto.

Morreu Theodorico no ano 526 (setembro) e reconhecido Amalarico, com 24 anos de idade, soberano de todos os territórios godos situados a oeste do Rodão, passou o Erário de Ravena para Narbona, onde o jovem rei estabeleceu a sua côrte. Querendo fortalecer o reino com poderosas alianças, casou com Clotilde *(Hlothhild)*, filha de Clovis, que era católica, mas esta determinação foi causa da sua ruína. Dizem que, tendo-lhe permitido o livre exercício da sua religião, depois lh'o proìbiu, dando motivo a que a rainha se queixasse a seu irmão, o rei Hildeberto ou Childeberto, que aproveitou o pretexto para atacar os Wisigodos.

Amalarico, que professava a seita arriana, queria à fôrça converter a rainha, chegando a dar-lhe maus tratos, e na queixa que esta fez ao irmão enviou-lhe um lenço ensopado no próprio sangue como prova dos martírios a que o rei a submetia.

Um exército formado pelas fôrças dos três reis da Neustria: Hildeberto, de Paris; Clodomiro, de Orléans; e Clotário, de Soissons, ao mando do primeiro, tomou Narbona, voltando Hildeberto a Paris enriquecido com o real tesouro e muitos despojos procedentes das igrejas arrianas. Acompanhou-o Clotilde, que morreu, antes de chegar àquela cidade, e os Wisigodos refugiaram-se em Espanha, sendo assassinado Amalarico d'aí a pouco tempo n'uma igreja de Barcelona, por ordem de Theudis, que lhe sucedeu no ano 531.

Reinou Theudis 17 anos (531-548). No seu tempo Hildeberto e Clotário renovaram a guerra, invadiram a Espanha e poseram cêrco a Saragoça (543), onde foram repelidos. Dirigiu depois o rei Theudis um exército contra as cidades que Belisário tinha conquistado aos Vândalos em África, sendo derrotado; e, logo que voltou d'esta aventura, foi assassinado, por um soldado que se fingiu louco, no seu próprio palácio.

A usurpação de Theudis veio interromper a sucessão hereditária, passando o reino a ser de novo electivo, sendo escolhido Theudegísilo pela sua valentia e pela nobresa da sua linhagem. Estas qualidades porêm foram obscurecidas pela crueldade de que deu provas, e após dezoito meses de reinado foi morto no seu palácio, durante um banquete, pelos próprios convidados que faziam parte d'uma conjuração popular (549).

Seguiu-se Agila, eleito pelas cidades do norte, mas as arbitrariedades do seu govêrno desgostaram os seus partidários. Atanagildo, à frente dos rebeldes do sul, pediu auxílio a Constantinopla (Bysâncio) que lhe

enviou um exército às ordens do patrício Libério. Depois de cinco anos de guerra foi Agila derrotado e morto pelos seus soldados, sucedendo-lhe Atanagildo (554).

O reinado de Atanagildo durou catorze anos e foi próspero e pacífico, com excepção das guerras que sustentou com os seus perigosos aliados bysantinos, que se tinham apoderado de muitas cidades que êle não pôde recuperar, estabelecendo-se no sul da Península. Como tinham feito outros reis wisigodos procurou a estabilidade do seu reino, unindo por vínculos matrimoniais a sua família com a de Clovis, mas os resultados também foram desastrosos.

A sorte das duas filhas de Atanagildo constitue um dos episódios mais trágicos da história dos Francos. Á mais jovem, Bruniquilda, casou com Sigesberto, rei dos Francos orientais (Metz, Lorena); a outra Geleswintha (Galsuinda), com Chilperico, irmão de Sigesberto e rei dos Francos de noroeste (Soissons). Em breve tempo Chilperico desviou-se de sua espôsa, movido pelos atractivos de Fredegunda, sua amante, em conseqùência do que Geleswintha foi assassinada por ordem de seu marido. Bruniquilda incitou Sigesberto para que vingasse a morte de sua irmã, e tendo-se declarado guerra entre os dois irmãos morreu n'ela Sigesberto, ficando a governar o reino Bruniquilda, em nome de seu filho, durante um período largo e tempestuoso. Era esta rainha de carácter varonil, enérgica e de prodigiosas faculdades intelectuais, mas tirana e pouco escrupulosa. Depois de muitas intrigas, guerras e crueldades que praticou, caíu em poder de Fredegunda, sendo já de idade

avançada, a qual a mandou atar pelos cabelos à cauda de um cavalo indómito, para que fôsse arrastada até morrer e lançado o seu cadáver às châmas (616). Outros dizem que foi Clotário, filho de Fredegunda, já falecida no ano 597, quem a mandou matar.

Atanagilde morreu, antes de conhecer o miserável fim de sua filha (567), no seu palacio de Toledo, amado de seus súbditos e respeitado pelos estranhos. Foi o primeiro rei wisigodo desde Eurico que morreu de morte natural.

A quatro léguas de Guimarães, na margem do rio Vizela, ha uma aldeia com o nome de Atanagildo, por ventura fundada por êste tempo, e n'ela se vêem ruínas de edifícios que mostram ser obra dos Godos.

Pela morte de Atanagildo, foi eleito, no fim de cinco meses, Leuva ou Liuva I, que era governador ou vice-rei da Gállia Góthica (567). Nada se conhece do seu reinado, senão que no segundo ano de govêrno entregou a corôa de Espanha a seu irmão Leovigildo, preferindo ficar em Narbona (569).

Reino Wisigodo de Espanha *(Bradley)*.—Leovigildo (Liobagilths, *Coração de Leão)* foi um dos reis mais notáveis do seu tempo. Valeroso e hábil general subjugou o reino dos Suévos, cujo rei era Ariamiro ou Myro; arrancou das mãos dos soldados do Imperador de Bysâncio várias cidades que ocupavam e dominou por completo os indígenas da Península. Estava entretido n'estas guerras quando faleceu, na Gállia, seu irmão Liuva no ano 572, tendo reinado 5 anos.

Depois de sossegada a Béthica e expulsos d'ela os Romanos Bysantinos, passou Leovigildo à Cantábria e Viscaya, onde tomou Amaya, Arégia ou Varégia, ci-

dade situada entre Burgos e Leão; d'aqui foi à Aquitânia, onde castigou Aspídio que se tinha revoltado e que n'aquela província se intitulava *senior* (mais velho), tomada esta palavra no sentido de senhorio e principado. Foi n'êste tempo que os potentados e príncipes começaram a chamar-se *seniores* ou senhores.

Tendo subjugado a Aquitânia veio contra os Suévos da Galliza, concedendo tréguas ao rei Myro, e preparou-se para repelir um exército romano que o Imperador Justino tinha enviado às fronteiras de Espanha. Antes, porêm, desejando tornar electiva a sucessão à corôa, associou ao reino seus dois filhos Hermenegildo e Reccaredo, dando ao primeiro o govêrno de Sevilha com a Espanha meridional ou o de Mèrida; e fundou a cidade de Reccópolis *(cidade de Reccaredo)* onde o Guadiela se junta com o Tejo, não longe de Pastrana, como certifica o mouro Rafis (577). Outros dizem que esta cidade foi fundada na Celtibéria e que actualmente se chama Almonacir.

Escolheu êste rei para capital do reino a cidade de Toledo, que desde então se começou a chamar *cidade régia,* tendo estado a capital até àquela época em Sevilha; e procurou que a igreja toledana alcançasse a dignidade de primazia entre todas as igrejas de Espanha, como depois sucedeu, sendo o arcebispo de Toledo o primaz das Espanhas.

O reino de Leovigildo celebrizou-se, não só porque foi Leovigildo o primeiro rei wisigodo que dominou com independência a Península, podendo por isso considerar-se como o verdadeiro primeiro rei wisigodo de Espanha, mas aìnda pela trágica rebelião de Hermenegildo, seu filho primogénito, que posteriormente foi

venerado como um dos santos mártires da Igreja católica. A causa d'esta tragédia foi aìnda, n'essa ocasião, um matrimónio franko: a noiva, Ingunthis, obtida por Leovigildo para seu filho, a jovem filha de Sigeberto e de Bruniquilda, professava a religião católica e a espôsa de Leovigildo, a rainha Goiswintha (viúva de Atanagildo) era furibunda arriana. Por esta causa disputavam entre si com tal freqùência que o rei teve que mandar o filho para o govêrno de Sevilha. Pouco depois os conselhos de seu tio Leandro, bispo de Sevilha, e as súplicas de sua espôsa persuadiram Hermenegildo a que abandonasse a religião de seus pais e se convertesse ao catolicismo (religião ortodoxa); isto porêm não deu bons resultados, porque êste príncipe fazendo causa comum com os restos do exército imperial, que aìnda existiam no sul da Espanha (580), capitaneou uma rebelião que tinha por objecto arrancar a corôa a Leovigildo. Não querendo dar ouvidos aos conselhos paternos foi em breve cercado em Sevilha e tomada a cidade no fim de dois anos de cêrco (58[illegible]); mas, tendo fugido Hermenegildo para Córdova, ali os seus amigos imperiais o entregaram ao rei. Êste perdoou-lhe, mas ordenou que o despojassem das régias vestiduras e que fôsse residir como desterrado em Valência. D'aqui, antes d'um ano, quebrando as promessas feitas, partiu para a Gállia, a fim de pedir auxílio aos Francos para uma nova tentativa de revolta; porêm, prêso em Tarragona, Leovigildo mandou-lhe cortar a cabeça com um machado, pelo verdugo Sisberto, em 24 de Março de 585. (Marianna, *H. de Espanha).*

Foi santificado Hermenegildo e incluido no calen-

dário romano por ordem do papa Sixto V, no dia 14 d'Abril. A devoção por êste mártir, vítima dos ódios religiosos do seu tempo, foi grande antigamente, adoptando os devotos o seu nome e derivados, Ermesinda, Ermenesinda e também os apelidos Armengol, Ermengaudo, Ermegildes, Ermildes, etc. Em Sevilha, junto da porta de Córdova, existe uma tôrre conhecida por ter sido a prisão de Hermenegildo.

Ajudou a Leovigildo, no cêrco de Sevilha, o rei suévo Myro, que era católico e ali morreu, sucedendo-lhe seu filho Ebórico, mais tarde despojado da corôa por Andeca, casado com sua madrasta. Álêm de despojá-lo do reino, para assegurar-se de que não voltaria a pretender a corôa, obrigou-o a meter-se frade; mas Leovigildo declarou guerra ao tirano, venceu-o e prendeu-o, tirou-lhe o reino e mandou-lhe cortar os cabelos, o que, conforme o costume d'aquele tempo, era privá-lo do título de nobreza e inabilitá-lo para ser rei. Finalmente desterrou-o para Bejar, cidade da Lusitânia. A outro pretendente que pegou em armas, chamado Malarico, também derrotou. D'esta maneira conseguiu Leovigildo apossar-se de toda a Galliza sem contestação, visto que Ebórico vivia já como particular n'um convento; e assim terminou em 585 o reino Suévo, que tinha florescido algum tempo e ocupado grande parte da Espanha e metade do Portugal moderno. A sua duração foi de cento setenta e quatro anos.

Depois da morte de seu filho não é estranho que Leovigildo olhasse com antipatia a Igreja católica, conconsiderando-a como um perigo para o Estado e causadora de rebelião de Hermenegildo e do seu triste fim. Por isso tomou algumas medidas exageradamente

consideradas como perseguições, mas necessárias para defesa do reino contra as tentativas de predomínio dos Papas romanos. As lutas, porêm, entre as Igrejas católica e arriana tinham perturbado o reino, chegando a primeira a tomar tão grande ascendente que ameaçava o trono dos Wisigodos; era portanto impossível a um soberano que não fôsse católico poder sustentar-se em Espanha; e à morte de Leovigildo, em 586 ou 587, seu filho Reccaredo, vendo a desvantagem d'estas lutas, resolveu fazer d'aquela fôrça inimiga um elemento amigo e abraçou o catolicismo.

Leovigildo foi o primeiro rei wisigodo que, independente dos Imperadores romanos, cunhou moeda, com corôa na cabeça da efígie. As moedas wisigothicas são pequenas e todas de oiro de baixa lei.

Associado ao govêrno, como primeiro passo para a fundação da dinastia hereditária, segundo o projeto de Leovigildo, tomou logo Reccaredo I a corôa dos Wisigodos, que aquele tinha conservado com grande brilho durante dezoito anos. Foi muito amado dos seus vassalos; sufocou algumas revoltas intestinas dos nobres do reino e repeliu com vantagem os Francos, que tinham posto cêrco a Carcassona. Continuando a obra de seu pai criou a nacionalidade ibérica ou espanhola moderna; favoreceu a Igreja; resistiu a todas as conspirações dos bispos arrianos; e como resultado do seu zêlo religioso perseguiu os judeus e os herejes.

No seu tempo, em Maio do ano 589, reùniu em Toledo o III Concílio nacional constituido de todas as dependências do reino wisigodo, para celebrar a vi-

tória da fé ortodoxa e ditar as leis para o govêrno da Igreja. Concorreram a êste Concílio 67 bispos, entre os quais cinco Metropolitanos (Arcebispos); n'êle confirmou Reccaredo os motivos da sua conversão, e n'êle foi aprovado um código de leis para fixar a constituìção da Igreja em Espanha.

Reccaredo morreu no ano 601, d'êle descende a casa real espanhola, segundo refere o rei de Castella D. Afonso Magno (III) e Isidoro Pacence; os Godos honraram a sua memória elegendo, para lhe suceder, seu jovem filho Liuva.

Parece ter sido n'esta época que começaram em Espanha a aparecer os cargos de *duque* (duces limitanei) e de *conde* (comes civitatum) sob a autoridade dos primeiros, os quais não eram títulos hereditários mas designação de magistrados e governadores. Os *condes* governavam as províncias, ou cidades, tendo a seu cargo a administração civil; e os *duques* assumiam os comandos militares, podendo cunhar moeda para pagamento aos soldados, e por isso a certa moeda antiga se chamou *ducado*.

No tempo de Reccaredo estavam as fronteiras confiadas a cinco *duques:* de Cantábria, Carthagena, Mèrida, Lusitânia e Narbona. E eram tambêm *condes* os que na guerra, ou na casa real, tinham algum cargo ou dignidade principal, como: *condes Cataphractários, Clibanários, Sagitários, Tiuphados* e *Gardingos,* ou *Thesaurorum, Patrimoniorum, Notariorum, Scanciarum, Cubicuti, Exercitus, Domesticorum* e *Stabuli, (comes* ou *conde Stabuli),* d'onde procede a dignidade de *Condestável,* estribeiro-mór. Tambêm por esta ocasião se divulgou o nome de *Flayius,* que pri-

meiro adoptou Reccaredo à imitação dos Imperadores romanos, mas que depois usaram ordinàriamente os outros reis.

Começa com Liuva II um novo período de decadência para o reino wisigodo, durante o qual se torna notável o rápido crescimento da influência eclesiástica no govêrno da monarquia. Êste jovem rei governou só dois anos, sendo destronado por Witerico, que lhe mandou cortar a mão direita e encerrá-lo n'uma prisão, onde foi morto (603).

Witerico reinou seis anos e dez meses, derrotou em Siguenza os Romanos (Bysantinos), que aìnda possuíam algumas cidades na Península, e, dizem, que procurou restabelecer o arrianismo. Aborrecido do clero, dos nobres e do povo foi assassinado n'um banquete, no ano 610, arrastado o seu cadáver pelas ruas e enterrado em lugar desconhecido.

Sucedeu no reino, Gundemaro. Pouco contêm o o seu reinado digno de menção; fez guerra aos Vasco-Navarros e foi o primeiro rei que concedeu a imunidade eclesiástica em Espanha. Morreu de doença em Toledo, no ano 612, tendo reinado um ano, dez meses e treze dias.

Os nobres elegeram, no mesmo ano, a Sisebuto, general afortunado que procurou acabar de render os Romanos bysantinos, relegando-os para o Algarve. Foi êste rei liberal para os vencidos, erudito e muito versado em latim, grande protector dos estudos que então se professavam, escrevendo muitas epístolas e a vida de S. Desidério, e perseguidor encarniçado dos Judeus (616), obrigando-os à conversão no termo de um ano ou, de contrário, condenando-os ao des-

têrro, mutilação e confiscação de bens. Muitos Judeus, que a tradição refere terem vindo no tempo de Nabuchodonosor, e outros para aqui enviados pelo Imperador Adriano, depois da insurreição de Barcokebas, aceitaram na aparência a religião católica; mas, praticando ocultamente os ritos judaicos, ensinaram os filhos a odiar e maldizer os Wisigodos, seus opressores, de quem foram irreconciliáveis inimigos, e cuja ruína fomentaram nas trevas, auxiliando mais tarde poderosamente os Árabes na invasão de Espanha.

Sisebuto mandou construir muitas embarcações, com o fim de empreender novas conquistas por mar, pois, como disse Temistocles: *é coisa certa que a terra se rende a quem é senhor dos mares;* mas nada consta das suas viagens marítimas; morreu no ano 621, tendo reinado oito anos, seis meses e dezasseis dias.

Sucedeu-lhe seu filho Recaredo II, moço de pouca idade, que faleceu, tendo reinado só três meses.

Foi depois eleito Swinthila, general de Sisebuto, cujo reinado se distingue por ter sido o primeiro que dominou toda a Península, pondo fim à dominação bysantina que subsistíra durante 80 anos. Os soldados do Império foram incorporados no exército godo e os Vascos completamente subjugados; dando o povo a Swintila o título de *pai dos pobres.* Parece ter querido limitar o poder da nobreza e dos bispos, o que lhe grangeou o descontentamento d'estas classes. Esta má vontade tomou maiores proporções quando chamou, a participar do trono, seu filho Recimiro, ano 626 e V do seu reinado, revoltando-se os nobres, que viram n'aquele acto um artifício para tornar a sucessão hereditária. Acaudilhados por Sisenando pedi-

ram o auxílio de Dagoberto, rei franko, a quem prometeram dar em troca o objecto mais valioso do tesouro real. Entrou êste rei em Espanha até Saragoça, passando ao inimigo os que até então eram do partido de Swintila, a quem por fim lançaram fóra do reino com sua mulher e filho.

O objecto oferecido pelos nobres rebeldes, a Dagoberto, era uma bacia de oiro com pés, em fórma de meza, que pesava 500 libras e tinha engastadas ricas pedras preciosas, a qual, como parte dos despojos de Áttila, fôra dada por Aécio, no ano 451, a Torismundo, rei dos Wisigodos. Entregue por Sesinando aos embaixadores de Dagoberto a rica joia, indignaram-se os Godos e arrebataram-lh'a, voltando com ela, triunfantes, para Toledo. Em vista da atitude do povo ofereceu Sisenando a Dagoberto grandes somas de dinheiro, que foram aplicadas no acabamento da basílica de S. Dinis, panteon dos reis de França, mandada construir junto a Paris por aquele rei franco.

Reinou Swinthila dez anos, sendo destronado no ano 631.

A elevação de Sesinando ao trono foi uma vitória da nobreza sôbre o poder real e popular, e trouxe comsigo a supremacia da Igreja sôbre êstes três elementos. Com o fim de assegurar a sanção eclesiástica, para a usurpação que tinha cometido, o novo rei convocou o IV Concílio de Toledo, sob a presidência de Santo Isidoro de Sevilha, no ano 633 ou 634, onde foi confirmado e banido do reino Swinthila com toda a sua família. Nêste Concílio dispuseram os bispos que, de futuro, o sucessor da corôa devia ser eleito, n'um Concílio, pelos nobres e pelo clero; e todo aquele que

se revoltasse contra o eleito por esta fórma, seria separado da Igreja e condenado a perpétua excomunhão. Decretaram, àlêm d'isso, muitas praxes religiosas e as determinações a observar na reünião de futuros Concílios; aos Judeus e seus descendentes foram interditos os empregos públicos, ofícios e magistraturas; os clérigos obrigados a rapar o alto da cabeça, deixando o cabelo em fórma de corôa, etc., etc. Julgam tambêm alguns autores que n'êste Concílio se publicou o livro das Leis Góthicas, chamado depois *Fôro Juzgo*, e que o seu autor principal foi Santo Isidoro.

Sesinando morreu em Toledo (635 ou 636), tendo reinado quatro anos, onze meses e dezasseis dias; sendo eleito Chintila para lhe suceder. Êste rei, únicamente um instrumento nas mãos dos bispos, convocou os Concílios V e VI (638) e n'êles se decretou que o rei dos Wisigodos só poderia sair de entre os nobres e pessoa alguma que tivesse vestido hábito monacal podia ser eleita. Tambêm se dispôs que os reis, antes da coroação, deviam jurar não consentir no reino os judeus, nem os herejes.

Chintila morreu no ano 639 ou 640 e a assembleia dos bispos e nobres elegeu seu filho Tulga.

O jovem Tulga prometia ser um rei da feição do clero; mas os nobres, apesar dos terríveis anátemas dos bispos, sublevaram-se à voz de Chindaswintho, que conseguiu apoderar-se do rei a quem incapacitou de ocupar o trono, obrigando-o a vestir hábito (641).

Os bispos tiveram de submeter-se à usurpação de Chindaswintho, homem de grande energia e fôrça de carácter, que infundiu terror ao clero e à nobreza. Por conspirarem contra êle mandou condenar à morte

duzentos nobres e quinhentos indivíduos de classe inferior, sendo desterrados muitos outros, cujos bens foram confiscados. Governou sábiamente, convocou no ano 646 o VII Concílio de Toledo, e parece que fundou o convento de S. Romão da Hornija, ou Hormisga, entre Toro e Tordesilhas, junto ao rio Douro (Valladolid), onde dispôs que fôsse enterrado com sua mulher, a rainha Riciberga.

Êste enérgico e terrível soberano tinha quàsi oitenta anos quando subiu ao trono e, depois de reinar sete, os bispos, naturalmente instigados por êle, pediram-lhe que abdicasse em seu filho Receswintho, a fim de evitar os tumultos que poderiam dar-se à sua morte. Tendo Chindaswintho acedido à petição foi coroado seu filho no ano 649, com o consentimento do clero e da nobreza, falecendo Chindaswinto em 652, com mais de noventa anos.

Receswintho herdou, em grande parte, a energia de seu pai, mas, ao contrário d'êle, não foi austero. Reuniu o VIII Concílio dos bispos (652) e pediu-lhe dispensa da cláusula que o impedia de perdoar quem conspirasse contra o trono. A mesma assembleia aprovou outras leis, entre elas, a de que a propriedade adquirida por um rei, durante o seu govêrno, não devia passar a sua família, mas sim ao seu sucessor, eleito pelo Concílio.

No seu tempo revoltaram-se os Vascos, mas foram dominados, disfrutando o país de sossêgo durante os vinte e três anos que reinou. Convocou também o IX e X Concílio de Toledo.

O que tornou memorável o reinado de Receswintho foi ter dado um novo passo à obra começada por

Leovigildo e Reccaredo, procurando fundir, n'um só povo, os Godos e os Romanos. Até então tinham sido vedados por lei os matrimónios entre estas raças; Receswintho, porêm, aboliu semelhante proìbição e, seguindo o exemplo de seu pai, condenou com severas penas o uso da Lei Romana, substituindo-a pelo Codigo Wisigothico, *Lex Wisigothorum* (Forum Judicum), sancionado pela assembleia dos grandes *(próceres)* e que no futuro devia ser aplicado, por igual, a Godos e a Romanos. N'esta época entendia-se pelo nome de Romanos todos os habitantes da Península anteriores à invasão goda, isto é, os Hispano-Romanos. As duas raças, porêm, não chegaram a fundir-se e, da mesma fórma que em França sucedeu entre Gauleses e os consquistadores Frankos, tambêm os Wisigodos, senhores da Península, constituiram uma casta separada, orgulhosa e privilegiada, herdeira das tradições guerreiras e origem da classe aristocrática e nobre que persistiu até ao presente, através dos séculos, apesar das vicissitudes originadas pela denominação árabe na Península.

Morreu Receswintho em Gérticos (Vuamba), a duas léguas de Valladolid, em 1 de setembro do ano 672, sendo muito chorado pelos seus súbditos; reinou vinte e três anos, seis meses e onze dias, depois que seu pai o associou ao govêrno, e vinte um anos e onze meses depois da morte d'êle. A história dos Wisigodos não registou um reinado de paz tão longo como o que terminou com Receswintho. Foi sepultado na Igreja de Santa Maria da mesma povoação, onde faleceu de doença e onde se vê o seu sepulcro. D'êste lugar, por ordem de D. Alonso X, o Sábio, foi trasla-

dado o corpo para a Igreja de Santa Leocádia, de Toledo, onde esteve também o corpo do rei Wamba, que lhe sucedeu. Em 1575 D. Filipe II fez abrir os dois sepulcros, encontrando-se n'êles só os ossos sem letreiro algum; e em 1845 foram trasladados para a Cathedral da mesma cidade.

Em Nabância, n'esta época (655), floresceu Santa Irene, a quem o godo Britaldo deu morte lançando-a ao rio Nabanis (Zézere), por ela ter recusado satisfazer os seus desejos amorosos. O seu corpo foi achado junto da cidade de Scalabis, que desde então ficou chamando-se *Santa Irene* (Santarêm).

Depois da morte de Receswintho os nobres e prelados elegeram Wamba, mas êste negou-se a aceitar a corôa, alegando os seus muitos anos e que o pêso do govêrno era superior âs suas fôrças. Um dos oficiais do palácio, porêm, brandindo a lança, exclamou: *Wamba! d'esta câmara não sairás senão morto ou rei!* Como todos fizessem eco d'estas palavras, Wamba consentiu por fim em aceitar a dignidade real, que se lhe impunha de uma fórma tão extraordinária. Foi coroado em Toledo, dezanove dias depois da morte de Receswintho.

Wamba nasceu em Igeditânia (Lusitânia), onde actualmente se acha Idânia ou Idanha-a-Velha, perto d'uma herdade que tinha uma fonte cercada de blocos de pedra lavrada, chamada Wamba.

No tempo d'êste rei rebentou a guerra na Gállia Góthica e no país dos Vascos, as quais foram terminadas no ano 673. O resto do seu reinado, sete anos, decorreu tranqùilo, governando Wamba com firmeza e sabedoria; convocou o XI Concílio de Toledo em

675, e outro em Braga (o terceiro dos Bracarenses); cercou Todelo de novas muralhas e ganhou uma vitória naval contra os Sarracenos (Árabes) d'África, que já estavam senhores de toda a costa norte d'aquele continente.

Circunstâncias estranhas deram fim ao reinado de Wamba. Em 14 de Outubro do ano 680 sofreu um acidente, ficando privado dos sentidos algumas horas; os médicos disseram que estava nos últimos momentos; e, n'essa conformidade, como era costume da época, vestiram-lhe o hábito monacal e razuraram-lhe a cabeça, porque era crença que os que exalavam o último suspiro n'esta disposição obtinham a salvação da sua alma. Mas às vinte e quatro horas Wamba recuperou os sentidos, e, ao compreender o sucedido, reconheceu que, conforme a lei goda, estava incapacitado para reinar; assinou portanto um documento no qual declarava a sua abdicação e indicando a Ervígio, neto de Chindaswintho, para lhe suceder. Julga-se que foi êste quem tramou o acidente, fazendo beber a Wamba uma bebida soporífera, em combinação com os nobres, o que aliás ficou provado pela aquiescência d'êstes à sua nomeação feita contra a lei goda.

O rei Wamba retirou-se ao mosteiro de Pampliega no vale de Munhon, onde, durante sete anos e três meses, viveu em repouso. Reinou oito anos, um mês e catorze dias, e o seu corpo foi depois trasladado por ordem de D. Alonso o Sábio para a Igreja de Santa Leocádia de Toledo.

Êste rei é o último vulto notável da história dos Wisigodos e podem-se considerar as suas façanhas como os últimos fulgores d'êste povo. Pareceu por

um momento que a sua fogosa energia poderia obstar à decadência que vinha manifestando-se, mas o espírito nacional estava muito decaído e dominado pelo despotismo dos fanáticos prelados para que uma vida nova pudesse ser inspirada ao povo indiferente, reduzido à escravidão, e aos nobres dominados pela preguiça e pelos vícios.

A elevação de Ervígio ao trono foi ilegal e irregular; constituía àlêm d'isso um atentado contra a lei, visto ser filho d'um grego de origem persa, chamado Artabacas ou Ardebasto que, tendo sido desterrado de Constantinopla, se refugiou em Espanha, casando com uma filha de Chindaswintho. Governou comtudo prudentemente e julgando necessário cobrir a ilegalidade da sua eleição com a protecção da Igreja, nomeou seu chanceler a Julião, arcebispo de Toledo, uma das figuras mais notáveis do seu tempo. Êste prelado escreveu a crónica da campanha de Wamba na Gállia, obra brilhante de literatura do século VII, e depois de ter exaltado êste rei, foi o principal instigador da conspiração que o arrojou do poder; descendente de Judeus, tornou-se o mais cruel preseguidor d'esta raça, e, por fim, fez-se um dos maiores tiranos da Igreja e do povo.

Ervígio convocou o XII Concílio de Toledo (681), e para prevenir qualquer reacção a favor de Wamba, fez publicar pela segunda vez a lei que incapacitava dos altos cargos do Estado quem tivesse vestido o hábito monacal, aceitando assim o Concílio a responsabilidade da deposição de Wamba. Foi tambêm aprovada a lei autorizando o arcebispo de Toledo a crear e eleger bispos em todo o reino, quando o

rei, a quem pertencia esta prerogativa, estivesse longe, ou a confirmar as nomeações régias dos mesmos bispos, base da primasia d'aquela Igreja.

Convocou dois anos depois, em 683, o XIII Concílio, no qual foram perdoados os rebeldes da Gállia do tempo de Wamba; moderados os tributos; e perdoadas as dívidas de impostos ao Estado até ao primeiro ano do seu reinado. Os desgraçados Judeus, porêm, foram perseguidos com mais fúria que nunca, a instigações de Julião.

No ano seguinte reùniu o XIV Concílio de Toledo para aprovar o VI Concílio de Constantinopla, conhecido pelo Concílio Calcedonense.

Para evitar qualquer rebelião a favor da família de Wamba, indicou Ervígio para seu sucessor a Égica, sobrinho d'aquele rei, a quem deu a mão de sua filha Cixílona, fazendo-lhe jurar que ampararia sua sogra a rainha Liubigótona e toda a família real. Depois d'isto tendo anulado algumas leis do reinado anterior, que considerou rigorosas, faleceu de doença em Toledo no dia 15 de Novembro de 687.

Um dos primeiros actos de Égica, depois de ser ungido, foi convocar o XV Concílio no ano 688, para concertar algumas questões relativas ao govêrno do reino. Reùnido êste Concílio, procurou averiguar a validade do juramento por êle feito a Ervígio, de amparar a rainha e família real, alegando, que parte da fortuna adquirida por aquele rei tinha sido tirada a muitos nobres. Respondeu o Concílio que a santidade dos juramentos não devia favorecer a maldade, conseguindo Égica com esta resposta desfazer os planos de Ervígio relativos a sua família.

Convocou o Concílio XVI no ano 693, para despojar o arcebispo Sisberto que se tinha revoltado contra o rei, cuja prudência evitou a guerra civil, e para tratar outros assuntos, como a reforma das leis a fim de dar por fôrros de tributo a todos os Judeus que de coração abraçassem a religião cristã.

No ano 694 apoderou-se do reino um grande pânico por ter sido descoberta outra conspiração, na qual supunham implicados todos os Judeus de Espanha, os quais perseguidos constantemente na Península sabiam que os Sarracenos (Árabes) em África os protegiam. A riqueza e o número dos Hebreus espanhois eram suficientes circunstâncias para serem considerados inimigos perigosos, e, se bem grande parte parecia ter professado a fé católica conservava comtudo as suas crenças e alimentava um profundo ódio aos opressores. Conhecida a conspiração reùniu-se o XVII Concílio Toledano, no ano seguinte, para tratar de banir completamente do reino todos os Judeus, porque, disse o rei, tinham-se combinado com os d'África para entregar a Espanha aos Árabes. Os prelados resolveram então, que, todos os Judeus fôssem considerados escravos, os seus bens fôssem confiscados e lhes fôssem tirados os filhos logo que chegassem aos sete anos e entregues aos cristãos para os educar. Estas determinações do Concílio, por fim, não puderam ser realizadas, mas contribuiram sem embargo para aumentar o ódio dos Judeus à dominação wisigoda.

Três anos depois d'êste Concílio associou Égica ao govêrno seu filho Witiza; e quando morreu em 701, ficou êste como único soberano.

Witiza reinou nove anos; foi cruel e ímpio, sem respeito pelas leis sagradas, segundo alguns historiadores; parece, porêm, que são exagerados êstes conceitos, pois que perdoou aos desterrados e degradados por seu pai, e desobrigou os nobres de supostas dívidas ao Estado, que Égica tinha feito declarar a muitos. Tentou corrigir a corrupção dos clérigos alentando-os a contrair matrimónio, e não pôs em prática as leis contra os Judeus. Deduz-se, pois, por êstes factos, que Witiza devia ser amado pelo seu povo e odiado únicamente pela gente da Igreja, compreendendo-se assim a razão por que foi acusado, posteriormente, de espantosos crimes, que não cita Isidoro Pacence, o crònista mais imediato ao seu tempo. Parece que aìnda reùniu um Concílio em Toledo, que seria o XVIII.

Morreu Witiza, dizem uns, violentamente por efeito de uma conspiração urdida por Rodrigo no ano 709, ajudado pelos seus amigos e pelos Hispano-Romanos, entre os quais se tinha refugiado quando cegaram seu pai Theodefredo, filho de Chindaswintho; outros afirmam que de doença, em Toledo, no décimo ano do seu reinado e 710 ou 711 da nossa éra. Deixou dois filhos Eba, e Sisebuto, e um irmão chamado Oppas, bispo de Sevilha, os quais desempenharam mais adiante o papel odioso de contribuir para a entrega da Pátria ao jugo dos Árabes.

Rodrigo foi eleito por voto unânime dos nobres rei dos Wisigodos, e é o primeiro que na história da Península aparece com o título de *Don*.

A genealogia d'êstes reis é a seguinte: Chindaswintho tinha deixado de sua mulher, Riciberga, três fi-

lhos: Receswintho, que foi rei; Theodefredo ou Teudefrido, duque de Córdova; Fávila, duque de Cantábria ou Viscaya; e uma filha cujo nome é desconhecido. Receswintho faleceu sem deixar sucessão; Theodefredo teve Rodrigo de sua mulher Ricilona, senhora nobilíssima; Fávila foi pai de Pelayo, que mais tarde, sendo rei de Espanha, deu princípio à reconquista da Península; a filha de Chindaswinto casou com um conde, chamado Ardebasto, grego de nação, e teve por filho Ervígio, causador dos males que afligiram a Pátria, por ter tirado a corôa a Wamba. Ervígio teve uma filha de sua mulher Liubigótona, chamada Cixílona, que casou com o rei Égica, sobrinho de Wamba.

Theodefredo, duque de Córdova, residia n'esta cidade e estava proìbido de ir à côrte. Fávila, duque Cantábria ou Viscaya, no tempo que Witiza residia na Galliza, foi seu companheiro com o cargo de capitão da guarda, a que os Godos chamavam *Protospatário*, mas Witiza matou-o, dando-lhe traiçoeiramente uma pancada com um bastão; seu filho Pelayo, que exercia o cargo de tenente, retirou-se por morte do pai aos seus estados de Cantábria, sendo nomeado o conde D. Julião, casado com uma irmã de Witiza, para o cargo de Protospatário.

Logo que Witiza subiu ao trono perseguiu Theodefredo e Pelayo, privando o primeiro da vista, mandando arrancar-lhe os olhos e obrigando Pelayo a fugir; e tal era o ódio que o rei tinha a toda a família de Chindaswintho que, dizem, tambêm D. Rodrigo teve de ausentar-se para Jerusalêm. De Pelayo, aclamado rei nas Astúrias, depois da invasão dos Árabes, descendem depois da reconquista os reis de Espanha e de Portugal.

Excluidos os filhos de Witiza foi eleito D. Rodrigo, como dissemos, rei dos Wisigodos. Alguns autores mencionam Achila, entre êstes reis, por causa de três moedas, uma de Tarraco e duas de Narbona, onde se lê êsse nome; mas não está averiguada a sua existência, e se reinou, devia ter sido em Narbona e por pouco tempo.

O reinado de D. Rodrigo decorreu licencioso e desonesto; e parece que, tendo-se apoderado de Witiza o mandou cegar, como êle fizera a seu pai, conservando-o encerrado n'uma prisão emquanto viveu.

Era, comtudo, de coração ousado, muito liberal e inteligente, mas apenas rei tornou-se indolente e tudo o que empreendeu foi sem prudência. D. Rodrigo chamou Pelayo, seu primo, para o cargo de capitão da sua guarda e engrandeceu o palácio de Córdova, que se tornou notável pela riqueza da sua magnificência. Maltratou depois os filhos de Witiza, que por isso se ausentaram da côrte, passando à Mauritânia Tingitana, onde os Wisigodos conservavam aìnda a praça de Septum (Ceuta), da qual era governador n'aquele tempo o conde Requila, como lugar-tenente do conde D. Julião, que, àlêm d'aquela parte de África, tinha debaixo do seu govêrno a parte da Península junto a Gibráltar.

Traição do conde D. Julião; vinda dos Árabes à Península. — Os filhos de Witiza, antes de passar à África, pretenderam pegar em armas contra D. Rodrigo, e tinham do seu lado D. Oppas, prelado de Sevilha, muitos nobres descontentes e os Judeus, mas a oportunidade da revolta ter-se-ia feito esperar muito se D. Rodrigo, pela sua leviandade, não tivesse tornado seu inimigo muito temível o conde D. Julião. Êste

possuía uma filha chamada Florinda, depois conhecida pela *Cava* ou *Caba,* que era educada no palácio como filha de nobre, ao serviço da rainha Egilona. D. Rodrigo, tendo tido ocasião de admirar os seus dotes de formosura, enamorou-se da Cava e levou a sua desonestidade ao ponto de a violentar, fazendo-a sua amante, dentro do próprio palácio onde residia sua espôsa, a rainha. Teve conhecimento d'este crime o conde D. Julião, por uma carta que lhe escreveu a filha, e querendo vingar-se do rei, que assim o tinha ultrajado, deu ouvidos aos projectos dos filhos de Witiza, pondo-se a seu lado para destronar D. Rodrigo. Como as fôrças de que dispunham não eram suficientes, para se medirem com as tropas do rei, pediram auxílio aos Árabes que se achavam dominando o norte d'África. *(Crónica geral de Espanha,* mandada escrever pelo rei D. Alfonso «O Sábio»).

Antes, porêm, de se declararem em aberta rebelião, veio D. Julião à côrte e dissimulou os desejos de vingança com demonstrações de respeito, o que lhe proporcionou grande privança no palácio, aproveitada para combinar os seus ocultos planos. Convenceu o rei que devia mandar as tropas disponíveis para a fronteira de França, o que efectivamente sucedeu, ficando o reino desguarnecido; e, pretextando uma doença grave de sua mulher, que tinha ficado em África, obteve licença para visitá-la levando comsigo a filha. Na cidade de Málaga existia uma porta, chamada da Cava, por onde, dizem, saíu a filha de D. Julião ao embarcar para Ceuta. *Cava* parece significar, no antigo idioma da Península, *desonestada, violada,* etc.

Por êste tempo cometeu D. Rodrigo outra falta grave entrando com violencia n'um palácio abandonado existente nos arredores de Toledo e a que chamavam o *palácio encantado,* cujas portas estavam fechadas com grossos ferrolhos e fortes cadeados. N'êle sòmente encontrou uma arca, que continha os atributos do rito judaico, e um painel onde se achavam pintadas figuras de rosto e traje desconhecido, com o letreiro seguinte: *por esta gente será em breve destruida Espanha!* Parece que êste palácio, rodeado de grande mistério, era onde os Judeus celebravam, de noite, as cerimónias da sua religião e, na arca, tinham guardadas as táboas da lei de Moysés. Êste atentado de D. Rodrigo conjurou contra si, aìnda com mais violência, o ódio dos Judeus.

Antes de passar à costa d'África teve D. Julião uma entrevista com os conjurados, no monte Calderino, não longe de Consuégra, que em árabe quer dizer *monte da traição,* e aí foi concertado o plano da revolta. Chegado a Ceuta, conferenciou com Muza, Amir de Maghrêb, ou Governador árabe de África, a quem expôs as condições em que se encontrava o reino wisigodo e os auxílios com que podia contar, persuadindo-o da facilidade de tomar não só a Península mas aìnda d'aqui passar à conquista de toda a Europa.

Convencido Muza, enviou primeiro Abu-Zora Tarif com uma pequena fôrça, em Julho de 710, com o fim de certificar-se dos bons propósitos do conde; e depois, em quinta-feira 5 do mês de Regeb do ano 92 da Hegira (711), desembarcaram doze mil soldados, qùasi todos Berberes, a cuja frente vinha um pequeno

núcleo de Árabes, comandados pelo lugar-tenente de Muza, Tarik-ben-Zeyad, os quais tomaram o monte Calpe a que puseram o nome de *monte de Tarik (Gibr-al-Tarik* ou *Geb-al-Tarik, Jebel* ou *Gebal-Tarik, Gibráltar).* De Tarif tomou igualmente o nome uma antiga cidade da costa de Tartessus, denominada Tartessus por alguns autores, e que hoje se chama Tarifa. (Os geógrafos antigos chamaram Tartessus principalmente a três cidades: uma situada na desembocadura do Bethis; a outra Carteya; e a terceira Cádiz ou Gadir).

Apoderaram-se os Árabes, juntamente com os auxiliares cristãos, da cidade de Herakléa, situada no monte Calpe; e junto de Tarifa derrotaram e mataram D. Sancho, primo de D. Rodrigo, e a quem êste tinha mandado, com algumas tropas disponíveis, opôr-se à invasão do inimigo. Favorecidos com esta vitória passaram à Andaluzia e Lusitânia, cujos campos talaram, e tomaram Sevilha.

Batalha de Guadalethe; Queda do Reino Wisigodo. — O governador godo da província meridional, Teudemero, pediu ao rei auxílio e D. Rodrigo, que se achava nos Pyrenéus combatendo os Vascos, chamou imediatamente todas as suas tropas e concentrou o exército em Córdova, onde reùniu cêrca de cem mil combatentes. Na maior parte, porêm, estavam desarmados e outros só possuíam paus e fundas; tal era o estado a que tinha chegado a desorganização do reino Wisigodo, entregue às ambições dos nobres e do clero, que se achavam descuradas todas as atenções da própria defesa e perdidas as tradições bélicas da raça, que outr'ora fôra tão valente.

Comtudo D. Rodrigo, que era destemido apesar de todos os seus defeitos, correu com o seu exército ao encontro do inimigo, acampado perto de Xerez, a dez milhas ao norte de Cádiz, e assentou os seus arraiais n'uma planície junto do rio Chrysus ou Lethes, depois chamado Guadalethe. Pelejaram sete dias em escaramuças, temerosos de travar a luta final, pelo resultado da qual bem compreendiam que para uns dependia a salvação da nacionalidade e para outros a esperança de conquistar a Europa inteira. No oitavo dia resolveram dar a batalha campal, domingo 9 do mês Xawal, pela conta dos Árabes, ou 11 de Novembro pela cristã, do ano 714, segundo a crónica Alveldense; ou em 26 de Junho ou Julho de 711, conforme outros autores. Parece tambêm que esta batalha, imprópriamente chamada de Guadalethe, deu-se junto ao rio Wadi-Becca (Salado), cêrca do Lago da Janda; e talvez por isso os Árabes lhe chamaram *Guada-Lecca* ou Guadalaco.

D. Rodrigo julgou que, estando ameaçada a integridade do reino, esqueceriam os nobres as antigas rivalidades, para unirem-se em presença do perigo comum, e n'esta falaz confiança tinha entregue o mando das alas do exército aos filhos de Witiza e ao bispo D. Oppas; mas, qùasi ao cair da tarde, no mais rijo do combate, quando os Árabes começavam a ceder terreno ante o impulso formidável dos Godos, Dom Oppas que se tinha conservado inactivo na espectativa de uma oportunidade para passar ao inimigo, declarando assim abertamente a sua traição à Pátria, bandeou-se com grande troço de soldados, combinados para êsse fim, para o campo contrário e foi enfileirar

junto a D. Julião, que com enorme número de Godos, de Hispano-Romanos e Judeus pelejava ao lado dos Árabes. Atacaram êstes traidores, pelo flanco, o exército real; e os Wisigodos, surpreendidos e cansados por um dia inteiro de rude combate, foram completamente derrotados e postos em fuga. O rei portou-se como os mais esforçados, mas, perdida a esperança de vencer, saltou do seu carro de marfim, onde tinha combatido como soldado, e, vestido de púrpura e oiro, fugiu no seu cavalo Orélia e nunca mais foi visto.

Sôbre a sorte de D. Rodrigo existem três versões: uns dizem que pereceu às mãos de Tarik; outros que se afogou ao cruzar o rio Guadalethe, porque, tempos depois se encontrou no lôdo o seu calçado dourado, bordado de pérolas e pedrarias, a corôa e as vestes purpurinas da realeza, bem como os ossos do seu cavalo; por último afirmam que, derrotado e ferido, fugiu do campo de batalha e viveu por muitos anos n'uma ermida, com nome suposto, dedicado à oração e à penitência. Confirma esta última versão o ter-se achado n'um templo de Viseu, duzentos anos mais tarde, uma lápide com a seguinte inscrição, escrita em latim: «*Aqui jaz Rodrigo, último rei dos Godos*».

Esta única batalha despojou a Espanha de toda a sua grandeza; nos campos de Xerez pereceu o nome ínclito dos Godos; ali acabou o seu esfôrço militar, a fama do tempo passado e a esperança do futuro. N'um só dia desabou o Império Wisigodo, que tinha durado quasi trezentos anos, desde Walya até Dom Rodrigo (416-711), abatido pelo estandarte verde do Islam; das suas cinzas, porêm, duas grandes nacionalidades renasceram: PORTUGAL e ESPANHA.

Foi a monarquia dos Wisigodos na Península a tentativa da restauração do poder imperial romano; mas, apesar do grande merecimento que para a ulterior história da Península tem o Império dos Wisigodos, é forçoso reconhecer que o seu domínio, logo corrompido, não representa mais do que um episódio na história da dissolução da Espanha romana, dissolução que os Árabes vieram consumar nos campos de batalha de Guadalethe. Desapareceram os Wisigodos sem deixar digna memória da sua existência, nem literatura, nem monumentos, nem instituìções próprias, e sem ao menos terem ligado o seu nome ao país que ocuparam qùasi três séculos. Apenas algumas moedas e alguns escritos são os únicos vestígios da sua passagem pela História da Península (Oliveira Martins).

Moedas Wisigóthicas e Suévas *(Heiss)*. — As moedas que os invasores germânicos cunharam na Península, de fabricação muito rude, dividem-se em duas categorias. A primeira compreende as moedas da época da sua dependência ao Império Romano e são chamadas *moedas bárbaras;* a segunda constitue a série wisigótica de *moedas autónomas,* cunhadas desde Leovigildo até D. Rodrigo. Todas estas moedas eram de oiro e não consta que tivessem emitido moeda de prata ou de cobre, servindo-se da romana cuja abundância era enorme.

As *moedas bárbàras,* cunhadas em nome dos Imperadores, obedecem ao tipo das moedas bysantinas, mas as legendas acham-se de tal modo alteradas que muitas não se compreendem, ignorando-se por quem foram cunhadas e qual o Imperador a cujo soldo estavam os invasores. São atribuidas aos Suévos, sem

grande fundamento, as que apresentam no reverso, sôbre um escudo, dois círculos com uma cruz ao centro e a legenda *CONOB* no alto, monograma composto que aparece principalmente no exergo das moedas bysantinas desde Valentiano II, desconhecendo-se a sua verdadeira significação.

É só no tempo de Leovigildo, depois de dominados os Suévos e expulsos os Romanos, que aparecem as *moedas autónomas* wisigóticas, de tipo pequeno (têrço de soldo), com legendas inteligíveis e cunhadas em várias povoações da Península.

No território correspondente a Portugal ha notícia de que foram cunhadas moedas wisigóticas nas seguintes cidades e pelos reis que a seguir vão indicados:

Portucale (Porto). — Leovigildo, Reccaredo I, Liuva II, Sisebuto.
Braccara (Braga). — Leovigildo, Witerico, Chindaswintho, Receswinto, Égica, Égica e Withisa.
Elvora (Évora). — Leovigildo, Reccaredo I, Liuva II, Witerico, Sisebuto.
Egitania (Idanha a Velha). — Reccaredo I, Sisebuto, Sisenando, Tulga, Receswintho, Rodrigo.
Æminium (Coimbra). — Reccaredo I, Liuva II, Sisebuto, Sisenando.
Veseo (Viseu). — Sisebuto.
Lamæco (Lamego). — Sisebuto.
Bergancia (Bragança). — Witerico, Reccaredo I.
Pannónia (Dume). — Witerico.
Calapa (Entre Moimenta e Cualedro, Braga). — Chindaswintho.

Pannónia é o antigo nome da Hungria. S. Marti-

nho de Dume, ou Dúmio, natural da Pannónia, veio fundar no tempo de Theodomiro rei dos Suévos, n'um arrabalde de Braga (Dume), o convento actualmente chamado de S. Vítor, e que mais tarde foi Sé Catedral *(Cathedram Braccarensis)*, tendo sido S. Martinho o seu primeiro bispo. Êste lugar era conhecido por *Pannónia*, naturalmente devido à nacionalidade d'êste santo. Só conhecemos uma moeda d'êste tipo, inédita, que possuimos na nossa colecção.

Calapa supõem alguns que corresponde a *Caladunum*, perto de Braga, entre Moimenta e Cualedro, onde estão as ruínas de Salaniana.

Juntamos a reprodução de quatro moedas: uma suéva e três wisigóthicas, em tamanho natural, cunhadas em povoações correspondentes ao Portugal moderno.

A primeira é atribuida aos Suévos, que tiveram a capital do reino em Braga e representa um *têrço de sôldo*; é imitação das moedas de Valentiniano III (filho de Galla Placídia). No anverso lê-se: DO. VALENTIA-NUS IV, em tôrno do busto com diadema e ponta de scetro à frente adornado com flores de liz; o reverso tem uma cruz, n'um duplo círculo a pontos, colocada sôbre um escudo e no alto CONOB.

As outras três moedas são wisigóthicas e tambêm *têrços de sôldo;* tendo sido cunhadas por Witerico, Tulga e D. Rodrigo, respectivamente em Bergância e Egitânia (Bragança e Idanha a Velha).

Todas estas moedas são de ouro baixo e a época da sua cunhagem os anos 425-455, 603-610, 640-642 e 711. No tempo de Valentiniano III foram reis suévos Rechila e seu filho Recciário, a um dos quais deve pertencer a emissão da primeira moeda.

Comparadas estas moedas com as romanas da Rèpública e do Alto Império vê-se que a decadência política de Roma se tinha estendido tambêm às artes, de uma maneira tão sensível, que justifica a classificação geral de *bárbaras* dada às emissões monetárias d'essa época.

A palavra *CONOB,* que aparece nas moedas atribuidas aos Suévos e n'algumas de Leovigildo, Hermenigildo e Reccaredo, foi talvez introduzida nas moedas peninsulares com o fim de imitar as bysantinas, como supõe Aloïse Heiss; mas se considerarmos que a cunhagem da moeda era sempre uma afirmação de soberania e que n'esta época estava aìnda precária a independência dos Suévos e Godos de Espanha relativamente ao Império Romano de Bysâncio, somos levados a concluir que essa inserção, nas moedas dos invasores bárbaros, constituiu primeiramente uma demonstração pública de vassalagem e depois um acto de cautelosa política. As guarnições bysantinas achavam-se aìnda no Sul da Península e o reino wisigodo não se tinha consolidado bastante para poder declarar-se abertamente hostil aos Romanos, no tempo de Leovigildo e Reccaredo; por outro lado Hermenegildo, pedindo auxílio

a Bysâncio para destronar seu pai, julgaria conveniente dar essa prova de submissão, natural preço do serviço que lhe prestaram os bysantinos.

É no reinado de Valentiniano II que *CONOB* aparece, no exergo das moedas, com todas as suas letras; mas já no tempo de Constantino I, *O Grande,* se encontra a palavra incompleta, faltando-lhe as duas últimas letras, ou achando-se substituidas por outras. Muitas e engenhosas interpretações teem sido dadas pelos sábios a quem êste assunto despertou natural curiosidade, comtudo nada se tem adiantado, nem adiantará definitivamente se algum códice antigo não vier auxiliar as investigações dos eruditos dedicados a êstes assuntos. Tem-se suposto que *CONOB* provêm de: CONstantinopoli OBsignatus, *moeda cunhada em Constantinopla;* porêm, *obsignare pecuniam* significa *depositar dinheiro* e não *cunhar;* de OBrysatus, *oiro puro,* designação que podia admitir-se se a mesma marca não aparecesse na prata e no cobre; de *O*ficina B *(secunda),* visto que a letra *B* vale em grego 2; ou de *OB* (72), querendo significar que 72 soldos de Constantinopla faziam uma libra. M. Salis diz que *CONOB* indica ter sido a moeda cunhada em Constantinopla, mas como ha excepções que parecem contraditar esta opinião, pois que Contântio III, Placídia, Valentiniano III, os Suévos e os Wisigodos reinaram no ocidente e as suas moedas teem aquela marca, não satisfaz completamente a explicação dada por aquele sábio.

Weiss julga que a falta de letras, na expressão *CONOB,* provêm de deficiências da gravura ou do gravador e que a expressão completa deve lêr-se:

CONstantinopolitanum OBryzum *(oiro puro de Constantinopla)*. Refere também o mesmo autor que M. Camilo Brambila publicou em Pavia (1870) uma memória muito interessante, na qual dá o desenho d'um *áureus* de Zenón, tendo no exergo escrito *CONOBRY*, o que, na sua opinião, dissipa todas as dúvidas sôbre a significação de *CONOB*.

Comtudo, apesar do exposto por Heiss, parece mais aceitável a hipótese de M. Salis, devendo acrescentar-se à indicação de origem da moeda a expressão de soberania e omnipotência que então possuía o Império de Bysâncio; portanto, todas as excepções, encontradas em moedas d'outros países, devem representar preito de vassalagem ou respeitosa homenagem àquele Estado, o mais poderoso do mundo ocidental. Mas esta opinião, traduzindo o significado imperativo de CONOB e o local da fabricação da moeda, não explica a composição gráfica das palavras que essa abreviatura representa.

É para notar que as letras dos extremos são as iniciais de Constantinopla e de Bysâncio; isto é, do nome primitivo d'aquela cidade e do que Constantino lhe pôs quando estabeleceu ali a séde do Império. Entre o *C* e o *B* acha-se escrito *ONO*, primeiras letras de *onoma*, palavra grega que significa *nome*. Seria, portanto, muito plausível que *C-ONO-B*, quisesse significar: *Constantinopla, nome* de *Bysâncio;* ou, *Constantinopla, nome* actual da antiga *Bysâncio;* e n'êste caso a opinião de M. Salis é perfeitamente cabida, bem como as razões que exposemos, explicativas das excepções encontradas n'outras moedas da época e que desviaram os sábios do caminho da verdadeira interpretação de *CONOB*.

Póde objectar-se que não é lógico fazer a separação das letras com reserva de três para *onoma* e uma só para o nome de cada cidade, de muito maior importância no significado da legenda; mas podíamos escrever *CO-NO-B*, representando *NO* o p. p. de *nominare* (chamar) ou *nomen* (nome). Também seria aceitável a separação de todas as letras *C-O-N-O-B*; e, como *O* póde ter sido considerado partícula disjuntiva, teriamos *C-N-B*, o que confirma a nossa interpretação.

Relativamente às marcas que se encontram, parecidas a *CONOB*, devem ser consideradas como defeitos de fabricação ou com outro significado. As que aparecem nas moedas wisigóthicas, peninsulares, são: *CONOB*, *CONO*, *ONO* e *OMO*, verdadeiras deficiências do gravador, que omitiu letras por falta de espaço e trocou outras por engano.

Literatura e religião dos Wisigodos *(Bradley)*. — Excepto parte da tradução da Bíblia e de dois ou três insignificantes escritos, em língua goda, não deixou esta nação nenhum outro documento pelo qual pudéssemos conhecer mais detalhes da sua literatura e religião. A língua gótica, tal como se depreende da tradução da Bíblia, feita pelo bispo Wulfilas, é muito parecida ao antigo inglês e devia ser a linguagem que falaram os antepassados dos Suécos e Noruègueses. E' esta tradução o mais importante auxiliar que se possue para descobrir o que era a antiga língua teutónica, da qual derivaram as modernas, hoje faladas na Alemanha, Inglaterra, etc.

Possuíam os Godos um alfabeto próprio, cujas letras se chamavam *runes*, palavra que veio de *rûn*, raiz

do idioma primitivo *aria,* e que significa *segrêdo* ou *mistério,* o que demonstra que a arte de escrever era considerada por êstes povos com supersticioso terror e como dote milagroso. E' provável que o seu uso estivesse reservado aos sacerdotes, ou a alguma casta privilegiada, e fôsse sòmente aplicado para escrever, em pequenas lápides sepulcrais, os nomes dos heróis mortos, ou para marcar as espadas e as joias com o nome dos seus respectivos donos.

Alfabeto Rúnico

1	f	ᚠ	*fé*	9	i	ᛁ	*is*
2	u	ᚢ	*ur*	10	g	ᚼ	*gr*
3	th	ᚦ	*thurs*	11	s	ᛋ	*sol*
4	a	ᚬ	*ar*	12	t	ᛏ	*tyr*
5	r	ᚱ	*reid*	13	b	ᛒ	*biörk*
6	k	ᚴ	*kaun*	14	l	ᛚ	*langr*
7	h	ᚼ	*hagl*	15	m	ᛘ	*madr*
8	n	ᚾ	*nand*	16	z	ᛦ	*zr*

Os caractéres d'êste alfabeto eram em número de dezasseis e foram empregados pelos povos scandinavos em tempos remotos, do III ao VII século. Os autores não estão de acôrdo quanto à sua origem, supondo alguns que êles sejam mais antigos que as letras gregas ou latinas. O seu uso passou dos Godos às nações congéneres que habitam perto do Báltico, achan-

do-se mais tarde centos de pedras com inscrições rúnicas e algumas joias e artefactos na Scandinávia, Inglaterra, Alemanha, Borgonha e até na Valáchia, as quais, em geral, teem sido imperfeitamente decifradas. O nome d'êste alfabeto era *Futhark,* reùnião das seis primeiras letras; seguidamente foi aumentado, compondo-se de 24 signos, divididos em três grupos, dos quais dois parecem de origem latina, modificados principalmente por causa da gravação, em corpos duros, que, não permitindo as curvas, originou nos caracteres a fórma angulosa. Esta segunda série de *runes* começou a ser usada depois do século VII até ao XI. Mais tarde apareceram as runes pontuadas ou picadas que permitem distinguir algumas letras d'outras semelhantes, como o *f* do *v,* o *k* do *g,* etc. Todas as letras tinham a mesma altura, menos o *c,* determinada pela largura do *bastão rúnico;* ao escrever evitavam pôr o ângulo da letra na parte inferior; eram verticais ou oblíquos os traços que as compunham; e as curvas acham-se substituidas por linhas quebradas.

Depois d'esta época aparecem muitas modificações, variando êste alfabeto conforme os países. Existem também legendas rúnicas secretas, cifradas, em que os caracteres são alterados para dificultar a sua leitura. Em geral a escrita era feita da direita para a esquerda.

Ha muito poucos documentos escritos n'êstes caracteres, e a Bíblia de Wulfilas, *o Apóstolo dos Godos,* não foi feita própriamente com êles. Provávelmente pensaria êste bispo que era conveniente fazer esquecer aos Godos as *runes,* por causa dos assuntos gentílicos que com elas teriam expressado, e talvez tambêm porque o vocabulário rune era incompleto.

O bispo Wulfilas nasceu no ano 311, morreu em 381 e era natural da Ásia Menor; o tempo mais importante do seu apostolado passou-o na Mésia, em Nicópolis, junto aos montes Balkans, onde se tinha refugiado com os Godos cristãos, autorizado pelo Imperador Constantino. Anteriormente vivera ao norte do Danúbio, na Dácia.

Para que o cristianismo *(arrianismo)* se fortalecesse, entre os Godos, entendeu o bispo Wulfilas que o melhor meio era ensiná-los a ler e facultar-lhes depois uma tradução da Bíblia na sua própria língua. Pelos motivos que já dissemos organizou um alfabeto tirado do grego e do latino; mas como alguns sons da língua gótica não podiam expressar-se, senão por meio de certos caracteres rúnicos, teve que os adoptar, alterando-lhes, porêm, a fórma. O seu alfabeto contêm 25 letras.

O alfabeto de Wulfilas, da mesma maneira que o *rúnico,* não se parece em absoluto nem tem relação com as *letras góticas,* assim chamadas modernamente. Estas devem talvez êste nome a terem sido inventadas na época em que se começou a chamar imprópriamente *gótica* à arquitectura ogival, e tambêm por serem empregadas nas construções d'êste estilo. Portanto, a designação de *gótico,* aplicada a êste moderno talhe de letra, é arbitrária e sem fundamento; foi na Idade Média muito usado nos códices e inscripções dos monumentos.

As mais antigas cópias manuscritas da Bíblia Góthica, que existem, foram escritas 150 anos depois da época de Wulfilas e por elas se vê que aquela tradução foi um trabalho maravilhoso para aquele tempo e perfei-

tamente interpretado, apesar da dificuldade em expressar certas passagens da Bíblia em língua góthica.

Ignora-se se Wulfilas traduziu toda a Bíblia. O que chegou aos nossos dias consta de uma grande parte do Evangelho e das Epístolas de S. Pedro e pequenos fragmentos dos livros de Esdras e Nehémias. Achou-se em seis pedaços, sendo o mais importante o que foi descoberto n'um mosteiro junto de Werden, na Alemanha, e que por fim foi adquirido em 1662 pelo conde suéco Gardie, que o mandou encadernar em prata, chamando-se desde então *Codex Argenteus*. Presentemente pertence à Universidade de Upsala e é considerado como um dos mais ricos tesouros das Bibliotecas Europeias, pois está primorosamente escrito em letras de oiro e prata sobre pergaminho côr de púrpura.

Entre as *runes* godas e as letras das legendas das moedas ibéricas anteriores aos Wisigodos, com excepção das fenícias, encontra-se uma notável semelhança que parece confirmar a opinião do Dr. Isaac Taylor de serem elas a corrupção d'um antigo alfabeto grego usado em algumas colónias da costa noroeste do Mar Negro, talvez derivado do fenício.

Ácêrca da religião idolátra dos Godos pouco se sabe tambêm. Parece que adoravam os *Anses* (plural de *Ass* ou *Ans*), nome dos deuses maiores ou principais; o grande *Twin Brethren,* correspondente a Castor e Polux; e o *Wodan,* espírito do vento e da tempestade e inspirador da poesia e do saber. Outro dos seus deuses seria *Tiw,* que deve ser Dyaus, Zeus ou Júpiter; adorariam provávelmente o *Sol* e o deus da tempestade, a que os Scandinavos chamam *Balar* e

Thôrr; e bem assim *Halya,* deusa do mundo inferior. Isto é o pouco que se conhece do paganismo góthico, pois quando se converteram ao cristianismo *(arrianismo),* os sacerdotes d'esta religião esforçaram-se por fazer esquecer todas as crenças antigas da memória do povo, o que conseguiram perfeitamente. Mais tarde abraçaram o catolicismo (Igreja Romana), no tempo de Reccaredo (586), e muitas das perturbações que n'esta raça se deram, posteriormente, provieram do feroz ódio que existiu entre arrianos e católicos *(orthodoxos),* que se consideravam recíprocamente peores que os gentios, perseguindo-se com crueldade.

Arquitectura góthica (Estilo Ogival); Associações Maçónicas. — É imprópriamente que se chama *góthica* à arquitectura *ogival.* Foi no norte de França, no fim do XII século, que êste estilo começou a desenvolver-se, estendendo-se pela Alemanha, Inglaterra, Itália e Espanha, devido a duas causas de conseqùências políticas e moràis de enorme alcance para a emancipação gaulesa: as Comunas e as Cruzadas.

Á opressão dos conquistadores Frankos tinham oposto os Gauleses a fôrça moral do cristianismo, que feria a imaginação grosseira e supersticiosa dos bárbaros. Isto porém não impedia que fôssem despojados, pelos chefes frankos *(keisars),* das suas terras; porêm, um grupo d'homens enérgicos, inteligentes e instruidos, mas desesperados de reconquistar a liberdade pela fôrça, formaram-se em sociedade a coberto da religião e obtiveram o *privilégio* de viver livres n'um canto da Pátria e aí trabalhar pelo bem comum. Esta foi uma das origens dos monastérios na Gállia, diz M. Guizot, e d'onde proveio o nome de *monges (monos,*

sós) que no seu princípio foram independentes do clero e contra quem muitas vezes lutaram.

Esta gente escolhida fizera dos conventos os centros d'onde irradiavam as letras e as artes e onde se formaram escolas de artistas laicos que depois fundaram poderosas corporações e confrarias maçónicas, *(pedreiros livres)*, que sacudiram a tirania feudal e obtiveram, por compra ou pela fôrça, as liberdades que lhes tinham sido usurpadas.

No fim do século XI encontram-se já constituidas muitas Comunas em todos os países latinos, mesmo em Espanha, que a conquista dos Mouros colocára fóra do movimento europeu (Thierry).

Por outro lado as Cruzadas, que uns explicam como tendo tido por objecto debilitar a nobreza e outros o de sangrar as populações muito densas, levaram ao Oriente uma imensa multidão da qual faziam parte muitos artistas, que d'ali trouxeram outras aspirações, conhecimentos e meios de trabalhar até então qùasi ignorados na Europa ocidental. O contacto dos orientais, os esplendores de Bysâncio, os monumentos da Ásia Menor, o movimento comercial e as relações que se estabeleceram originaram um gôsto artístico e necessidades novas. Foram assim aprendidos os processos e os sistemas de construir dos Gregos, Árabes e Venezianos.

A *ogiva*, arco agudo, de três pontos ou triangular, símbolo da arquitectura chamada *gótica* e que, como dissemos, apareceu no fim do século XII é muito antiga; vê-se em edifícios de origem remota na Ásia, na Grécia e na Itália. Mais tarde encontra-se na Etrúria e no século VI no litoral do Mediterrâneo, no Cairo e

correntemente aplicado na arquitectura árabe. Os poucos monumentos que se conservam dos Godos teem umas características muito diferentes.

O nome de *gótico* é, portanto, impróprio e aparece muito depois d'aqueles povos terem desaparecido da História. O que se julga provável é ser esta denominação uma classificaçào desdenhosa aplicada pelos arquitectos da Renascença a uma arte que êles não podiam compreender; classificação que se estendeu depois aos objectos e pessoas que se queria ridicularizar. Em alguns países significa: *deselegante* e *pesado* de *adornos;* entre os ciganos, *nobre* e *ilustre.* Parece tambêm que foi assim designada para expressar um estilo arquitectónico diferente do romano e uma recordação perpétua da grandeza dos Godos na época em que êstes dois povos eram os senhores do mundo ocidental.

Alguns autores supõem, menos verdadeiramente, que esta designação provêm da *arquitectura ogival* ter começado na Góthia (sul da Suécia), ou na Alemanha (ducado de Saxónia-Coburgo-Gotha); as obras primas, porêm, d'êste estilo encontram-se na Normândia, onde tambêm julgam alguns que teve origem, passando depois para Inglaterra com toda a sua pureza. Milner, no seu *Tratado da arquitectura eclesiástica em Inglaterra,* pretende que o *arco ogival* foi pela primeira vez empregado n'aquele país, mas Winttington reconheceu a preferência aos monumentos franceses; outros dão-lhe origem egypcia ou hebraica, havendo sôbre o assunto qùasi tantas opiniões como os autores.

O que é certo, porêm, é que êste estilo, primitivamente chamado *lombardo* pelos franceses e *saxónio*

pelos ingleses, só se começou a chamar *gótico* na época da Renascença, quando tudo que não era romano parecia bárbaro (Cantu).

A *arquitectura ogival* divide-se em três épocas: *primária, secundária* e *terciária,* correspondentes pouco mais ou menos aos séculos XIII, XIV e XV. Na *primeira* reconhece-se aìnda a excitação e o estudo nas concepções audaciosas que caracterizam êste estilo; é exemplo d'esta época a catedral de Chartres, reconstruida em 1260, depois de ter sido destruida por um incêndio. Na *segunda* época, depois de atingir o seu ponto culminante e toda a sua pureza de linhas, só igualada pelas grandes construções gregas da antiguidade, começa por fim a sobrecarregar-se de adornos, dando indícios de decadência. É comtudo e apesar d'isso a sua melhor época, mas o acréscimo do poder real, destruindo as Comunas e sufocando o espírito de liberdade nas classes burguesas, apagou a inspiração e a inventiva que tinha precedido o primeiro período; acabou-se n'êste tempo a catedral de Metz. No *terceiro* período, tão fecundo em grandes acontecimentos, como a queda de Constantinopla, a tomada de Granada, a descoberta d'América, a invenção da imprensa e as viagens de Vasco da Gama e d'outros navegadores portugueses, perde a arquitectura ogival, sucessivamente, a sua serêna majestade; impotente para produzir grandes rasgos de génio, lança-se na dificuldade da ornamentação e nas linhas quebradas, que à vista se confundem. A esbeltez é qùasi banida e a profusão da escultura, à falta de inspiração, dá origem ao chamado *gótico florido,* característico d'esta terceira época e a que pertence o nosso Mosteiro da Batalha.

O *estilo ogival* é a mais completa e mística expressão do catolicismo cristão. As suas características são: a elevação indefinida das abóbadas e pilares; predomínio da linha vertical sôbre a horizontal; construção sôbre nervuras e atrevida até qùasi ao impossível; e riqueza d'ornamentos e de esculturas simbólicas. A pintura, o mosaico, os vitrais e a música são reùnidas nas naves ogivais para impressionar o espírito e para o encher de admiração. Distinguem as três épocas: as *agulhas*, a *irradiação das rosetas* e a *ondulação das linhas curvas* em todos os sentidos (Barberot).

Em Portugal encontra-se èste estilo nas províncias setentrionais, onde se levantaram os mais antigos edifícios de que só existem poucos vestígios. O convento do Carmo, em Lisboa, fundação de Nun'Álvares, o grande portuguès e intrépido guerreiro, o maior general do seu tempo, que introduziu nas batalhas uma nova tactica e que Camões cantou chamando-lhe: o *Nuno fero que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,* nunca depois igualado, aí está ao abandóno, sem que a veneração que devemos à memória do ínclito herói, que salvou a nacionalidade portuguesa qùasi a sossobrar no mar proceloso de Castela, tenha levado os que disfrutam dos benefícios por êle alcançados, com a ponta da sua lança, a reedificá-lo como padrão imorredouro d'uma das maiores glórias nacionais.

O mosteiro de Santa Maria da Vitória, vulgarmente conhecido pelo convento da Batalha, edificado para comemorar a batalha de Aljubarrota e que é, como diz Assis Rodrigues, o brazão da *arquitectura ogival* em Portugal e o mais singular entre os edifícios gran-

diosos das Espanhas, constitue também um padrão magnífico, levantado, em honra da religião, ao valor português e à independência e glória nacional pelo defensor da pátria, o monarca cavaleiro D. João I. A sua situação, porêm, longe das vias principais de comunicação, faz que, meio esquècido, seja pouco visitado, devendo ter contribuido muito para isso o apoucado espírito de admiração que o português moderno, com honrosas excepções, parece sentir pelas glórias do seu país e a nenhuma disposição existente, estabelecida pelas estações oficiais, para patentear o que entre nós ha de grandioso e belo, digno de ser admirado por nacionais e estrangeiros. Em tôrno de Lisboa já as sociedades propagandistas do turismo em Portugal deviam ter fixado os ciclos ou circuitos de passeio em automóvel, dos quais o segundo poderia abranger Alcobaça, Batalha e Leiria, cujo castelo é outra pérola abandonada da nossa arquitectura clássica.

No mosteiro de Belêm, chamado de *estilo Manuelino*, designação que nada significa em arte arquitectónica, aparecem as linhas do estilo ogival da Batalha, com várias diferenças que lhe deram o sobrenome citado, mas essas modificações não sáem do sistema fundamental, nem o podem classificar dentro d'outro estilo; são devidas ao rei fundador D. Manuel e à época dos descobrimentos marítimos (1500). É êste mosteiro um monumento notável e digno de ser visitado, sendo admirável os pilares da grande nave e as abóbadas magníficas do cruzeiro e do côro, qùasi planas. O templo foi terminado por D. Catharina, mulher de D. João III, que mandou construir a capela

mór em estilo clássico (jónico e coríntio), ornamentando-o com custosos mármores, mas sem gôsto e destoando completamente do seu conjunto delicado e majestoso. Os Espanhois atribuem a sua terminação a D. Filipe II (1.º de Portugal).

As *sociedades maçónicas,* que tinham a seu cargo a construção das catedrais de estilo ogival e que alguns fazem remontar a sua criação à época em que Salomão edificou o Templo, usavam sinais de reconhecimento entre os associados, sujeitos a certa iniciação de que guardavam absoluto segrêdo. Adoptaram por símbolos os instrumentos da sua arte: o esquadro, o nível, o compasso e o martelo; em geral marcavam as pedras que lavravam com o sinal próprio que distinguia a cada um dos associados; e os *mestres* e *companheiros* comunicavam entre si as descobertas e processos de construção que se lhes sugeriam, fazendo avançar a mecânica e estabelecendo princípios scientíficos de construção que depois se perderam pelo segrêdo que àcêrca d'êles guardavam, bem como do nome dos seus autores. Explica-se assim a semelhança que se encontra entre os trabalhos d'êste género executados nos pontos mais afastados da Europa.

Entre os segredos das lojas maçónicas figurava a sciência dos números místicos e das fórmas simbólicas, segundo as quais se edificava pelo tipo da Jerusalêm celeste; para esta realização eram dirigidas as fórmas geométricas, as proporções e o aspecto do edifício, desde o ornamento até às paredes tornadas transparentes pelos grandes vitrais, às estátuas e às pinturas. A ogiva, as flexas recortadas, os florões em trifólio, e as linhas, perpendiculares ou piramidais, exprimiam o impulso do céu.

O projecto geral d'estes edifícios é dividido em três partes, número sagrado que regula também as construções secundárias; a cruz da nave é a base mística sôbre que se levanta o triângulo da elevação; as extremidades cruzam-se sôbre a cabeça do crente, ajoelhado como instrumento da sua redenção; as figuras exóticas indicam os espíritos perversos, o génio do mal, que se encontra sempre ao lado do génio do bem; e as cruzes, que aparecem por toda a parte, recordam a geração pelo sofrimento. Até na dedicatória do edifício tudo era alegórico, tudo reportava os cristãos à origem do verdadeiro culto e ao destino místico do templo, trazendo à memória que a Igreja não é uma acumulação de pedras, mas um edifício vivo de que Christo é a pedra angular e de que os fieis são os membros.

César Ciceraño, pretendendo encontrar os preceitos de Vitrúvio na *Maxima sacra de baricefala,* de Milão, demonstra que certos números simbólicos aí se repetem constantemente; a arcada tem $16^{m},66$ de um pilar a outro; as colunas $16^{m},66$ de altura e as pequenas naves $8^{m},33$; a fachada 50^{m}, e todo o edifício três vezes a largura total; que ha sete janelas, no côro, e duas vezes sete colunas guarnecem a nave.

Em Colónia, a cruz é regularmente tirada da figura de que Euclides formou o triângulo equilátero; as partes inferiores do triângulo dividem-se em hexágonos e em dodecágonos. Catorze colunas sustentam a abóbada do côro, contendo outras tantas estátuas de apóstolos; sete capèlas indicam os sacramentos e quatro colunas os evangelistas e os doutores.

Em Reims havia sete portas e sete capelas em volta

do côro; outras tantas em Chartres; e sete arcadas no côro de Notre Dame de Paris. As catedrais de Ruão, Strasburgo e Chartres teem a extensão de 48^m, quádruplo do produto de três por quatro. A Santa-Capela de Paris tem $36^m,66$, tanto de altura como de comprimento e 9^m de largura, quadrado de três (Cantu).

A *arquitectura ogival* conseguiu poupar grande espaço, empregando menor quantidade de materiais. O templo da Paz, em Roma, um dos edifícios mais ligeiros da antiguidade, abrange uma superfície de 6225^{m^2}, sendo 810^{m^2} ocupados pelas construções; Notre Dame de Paris, que é um dos mais pesados do século XIII, ocupa 6830^{m^2}, sendo únicamente ocupados 728^{m^2}.

Apresentam as catedrais d'êste estilo a particularidade de nenhuma d'elas estar terminada; a umas falta-lhes a fachada e a outras os campanários, ou parte da própria nave. Os desenhos e planos primitivos em geral não se encontram, foram escondidos pelos arquitectos d'aquele tempo, ou enviados para as lojas da Alemanha, em cujos arquivos se tem conseguido descobrir alguns.

Uma das belezas especiais da construção dos templos d'esta época são os *claustros;* entre nós são notáveis os dos Jerónimos e da Batalha. Tambêm são dignos de menção os ornamentos que particularmente empregavam para impressionar o coração da multidão, como os vidros pintados representando milagres e scenas dos Evangelhos.

Outro ornamento das catedrais era o culto dos mortos, erigindo n'aqueles lugares sagrados sumptuosos e artísticos túmulos. Em Portugal ha alguns d'esta

época e estilo; entre outros, os seguintes: De Dom Dinís (1355), em Odivelas; de D. Ignês de Castro (1361) e de D. Pedro (1367), em Alcobaça; de João das Regras (1404), em S. Domingos de Bemfica; de D. Duarte de Menezes (1464), em Santarêm; do conde D. Sisenando à entrada da Sé Velha de Coimbra; de Bartolomeu Johanes, na Sé de Lisboa; de Camões, Vasco da Gama e Alexandre Herculano, nos Jerónimos; de D. João I, seus filhos e D. João II, na Batalha, etc.

Falta, porêm, prestar a devida homenagem a muitas outras celebridades da nossa história, que continuam, com descrédito para o patriotismo português, umas metidas aìnda em tôscas caixas de madeira, esperando condigna sepultura, outras perdidas por capelas particulares, ou repousando em obscuros covais, indignos da sua fama e grandiosos feitos.

Últimamente foi decretada pelo Parlamento a adaptação da igreja de Santa Engrácia a Pantheon Nacional. É de esperar que os mortos ilustres da nossa Pátria sejam ali reùnidos, honrosamente, permitindo aos crentes d'um futuro inspirado nas glórias do passado a homenagem às tradições e o culto das suas esperanças no ressurgimento grandioso da Pátria.

Breviarum de Alárico II; Interpretatio e Código das Leis Wisigodas (Hodgkin).—O *Breviarum Alarici,* promulgado por ordem de Alárico II, na véspera do seu último e fatal encontro com Clodoveo (506), é simplesmente uma compilação das leis romanas, uma espécie de manual do código Theodosiano, e, portanto, não dá a conhecer os usos e costumes teutónicos do reino godo. Veio substituir a legislação romana *(lex roma-*

na) por que se regiam os Hispanos-Romanos, emquanto que os Wisigodos conservavam os seus antigos costumes tradicionais, com leves mudanças, da sua primeira organização militar, coligidos no tempo de Eurico (466-485) que então reinava em Tolosa.

A *Interpretatio,* porêm, que acompanha o *Breviarium,* aìnda que escrita talvez por algum romano, teve por objecto a explicação das leis romanas para utilidade do povo góthico-romano, e elucida as mudanças que introduziu a erupção dos bárbaros na vida provincial romana. Foi julgada algum tempo com severidade, e cada discordância com o texto romano era chamada *bárbara* e *ignorante;* mas não póde menos de dizer-se, se bem n'alguns pontos houve alterações, que a obra considerada no seu todo não é imperfeita nem foi publicada sem reflexão.

A história da legislação prova, pois, que durante o primeiro século do domínio wisigodo, existiu de facto a separação entre vencedores e vencidos, ou melhor, entre a aristocracia e o povo, porque as condições em que viviam os Hispano-Romanos são mais próprias de um povo governado por uma aristocracia militar do que d'uma população subjugada pela dura lei do vencedor.

Talvez com o fim de fazer a fusão dos dois povos, Chindaswintho e Receswintho (642-672) revogaram a *lei romana* compilada no *Breviarium* e promulgaram um novo código de leis comuns, *Lex Wisigothorum,* para uso de todo o reino. Êste código constava, segundo uns, de duas partes: a *Antiqua* e os *Éditos* dos reis, desde Gundemaro até Égica (612-701). Outros, porêm, entre êles Dahn, dizem, que a *Antiqua*

foi um código regular das leis wisigodas primitivas, anterior ao *Lex Wisigothorum,* da autoria de Reccaredo (586-601), e compilada depois da grande alteração produzida na vida social e política dos Godos pela sua conversão ao catolicismo.

O que póde ser, é que o *Breviarum de Alarici* fôsse chamado por alguns *Lex Antiqua,* e que Chindaswintho, abolindo esta lei, introduzisse no novo código *Lex Wisigothorum* uma parte da legislação primitiva dos Godos, que conservou o mesmo nome primitivo de *Antiqua.*

Êste novo código, vulgarmente conhecido por *Forum Judicum* (Fuéro Juzgo), reproduz efectivamente as antigas leis, modificadas e subordinadas a um plano geral e a ideias própriamente jurídicas. N'êle tem uma parte predominante o elemento histórico e político, e distinguem-se quatro espécies de leis: as que emanam do rei, com ou sem concurso da *Aula régia* (Conselho Consultivo); as propostas pelo rei e que são votadas nos Concílios, onde predomina o clero; as que não teem data nem nome de autor e que parece terem pertencido aos antigos códigos; e, finalmente, as leis extraídas dos antigos códigos romanos e adaptadas à época, *antiqua noviter emendata.*

Diz Oliveira Martins que o código Wisigodo tem para a filosofia um carácter e um alcance especiais que o tornam um monumento de um precioso valor. As suas leis são gerais e não pessoais; as suas referências são ao território e não ao estado das pessoas ou classes; é uma regra e não um catálogo de excepções; é filosófico e não apenas histórico. Se as suas leis são *públicas* e não *privatæ,* como no resto da Eu-

ropa, foi porque a conservação da tradição latina permitiu que se mantivesse a ideia de uma autoridade absoluta, e que acima do poder da fôrça se pusesse a justiça. O rei só póde sê-lo quando obre com justiça: *Rex eris si recta facis; si autem non facis non eris.*

A legislação penal dos Wisigodos apresentava um carácter diverso da legislação dos outros povos germânicos, que só tinha em vista punir no crime os prejuízos causados, ao passo que entre aqueles a intenção é a base da criminalidade. A lei distinguia, no homicídio, o involuntário, o inadvertido, o provocado e a existência ou ausência de premeditação. A prova testemunhal e o exame do facto, excluem a *compurgatio,* e as pênas só variam com os gráus de culpabilidade.

Para que o seu código fôsse posto fácilmente em circulação, o rei Chindaswintho decretou, sempre que êle fôsse vendido, não era lícito ao vendedor receber nem ao comprador pagar um preço maior do que 12 soldos, sob pena de ser sentenciado ao castigo de cem chicotadas. Mas apesar de todos os esforços feitos para fundir as duas raças, o Godo considerava-se mais alto que a antiga raça do país, e quando falava em público fazia-o como se todos fôssem Godos. O próprio reino sempre se chamou, até à batalha de Guadalethe, *Regnum Gothorum* e não *Regnum Hispaniæ;* e no VI Concílio estipulou-se que o rei dos Godos fôsse sempre *genere Gothus,* isto é, de sangue Godo.

O *Forum Judicum* foi completado por Receswintho, e contêm aìnda algumas adições posteriores das leis publicadas ou reformadas até ao rei Égica (687-701), com fragmentos de origem desconhecida que parecem tomados dos costumes d'outras tríbus germâni-

cas. O seu conjunto compunha-se de doze livros, contendo cincoenta e quatro títulos e quinhentos noventa e cinco artigos. Foi adoptado pela legislação bávara d'aquela época.

Depois da invasão dos Árabes, as instituìções dos Wisigodos ficaram em vigor na região pyrenaica e nas Astúrias, onde êles se mantiveram e prepararam a reconquista da Península.

No século XIII, D. Fernando III de Castela fez traduzir para Castelhano a *Lex Wisigothorum*, para servir de *Fuéro Juzgo* ou *Fuéro Real* (Lei Real), *Forum Judiciale* ou *Código de Justiça*. D. Afonso X de Castela, «o Sábio» (1252-1284), fez reviver o direito romano e tirou do código de Justiniano (483-565) as bases das suas *Sete Partidas*.

Causas da decadência do Império Wisigodo — Concílios (Hodgkin).—Antes da conversão de Reccaredo é possível que houvesse entre os Godos da Península assembleias semelhantes ao *Wittenagemot* dos Anglo-Saxões, ou ao *Placita generalia* dos Frankos, *mallum*, dos barões guerreiros presididos pelo rei seu chefe electivo; mas logo que a monarquia wisigothica começou a nacionalizar-se, tomando para si a religião dos vencidos, essas reùniões deviam ter desaparecido perante os Concílios transformados em verdadeiras assembleias nacionais, por isso que, o clero era o único representante dos Hispano-Romanos e ocupava-se das questões políticas e administrativas. Não se deve porêm ligar à expressão de Concílio a ideia de Assembleia-Nacional (Parlamento); nos Concílios é o clero que se reùne para ditar leis à nação, não é esta que nomeia os seus representantes para legislar e

pôr limites à autoridade do rei, como as assembleias guerreiras dos povos germanos. Nos Concílios, o poder real é dirigido e esclarecido com a superior cultura do clero, e d'aí provêm a qualidade da administração e do alto valor das leis da Espanha Wisigothica.

Na *Aula régia* agremiavam os reis junto de si os principais nobres fazendo derivar em proveito próprio a fôrça de que êles dispunham. Êste conselho, criado por Diocleciano no Império Romano com o nome de *Officium Palatinum*, tinha sido adoptado pelos Wisigodos, conservando-lhe o carácter e o próprio nome. Compunha-se dos principais oficiais da côrte, dos magistrados superiores civis e militares, e, àlêm d'isso, dos favorecidos pela escolha do rei; continha portanto a burocracia dos Hispano-Romanos e a aristocracia militar dos Godos, exercendo uma influência activa nas decisões do rei e chegando até a impor-se-lhe, como sucedeu quando levou a cabo a deposição de Wamba. A falta de homogeneidade d'êste Conselho, pela faculdade que tinham os reis de chamar a quem favorecessem com a sua escolha, tirava-lhe a fôrça política, chegando até a introduzirem n'êle os servos.

Colocada entre êstes dois poderes do Estado, a monarquia opunha-os um ao outro, aproveitando os seus conflitos para elevar entre êles a autoridade real.

Álêm d'êstes dois corpos consultivos havia junto do rei um conselho permanente, tambêm copiado do antigo Império Romano, composto: dos oficiais da casa real; dos que eram uma espécie de ministros de Estado, e dos que partilhavam dos dois caracteres. Entre êstes últimos, contava-se o *comes thesaurorum*,

Almoxarife e Ministro da Fazenda; o *patrimoniorum,* Ministro dos Bens da Corôa; o *notarium,* Procurador da Corôa; o *spathiorum,* Chefe das guardas do rei; o *scanciarum,* Mordomo-mór; o *cubicuti,* Camareiro--mór; o *stabuli,* Estribeiro-mór; e finalmente o *exercitus,* Ministro da Guerra.

Os condes, a quem estava confiada a administração civil das cidades *(comes civitatum)* sob a autoridade dos duques *(duces limitanei),* semelhantes aos *legati augustales,* nomeavam os *vicarios* ou juízes e os *vilicos* ou regedores das aldeias *(pagi).*

A população dividia-se em livres *(ingenui)* e os não livres *(servi);* os *livres* eram constituidos pela categoria dos nobres e não nobres, entrando na primeira a antiga aristocracia burocratica e militar dos Romanos, que, expropriada das duas têrças partes dos terrenos de que os Godos se apossaram, ia perdendo importância e passando à condição vulgar, sem perda de liberdade. N'esta classe foram recrutados depois os eclesiásticos cuja aristocracia reproduziu os caracteres da antiga aristocracia Romana, a qual não tinha por base a estirpe mas sim o cargo de que se achava investido o indivíduo. Era pois uma aristocracia política, emquanto que a wisigoda é territorial; por isso uma foi vitalícia e a outra hereditária. A primeira recrutava-se no seio do povo, e a segunda vinculada á terra constituía uma casta privilegiada, que subsistiu através dos séculos até aos nossos dias.

A nobreza goda, àlêm dos membros da *Aula Régia,* chamados oficialmente *optimates* e *primates palatii,* era formada pelas autoridades superiores, *majores luci,* pelos *duques, condes, gardingos* (de *wartan,*

guardar; cargo aìnda desconhecido mas que devia corresponder ao de camarista ou administrador do território governado pelos duques e seu logar-tenente, segundo Vicente Paredes), e pelos *leudes* ou *lidos* do rei. Como, porêm, não coube a todos os Godos a sorte de obter qualquer parcela das terras confiscadas, creou-se ao lado da classe média uma pequena população goda livre, mas não nobre, chamada os *buccellarios,* que mercadejavam com o esfôrço do seu braço. Estes aventureiros mantiveram-se na Península por muito tempo, auxiliando os Christãos contra os Árabes; a sua última façanha foi a expedição auxiliar a Constantinopla contra os Turcos, constituida pelos Almogaraves.

A propriedade não nobre estava onerada com os tributos militares e com o imposto de capitação ou *jugada* (jugatio), herdado dos Romanos, e que apesar de se chamar capitação continuava a ter como base a unidade de área e não o indivíduo ou cabeça. As terras exploradas por êste regime constituíam o *tertiæ romanorum,* e àlêm de serem as únicas tributadas, seus donos e todos os não proprietários, artífices e trabalhadores, quer livres quer servos, isto é, a massa da população não-nobre estava sujeita a uma contribuìção pessoal *(humana capitatio),* chamando-se *censo* ao conjunto das duas capitações, a territorial e a pessoal.

Entre os *ingenui* e os *servi* havia uma categoria chamada os *colonos,* que tanto póde ser considerada como uma qùasi liberdade dos servos, como uma qùasi servidão dos livres. Eram êstes que cultivavam o campo alheio.

Para os Godos é o mister ou ofício que exprime

genéricamente a condição servil; as leis designam os servos pelo nome de *ministeriales,* d'onde se fez a palavra *mesteirais,* sinónimo de *artífices* da Idade-Média. Efectivamente o servo idóneo ou bom, é o *mecânico* ou *artifice;* os trabalhadores rurais são os *viliores,* ínfimos, rústicos; e para êles ha uma designação especial: *mancipii,* e são a abjecção da abjecção. Eram causa de servidão: o nascimento e as diversas fórmas de queda da condição livre, como a insolvência ou a servidão fingida, com o fim do homem livre obter, vendendo-se, um preço indevido (Oliveira Martins).

Tanto Hodgkin como Dahn estão de acôrdo em que, uma das causas de decadência dos Wisigodos foi a escravidão que existia entre os povos teutónicos, como a descreve Tácito, muito diferente da escravidão romana, e que mais se parecia a um estado de vilania que ao de absoluta escravidão. As classes baixas, sempre pobres, devido ao seu trabalho enriqueciam um número reduzido de grandes senhores, os quais dominavam arbitráriamente no seu extenso território, freqùentemente mal adquirido, e valendo-se da administração venal das leis. Assim foram desaparecendo os pequenos proprietários, ficando só duas únicas classes, a dos *grandes* unida à casa real, e que se chamavam os *priores, primores, honestioris loci personœ, majores personœ,* e os *rusticus, mediocres* ou *viles,* cuja condição era menos invejável do que a dos *servi;* a classe média que em todas as sociedades bem organizadas contrabalança estas duas, deixou de existir no sistema social dos Wisigodos.

Chegava a ser enorme a propriedade territorial dos grandes ou nobres, a ponto de ser duvidoso que os

condes podessem administrar justiça dentro dos limites dos territórios d'aqueles. Rodeados pela sua submissa quadrilha de *buccellari,* os grandes chegavam às vezes a desafiar as ordens do rei. A existência d'esta aristocracia territorial, início do poder feudal da idade média, rica e turbulenta, opressora dos homens livres pobres e insubordinada ao rei, foi outra grande causa da decadência Wisigóthica.

Entre os nobres e o trono, entre a Espanha Romana e a Goda, formou-se, por efeito da propaganda católica, um terceiro estado teocrático como jàmais existiu na Europa, excepto nos Estados da Igreja; o qual os reis aproveitaram para estabelecer a concórdia entre o trono e os nobres, ou para os proteger das conjurações da turbulenta aristocracia.

Compreende-se portanto qual chegou a ser o poder da Igreja e a influência dos Concílios que constituiram qùasi o único poder do Estado. Êstes Concílios eram o parlamento d'aquela época, e se bem que se ocuparam de algumas pequenas questões da disciplina eclesiástica, os assuntos mais largamente tratados foram os políticos, legislativos e administrativos.

Desde Reccaredo até Witiza reùniram-se dezasseis Concílios a que presidiram os metropolitanos de Toledo, Sevilha, Mèrida, Braga, Tarragona e Narbona. As actas d'êstes Concílios chegaram até nós, e por elas se vê o constante aumento do poder sacerdotal conseguido aparentemente sob um grande aspecto de deferência à autoridade do rei, mesmo quando contra o direito canónico o autorizavam a castigar com a pêna de excumunhão os delinqùentes políticos. Estas actas são um poderoso auxiliar, juntamente com a Lex

Wisigothorum, para o estudo das instituìções d'aquele tempo.

O terceiro Concílio de Toledo foi celebrado no ano 589, e registou a conversão ao catolicismo do rei Reccaredo e do povo wisigodo; entre essa data e a invasão dos Árabes (711) celebraram-se 15 Concílios, de que ha notícias, pois que, dos dois primeiros e do XVIII celebrado por Witiza em 701 desconhecem-se as actas, perdidas as últimas talvez nas perturbações produzidas pela invasão árabe.

A organização dos Concílios era feita de modo tal pelo clero, que êste tinha sempre esmagadora maioria; e o ceremonial das suas reùniões era em extremo humilhante para o rei, que ajoelhado tinha que apresentar os seus decretos escritos *(tomus)*, solicitando para êles a aprovação da assembleia. N'estas reùniões o rei comparecia rodeado d'um pequeno número de oficiais de palácio, *gardingos*, a que os romanos chamavam *palatini*.

Não admira portanto que d'êles emanassem as perseguições aos Judeus, inimigos da fé católica, as quais começaram no tempo de Reccaredo pela proìbição de casarem com mulheres christãs, de terem escravos católicos ou possuirem algum cargo que conferisse jurisdição sôbre os filhos de Jesus. Sisebuto ampliou estas prescrições; e Sisenando obrigou os Judeus ao baptismo, separou-os dos filhos entregando êstes aos Christãos, anulou os casamentos mistos, e tirou-lhes os empregos que, como os de finanças, tinham até então sido por êles desempenhados.

Continuando a obra da perseguição, o VI Concílio declarou d'um modo terminante que nenhum Ju-

deu seria tolerado em Espanha não sendo católico; o IX (675), colocou os Judeus conversos sob a autoridade especial dos bispos, a fim de fiscalizarem a sua fé religiosa; no XII, reùnido no reinado de Ervígio, em 681, pediu êste rei ao Concílio, sem dúvida sugestionado pelo clerc, que se arrancasse de raiz a planta venenosa do judaísmo, e por conseqùência, foram postos em vigor todos os decretos contra os Judeus, colocando por completo a administração das leis anti-judaicas nas mãos dos eclesiásticos. O Concílio XVI (693), convocado por Égica, proìbiu-lhes contratar com os Christãos; e exceptuou, os que se convertessem, dos impostos fiscais que foram sobrecarregados aos que se conservaram fieis à sua religião.

Por último, no Concílio XVII (694), foi exposta a acusação de que os Judeus estavam conspirando com os inimigos, do outro lado do mar, para destruir o christianismo e colocar no trono algum dos seus cúmplices, coisa que não está averiguada; mas, se os vèxames a que estiveram sempre sujeitos justificam, até certo ponto, o terem ajudado o rápido triunfo dos Sarracenos, não os desculpa, comtudo, de terem atraiçoado a sua Pátria adoptiva.

A perseguição contra os Judeus foi, portanto, outra grande causa da decadência wisigoda e contribuíu poderosamente para a sua queda.

Por último, a inimizade entre as famílias reais de Chindaswintho e de Wamba, foi também uma circunstância que muito influiu para a destruìção do reino, ajudando os Mouros o partido d'êste último, para satisfação da sua própria vingança.

Estas foram as causas mais importantes da ruína

do Império Wisigodo, as quais, em geral, subsistiram inerentes a todas as monarquias da Idade Média.

Os novos bárbaros, que vinham avassalar a Espanha, são um punhado de Árabes à frente de um exército de Berberes. Esta circunstância determinou uma nova transfusão de sangue africano nas veias do corpo peninsular, e fez com que a Espanha seguisse uma história diversa da que seguiu a Europa Central (Oliveira Martins).

VII

Invasão dos Árabes

Árabes; Califas do Oriente — Conquista da Península — Batalha de Poitiers — Pelayo; Batalha de Covadonga — Califado de Córdova — Carlos Magno e batalha de Roncesvalles — Artes e Letras — Almansor; Batalha de Calatonosor — Nortmandos — Açôres e Brasil — Cid Campeador; Tomada de Valência — Almoravides – Batalha de Zalaca — Fundação de Portugal; Origem dos nomes Beira e Extremadura — Almohades — Cêrco de Santarêm — Batalha de Alarcos — Batalha das Navas de Tolosa — Beni-Merines — Batalha do Salado — Tomada de Granada – Éra dos Árabes — Moedas árabes — Usos e costumes árabes — Almogaraves.

Arabes; Califas do Oriente — (Conde, *H. da Dominação dos Árabes em Espanha).*—Os Árabes, antes da época de Islam, pertenciam a duas castas: de Cahtam e de Adnan. Habitavam o Yemen (Arábia) e, nos tempos da idolatria, eram governados por *Amires* ou *Reis de tayfas,* alguns dos quais protegidos pelos soberanos da Pérsia ou pelos Imperadores gregos.

Da casta de Adnan nasceu Mahomad, em Mecka, cidade do Hegiaz, célebre pelo seu antigo templo, *Caaba,* considerado como fundação de Ismael e dedicado ao verdadeiro Deus. Com o seu engenho, valor e política logrou Mahomad destruir a idolatria na

Arábia e reùnir as tríbus divididas, inspirando-lhes, com a nova religião do Islam, que significa *confiança, segurança* e *resignação na vontade de Deus,* o ardente desejo de estender a sua crença a todo o mundo. Contava Mahomad, n'êste tempo, cincoenta e quatro anos e tinha nascido em terça-feira, dia oito da lua de Rabié I, correspondente ao dia 22 de Nisan (primeiro mês do ano eclesiástico judeu) do ano 882 de Alexandre (10 de Novembro de 572); a *Hegira* devia ter-se dado em dezasseis de Julho do ano 622 (éra de Christo), desde cuja época começa a contagem dos anos feita pelos Árabes, isto é, desde a fuga *(Hegira)* de Mahomad, de Mecka para *Yathred,* chamada depois *Medina-al-nabi,* cidade do Profeta.

Califas do Oriente.—Mahomad morreu no ano 11 da Hegira (632) e sucederam-lhe no govêrno do Estado, que êle formára, vários Califas *(Khalifas),* que empreenderam grandes expedições militares contra os Gregos e Persas; tomaram no ano 13 a cidade de Damasco; conquistaram a Pérsia e a Syria; e ocuparam o Egypto em 20 (640) e a Cirenaica no ano 46 (665).

O caudilho Ocba ben Nafe, *o Fehri,* fundou por êste tempo Cairvan e passou à conquista do Sûs, a parte mais ocidental da Mauritânia (Berberia); em Téhuda foi derrotado pelos Berberes, ao mando de Aben Cahina e ajudados pelos Christãos, os quais por seu turno foram desbaratados por Zohair, encarregado depois d'êste acontecimento de conquistar toda a África às ordens do Wali do Egypto, Abdelaziz ben Meruan. Em Cunia, porêm, foram derrotados os Árabes, mas vindo do Egypto o Califa Abdelmelic ben Meruan,

com grande exército, recuperou a cidade de Cairvan, e entregou o mando das tropas a Hasan ben Naaman; êste tomou Carthago, onde foram mortos muitos Christãos e Gregos que a defendiam, e derrotou Cahina, rainha dos Berberes.

Por ordem do Wali Abdelaziz corria as terras de *Almagrêb* (Al-Moghreb) o caudilho Muza ben Nosair, ano 78 da Hegira (697), o qual adiantou as suas conquistas até aos desertos do sul e persuadiu os Berberes de que eram *Aulad-Arabi* (filhos dos Árabes). Tratando-os com brandura convenceu-os a pedirem lugar entre as suas tropas e reùniu d'êste modo, entre os mais valentes, doze mil homens do paiz de Gadan e Zab. Pelos seus merecimentos o Califa nomeou-o Amir de África, com o encargo da conquista do Almagrêb, ano 83 da Hegira (702).

Para manter em obediência os povos subjugados e poder continuar as suas emprêsas guerreiras reùniu Muza numerosas tropas, tanto da Syria e do Egypto como de Barca e de Carthago, juntamente com muitos Berberes. Dominou as tríbus revoltadas e venceu os povos de Dara, Sara e Tefilet, enviando depois seu filho Abdelaziz com dez mil cavaleiros, para manter fronteira contra os habitantes do Sûs.

No ano 86 (705) sucedeu no Califado, Walid ben Abdelmelic, que confirmou Muza no comando das tropas e govêrno d'África. No seu tempo efectuaram os Árabes muitas conquistas na Grécia e em Mawaralnahar, e tambêm em Sogda, Fergana, Bochara e Pagras contra os Turcos. Entraram em Samarcanda; e na Índia e Síndia venceram o rei Daharo. N'êste ano mandou Walid edificar a grande *Aljama* de Damasco,

onde trabalharam doze mil operários, terminando a construção no tempo do Califa Suleiman; e foi estabelecido pela primeira vez, pelos Árabes, um tributo sôbre os monges, de *um dinar* ao ano.

Sossegadas as tríbus mouras de Masmuda, Zanhaga, Ketama e Hoara ordenou Muza que seu filho passasse às terras de *Tanja* (Tingis, Tânger), o qual, dominado o país, deixou ali uma guarnição de dez mil homens, todos Árabes e Egypcios, comandados por Tarik ben Zeyad, o *Nefeci,* caudilho da sua maior confiança e a cargo de quem ficou todo o Algarve *(Al-garb,* o ocidente) até às nascentes do rio Moluya e aos montes de Aldoren.

Entretanto o Wali Muza cuidava com ardente zêlo de instruir as tríbus d'África na lei do Alkorão, que abraçavam sem repugnância, pois, sendo naturalmete belicosas e inquietas, seguiam voluntárias a vida dos Árabes e preferiam a guerra a qualquer outra ocupação. O mesmo sucedia a muitos Christãos que moravam em Azile, Tetewan e Tanja; de modo que em pouco tempo todo o Almagrêb ou Algarve d'àlêm-mar ficou sujeito e tributário dos Árabes.

Conquista da Península. — Foi por esta ocasião que alguns Judeus e Christãos de Gezira do Alandalus *(Al-Yezirah Al-Hadrâd,* Ilha Verde, Algeciras), dirigidos pelo Conde D. Julião, incitaram o general árabe a passar o estreito de Gibráltar (chamado pelos Árabes *Alzacâc),* para se vingarem da opressão dos Wisigodos e do rei D. Rodrigo. Concedida a licença pelo Califa e persuadido Muza de que fácilmente obteria tão rica, gloriosa e fácil conquista, enviou primeiramente à Península Abu-Zora Tarif, com quinhentos

cavaleiros, em quatro barcos, no ano 91 da Hegira (Julho de 710), os quais percorreram as costas de Andaluzia, roubando algum gado, e regressaram sem encontrar oposição. No ano seguinte, animado pelo primeiro sucesso, mandou outro capitão, Tarik ibn-Zeyâd, que desembarcou em Gezira Alhadrâd com doze mil homens e queimou logo os seus navios para tirar às tropas a esperança de fuga ou de voltarem à Patria sem completar a conquista. O monte Calpe, onde os Árabes desembarcaram, ficou chamando-se *Djebel-al--Tarik* ou *Gebal-Tarik*, monte de Tarik, da Victoria ou da Entrada; e os Godos que o defendiam, ao mando de Tadmir (Teudemero), foram derrotados. Êste imediatamente escreveu ao rei, pedindo socorros, e D. Rodrigo enviou-lhe seu primo D. Sancho com algumas fôrças, que sofreram igual sorte, sendo morto D. Sancho. Por fim chegou o proprio rei à frente d'um exército de noventa mil homens e toda a nobreza do reino, a fim de opor-se ao inimigo, mas foi tambêm derrotado na batalha de Guadalethe, como já referimos; e, dizem os historiadores árabes, que o proprio Tarik, reconhecendo o rei pelas suas insígnias, o trespassou com uma lançada, cortando-lhe depois a cabeça que enviou a Muza e êste ao Califa.

Muza, invejoso da glória de Tarik, atravessou o estreito com outro exército de dezoito mil homens, a maior parte africanos, no ano 93 da Hegira (712), e ordenou àquele caudilho para não passar adiante nas suas conquistas sem se juntar com êle. Tarik, porêm, reùniu conselho e todos os capitães foram de parecer que não podiam perder tempo, devendo o exército vitorioso continuar a marcha para o interior da

Península. Tarik mandou então avançar o exército e recomendou aos seus soldados que evitassem ofender os povos pacíficos; que perseguissem sòmente os que encontrassem armados e lhes resistissem; e que não roubassem nem apanhassem despojos senão nos campos de batalha ou na entrada à fôrça das cidades inimigas.

O exército foi dividido em três corpos: o primeiro, confiado a Mugueiz, *o Rumi* (Mugheyth Al-Rumi), renegado grego que era general da cavalaria, marchou para Córdova; o segundo, que ficou a cargo de Zayde ben Kesadi, *o Sekseki,* partiu para Málaga; e o terceiro, acaudilhado por Tarik, seguiu para o interior do reino em direcção a *Jayen e Tolaitola* (Jaén e Toledo), capital dos reis wisigodos.

Ao contrário do que em geral se faz acreditar nas nossas Histórias, escritas muitas d'elas sob um exagerado preconceito religioso, não eram os Árabes tão desumanos e bárbaros como os anteriores invasores, o que se depreende das recomendações feitas por Tarik aos seus soldados e repetidas nas ordens dadas por muitos generais árabes no percurso da conquista da Península. Os nomes das povoações é que aparecem nos historiadores musulmanos completamente estropiados, mas convêm conservá-los como êles os escreveram e entenderam, esclarecendo-os, porque de muitas d'estas fórmas alteradas provêm a designação moderna.

A marcha das tropas de Tarik foi qùasi uma marcha triunfal; pouca resistência encontraram. Os Judeus, muito numerosos, unindo-se aos invasores abriram-lhes as portas das povoações, como sucedeu em

Toledo, onde Tarik se apropriou de muitos tesouros e preciosidades pertencentes aos Godos. N'uma apartada câmara do Alcázar dos reis foram encontradas vinte e cinco corôas de oiro guarnecidas de jacintos e outras pedras preciosas, pois era costume à morte de cada rei godo guardar a sua corôa no tesouro real e n'ela escrever o nome do rei, a idade e os anos de reinado. Deviam estas corôas corresponder a todos os reis desde Eurico (466), que foi o conquistador da Península, com exclusão de Gesaleyco (usurpador), de Reccaredo II, que faleceu sem chegar a reinar, e de Achila, cujo reinado é duvidoso.

O resto do exército dos Godos, salvo em Guadalethe ou que não tinha combatido, era insignificante e desmoralizado e pouca resistência oferecia. A fusão entre Wisigodos e Hispano-Romanos, que não estava feita, desinteressava êstes últimos do resultado da guerra, considerando-a mais como entre antigos e novos invasores do que contra êles próprios; a romanização influira de tal fórma nos antigos Iberos que êstes desconheceram por completo nos Berberes os seus antigos companheiros d'armas ou porventura os seus irmãos de sangue. Os Godos tinham oprimido e perseguido os naturais, nos seus bens e fé religiosa, sustentando um estado de guerra qùasi permanente durante os trezentos anos da sua dominação, e os Árabes prometiam respeitar a religião e a propriedade, assegurando-lhes a liberdade dos seus usos e costumes; não é portanto para estranhar a rapidez com que ocuparam qùasi toda a Espanha.

Muza não achou resistência na Andaluzia e passou ao sul e poente da Lusitânia, ao *Al-Gharb* ou *Al-*

-*Faghar* (Algarve), a cuja capital chamavam *Chelb* (Silves) ou *Chencir*, e onde se lhe entregaram as cidades de Libla, Ossonoba, Myrtilis, Beja e outras, chegando sem dar batalha a Mèrida, cuja grandeza admirou. Esta cidade abriu-lhe as portas, dias depois, perdida a esperança de poder resistir-lhe por ter chegado seu filho Abdelaziz *(Abd-el-Aziz)* com grandes reforços de Berberes. Aqui Abdelaziz tomou refêns e entre êles a Rainha Egilona, mulher do rei D. Rodrigo.

Na mesma ocasião Tarik percorria os arredores de Toledo, tomou *Guadilhigiara* (Guadalajara), passou o rio d'êste nome e atravessou os montes, por um vale que desde então se chamou *Feg-Tarik*, e ocupou a cidade de Segôncia (Medina Celi), onde encontrou uma preciosa meza guarnecida de esmeraldas e jacintos, pelo que a cidade tomou o nome de *Medina Almeida* (cidade da Meza). Depois de ocupar tambêm Medina Maya, onde recolheu muitas joias, oiro e pedras preciosas, voltou a Toledo, carregado de ricos despojos. N'esta cidade foi privado do comando do exército, por ordem de Muza, que invejava a sua glória e as riquezas que tinha apreendido aos povos conquistados.

Tarik era judeu, da tríbu de Simeão, e fôra à Africa onde se elevára rei de duas tríbus berberes. A rivalidade entre êle e Muza personalizava os sentimentos das duas raças, árabe e berbere, futuro motivo fundamental de todas as convulsões políticas que principalmente concorreram para o enfraquecimento da dominação arábica na Península.

Abdelaziz, depois de asseguradas as cidades de Andaluzia, passou com o seu exército a Múrcia, onde

se conservava aìnda Tadmir (Teudemero) com algumas fôrças, intitulando-se rei d'aquelas terras. Os Árabes chamaram-lhe *Tadmir ben Gobdos;* tinha sido o primeiro a combater com Tarik e conseguiu salvar algumas relíquias do exército depois da batalha de Guadalethe. Alcançado por Abdelaziz foi derrotado nos campos de Lorca, fugindo depois para a cidade de Auriola, onde os Árabes o cercaram. Valendo-se do estratagema de vestir as mulheres com o fato e as armas dos soldados, fez crêr que as suas fôrças eram numerosas e conseguiu d'esta maneira celebrar um tratado de paz com o inimigo que imaginava estar cercando um forte exército. Ficou Tadmir com o senhorio das cidades de Auriola, Valentila, Lecaut, Mula, Bocsara, Ota e Lorca, sujeito ao pagamento de um tributo. Êste pacto porêm não durou senão até ao seu sucessor Atanaildo, pois que o Wali Huzam Abulchatar, não se julgando obrigado a respeitá-lo, repartiu as suas terras e acabou com o pequeno reino de Múrcia.

Tarik foi depois reintegrado no comando, por ordem do Califa, perante o qual tinha sido chamado juntamente com Muza, a fim de se justificarem. Na ausência d'êstes ficára Amir de Espanha o filho de Muza, cuja brandura com os Christãos atribuem alguns ao amor que sentia pela rainha Egilona, chamada pelos Árabes *Omalisam* (a dos preciosos colares), e a quem tomou por espôsa, deixando-lhe liberdade de seguir a sua religião. Esta, porêm, excitava-o a rebelar-se e a tornar-se independente de Damasco, proclamando-se rei de Espanha, e tendo d'isto conhecimento o Califa enviou emissários, com ordens secretas, os quais assassinaram o infeliz Abdelaziz quan-

do entrava para a oração da manhã n'uma mesquita que edificára fóra de Sevilha, ano 97 da Hegira ou 715.

Sucedeu-lhe no govêrno de Espanha Ayub Ibn Habib *Al-Lakhmi,* seu primo, que mudou a capital do domínio árabe de Sevilha para Córdova e procurou regular a administração, igùalando os direitos dos Musulmanos vindos a Espanha com os dos Christãos que obedeciam aos Árabes, denominados *moztárabes* ou *mozárabes (moçtareb,* arabizado).

Ocupada qùasi toda a Península, começaram os Árabes a pensar na passagem dos Pyrenéus. Ayub foi mal sucedido n'esta emprêsa, mas o seu sucessor As-Samah Ibn Malik *Al-Khaulani* acometeu e tomou Narbona, Bezieres e outras povoações, levando o terror das suas armas àlêm do Rhôdano. No sítio de Tolosa, socorrida esta cidade pelo duque Eudon, foi derrotado e morto (721).

Anbasah, que lhe sucedeu, entrou em França, apoderou-se de Carcassona de Nimes e destruiu Autun; mas depois tambêm foi desbaratado e morto (724).

Batalha de Poitiers.—Vários Amires se seguiram até Abderahman Ibn Abdala *Al-gafeki,* o qual, reforçando o seu exército com tropas de África e do Egypto (731) preparou-se para a guerra em França (Afrank). Com grande exército entrou nas Gállias, chegando até ao rio Garonna; junto do qual Eudon, duque da Aquitânia, foi destroçado. Bordéus caíu nas mãos dos Árabes, que saquearam e queimaram os seus templos; depois, passando a váu o Dordogne e assolando tudo, foram pôr cêrco a Tours. Entretanto Karl, filho de Pepino de Heristal e duque d'Austrásia, a quem Eudon

tinha pedido socorro, passava o Loire com os Frankos para defender Tours. Abderahman, receoso pela pouca disciplina que notava nos seus, fez um movimento retrógrado, mas, sendo perseguido por Karl, vieram às mãos perto de Poitiers. Durou a batalha dois dias, no fim dos quais os Árabes foram completamente derrotados, ficando morto no campo Abderahman (732), e recuando para Espanha o resto do exército.

Karl Martel com esta vitória salvou a França do domínio dos Sarracenos *(xarquiin,* orientais), fazendo parar nos Pyrenéus a carreira vitoriosa do Islam.

Pelayo; Batalha de Covadonga.—Depois d'esta época começa em Espanha um período de descórdias, de inimizades e perseguições entre os chefes Árabes, que se declaravam independentes, transformando a Península n'um estado de anarquia agravada com as revoltas em África dos Berberes e por fim com a guerra civil. As diversas raças de Musulmanos que tinham vindo sucessivamente colonizar a Espanha estanceavam separadas, cada uma em seu distrito, e a emulação entre elas era a causa principal d'estas guerras. Toda a Península estava dividida em parcialidades: a dos Árabes do Yemen, a dos Modharitas, a dos Egypcios, a dos Assyrios e a dos Berberes.

Com o fim de apaziguar estas discordias, Husam ben Dhirar ben Suleiman *al Kelebi,* conhecido por *Abulchatar,* que tinha sido nomeado Amir de Espanha pelo Governador de África e de Magrêb, passou à Península com escolhidas tropas africanas no ano 122 de Hegira (741), ou talvez um pouco depois. Êste Amir considerou como principal providência do seu

Govêrno, para assegurar o sossêgo dos Muslimes, fazer a distribuìção de terras às tríbus da Arábia e Syria, que eram as mais poderosas e competiam entre si, pretendendo apoderar-se das comarcas de Córdova, a capital do govêrno árabe. Deu aos Velédios e Egypcios as terras de Ossonoba (Algarve) e de Beja; aos Árabes as terras de Múrcia; às gentes de Hemesa, as comarcas de Sevilha e de Libla; aos Palestinos as terras de Sidónia e de Algeciras; aos de Alordânia a comarca de Rayata; às gentes de Damasco as terras de Elvira (Granada); aos de Quinsarina as de Jayên; em Cabra estabeleceu os Wacitas; e às províncias mais afastadas enviou os de Iraca e de Cairvan. N'esta distribuìção procurou dar a cada povo terras semelhantes à sua Pátria, em qualidade de frutos e disposição de terrenos, consignando-lhes àlêm d'isso alimentos da têrça parte das rendas dos colonos servos dos Agemias (antigos Godos), ficando em geral todos muito satisfeitos e agradecidos ao Amir por lhes ter proporcionado tanta comodidade e ventura.

Mais tarde estabeleceram-se tambêm, em grande número, no nosso Algarve e baixo Alentejo as tríbus berberes, ficando a população sarracena da Lusitânia ocidental constituida qùasi exclusivamente por aqueles e pelos Egypcios.

Entretanto os Wisigodos refugiados nas Astúrias, Galliza e Viscaya lamentavam a ruína da Pátria e sofriam ao ver as suas terras assoladas pelo inimigo; mas, sem desesperar de adquirir novamente a antiga glória do império dos Godos, resolveram eleger seu caudilho o nobre Pelayo, neto do rei Chindaswintho. Outros historiadores dizem que foi Pelayo quem to-

mou o comando dos Godos refugiados nas serras das Astúrias, em virtude do desespêro que lhe tinha causado a desonra de sua irmã Hermengarda, praticada pelo mouro Munusa, Governador árabe de Gijon.

No vale de Cangas, então chamado *Canica* (Cangas de Onis, Oviedo), reùniu D. Pelayo os seus partidários e exortou-os a reivindicarem a perdida independência e a lutar até recobrar a liberdade e o senhorio de Espanha. Os povos ali reùnidos aclamaram-no rei (ano de 716 ou 718) e juntaram-se-lhes os Gallegos e Viscaynos e, secretamente, muitas cidades ocupadas pelos Árabes.

Conhecidos êstes acontecimentos em Córdova, partiu contra os sublevados o caudilho Alcama com um grosso exército, composto de Árabes e Christãos renegados, levando em sua companhia D. Oppas, como mediador; aqueles, porêm, fortificaram-se n'uma grande gruta do monte Ausena *(Covadonga)* e ali esperaram o inimigo, que foi derrotado, morrendo no combate o chefe Alcama e ficando prisioneiro o traidor D. Oppas, ano de 718.

Esta batalha, chamada de Covadonga, constituíu o primeiro esfôrço dos refugiados wisigodos para obter a restauração do reino, iniciando-se desde então a guerra da Reconquista, que durou qùasi oitocentos anos e finalizou, em 1492, com a tomada de Granada pelos Reis Católicos de Espanha. Desde esta época deixa a História de mencionar os *Wisigodos,* se bem que a constituìção dos reinos espanhois foi, verdadeiramente, a continuação fraccionada d'aquele Império e as suas dinastias a descendência directa da casa real wisigoda. Só Portugal, alcançando mais tarde a inde-

pendência, realizou a justa aspiração das antigas raças aborígenes; e, fiel às tradições dos primitivos tempos, constituíu um reino no país onde Viriato e Sertório tinham lançado as raízes da *nacionalidade lusitana.*

Depois d'êste acontecimento, tomou D. Pelayo a cidade de Leon (722) e por êste facto foram mudadas as armas do escudo real dos reis godos, que D. Pelayo usava, para um leão vermelho rompante em campo prateado, insígnias que continuaram até ao presente. Esta modificação no escudo real não provêm, como alguns supõem, do nome da cidade de Leon, o qual não deriva de *Leão* mas sim de *Légio,* como era designada pelos Romanos; o leão foi adoptado para designar a atitude viril dos primeiros heróis da reconquista.

O reino fundado por D. Pelayo nos primeiros tempos chamado *reino de Oviedo,* só no reinado de D. Ordonho II começou a ser designado *reino de Leão.* D. Pelayo morreu em Cangas de Onis, no ano 737, sendo chamado pela posteridade o *Restaurador* da monarquia espanhola.

Califado de Córdova.—As dissensões intestinas, entre os Sarracenos, deram motivo a que os principais cavaleiros árabes da Syria e Egypto, em número de uns oitenta, se juntassem em Córdova, dispostos a pôr termo à anarquia, nomeando um chefe a quem todos obedecessem e tivesse bastante energia para restabelecer a paz. Escolheram Abd-er-Rahman Ibn-Muawiyah *(Abderahman ben Moavia),* neto do Califa de Damasco, Hixem ben Abdelmelic, descendente dos Beni Omeyas, o qual se achava refugiado em África, na tríbu dos Zenetas, desde que o Califa usurpador Asefah (família

dos Abbasidas) tinha dado ordem para o matarem, receando as suas pretenções à corôa.

No dia 10 da lua de Rabie I do ano 138 da Hegira (755) desembarcou Abderahman em Espanha, sendo aclamado Amir com independência do Califa de Damasco, a quem até então estivera subordinada a Península. Foi pois o fundador do Califado de Córdova cujos Amires só no tempo de Abderahman III (912), tomaram o nome de Califas *(Jalifa,* sucessor de Mahomad), e que terminou com a descendência dos Omeyas, em Hixen III, ano 422 da Hegira ou 1031 da nossa éra. Já n'êste tempo alguns chefes Árabes tinham declarado a sua independência e as guerras civis, que depois se seguiram, dividiram a Espanha em vários reinos, cuja debilidade permitiu aos Christãos ir vencendo-os sucessivamente.

Carlos Magno e **Batalha de Roncesvalles.**— Um dos acontecimentos mais importantes para a gloriosa tradição histórica da Península, durante o Amirado, é a entrada em Espanha (778) do Imperador Carlos Magno *(Karl-mann,* forte homem), rei de França e de grande parte da Alemanha, o qual tomou Pamplona e cercou Saragoça. Notícias graves, relativas aos seus Estados, fizeram-no porêm retirar, atravessando os Pyrenéus *(Montes Albortât ou das portas,* que conduzem a França) pelos desfiladeiros de Roncesvalles, sempre seguido pelos Sarracenos; e n'aquelas serranias os Vascónios, montanhêses selvagens, acometeram a retaguarda do exército franko e fizeram n'ele horrível carnagem. Diz a lenda que n'êstes combates morreu Rolando, ou Orlando, sobrinho ou paladino de Carlos Magno, cuja vida e feitos se encontram descri-

tos nos livros de cavalaria e, principalmente, na interessante obra de Ariosto chamada «Orlando Furioso». Ás quatro portas, ou pôrtos de passagem dos Pyrenéus, chamavam os Árabes: *Bort Oxmara, Bort Jaca, Bort Xêzar* (Roncesvalles) e *Bort Bayona.*

Alguns anos depois da batalha de Roncesvalles entregaram-se a Carlos as cidades de Girona e Barcelona, e, desde então, parece que começou o condado de Barcelona, que o rei franko engrandeceu com mais conquistas feitas aos Sarracenos. A seguir a estas façanhas, contra os inimigos da Cruz, foi Carlos coroado em Roma pelo Papa Leão ou Estevão II, que lhe deu a dignidade de *Augusto* e o investiu com as insígnias imperiais, consagrando-o *Imperador dos Romanos* (800). Êste imperador, que quis ressuscitar o Império Romano do Ocidente, fundou a dinastia dos Carlovíngios em França e morreu em 814. Os seus Estados estavam compreendidos entre o mar do Norte, rio Elba, Bohémia, rio Gareliano, rio Ebro, os Pyrenéus e o Atlântico.

Artes e Letras. — No tempo dos Amires de Córdova teve grande desenvolvimento o progresso das letras e da civilização, tanto entre os Musulmanos como entre os Cristãos mozárabes, indo a Córdova os habitantes das outras províncias de Espanha que desejavam instruir-se, pois só entre os Árabes se encontravam monumentos de ensino e de educação. A agricultura prosperou muito n'esta época, introduzindo-se novas culturas na Península, e professou-se a prática de bem aproveitar as condições fertilissimas do território, por meio da irrigação das terras com grandes canais, os quais aìnda existem no sul da Espanha, e

cujas águas eram repartidas entre os agricultores sob a vigilância das autoridades.

A arquitectura teve também enorme desenvolvimento; foram restaurados os monumentos romanos que ameaçavam ruína, ou tinham sido qùasi destruidos pelas guerras, negligência e abandôno dos Godos, entrando n'êste número em grande parte as pontes, onde se conhece aìnda hoje as reparações feitas. Assim se espalhou em Espanha, principalmente no sul, o gôsto pelo seu estilo arquitectónico na construção dos edifícios públicos e mesquitas, estilo que é sem dúvida o mais próprio para o clima d'aquelas regiões. No primeiro ano de paz, 170 da Hegira (786), que o Amir Abderahman disfrutou, depois de tomar posse do reino, mandou edificar a grande Mesquita de Córdova *(Aljama)*, que aìnda existe e é a construção mais grandiosa da Espanha árabe, onde o estilo está representado com mais pureza e perfeição. Dizem que foi o próprio Amir quem traçou os seus planos, projectando-a igual à Mesquita de Damasco e maior e superior em magnificência e sumptuosidade à de Bagdad. A sua entrada faz-se por dezanove portas, que conduzem à *Alquibla,* fronteiras a dezanove galerias com colunas de preciosos mármores de diferente qualidade e labor; estas galerias formam outras trinta e oito transversais, dispostas no sentido de oriente a poente, com nove portas em cada lado, perfazendo o total das colunas o número de mil e noventa e três. As portas, com excepção da principal, eram cobertas de pranchas de bronze, lavradas com primor, e aquela com chapa de oiro; de noite, para oração, era a Mesquita iluminada por quatro mil e setecentas lampadas,

que gastavam vinte e quatro mil libras de azeite ao ano e cento e vinte de aloés e âmbar para perfumar o ambiente; o *Atanor de Mihrab,* ou lâmpada do oratório secreto, era de oiro e de grande riqueza; o *Alminar,* ou tôrre, tinha quarenta braças de altura; e na cúpula mais alta havia três globos dourados e sôbre êles uma granada de oiro. As dimensões da Mesquita são: seiscentos pés de comprimento e duzentos e cincoenta de largura; e só o Amir Abderahman gastou, n'esta grandiosa construção, mais de cem mil dobras de oiro, dotando-a àlêm d'isso com os fundos necessários para sustentar os ramos de instrução que n'ela se deviam ensinar e os seus hospitais. Esta obra foi acabada por Hixem I, filho de Abderahman pelos anos 790.

As colunas da Mesquita de Córdova, eram na sua grande maioria, das antigas construções romanas do sul da Península e outras foram trazidas de longe; todos os seus capiteis são diferentes, e não teem base.

A Alhambra de Granada *(Palácio Real),* uma das mais importantes construções arábicas da Península foi edificada posteriormente e o seu estilo é mais rendilhado, porêm menos puro do que o da Mesquita de Córdava; constitue, comtudo, uma maravilha no seu género. Em Sevilha, no local onde existiu o Alcázar Árabe *(Palácio* e *fortaleza)* demolido pelas contingências da guerra ou propositadamente, foi construida a sumptuosa Catedral que ali existe, ficando só de pé o Páteo dos Naranjos e a Giralda. Esta, no seu género, é a tôrre mais elevada que se conhece e de estilo muito puro, com excepção da parte alta construida com o fim de fazer d'ela a tôrre da Catedral.

O Alcázar que hoje existe em Sevilha é de estilo mixto, *mudéjar,* e a parte árabe foi feita pelos artistas mozárabes (de *moçtareb, tornada árabe),* que tinham aprendido a construir com os Sarracenos. Mandou-o fazer D. Pedro I de Castella *(o Cruel),* que ali tinha fixado residência.

Almansor; Batalha de Calatonosor. — Muhamad ben Abdala ben Abi Amer, o *Moaferi,* nasceu em Toros, aldeia de Algecira Alhadrâ, no ano 327 da Hegira. Sendo de pouca idade passou a Córdova para estudar humanidades, e à morte de seu pai pertencia aos donzeis do Califa Alhakem, distingindo-se pelo seu engenho e gentileza. A Sultana Sobeiha *(Aurora)* fê-lo seu mòrdomo e, considerando a. pouca idade do Califa Hixem II, que contava apenas dez anos, encarregou-o do govêrno e nomeou-o seu primeiro *Hagib* ou *Alhageb* (Ministro) e tutor do seu filho (976).

Vendo declinar o poderio árabe, na Península, propôs-se Muhamad salvar o Califado e reduzir os Christãos ao último extremo; e, para êsse fim, ordenou aos *Walis* e *Kayds* (governadores de províncias, cidades ou fronteiras) que fizessem levas de tropas, para correrem duas vezes por ano as terras dos Christãos, e recrutou contigentes anuais de cavalaria berbere. Desde esta época a luta foi contínua e implacável; o Hagib, com as suas algaras, reduziu os Christãos ao último extremo, saíndo sempre vencedor de todos os combates e fazendo correr o sangue em torrentes. Um sem número de cativos, ricos despojos e o terror que incutia o seu nome foram a recompensa das sua fadigas, tornando-o o mais célebre capitão árabe que o Islam teve depois da invasão. Em virtude d'estas vitórias, que

pareciam ter consolidado o império dos Califas na Península, cognominaram-no *o Vitorioso* (Almansor); e, apesar dos triunfos obtidos e dos cuidados da guerra, procurou com incansável diligência, promover na côrte de Córdova o progresso das letras e das sciências. Costumava trazer comsigo, no exército, poetas que celebrassem as suas vitórias e o seu palácio era uma espécie de Academia, onde todos os homens notáveis, pelo engenho ou saber, eram recebidos e festejados. Visitava as escolas e os colégios e não poupava recompensas ao talento e, assim, a fama da sciência, literatura e civilização da Espanha Árabe atraíu não só as pessoas cultas e estudiosas d'África mas tambêm da Europa e do Oriente, cujos sábios mais ilustres não vacilavam em exercer o magistério nas Academias de Córdova.

As suas grandezas e prosperidades não tinham feito desanimar os Christãos; cada derrota parecia fazer-lhes aumentar a fé que tinham no futuro e servia-lhes de estímulo para melhor preparar o caminho da vitória. Na primavera de 1001 ou 1002, ano 392 ou 393 da Hegira, Almansor, o mais terrível *açoute* do cristianismo, transportou de África grandes levas de soldados, dispondo tudo para uma vigorosa investida contra os Christãos, que desejava aniquilar totalmente. O extraordinário dos seus preparativos se produziu graves receios entre os Christãos salvou-os, comtudo, pelo excesso de temor, pois, olvidando discórdias passadas, uniram-se todos para defenderem a causa comum. Leoneses, Castelhanos, Navarros, Vascónios e até algumas tropas de àlêm dos Pyrenéus esperaram Almansor perto das nascentes do Douro, *em Calat-*

Anosor. A batalha, diz um historiador árabe, travou-se com ânimo inimigo e igual denodo e manteve-se com admirável constância em ambas as hostes; os Christãos, com os seus cavalos cobertos de ferro, pelejavam como famintos lobos e os seus caudilhos em toda a parte apareciam animando as tropas; com o pó que se levantou em todo o campo o Sol se obscureceu. Por fim, Almansor abandonou o campo, tendo sido imensa a sua perda; uns escritores dizem que retirou doente, mas outros referem que foi ferido no combate, o que é mais provável dada a bravura e coragem d'êste guerreiro. Conduzido n'uma cadeirinha e descuidados os seus ferimentos levaram-no a Medina Celi, onde se deixou morrer por ter sido derrotado, três dias antes da lua de Ramazan do mesmo ano acima citado, aos sessenta e cinco anos de idade, tendo governado vinte e cinco com energia, boa administração, glória militar e grande amor às letras. Por sua determinação foi enterrado no pó das 80 batalhas que tinha ganho aos Christãos, e que mandava recolher após a vitória.

A batalha de Calatañosor fez conhecer aos príncipes christãos que se podiam medir com as fôrças árabes da Península e marca na história da reconquista o início das grandes batalhas e o declinar do poder do Islam em Espanha, acelerado com a terminação do Califado de Córdova e aparecimento de numerosos reinos mulsumanos chamados *reinos de tayfas.* D'estes, os principais no princípio do século XI foram cinco: Málaga com Algeciras, Ceuta e Tânger; Sevilha; Valência com as Baleares, Alméria, Saragoça e Barcelona; Badajoz e a Lusitânia; e Toledo. O Algarve conservava uma independência precária, bem como Granada, Carmona e Eciga.

Nortmandos. — No ano 229 da Hegira (843) vieram do Báltico às costas de *Alisbona* (Lisboa) cincoenta e quatro naves com gente do norte, *Nortmandos* (Cimbros e Scandinavos), capitaneada por Rholon, que vinha correndo e roubando as costas da Alemanha, França e Espanha e depois passou à Itália e África. Tendo primeiramente talado as costas da Galliza foi derrotado na Corunha pelo rei D. Ramiro e obrigado a embarcar; dobrando o cabo Finisterra entrou no Tejo e cercou Lisboa durante treze dias, roubando e queimando os campos dos arredores da cidade. Marianna menciona êste ataque dos Nortmandos a Lisboa no ano 846.

No ano seguinte atacaram Sevilha e assolaram os campos de Cádiz e Medina Sidónia, fazendo grade prêsa de homens e gado que levaram comsigo, e mataram grande número de Árabes, principalmente em Tablada, onde êstes se tinham fortificado. Em 246 (860) voltaram com sessenta naves às costas de Andaluzia, passando depois à África.

Os Árabes chamavam *Magioges* aos Nortmandos, isto é, habitantes do norte da Europa *(Magog);* os do norte da Ásia (Scythas) eram chamados *Gioges,* ou habitantes de *Gog.*

Carlos o Simples, de França, deu-lhes território para se estabelecerem na antiga Nèustria, que hoje se chama *Normândia,* onde constituiram um ducado que mais tarde se uniu à Inglaterra e modernamente faz parte do território da Rèpública francesa.

Açôres e Brasil. — Referem os historiadores árabes que pelos anos 405 da Hegira (1014) alguns habitantes de Alisbona (Lisboa), em número de oitenta e per-

tencentes à mesma *Al-Kabyia* (tríbu), embarcaram em busca de novas terras, que julgavam existir no interior do Oceano Atlântico. Não poderam, porêm, passar àlêm de umas ilhas onde foram atacados por um infinito número de *açôres* (aves de rapina da família dos falcões), e regressaram, contando histórias maravilhosas da sua viagem. Por êste acontecimento foram os aventureiros chamados: *os empreendedores;* sendo dado êste nome à rua onde moravam em Lisboa, que por isso se ficou chamando *rua dos Almogawares,* situada perto da *Alhama Darab (Aljama ou Alfama dos Árabes),* isto é, da Mesquita musulmana, actualmente a Sé Catedral, e d'onde derivou o nome para o actual bairro de Alfama.

Essas ilhas são as *Ilhas dos Açôres,* que os Almogawares de Lisboa não poderam explorar, talvez por falta de mantimentos ou de preparação para uma demora mais prolongada no mar. Nos nossos livros de geografia atribue-se o seu descobrimento a Gonçalo Velho Cabral, em 1431, enviado pelo infante D. Henrique à procura do arquipélago avistado um ano antes, no Atlântico, por um navio corrido pela tempestade e comandado por José Vanderberg, de Bruges. A ilha a que Gonçalo Cabral aportou foi chamada de Santa Maria e é a primeira do grupo oriental do arquipélagó. A palavra *Açôr* vem do grego *akoria,* que significa *insaciável* e *voráz.*

Conta porêm Xerif Edris que, pouco tempo depois, os mesmos aventureiros tornaram a sair em reconhecimento pelo Oceano, com várias naves, levando água e bastantes provisões para alguns meses. Aproveitando os ventos favoráveis fizeram-se ao largo e navega-

ram qùasi onze dias, chegando a umas paragens de violentas correntes e escuras águas, o que os atemorizou e obrigou a mudar de rumo para o sul; decorridos mais doze dias avistaram uma ilha, na qual desembarçaram, encontrando n'ela grandes rebanhos de gado selvagem mas nenhum habitante. Viram depois uma fonte de boa água, junto a uma figueira selvagem, e tendo morto algum gado não o puderam comer porque a carne amargava, aproveitando apenas as peles. Deixando estas paragens continuaram a navegar durante doze dias e chegaram por fim a outra ilha, onde viram campos lavrados e muitas casas de habitação. Ao tentar desembarcar foram rodeados pelos naturais d'aquela região, que vinham em *zawarcas* (barcos indígenas), e os prenderam e levaram nos seus barcos a a uma cidade que estava sôbre a costa do mar. Aqui viram homens de côr vermelha, de compridos e flácidos cabelos, alta estatura e mulheres de grande formosura. Estiveram encerrados n'uma casa três dias, depois dos quais veio um *trugiman* (intérprete) que lhes perguntou: quem eram, a que vinham e qual o seu país. Dois dias depois foram apresentados ao rei d'aquela terra, a quem disseram que o fim da sua viagem era a curiosidade de chegar aos extremos do Oceano. O rei, sorrindo, referiu-lhes que seu pai já tinha mandado alguns dos seus vassalos reconhecer o mar, os quais depois de terem navegado alguns meses, faltando-lhes a luz, tiveram que voltar sem terem aproveitado coisa alguma de tão longa viagem; prometeu, comtudo, mandá-los reconduzir às suas terras, mas ordenou que ficassem prêsos até aos próximos ventos do ocidente. N'esta época embarcaram com os olhos ven-

dados e foram lançados depois de longa navegação n'uma praia com os braços atrás das costas. Alguns habitantes do país correram aos seus gritos, desataram-os e disseram-lhes que estavam em terras de Berberes e que d'ali a Lisboa havia caminho de dois meses. Aquela região, que é um pôrto no extremo sul de Magrêb, foi chamada desde então Asafi, nome derivado da exclamação, *wasafi,* proferida pelo principal dos aventureiros lisbonenses ao saber que estava tão longe da sua Pátria.

Ha a considerar n'êstes relatos a época em que foram escritos; as referências relativas à quantidade de *açôres* encontrados nas primeiras ilhas; a côr da pele e natureza dos cabelos dos habitantes das outras terras a que chegaram; e o tempo de duração das viagens. A iniciativa d'estas aventuras dos habitantes de Lisboa, que n'essa época eram tambem Árabes ou Berberes, não parece que fôsse devida únicamente ao espírito noveleiro da raça; com certeza que algumas notícias teriam das ilhas, a que já aludimos no capítulo V d'êste livro, e èste seria o motivo que levou os *almogawares* a procurar conhecer as maravilhas que os extremos do Oceano encerravam, como era crença na antiguidade.

Todas estas circunstâncias indicam que a região onde os *Almogawares* encontraram os *peles vermelhas* devia ser o Brasil (de *brasile*, còr de brasa), que Álvares Cabral descobriu outra vez em 1500, em viagem para a Índia.

Cid Campeador; Tomada de Valência. — D. Fernando I, *o Magno,* tinha sido aclamado rei de Leão e Castella, e até ao ano de 1050 disfrutou paz não só com os príncipes christãos mas também com os Sarracenos,

cujo império devorado pelas discórdias intestinas caíra em completa anarquia.

Em 1055, vendo D. Fernando a Espanha muçulmana dividida em tantos reinos, quantas eram as suas províncias ou distritos, resolveu dilatar os seus domínios; e, atravessando o Douro pelo lado de Zamora, entrou pela Beira e tomou Seia, Viseu, Lamego, Tarouca e outros lugares (1057). Mais tarde veio pôr cêrco à cidade de Coimbra *(Medina Colinsbria)*, cujo sítio durou seis meses, caíndo por fim em poder dos Christãos, para nunca mais sair d'êle (1064). No ano seguinte chegou nas suas correrias até Valência na costa do Mediterrâneo.

Faleceu êste rei em 1065 e deixou o reino dividido entre os seus três filhos e duas filhas. Sancho, o primogénito, herdou Castella; Afonso o reino de Leão e Astúrias; Garcia a Galliza; Urraca ficou soberana em Zamora e Geloira ou Elvira em Toro.

Pouco tempo depois começaram as desavenças entre os irmãos, encontrando-se os exércitos de D. Sancho e D. Afonso nas margens do rio Carrión. Foi tenaz a luta, mas no fim do dia os Castelhanos desordenaram-se e fugiram. Um guerreiro, porêm, que militava entre os soldados de Sancho, célebre já pelo seu extraordinário esfôrço, conservou desafogado ânimo no meio d'aquela triste rota. Chamava-se *Roderico Didacide* ou Ruy Dias de Vivar, conhecido depois pelo *Cid Campeador*, nome posto pelos Árabes. Persuadiu o rei que voltasse de noite e atacasse o inimigo; e posto em prática êste atrevido plano foi Afonso completamente derrotado, feito prisioneiro e obrigado a vestir cogula no mosteiro de S. Facundo ou Sahagun,

d'onde, passado algum tempo, pôde evadir-se para Toledo, pondo-se debaixo da protecção do rei árabe Al-mamum.

O irmão mais novo D. Garcia, que reinava na Galliza e no território já denominado Portucale ou Portucalense (Portugal), o qual abrangia a região, pouco mais ou menos, entre o Minho e o Mondego, foi depois vencido e cativo; e, como D. Urraca se tinha mostrado parcial do rei de Leão, D. Sancho pôs cêrco a Zamora, com a ideia de privá-la do senhorio d'esta cidade. N'êste cêrco um cavaleiro zamorano, chamado Vellito Adaulfiz ou Bellido Arnulfes, vendo que o rei passeava descuidado em frente dos muros da cidade, saíu das barreiras à rédea solta e topando com êle em cheio derribou-o de uma lançada, matando-o (1072). D'esta maneira D. Afonso, desterrado em Toledo, foi reconhecido pelos nobres de Leão e Galliza como rei; mas os Castelhanos exigiram préviamente do próprio rei o juramento de que êle não tinha sido cúmplice da morte do irmão. Como ninguêm ousasse intimar-lhe esta condição apresentou-se a exigi-la Ruy Dias de Vivar, em nome dos nobres de Castella, na igreja de Santa Gadea de Burgos. Tendo o rei prestado juramento, aclamaram-no também rei de Castella, reùnindo por êste facto nas suas mãos o reino tal como o tinha tido seu pai D. Fernando I. Foi D. Afonso, VI de nome e cognominado *o Bravo,* avô de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Dissimulou o rei por algum tempo, mas, tendo considerado como desacato a acção praticada por Ruy Dias, ficou ofendido gravemente contra êle, como os factos mais adiante demonstram. Por sua ordem foi

êste mandado para Andaluzia, onde venceu o rei de Granada e o obrigou a fazer a paz com o de Sevilha, ganhando n'êstes combates o apelido que lhe puseram os Árabes de *Cid-Campeador (Scid,* senhor). Estas façanhas do herói castelhano enchiam de inveja os nobres da côrte, no que eram apoiados pelo rei, e, tendo os Árabes feito uma entrada talando os campos de Santo Estevão de Gormaz, correu ali o Cid, achando-se o rei ausente no sul da Península, e obrigou-os a retirar, aproveitando a ocasião para percorrer o território até Toledo. Os habitantes d'êste reino e muitos nobres acusaram-n'o, perante o rei, de fazer guerra sem sua autorização, rompendo os tratados com o rei de Toledo, e, n'uma junta de grandes e ricos-homens, resolveram que fôsse expulso do reino, no praso de nove dias, satisfazendo d'esta fórma o ódio antigo que nutriam contra êle. O Cid saíu do reino acompanhado de muito boa e luzida gente de armas, fidalgos e deudos que queriam combater os inimigos do christianismo, tendo-o a êle por caudilho, e de muitos aventureiros entre os quais se contariam grande número de Lusitanos. O primeiro acto guerreiro que praticou foi romper pelo reino de Toledo e pelo rio de Henares acima, não parando até chegar a Alhama de Aragão; combateu depois os Árabes e tomou o castelo de Alcócer, situado em sítio alto e escarpado, desde o qual fazia algaras, vencendo por duas vezes os capitães enviados pelo rei de Valença. Das prêsas que ganhou enviou um rico presente ao rei D. Afonso, o qual, sem lhe levantar o destêrro, deu comtudo licença a todos os que quisessem ir combater debaixo das suas bandeiras (1076).

No ano de 1080 andava o rei cercando Toledo quando se levantaram em guerra os Árabes de Andaluzia contra um nobre da sua nação, que tinha tomado para si o castelo de Grados; e, como pedissem ao rei auxílio, resolveu D. Afonso, para não desatender a guerra de Toledo, chamar o Cid-Campeador que continuava em Aragão, para o encarregar d'aquela emprêsa. Veio o Cid, sendo-lhe levantado o destêrro, e tão bem se desempenhou da comissão que tomou o castelo de Grados e prendeu o Árabe que o tinha ocupado (1081), voltando logo a Aragão, onde n'uma batalha venceu o rei de Dénia e o rei D. Sancho de Navarra.

Tendo-se espalhado a fama das suas façanhas, por todas aquelas terras, vieram muitos príncipes árabes pedir a sua amizade, entre êles o senhor de Albarracim, cidade que os antigos chamaram *Lobeto* ou *Turia,* e o de Saragoça. Êste último solicitou auxílio para assenhorear-se de Valência, cidade situada entre os povos chamados Edetanos, na margem do Mediterrâneo, e rodeada de terras de regadio muitos férteis.

Pretendia o rei de Dénia a cidade de Valência que era do rei de Toledo e tinha-a cercado; chamaram por isso os Valencianos em seu auxílio o rei de Saragoça e êste de acôrdo com o Cid dirigiu-se ali. O de Dénia levantou logo o cêrco, mas o Cid não quis atacar a cidade sob pretexto d'ela pertencer a um rei protegido por D. Afonso seu senhor, o que obrigou o rei de Saragoça a retirar às suas terras. Entretanto ia aproveitando o tempo fazendo seus tributários os povos vizinhos com o fim de favorecer o rei de Valência, mas os Valêncianos, que odiavam o seu rei e os

Christãos, chamaram em seu auxílio os Almoravides, que tomaram a cidade, sendo morto o rei n'essa ocasião.

O Cid, desejoso de vingar a traição dos moradores, resolveu combater os Almoravides e a cidade; e, apesar dos grandes recursos que tinha Valência, a sua constância e grandeza de ânimo tudo venceu, conseguindo tomar a cidade depois de alguns dias de sítio (1094). Determinou logo conservar-se senhor d'ela, com espanto até dos reis christãos por achar-se rodeado de território inimigo, e deu ordem à sua administração e defesa, estabelecendo-se na cidade com carácter definitivo.

Dos despojos do inimigo fez presente ao rei Dom Afonso de duzentos cavalos escolhidos e outros tantos alfanges colgados dos arções; e a fama da sua riqueza foi tal que os infantes de Carrión pediram em casamento suas filhas D. Elvira e D. Sol, as quais receberam, em dote, grandes presentes de vasos de oiro e prata, joias e pedras preciosas. Êstes infantes, acostumados mais à vida palaciana do que à guerra, deram grandes mostras de cobardia; e, sendo ao mesmo tempo de ânimo cruel e desagradecido, procuraram vingar-se dos que censuravam a sua falta de coragem, um dos quais era o próprio Cid. N'êste intento pediram licença ao sogro para voltarem a Castella e, tendo-a obtido, no caminho maltrataram as espôsas, a quem feriram, açoitaram e deixaram abandonadas n'um bosque. Julgados pelos juízes, que o rei D. Afonso nomeou, foram condenados a devolver o dote recebido e a fazer armas em campo cerrado, onde foram vencidos pelos campeões do Cid. Casou depois D. El-

vira com o filho do rei de Navarra, e D. Sol com o filho do rei de Aragão.

Morreu o Cid em 1099, conservando sempre Valência e derrotando todos os exércitos inimigos que, em sua vida, tentaram tomar a cidade. Por sua morte, convencidos os Christãos de que não poderiam sustentar-se na cidade, sem as suas grandes qualidades guerreiras e altos merecimentos, resolveram sair d'ela levando o corpo do herói castelhano, que enterraram no mosteiro de S. Pedro de Cardenha, perto de Burgos, onde lhe foram feitas exéquias reais com assistência do rei e dos príncipes seus genros. A sua fama tinha chegado até à Pérsia, cujo rei lhe enviou embaixadores, pedindo a sua amizade.

Desde então a cidade de Valência é conhecida entre os Espanhois por *Valência del Cid.*

Almoravides. — Os Multionines ou Almoravides *(Al-morabethyn,* os eremitas) da Kabila ou tríbu nómada de Lamta, eram Berberes e vieram do deserto situado ao sul de Tarudante, do outro lado dos montes de Daren, que separam aquelas terras da Mauritânia. Esta Kabila, assim como a de Gudala, procedia de outra mais antiga chamada de Sanhaga *(Zanagah),* gente rude e ignorante; e diz-se que um indivíduo d'esta última, chamado Yahya ben Ibrahim, em 1037, desejoso de civilizar os seus conterrâneos, conseguiu levar do reino de Sûz para ali um mestre de nome Abdala ben Yasim (Abdullah), homem douto, que, tendo estudado em Andaluzia todas as sciências, era insigne letrado e muito sabedor do Al-Koran. Chegados ao deserto foram muito bem recebidos pela tríbu de Gudala; construiram uma *rábita* (convento e forta-

leza); e, a tal ponto subiu a veneração pelo sábio Abdala que, adquirindo grande prestígio, fez guerra à tríbu de Lamtuna com êxito, e sucessivamente dominou todas as outras do deserto. Reconhecido como soberano, ordenou aos habitantes d'aquela tríbu que conquistassem os montanheses do país próximo, e, tendo-se êles portado n'esta emprêsa com grande valentia, o Xeque *(chaikh)* Abdala deu-lhes o nome *Al-Morabitines* ou *Almoravides,* que quer dizer: *eremitas, homens de Deus e expontâneamente dados ao seu serviço.*

Animado com êste sucesso pensou apoderar-se de todo o Al-Moghrêb (Mauritània); e, no ano de 450 da Hegira (1058), fez passar os montes de Daren ao Amir de Lamtuna, a quem designava como chefe das tríbus reùnidas, se bem era êle o verdadeiro soberano; porêm, n'uma entrada em terra de Tamisna, foi morto.

O Amir de Lamtuna, Abu Bekir, continuou a conquista, resolvendo no ano 460 da Hegira (1068) fundar uma capital digna do seu poderio. Para êste fim transportou o seu povo para um lugar escolhido e começou dois anos depois, em 1070, a construção da cidade de Marrocos, data que marca na História o princípio do império dos Almoravides.

Sucedeu a Abu Bekir, com o título de Califa de Marrocos, ou *Amir Al-moslemym,* Yuzuf ou Yuzef ben Taxfin, que em pouco tempo chegou a dispor de um exército de quarenta mil homens, com o qual subjugou todo o Almagrêb (Al-Moghrêb) e tomou a cidade de Fez.

No ano 475 da Hegira (1082) o rei árabe de Sevilha, Muhamad Aben Abed Almutamed, juntamente

com outros reis, convidou Yuzef a passar à Península, para fazer a guerra contra o rei D. Afonso VI, que tinha entrado em terras de Andaluzia com grande exército de Christãos de Afrank, de Albaskenès, de Galelikia e Castella. O governador de Málaga, porêm, foi de opinão contrária, pois temia que os Almoravides, se porventura derrotassem os Christãos, impusessem o jugo aos Árabes de Espanha e se estabelecessem na Península, o que seria mais doloroso do que guerrear o rei D. Afonso, com quem todos unidos se poderiam medir.

O Amir Yuzef, porêm, recusou passar à Andaluzia e auxiliar os Árabes, sem lhe ser concedida a Ilha Verde (Algeciras); o que por fim lhe foi outorgado, contra vontade de Raxid, filho do rei de Sevilha. Por conseqùência, no ano 479 de Hegira (1086), atravessou o estreito de Gibráltar à frente de uma enorme multidão de soldados; ocupou e fortificou Algeciras e d'ali seguiu, com o grosso do seu exército, para Sevilha.

Batalha de Zalaca. — A notícia d'êste desembarque fez com que D. Afonso VI de Castella, em guerra contra o rei de Saragoça, abandonasse o cêrco d'esta cidade e procurasse reùnir todas as suas fôrças, para se opor à invasão dos Almoravides; àlêm d'isso escreveu a vários príncipes christãos e árabes pedindo-lhes auxílio.

Dizem os historiadores árabes que D. Afonso reùniu oitenta mil cavaleiros, metade dos quais eram de grave armadura, cobertos de ferro, sendo os outros de cavalaria ligeira árabe, e cem mil peões. Pôs o rei christão o seu campo em terras de Badajoz, junto ao rio Nahar-Hagir, n'uma planície chamada *Zalaca* ou

Zalaka pelos Árabes, e pelos Christãos *Sagalias* ou *Sacralias;* e, n'êste local, como trezentos anos antes em Guadalethe, as duas raças, que disputavam o solo de Península, viram-se frente a frente. Então eram os Árabes e os Wisigodos, agora são os Berberes e a raça que tinha surgido da reacção goda, retemperada pela luta de três séculos.

Os dois exércitos eram, talvez, os maiores que desde a entrada dos Sarracenos se tinha visto em Espanha, e a grandeza da batalha e as suas conseqüências inevitáveis faziam hesitar tanto uns como outros combatentes. Por fim, D. Afonso resolveu acometer os Sarracenos e passou o rio, ao romper a manhã de 23 de Outubro de 1086; no primeiro ímpeto a vanguarda dos Africanos começou a recuar. Yuzef, porêm, enviou os Berberes em socorro da vanguarda e, rodeando o campo, precipitou-se sôbre os arraiais dos Christãos, que destruíu e queimou; esta manobra obrigou D. Afonso a voltar-se contra a retaguarda, deixando a frente que tinha qùasi vencida, e, colocado entre duas fôrças inimigas, apesar da sua bravura, teve que ceder e fugiu do campo de batalha, acompanhado apenas de quinhentos cavaleiros.

A perda da batalha de Zalaca poderia ter causado a ruína da monarquia espanhola; e seria de tão funestas conseqüências como a de Guadalethe, se Yuzef na mesma noite da batalha não tivesse recebido a notícia da morte, em Ceuta, de seu filho mais velho, notícia que o obrigou a partir para ali imediatamente, dando tempo a que D. Afonso reconstituisse as suas fôrças.

Por êste tempo chegaram a Espanha muitos estran-

geiros, nobres e aventureiros *(condottieri)*, principalmente vindos de França (Frankos), chamados pelo rei em seu auxílio para combater os inimigos do christianismo. Entre êles vieram Raymundo ou Ramon, irmão do conde de Borgonha; Henrique, da casa de Lorena, natural de Besançon, cidade dos Sequanos em Borgonha, pelo que foi chamado Henrique de Besançon; e Raymundo conde de Tolosa. Êstes nobres estrangeiros casaram com três filhas de D. Afonso: Raymundo com D. Elvira ou Geloira; Henrique de Lorena com Tarásia, Tareja ou Thereza, e foi o tronco dos reis de Portugal; e Raymundo, irmão do conde de Borgonha, com Urraca, de cujo matrimónio nasceu Afonso VII rei de Castella e que teve o título de Imperador.

A vinda d'êstes elementos frankos deu lugar a que certas povoações do território português fôssem exclusivamente habitadas por êles, como Atouguia, Lourinhã, Vila Verde, Azambuja, Coimbra e Ponte-de-Sôr, mas hoje as suas populações acham-se completamente absorvidas pela raça local.

Emquanto os Árabes, reconhecendo o perigo que para êles constituía o domínio dos Almoravides, tentavam já tarde opor-se ao seu triunfo, consumindo doze anos em contínuas guerras, o rei D. Afonso refazendo-se das passadas perdas, dilatou as suas conquistas até à margem direita do Tejo, apossando-se de Santarêm, Lisboa e Sintra no verão de 1093.

Em 1103, terminadas as guerras entre os Musulmanos, acharam-se os Almoravides donos do território peninsular, desde Saragoça à margem esquerda do Tejo.

Foi também por esta ocasião (1095) que se organizou a primeira cruzada à Terra Santa, promovida pelo eremita Pedro, que arrojou para a Syria cem mil homens d'armas seguidos de uma turba inumerável de indivíduos de todas as condições.

Fundação de Portugal; origem dos nomes Beira e Extremadura.— O reino de Galliza anexado a Castella por D. Sancho II, *o Forte*, morto diante de Zamóra em 1072, compreendia a Galliza própriamente dita e o *território* ou *condado Portucalense* que, dizem, existia desde o meado do século XI, sem que isso se saiba ao certo nem por quem foi instituído com êste nome. Pelo casamento de Henrique de Lorena (também chamado de Borgonha) com D. Tarásia ou Tareja (Thereza), filha de D. Afonso de Castella (1065-1109) e de Ximena Munhon (Nunes ou Muniones), concedeu-lhe o rei, como dote da filha, o govêrno, com o título de *conde*, da parte do território Portucalense conquistado aos Mouros. O resto e a Galliza, com igual título, doou-o D. Afonso ao outro genro, Ramon de Borgonha, casado com D. Urraca, mãe de D. Afonso VII (Imperador), que sucedeu no trono ao avô.

Ribeiro de Macedo *(Genealogia do Conde D. Henrique)* refere que Roberto *(o Idoso)*, filho de Roberto II e irmão de D. Henrique II rei de França, recebêra a investidura do ducado de Borgonha, e, casando com Helie ou Alice, filha do senhor de Semur, tivera d'ela quatro filhos: Hugo, Henrique, Roberto e Simão. Hugo, o mais velho, foi morto n'uma batalha sem deixar sucessão; Henrique teve de Sibylla, sua mulher, filha de Reinaldo I de Borgonha e irmã do conde Guilherme I, quatro filhos: Hugo, Eudo, Ro-

berto e *Henrique,* que foi pai de D. Afonso Henriques, rei de Portugal. Como Ramon ou Raymundo, casado com D. Urraca, era filho do conde Guilherme, os dois *condes,* genros de D. Afonso, eram primos co-irmãos. *Henrique* tinha nascido em Besançon, cidade da Borgonha, motivo por que tambêm lhe chamavam Henrique de Besançon, ou *o Besontino.*

O *condado Portucalense* compreendia n'esta época o território ocidental da Península, entre o Douro e o Mondego, e parte da região ao norte d'aquele rio, sem que se possa saber com exactidão os seus verdadeiros limites. Ao conferir, porêm, o condado a Henque impôs-lhe D. Afonso *a condição de ser vassalo dos reis de Castella; de comparecer nas Côrtes do Reino; e de tomar parte na guerra com as suas tropas, todas as vezes que para isso fôsse avisado* (Marianna, *H. de Espanha).* Parece que Henrique tomaria posse do *condado* em 1094 ou 1095, mas não é provável, como supõem alguns historiadores, que êle ficasse subordinado a Raymundo; basta conhecer as obrigações impostas, de comparecer nas Côrtes e nas guerras ao chamamento do rei, bem como o preito de vassalagem à corôa de Castella, para tirar toda a interferência no condado Portucalense ao conde da Galliza, o qual aliás deveria estar sujeito às mesmas obrigações que Henrique. Tambêm não é crível que o dote concedido a D. Thereza fôsse considerado como *vínculo hereditário,* porque n'êsse caso, não precisava ela de mais tarde declarar-se independente de Castella, nem D. Afonso Henriques, ao expulsar sua mãe do govêrno do condado, necessitava lançar mão do pretexto da nacionalidade para revoltar-se, o que equivalia

também a uma declaração formal de independência, que tempo depois o seu génio guerreiro e o grande desenvolvimento das suas conquistas impozeram a Castella, mais ameaçada que Portugal pelas invasões sarracenas *(H. de Portugal,* de A. Herculano).

A razão por que o rei Afonso dotou estas duas filhas e não fez o mesmo às outras, entre elas uma irmã de Tareja e filha da mesma Ximena, é assunto de somenos importância, mas que póde explicar-se pela propria natureza d'estas concessões, *não legais* n'aquela época e portanto sem o valor e conseqüências que alguns querem dar-lhe. D. Afonso VI, ameaçado pela invasão dos Almoravides e após a batalha de Zalaca, procurou fazer novas alianças e ganhar a boa vontade e simpatia d'alguns príncipes estrangeiros de reconhecido valor militar, para o ajudarem contra os Mouros. Entre os que vieram e cujas famílias lhe mereciam essa consideração escolheu os dois que talvez mais garantias possuiam, e fê-los seus genros para os interessar, a êles e aos seus parentes, na sorte das armas christãs da Península. A doação dos *condados* não significaria, pois, senão uma situação preponderante no reino, um galardão ou emprêgo condigno concedido às qualidades guerreiras e pessoais d'êstes dois genros, sem outra significação nem privilégio.

Relativamente à origem dos nomes *Beira* e *Extremadura,* apesar das muitas versões que correm nos livros, nada de positivo se sabe até ao presente. Muitos querem dar às duas palavras a mesma significação, derivando-as de *beira* ou *extremo* dos limites do país, conquistado aos Mouros, os quais estiveram efectivamente primeiro na região da Beira e depois na Extre-

madura, antes da conquista do Algarve, que para os Árabes compreendia parte do moderno Alentejo. É possível que assim seja, mas não nos parece que tenha havido alguma vez coíncidência entre os limites conhecidos d'essas províncias e os da dominação christã, para que esta hipótese se possa adoptar com fundamento.

Ácêrca da denominação Beira devemos recordar que esta região foi, em determinada época, o centro mais característico da Lusitânia, o grande baluarte de Viriato, o fóco d'onde irradiava para toda a Celtibéria o sentimento de Pátria e Liberdade, e que constituíu, nos primeiros tempos de Portugal, o coração da nacionalidade portuguesa, sendo aìnda a representação mais genuína da nossa Pátria.

Com as dominações Goda e Árabe foi-se desvanecendo a noção das divisões provinciais, feitas caprichosamente pelos Romanos, mas a raça lusa ficou sempre unida, não perdendo a sua indomável energia; o nome da Lusitânia, porêm, é que se adulterou, a ponto de nos autores árabes encontrar-se tranformado em *Lugidânia*, e permanece depois qùasi esquècido até que o nosso grande épico Luís de Camões o fez ressurgir *cantando o peito ilustre Lusitano* nas estâncias do seu imortal poema.

Refere Alexandre Herculano que Sesnando ou Sisenando filho de David, rico mozárabe natural da Beira, senhor de Tentugal e de outras terras no território de Coimbra, foi Wasir no diwan de Ibn Abbad, Amir de Sevilha. Por motivos desconhecidos deixou o serviço d'êste príncipe e passou ao de D. Fernando «O Magno», rei de Leão e Castella, a quem instigou a invadir o ocidente da antiga Lusi-

tânia. Tendo obtido bom resultado, o rei retribuíu os serviços de Sesnando, dando-lhe o govêrno de um distrito ou *condado,* constituído pelas novas conquistas e pela *terra Portucalense* ao sul do Douro, ao qual serviam de limites, pelo oriente, a linha que vai de Lamego a Viseu e Ceia, e de fronteira, pelo sueste, o pendor setentrional da Serra da Estrêla. Êste condado era chamado Colimbriense e abrangia a Beira Alta.

O conde Sesnando, que pelo nome parece descender da raça goda mas que é mais provável fôsse hebreu, como se deduz da frase *David prolis* do Livro preto da Sé de Coimbra, sendo mozárabe e tendo servido o Amir de Sevilha, é possível que trouxesse comsigo muitos Árabes e Hebreus descontentes para o serviço de D. Fernando, e que o seu distrito fôsse o refúgio de muitos outros da Espanha musulmana, achando-se n'este facto talvez a explicação do estabelecimento de colónia judaica da Covilhã. São festas principais d'esta religião as duas denominadas *bairam, beiram* ou *beyran,* e que se celebravam, uma no décimo dia do último mês do ano, dia da peregrinação a Mecka, e a outra depois do Rhamadan. É portanto admissível que estas festas dessem nome entre o vulgo ao distrito do conde renegado.

Outra hipótese póde estabelecer-se, duduzida do próprio carácter dos Lusitanos d'aquela região, consoante com a natureza agreste dos Montes Hermínios. Estas montanhas elevadíssimas, que se dividiam em *Hermínio Maior* (Serra da Estrêla) e *Hermínio Menor* (Serra de Marvão), chamavam-se em linguagem antiga lusitana, Montes *Hermenhos (ásperos, rudes, duros,*

intratáveis), palavra de que os Romanos fizeram *Herminius.* Os seus picos em idioma celta eram denominados *berg,* palavra d'onde póde derivar *Beira,* que n'este caso significaria: *região de montes e habitantes rudes, ásperos,* etc. De Hermenha ficou o nome à Serra de Marvão, conhecida aìnda pela serra da *Aramenha,* nome que também se dá às ruínas de Mundobriga (Escusa).

Os Romanos também chamaram à região entre o Douro e o Mondego *Cistagana* ou *Béria,* em virtude de se terem estabelecido ali os povos *Bérones,* que entraram na Lusitânia no tempo do Imperador Tibério. Não se sabe, porêm, a procedência d'êstes povos, mas, a ser verdadeira a sua transmigração, isso explicaria satisfatóriamente a origem da designação *Beira,* dada àquela região, sem que por tal facto se tivesse modificado a índole rude e bravia dos antigos habitantes sempre intrépidos e arrogantes na guerra, dóceis e bondosos na paz. Diodoro Sícolo classifica-os como sendo o mais valente povo da Ibéria, e conta que tendo Décimo Júnio Bruto subjugado qùasi toda a Lusitânia apertára n'um rigoroso cêrco a cidade Cingínnia e como esta lhe resistisse tenazmente, propôs-lhe *resgate.* Os habitantes responderam únicamente: *que os seus antepassados lhes haviam deixado armas para defenderem a cidade e não oiro para comprarem a liberdade a um capitão avarento.*

Supõem aìnda alguns escritores, com pouco fundamento, que a designação *Beira* provêm da região ser banhada por muitos rios e pela costa do mar, ou que as duas províncias são assim chamadas por estarem situadas nas *beiras da serra,* o que não é precisa-

mente exacto. A divisão da Beira, cuja capital era Coimbra, fez-se em 1835 em duas provincias: *Beira Alta* e *Beira Baixa,* muito depois da região ser conhecida por êste nome. A Beira Alta estendia-se do Douro à Serra da Estrêla, e a Beira Baixa desde êste último ponto até ao Tejo. Em 1737 começaram a ser chamados *príncipes da Beira* os primogénitos dos reis de Portugal, título que acabou em 1834 para tornar a aparecer nos últimos tempos da monarquia.

O nome de *Extremadura* ou *Extremo,* conhecido desde os primeiros tempos da Reconquista, tem recebido também muitas interpretações. Vicente Paredes, no seu notável livro sôbre os *Framontanos Celtíberos,* diz, que várias e desencontradas teem sido as opiniões de respeitáveis autores que procuraram averiguar a etimologia d'esta palavra, a causa da sua aplicação e a época em que foi empregada para distinguir determinadas regiões da Península. Zurita, Garibay, Morales, Mosquera e Tamayo julgaram que provinha de *extremos do Douro* (Extrema-Doura); mas, se assim fôsse, as províncias de Sória e Beira é que seriam as Extremaduras Espanhola e Portuguesa, o que realmente não sucede. Álêm d'isso outras comarcas houve em Espanha com êste nome, parecendo indicar, até certo ponto, que êle foi aplicado aos *extremos* do país tomado aos Mouros, *contado desde o rio Douro,* mas esta hipótese também não é segura, porque, àlêm dos limites das Extremaduras, fizeram-se seguidamente outras conquistas e o nome não acompanhou as regiões conquistadas.

Atribue-se também esta designação à circunstância dos *extremos* d'estas Províncias serem *duros.* Póde

ela referir-se à qualidade das terras; à temperatura de verão e de inverno; à extrema e última parte conquistada; ou à dureza dos combates ali travados com os Árabes. Porêm, como nenhuma d'estas considerações se adapta absoluta e especialmente às Extremaduras, tanto se poderia assim denominar êste país como outro qualquer.

Desde remotos tempos que entre os criadores de gado da Península existiu uma espécie de associação, mais tarde sob a fiscalização do Estado, para a protecção dos gados transumantes, distribuìção das terras para pastagens, duração d'estas, etc. Esta associação chamou-se depois em Espanha, *Conselho da Mésta,* e parece que principiou com êste nome no século VI, referindo-se a êle o *Fuéro Juzgo.*

O *Conselho da Mésta (mescla,* mistura de gados; ou do arabe *mexta,* invernadoiro), estendeu a sua jurisdição por todo o país conquistado, desde 1273, e distinguia duas classes de terrenos: um, próprio para os pastos de verão e que eram as *serras;* outro, para os pastos de inverno chamados *extremos* ou *terras planas.* Portanto, *extremos* ou *extremaduras* eram os *invernadoiros* onde o gado passava o inverno, qualquer que fôsse a parte onde isso se desse. Perderam primeiramente êste nome em Espanha as terras ao norte da cordilheira Carpetana, e mais tarde só assim foram chamadas as compreendidas entre o Tejo e o Guadiana. Em Portugal os limites da província de Extremadura não sofreram essas variações.

Ao tratarmos dos caminhos pastoris, *canhadas,* vimos que efectivamente era ao sul do Tejo onde êsses caminhos se dirigiam para conduzir os gados às pasta-

gens de inverno. Póde, portanto, muito bem ser que o nome de *Extremadura* provenha da designação dada às terras próprias para os pastos de inverno, chamadas também *agostadeiros*. Quando estas terras começaram a ser assim designadas aìnda o nosso Algarve e o sul de Espanha estavam em poder dos Mouros.

Almohades. — No ano 1116, reinando o almoravide Aly ben Yuzef filho e sucessor de Yuzef ben Taxfin, começou a ser conhecida em África a compostura e austeridade de Abdala, filho de Tamut, que nas suas prègações censurava os vícios do povo e dos reis e se dava a si próprio o título de *Mehedi* ou *Al-Mahdy* (Profeta ou guia da humanidade). Reùnido com outros indivíduos passou a Fez e Marrocos; e aqui, na Mesquita, à hora da oração principal, increpou o rei, exigindo-lhe que remediasse os males e as injustiças que afligiam o reino. Êste sucesso fez muita impressão na plebe, principalmente porque Aly não lhe respondeu, julgando tratar-se de algum homem santo que tivesse feito profissão de morabuto; e, mandando-lhe preguntar se tinha necessidade de alguma coisa, respondeu Abdala: *que os seus assuntos não eram d'êste mundo e que só tratava de corrigir a leviandade e maus costumes dos povos.*

Em Fez prègou o Mehedi quatro anos a sua doutrina, tendo-se conservado na Mesquita d'esta cidade até ao ano 514 da Hegira (1120), em cuja época passou a Marrocos d'onde foi expulso. Indo depois habitar uma cabana n'um cemitério próximo, mais de mil e quinhentas pessoas o rodeavam constantemente para o ouvir; e, começou então a atacar os Almoravides pela sua falta de zêlo religioso, dizendo, que êle era o

Mehedi prometido por Deus para vir ao mundo reformar os costumes, instruir os homens e encaminhá-los na senda da verdade e da justiça, ensinando-lhes que só Deus é o verdadeiro Senhor. D'esta maneira teve princípio a seita dos Almohades *(Al-muahid,* unitários).

Temeroso o rei Aly de que esta doutrina suscitasse alguma revolução política e religiosa ordenou que o prendessem e lhe cortassem a cabeça, mas o Mehedi fugiu para Agmât, seguido dos seus discípulos, e d'aqui passou a Tinmâl (Sûz) onde predicava em liberdade. N'esta povoação juraram os Berberes defendê-lo e levantar-se em armas para fazer a guerra a quem êle indicasse; e juntando-se-lhe vinte mil homens, dez mil dos quais armados, hasteou a bandeira branca e passou com êste exército a Medina Agmât. Acometido pelas tropas do rei Aly, foram estas derrotadas em várias batalhas, até que junto da cidade de Marrocos conseguiram, mais tarde, vencer os Almohades, causando-lhes espantosa mortandade, ano 519 da Hegira (1125).

Depois d'êstes acontecimentos continuaram os Almoravides as suas conquistas na Península, ao mando de Taxfin, filho de Aly; mas três anos depois voltaram os Almohades a perturbar o sossêgo em Marrocos, saíndo vitoriosos de vários combates com as tropas do rei. Em 524 da Hegira (1130) morreu o Mehedi, sucedendo-lhe o seu Vizir Abdelmumen, que conquistou toda a terra do Almagrêb e Velad até Barca, e toda a Espanha dominada pelos Almoravides, dando fim a esta seita Berbere (1147). O seu império tinha durado setenta e nove anos, extinguindo-se com o rei Ischak, filho de Taxfin.

O desembarque dos Almohades em Espanha foi no ano 540 (1145) e o Imperader Afonso VII *(Embalatur Al-Adfuns)*, que de acôrdo com o caudilho musulmano Aben Gánia tinha tomado Córdova, resolveu retirar-se d'esta cidade para juntar tropas a fim de se opor, em combinação com o resto dos Almoravides e com Aben Gánia, à invasão dos Almohades.

Cêrco de Santarêm. — No ano 558 da Hegira (1164) morreu Abdelmumen, em cujo tempo floresceram as letras especialmente em Espanha. Reinou, desde a morte de Mehedi, trinta e três anos, e sucedeu-lhe seu filho Yuzef Abu Yacûb, com o título de *Amir Amuminin*. Êste rei veio três vezes à Península, fazer a guerra santa, e, na sua última jornada, trouxe grandes fôrças. Desembarcou no dia 5 de Safer do ano 580 da Hegira (1184) no porto de Gebal-Tarik, dirigindo-se a Sevilha, onde se lhe juntou seu filho Abu Ishak com as tropas andaluzas, e d'aqui partiu para cercar Medina Sant-Aren (Santarêm), no Algarve de Espanha, ocupada por D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal.

Foi a cidade de Santarêm atacada pelos Almohades, nos fins de junho de 1184, os quais assentaram os seus arraiais no lado norte da povoação. Depois de vários ataques, ao anoitecer do dia 4 de Julho Abu Yacûb fez mudar o acampamento para o lado ocidental, o que todos estranharam; e, sendo já noite, mandou chamar seu filho e ordenou-lhe que na manhã seguinte marchasse sôbre Lisboa com os soldados andaluzes. Entendeu Abu Ishak, segundo referem os historiadores árabes, que seu pai o mandou voltar para Sevilha; e pouco depois correu a voz de que o rei resolvêra le-

vantar o campo e retirar-se, começando logo algumas *tayfas* a passar o Tejo. Ao romper d'alva partiu Ishak, ficando só no acampamento Abu Yacûb, com a sua guarda de negros e alguns caudilhos andaluzes, que sempre o acompanhavam. Quando os Portugueses viram das atalaias que no campo ficavam poucas fôrças com o Amir fizeram uma sortida impetuosa e, rompendo e dispersando a guarda dos negros, penetraram até à tenda, onde o rei, defendendo-se dos atacantes caíu ferido gravemente. Esta série de acontecimentos, verdadeiramente providenciais, obrigaram a retirar o exército inimigo, morrendo Yacûb, antes de chegar à costa d'África, das feridas que recebêra, em sabado 18 de Rabié II do ano 580 (1184). *(H. de Portugal,* de A. Herculano).

Marianna, na sua *História de Espanha,* diz que o Amir, tendo sido ferido, morreu afogado quando passava o Tejo. Radulfo de Diceto, historiador contemporâneo, narra os factos de outra fórma, referindo, que os inimigos penetraram na cidade, obrigando a guarnição a refugiar-se na Alcáçova, mas que na noite seguinte foi a praça socorrida por um exército a cuja frente vinha o infante D. Sancho e o bispo do Porto, o qual derrotou um dos corpos inimigos. No dia imediato chegava o arcebispo de Santiago com vinte mil homens, e, atacados os Musulmanos repentinamente, tiveram uma espantosa perda. Emfim, a 24 de Julho correu a notícia de que o valente rei de Leão e Castella (Afonso VIII) se dirigia ali para desafiar o Amir a combate singular, e quando Yuzuf se preparava para a batalha ao montar a cavalo vacilou e caíu. Talvez devido a um tiro de bésta, vibrado das muralhas, ou a

um ataque de mortal enfermidade, mas, qualquer que tivesse sido a causa da morte do rei, um terror pânico se apoderou do exército inimigo, que fugiu desordenadamente, abandonando os despojos que juntára, e livrando-se Portugal por êsse motivo da situação arriscada em que estivera qùasi a sucumbir. A vitória dos Almohades seria o aniquilamento total do reino português, que aìnda não tinha completado meio século de gloriosa existência.

Em Portugal não nos consta que exista nenhum monumento comemorativo do cêrco de Santarêm, que é sem dúvida o episódio militar da vida guerreira do fundador da monarquia, havido com os Sarracenos, de maior relêvo e de mais capital importância para a história da formação da nacionalidade portuguesa, sucedido n'aquela época. Os historiadores, em compensação, celebram com singular boato a batalha de Ourique, e levados certamente pelo misticismo da época, como era próprio dos tempos em que dominava a Igreja, envolveram êste acontecimento em aparições milagrosas que a importância do facto não requeria para o seu bom êxito, nem o valor do inimigo o merecia, pois se tratava de pequenos reis de *tayfas* afastados do centro da dominação musulmana.

No cêrco de Santarêm, a boa estrêla de D. Afonso Henriques venceu o Amir Al-moslemym ou Amuminin de Marrocos e da Espanha musulmana, conhecido entre os Christãos pelo *Miramolim de Marrocos,* que propositadamente viera a Portugal para vingar-se das algaras que, em terras de Andaluzia, fizera o infante D. Sancho, indo até às portas de Sevilha saquear e destruir o seu principal arrabalde chamado Atrayana ou Triana.

Antes da jornada de Santarêm já Yuzuf mandára atacar Lisboa, por mar, e depois da sua morte o seu sucessor, reùnindo todas as fôrças navais de África e Andaluzia, penetrou pela foz do Tejo e repetiu o ataque, defendendo-se os habitantes da cidade com brio e obrigando o inimigo a abandonar a emprêsa com perda de navios; n'êste bloqueio foram cativos muitos Christãos, que vagueavam imprudentemente pelos arrabaldes.

A resistência invencível que as fôrças de terra e mar do império musulmano encontraram em Portugal justifica a legitimidade dos títulos que para si tomou D. Afonso Henriques, de *príncipe egrégio* e *triunfador*.

A batalha de Ourique (*Orik*, Moura no Alentejo), que tão famosa se tornou com o correr dos tempos, deu-se a 25 de julho de 1139 n'uma planície chamada *Urichio*, perto de Castro Verde, regada pelo rio Chalybs (Palma), e não vem mencionada nos escritores árabes que nos transmitiram a história d'êsse período. As antigas crónicas christãs, que a relatam, fazem-no em bem curtas palavras, referindo apenas que D. Afonso Henriques desbaratou os Sarracenos, cujo chefe era o rei Ismar (Ismael), ou talvez Omar, caudilho de Xelbe (Silves), n'um dos seus *fossados* ou correrias pelas fronteiras do inimigo, em que se dirigia talvez contra esta cidade, a povoação mais importante d'aquelas regiões. A tradição avolumou êste acontecimento fazendo d'êle a pedra angular da monarquia portuguesa; e referindo que, n'aquele campo de batalha, tendo sido derrotados *cinco reis* mouros, os soldados no delírio do triunfo aclamaram rei o jóven príncipe que os levára à vitória. Parece, porêm, que

D. Afonso Henriques já tinha sido aclamado rei antes de se dar a batalha d'Ourique, o que sendo exacto tira por completo a este acontecimento toda a importância que alguns historiadores lhe quiseram dar.

Os escritores árabes d'aquele tempo chamavam a D. Afonso Henriques: *o tyrano Aben Erric, senhor de Colimbiria.*

Batalha de Alarcos. — Sucedeu a Yuzuf seu filho Yacûb Almansor, que veio fazer a primeira guerra santa na Península no ano 585 da Hegira (1189); penetrou até Santarêm e Lisboa e levou cativas para a África treze mil mulheres e crianças. Seis anos depois voltou pela segunda vez; esperou-o D. Afonso VIII cêrca de Medina Alarcos (Ciudad Real), juntamente com algumas tropas portuguesas que tinham ido em seu auxílio, e deu-se a batalha em 19 de Julho de 1195, sendo grande o valor que demonstraram os dois exércitos. Os Christãos, porêm, foram vencidos, morrendo 25000, segundo as crónicas árabes, e o inimigo tomou Alarcos e entrou até perto de Toledo.

Entre a célebre batalha de Zalaca e a de Alarcos mediaram cento e nove anos. Parece que, para memória d'esta vitória, mandou Yacûb Almansor edificar com os despojos que recolheu a Aljama de Sevilha, de que só está de pé o *Alminar* (Giralda) e o *Páteo dos Naranjos.*

Batalha das Navas de Tolosa. — Sucedeu a Yacûb Almansor seu filho Muhamad Abu Abdala, apelidado o *Nars* ou *Anasir Ledinala* (defensor da lei de Deus), no ano de 595 da Hegira (1199), o qual se conservou em África onze anos, mas, tendo notícias de que o rei D. Afonso VIII avançava nas suas conquistas em ter-

ritório musulmano, passou à Península com um forte exército de cento e sessenta mil homens, ao qual se juntaram as fôrças andaluzas. Dirigiu-se a Sevilha e depois a Salvaterra, castelo inexpugnável que teimou em tomar e cuja emprêsa levou oito meses, sofrendo muito o exército pela falta de provisões e rigor do inverno.

Entretanto, o rei D. Afonso VIII preparou-se para receber o Amir de Marrocos e chamou em seu auxílio toda a christandade. Dizem alguns historiadores que de fóra da Península vieram socorrê-lo cem mil infantes e dez mil cavaleiros; outros, que foram só cincoenta mil e doze mil, respectivamente. Acudiu em seu auxílio D. Pedro, rei de Aragão, com vinte mil infantes e três mil e quinhentos cavaleiros; e D. Afonso II, filho do falecido D. Sancho I de Portugal, enviou tambêm bom número de homens de armas.

Reùnido o exército, em Toledo, pôs-se em marcha, chegando no terceiro dia a Malagón; depois o rei de Castella tomou Calatrava e, a seguir a êste acontecimento, os estrangeiros auxiliares ausentaram-se na sua maioria para as suas terras, por causa dos excessivos calores e mau clima da região. Juntou-se então ao exército D. Sancho rei de Navarra, com bastantes tropas, o que compensou a partida dos estrangeiros, chegando assim todas as fôrças às vertentes da Serra Morena, que separa Castella Nova de Andaluzia.

Os Mouros, avisados da marcha de D. Afonso VIII, partiram para Baêza e guarneceram a povoação e o pôrto de Lousa, passagem obrigada das montanhas. Entretanto D. Lope, filho de D. Diego de Haro, com as suas tropas, apoderou-se do lugar de Ferral, mas

isso não favoreceu a situação em que se encontrava o exército christão. Não podendo forçar a passagem dos montes tinha de retirar, o que equivalia qùasi a uma derrota, pelas tristes conseqùências que êsse facto produziria na soldadesca e nos auxiliares. Sucedeu, porêm, que um pastor ofereceu ao rei conduzir o exército por um caminho d'êle conhecido, a fim de poder atravessar a serra; e julgando os Mouros que os christãos retiravam subiram ao alto das montanhas, mas, com grande surprêsa, encontraram já ali, n'uma planície chamada Hisu-Alacâb, o exército de D. Afonso VIII, fortificado e preparado para o combate.

Deu-se a batalha três dias depois, segunda-feira 16 de Julho de 1212 (15 de Safer do ano 609 da Hegira), ficando a vitória duvidosa por algum tempo; e sendo por fim o inimigo completamente derrotado, fugiu em debandada. Os primeiros a abandonar o campo foram os Andaluzes, o que obrigou a desordenar os esquadrões berberes e alarabes, que foram logo totalmente destroçados. A guarda do Amir, composta de dez mil homens, os quais a lenda diz formavam barreira impenetrável ligados entre si por cadeias de ferro, ficou qùasi toda no campo. O próprio Amir teve que fugir disfarçado, para não ser perseguido.

As crónicas christãs referem que n'esta célebre batalha, a que chamam *das Navas de Tolosa,* por se ter dado junto da povoação d'êste nome, e a que os Mouros chamam de *Alacâb (Al-acâb,* da montanha), morreram duzentos mil infieis, o que não admira, dando os escritores árabes como certo que o exército do Amir Anasir era composto de cento e sessenta mil soldados de excelentes tropas africanas e trezentos mil auxilia-

res; àlêm d'isso foi proìbido dar quartel aos Mouros, sob pena de morte.

A batalha das Navas de Tolosa determinou a decadência do poderio dos Almohades e afirmou a supremacia dos christãos na Península. A guerra de reconquista começou então com maior ímpeto, e desde esta data memorável ficou assegurado o triunfo do Christianismo contra o Islam.

O estandarte real dos Mouros, que o Amir Almohade ostentava n'esta batalha, tomado por D. Afonso VIII, acha-se actualmente no Museu da Real Armeria de Madrid; e n'aquelas paragens da Serra Morena aìnda hoje se encontram pontas de flexas e pedaços de lanças d'aquela época. A tenda de seda vermelha e carmesim, que servia ao rei mouro, foi dada pelo rei de Castella ao rei de Aragão. D. Afonso VIII, cognominado *O Nobre,* ficou tambêm conhecido na História por D. Afonso, *o das Navas*.

O regosijo dos Christãos era enorme, por tão grande vitória, e durante muitos dias fizeram-se grandes festas e celebraram-se jogos com grande pompa. Nunca a glória do nome christão foi maior; o rei de Navarra, em memória de tão venturoso sucesso, juntou ao escudo vermelho dos seus antepassados uma orla de cadeias e no meio colocou uma esmeralda, significando ter sido êle o primeiro a romper as cadeias que fortificavam os arraiais mouros; e dizem que o rei D. Afonso VIII colocou tambêm no seu escudo um castelo dourado em campo vermelho, mas não parece averiguado êste facto.

O império dos Almohades começou então a decair, envolvendo-se os Mouros em guerras contínuas, prin-

cipalmente por causa da sucessão ao Amirado; e, pouco depois dos acontecimentos descritos, no ano 668 da Hegira (1270) terminou a sua dominação na Península e em África, tendo durado cento e vinte seis anos, sem ficar d'êle rasto algum na História de Marrocos.

Beni-Merines.— No tempo de Abûl Hasen Aly, Amir Almohade, proclamado no ano 640 da Hegira (1242), começaram a revoltar-se, na Mauritânia Oriental, os Beni-Zeyanes e os Beni-Merines, famílias nobres d'aquelas terras; e não cessaram de guerrear contra os Almohades até os lançarem de todas as suas terras, apoderando-se da cidade de Marrocos no ano 678 da Hegira (1279). Depois da conquista de Marrocos, um dos Amires Beni-Merines, Abu-Yuzef, veio a Espanha várias vezes, continuar na Península a guerra contra os Almohades e fortificou Algezira Alhadrâ, onde morreu sete anos depois. Êste Amir guarnecêra esta cidade com um forte exército de dezassete mil cavaleiros e grande número de infantes, que corriam e devastavam os campos de Sevilha em poder do rei de Castella D. Afonso X o *Sabio,* ferindo muitos combates com fortuna vária, mas sem alterar sensívelmente a situação ganha pelos Christãos na batalha das Navas de Tolosa.

Na Península só ficava verdadeiramente um reino mouro de importância, o de Granada, com o qual o Amir de Marrocos se entendia para combater os Christãos. Êstes, porêm, que só pensavam em lançar fóra de Espanha os infiéis, resolveram em 1309 declarar guerra ao rei de Granada, acometendo o rei de Aragão a cidade de Almèria e o de Castella a de Algeci-

ras. Para dominar esta cidade tomou êste último a povoação de Gibráltar, mas teve que desamparar mais tarde o cêrco de Algeciras, e Gibráltar caíu em poder do rei de Granada.

Em 1330 recomeçou a guerra contra os Mouros com mais incremento, concertando-se os príncipes christãos para êsse fim; Afonso IV de Portugal contribuiu com quinhentos cavaleiros de gente escolhida e o rei de Aragão e outros nobres fizeram entradas em terras de infieis, tomando várias vilas. O rei de Granada, vendo-se sériamente ameaçado, passou a Marrocos para pedir auxílio de tropas ao rei dos Beni-Merines, Abul Hasan, o qual acedeu em enviar-lh'as logo que terminasse de sossegar a sua Pátria, debelando as rebeliões intestinas que perturbavam a paz do império. Reinava por êste tempo em Castella D. Afonso XI.

Efectivamente, pouco depois, mandou o rei de Marrocos à Península, como tinha combinado com o rei de Granada, seu filho Abdelmelic, que desembarcou em Algeciras com sete mil cavaleiros, intitulando-se rei d'esta cidade e de Ronda; êste príncipe apossou-se de Gibráltar, que era dos Granadinos, mas D. Afonso XI cercou-a com tropas de terra e mar, sendo comandante da esquadra o almirante Jofre Tenório. Acudiu a levantar o cêrco o rei de Granada, que ao mesmo tempo fazia entradas em terras de Córdova, do que resultou não ser próspera a campanha para os Christãos que negociaram tréguas por alguns anos.

Terminadas as tréguas souberam os Christãos que o rei de Marrocos, Abul Hasan, ameaçava com nova guerra, preparando numeroso exército para passar o Estreito. Como tinha sucedido outras vezes, os prín-

cipes christãos esquèceram as suas discórdias, afim de conjurar o perigo comum, e o rei D. Afonso XI preparou-se para a defesa da Península, ordenando ao almirante Jofre que cruzasse com a esquadra nas águas de Marrocos, para impedir a passagem dos Mouros, e aos exércitos de terra que perseguissem as tropas de Abdelmelic, a quem conseguiram derrotar e matar n'uma batalha perto de Jerez.

Batalha do Salado. — O rei Abul Hasan, no intento de vingar a morte do filho, fez grandes levas de gente e proclamou a guerra santa. Reùniu, dizem, setenta mil cavaleiros e quatrocentos mil infantes e, com uma armada de duzentas e cincoenta naves e setenta galeras, passou sem obstáculo o Estreito de Gibráltar, por negligência do almirante Jofre, levando n'isso cinco meses.

O almirante, acusado pelo povo, quis justificar-se, dando batalha à esquadra inimiga, mas foi desbaratado e morto, ficando o Estreito livre e em poder dos Mouros.

Para ganhar a boa vontade e auxílio de Portugal, na guerra contra os infieis, concedeu o rei de Castella licença para que D. Constança, filha de D. João Manuel, desposasse D. Pedro, filho do rei D. Afonso IV de Portugal. Celebraram-se as bodas em Évora, com grande majestade, e D. Afonso XI deu em dote à noiva a quantia de trezentos mil ducados. Êste casamento foi a causa do drama de amor que celebrizou a vida de D. Pedro, chamado pelos seus inimigos o *Cruel,* e a quem a posteridade não fez aìnda a devida justiça. Tambêm D. Maria, rainha de Castella, mandou suplicar ao rei de Portugal, seu pai, que concor-

resse com o seu exército em auxílio dos príncipes espanhois, o que D. Afonso IV prometeu, indo em pessoa à frente de mil cavaleiros escolhidos juntar-se ao exército de Castella.

Reùniram os Christãos catorze mil cavaleiros e vinte cinco mil infantes e, com êste exército, foram em socorro de Tarifa, que os Mouros tinham cercado. Deram frente com o inimigo perto da aldeia chamada Penha do Cervo, e, disposto o exército em ordem de batalha, foi encarregado o rei de Portugal, juntamente com os mestres de Alcântara e Calatrava, de atacar o rei de Granada, ocupando para êsse efeito a ala esquerda do exército christão.

Empenhada a luta, depois de renhida peleja e emquanto os inimigos estavam entretidos a combater, fez a guarnição de Tarifa uma sortida, atacando e queimando os arraiais dos Mouros. Êste ataque imprevisto obrigou o inimigo a ceder terreno, acabando por fugir desordenadamente. Ficaram só no campo, combatendo, as fôrças granadinas, que, não podendo sustentar a ofensiva dos Christãos, retiraram para Algeciras, sendo obrigadas a voltar a Granada por mar.

Deu-se esta memorável batalha no ano 741 da Hegira (30 de outubro de 1340) e é conhecida nas crónicas christãs pelo nome de *batalha do Salado*, por ter sido dada junto ao rio d'êste nome a que os Mouros chamavam Wadacelito.

Foram grandes as riquezas encontradas nos arraiais mouros e tanta a porção de oiro e prata apreendida que a moeda baixou de valor em Espanha n'êsse ano. O rei de Portugal só quis tomar dos despojos do inimigo alguns jaezes, alfanges e pequeno número de es-

cravos e, referem alguns escritores, tambêm um clarim pertencente ao rei de Granada.

Esta vitória acabou com a influência e poder dos Beni-Merines na Península; não mais foram temidas as ameaças dos Mouros africanos, e a guerra da reconquista entrou desde então n'uma fase nova e decisiva.

Tomada de Granada.—Em pouco tempo ficou reduzido o domínio mouro ao reino de Granada, com o qual os reis christãos sustentaram guerra em várias épocas, sem comtudo conseguirem a completa expulsão dos infieis. Era causa principal da sua existência a divisão da Península em pequenos reinos e a pouca harmonia entre os príncipes christãos; quando porêm se uniram os tronos de Castella e Aragão, pelo casamento de D. Isabel, de varonil ânimo, com D. Fernando, a guerra rompeu com violência e seguidamente por espaço de dez anos. N'êste tempo foi tomada Málaga e muitas outras povoações e por fim o exército castelhano poz cêrco a Granada em 23 de Abril do ano 1491. No dia 2 de Janeiro do ano seguinte caíu a cidade em poder dos Christãos (ano 897 da Hegira, a 8 do mez Rahib Haraba), acabando assim a dominação dos Árabes e Mouros na Península, que tinha durado 781 anos.

Mohamad Abu-Abdallah, o *Zaquir* (pequeno ou último), conhecido por *Boabdil,* último rei de Granada, entregou as chaves da cidade ao rei D. Fernando e foi-lhe designado um lugar perto de Múrcia para viver como particular, mas pouco tempo depois passou à África. A população moura emigrou tambêm, em grande parte, para Marrocos, onde aìnda hoje conserva re-

cordações das suas passadas glórias; outros, refugiaram-se na serra das Alpujarras, onde se conservaram por muito tempo, qùasi insubmissos, até que Filipe II acabou por os reduzir à obediência. Mas em 1568, tendo-se revoltado, foram derrotados por D. João d'Áustria, o vencedor de Lepanto, e espalhados mais tarde por todo o reino, ou expulsos. Assim foi eliminada da Espanha uma nação que, no decurso de oito séculos, não conseguira fundir-se com os indígenas devido às suas leis especiais, porêm, tendo atingido um alto grau de civilização, é inegável que deu ao país brilho e prosperidade. A incessante inimizade dos Christãos não lhe permitiu jàmais, bem como aos Judeus, enrraízar-se no solo ibérico, vendo-se constantemente ameaçada e perseguida. Depois da sua expulsão, em 1582, o comércio, a indústria e a agricultura na Península diminuiram notávelmente, caíndo tudo no retrocesso que caracterizou o princípio da idade moderna. Dizem que, só Mouros, foram expulsos uns três milhões, sem contar os numerosos Judeus que tiveram idêntica sorte.

Éra dos Árabes.—Os Árabes começaram a contar os anos desde a fuga *(Hichra,* Hegira) de Mahomet, de Mecka para Medina Yathred; e, se bem isto está perfeitamente averiguado, é difícil comtudo achar a concordância d'essa época com os anos de Christo. Anteriormente contavam as datas desde a época da guerra etiópica, *Alfil* ou do *Elephante;* e anteriormente, desde a fundação da *Caaba,* templo de Mecka fundado por Abrahão ou Ismael.

Para formar o ano só atenderam ao movimento da Lua, compondo-o de doze meses lunares, seis de vinte

e nove dias e os outros de trinta, prefazendo a totalidade o ano normal de 354 dias, sendo o intercalar de 355. O seu ano é portanto menor que o nosso dez ou onze dias e um quarto, e a contagem do tempo atraza-se por isso, com referência ao nosso sistema, aproximadamente um ano em trinta e dois e meio anos. Não tendo atendido muitos autores antigos a esta circunstância estabeleceu-se muita confusão sôbre o princípio da era árabe ou sôbre a época da Hegira; de modo que, desde o ano 592 até 627, em qùasi todos os anos intermédios se encontra em algum autor estabelecida essa data.

Marianna, na sua *História de Espanha,* crê mais verosímil que a computação da Hegira deve começar pelo ano de Christo de 622, em sexta-feira 15 ou 16 de Julho, primeiro dia do mês de Muharram, conforme os Anais Toledanos que se escreveram até ao ano 1290.

O arcebispo D. Rodrigo e Isidoro Pacence, contemporâneo da Invasão dos Árabes, indicam o princípio da contagem da Hegira no ano de Christo de 618, isto é, no ano sétimo do império de Heráclio.

Por êste motivo, uns, como o escritor Conde, dão a entrada dos Árabes na Península no ano 711, e outros, como Marianna, em 713. Julgamos comtudo que Conde andou talvez mais acertado, tendo, para a compilação da sua *História da Dominação dos Árabes em Espanha,* consultado muitos manuscritos arábicos acreditados, que o nosso grande historiador Alexandre Herculano seguiu na Introdução à sua *História de Portugal.*

Os meses árabes ou luas, eram, por sua ordem em correspondência com os nossos, os seguintes: Muhar-

ram, Safer, Rabié I, Rabié II, Giumada I, Giumada II, Regeb, Xuban, Ramazan, Xawal, Dylcada e Dylhagia, alternadamente de 30 e 29 dias, correspondendo o primeiro ao mês de Janeiro. Cada mês conta-se desde a aparição d'uma lua nova até à seguinte, intervalo de tempo que nunca excede trinta dias nem baixa de vinte e nove; mas o último mês, Dylhagia, no ano intercalar tem sempre trinta porque êste ano tem 355 dias, como dissemos. O ano árabe começava com o Giumada II.

Moedas árabes (António Vives). — É tão íntima a história d'um povo e a cunhagem da moeda que, tendo esta servido primitivamente só de instrumento de intercâmbio, tomou logo depois um carácter essencialmente político, considerando-se a sua emissão como uma das afirmações mais positivas de soberania. Por êste motivo as mudanças políticas reflectiram-se na moeda, e cada reformador político converteu-se em modificador do tipo numismático da sua nação.

Os Árabes, seguindo êste princípio, cunhavam-na nos países que ocupavam e anexavam; e servia-lhes, não só para afirmar o seu direito de domínio, mas também de grande auxílio na propaganda da fé religiosa, em virtude das máximas do Alkorão que n'elas gravaram.

Pelas turbulências das raças árabe e berberisca multiplicaram-se os casos de modificação do tipo numismático, originando a grande duração do seu domínio na Península uma enorme complicação nas séries monetárias, necessitando-se por isso para o seu estudo dividi-las minuciosamente.

António Vives toma, no seu livro, para base de classificação a *História da Dominação dos Árabes em Es-*

panha de António Conde, e distingue três grandes grupos correspondentes às três grandes invasões: *Árabe, Almoravide* e *Almohade.* Êstes grupos, se bem alcançam períodos bastante desiguais, são de importância comparável, tanto históricamente como numismática, pois que, apresentando-se sucessivamente na História, nota-se no seu desenvolvimento certo paralelismo, resultado das condições que parecem inerentes a todas as raças que habitaram o solo ibérico. Assim, à raíz de cada invasão forma-se uma só nação, a qual não tarda em desmembrar-se, constituindo-se dos seus restos vários principados independentes, chamados reinos de *tayfas (destacamentos),* os quais marcam a segunda parte de cada período invasor.

Dos seis grupos que resultam, alguns são subdivididos pelo autor de referência, separando: do primeiro, as moedas primitivas cunhadas a seguir à invasão própriamente árabe e que são de imitação africana; e do grupo das tayfas, do período almohade, fórma duas secções, correspondentes às moedas dos reinos de Múrcia e de Granada, que representam a última concentração dos Musulmanos antes de perderem o seu domínio na Península.

Temos assim as seguintes *dez* secções:

Árabes.....	1.ª Secção	(92-102)	Moedas primitivas
	2.ª "	(102-316)	Amirato
	3.ª "	(316-427)	Califado
	4.ª "	(415-508)	Tayfas.
Almoravides	5.ª "	(486-541)	Almoravides
	6.ª "	(539-567)	Tayfas almoravides

Almohades	7.ª	»	(524-667)	Almohades
	8.ª	»	(? - ?)	Tayfas almohades
	9.ª	»	(620-656)	Reino de Múrcia
	10.ª	»	(629-897)	Reino de Granada

As moedas árabes chamam-se *dinares* (ouro), *dirhemes* (prata) e *feluses* (cobre). Cada *dinar* valia vinte *dirhemes* (o *dirhem* correspondia a $18).

1.ª Secção — Algumas moedas d'esta secção teem o cômputo da *indicção;* são grossas; e os dinares em geral, de ouro baixo, subdividem-se em *meios* e *têrços;* os que teem o cômputo melhor gravado são de boa liga e bilingues. (*Indicção,* período de quinze anos que começou a contar-se desde o ano 312 e foi estabelecido por Constantino).

2.ª Secção — Estas moedas são puramente árabes, tipo Omeyyah, e imitam as do Califado do Oriente. Compreende esta secção as que foram mandadas cunhar pelos Amires e Governadores do Alandaluz, dependentes d'aqueles Califas; as dos Omeyyahs ou Amires independentes de Espanha, Abderrahman I, Hixem I, Al-Haquem I, Abderrahman II, Mohamah I, Mondzir e Abdallah; e as dos rebeldes d'esta época.

3.ª Secção — N'este tempo mudou o tipo das moedas, que só se diferenciavam das cunhadas no Oriente pela data e *zéka,* mandando Abderrahman III gravar n'elas o título de Amir Almuminin e o seu nome. N'esta secção, àlêm das emitidas pelos *Califas* de Córdova (Omeyyahs), que tomaram n'esta época aquele título, estão incluidas as dos Hammudies e as dos príncipes independentes. Os Califas de Córdova que fizeram cunhagem de moeda foram: Abderrahman III,

Al-Haquem II, Hixem II, Mohamad II, Zuleiman e Mohamad IV; e os Hammudies: Ali ben Hammud, Al-Kacim ben Hammud e Yahya ben Ali. As *zékas* (local da fabricação, *Casa da Moeda*), d'êstes últimos são africanas (Ceuta) e as dos Omeyyahs são andaluzas.

4.ª Secção—Os reinos de tayfas d'esta secção eram: Málaga e Ceuta, Algeciras, Ceuta e Sevilha, Badajoz, Granada e Málaga, Almèria, Valência, Toledo e Valência, Zaragoça e Lérida, Calatayud, Tudela e Alpuente, Tortosa, Dénia e as Ilhas Baleares, Dénia e Tortosa, e Mallorca.

5.ª Secção—Os Almoravides trouxeram um sistema monetário diferente do árabe, principalmente nas moedas de prata, às quais chamam os historiadores *quirates* ou *kirates*. Estas tinham uma série completa de divisores e a precisão do seu pêso era notável. Os *dinares* (ouro) não tinham divisores e cada *dois quirates* valiam *um dirhem*. Cunharam moeda os Amires: Abu Beker, Ibrahim, Yuzuf, Ali Texufin e Ischak. As zékas eram numerosíssimas.

6.ª Secção—Ao declinar o poder dos Almoravides, os chefes que lhes estavam submetidos sacudiram o seu jugo e, declarando-se independentes, formaram a segunda série dos reinos de tayfas. N'esta época, D. Afonso VIII de Castella mandou cunhar moeda de prata em seu nome, com a legenda árabe, imitando os *dinares* almoravides. Os de Yuzuf, por exemplo, teem escrito: *Não ha Deus senão Allah, Mahomad é o enviado de Allah, o príncipe dos Muslimes, Ali ben Yuzuf;* e os de D. Afonso: *O príncipe dos católicos Alfonso ben Sancho, ajude-lhe Deus e proteja-o.*

O reino mais importante d'esta época formou-se em Múrcia.

7.ª Secção — Os Almohades mudaram completamente os sistemas monetários anteriores em todos os conceitos, pêso, módulo, legendas e até na fórma, pois que as suas moedas de prata são quadradas na imensa maioria, e nas de oiro, aìnda que redondas, vê-se um quadrado onde está inscrita a legenda principal. Existem moedas de Abdelmumen, Abu Yacub Yuzuf, Abu Yuzuf Yacub, Mohamad ben Yacub, Abu Yacub Yuzuf II, Idris Almamum, Abdelwahid, Abul-Hasan, Abu Hafs Omar, e Abul Ali Idris II, sendo incertas as que se encontram cunhadas em nome do Mahdy.

Os numismáticos chamam *dobras* às moedas de oiro dos Almohades, em lugar de *dinares* das séries anteriores. As *dobras* teem divisores.

8.ª Secção — Tayfas almohades; as moedas que cunharam são poucas, sem data e raramente com a designação da zéka. São todas de prata e encontram-se algumas para o Algarve cunhadas por Aben Mahfot.

9.ª Secção — O reino de Múrcia foi o primeiro que se formou depois da queda dos Almohades, tendo adquirido alguma importância a dinastia dos Banu-Hud, descendentes da segunda dinastia independente de Saragoça no século V da Hegira. As suas moedas são parecidas às dos Almohades, diferenciando-se nas legendas que são redondas e não teem orla as de prata.

10.ª Secção — Moedas da dinastia nazarita de Granada, que não é mais do que um reino de tayfas Almohade; teem a zéka n'aquela cidade. Cunhou esta dinastia *dobras* de oiro, *dirhemes* e *feluzes*; mas êstes, bem como todos os dos últimos tempos, são anónimos

e parecem de cunhagem municipal. Só teem mencionada a zéka e a data. O reino de Granada, que começou no ano 629, com Mohamad I ben Yuzuf ben Nazar, acabou com Mohamad XI (Mohamad Abu-Abdallah Al-Zaquir, *Boabdil*) em 897 da Hegira, durando portanto 268 anos árabes.

As cinco moedas representadas na gravura junta são, por sua ordem:

1.º — *Dinar* (oiro), cunhado em Elandalous (Andaluzia), em nome do Khalifa do Oriente, Yezid II (ben Walid), ano 102 da Hegira (721).

2.º — *Dirhem* (prata), cunhado em Elandalous (Andaluzia), por Hixem II, Khalifa de Córdova, ano 390.

3.º — *Dinar* (oiro), cunhado em Eschibiliah (Sevilha), pelo Amir almoravide Aly ben Yuzef, ano 518.

4.º — *Meia dobra* (oiro), cunhada talvez pelo Amir almohade Mohamad ben Yacub (595-610).

5.º — *Meio Dirhem* (prata), quadrado, cunhado pelos Amires almohades (sem data).

Com esta série terminamos a apresentação das moedas própriamente peninsulares e que representaram um atributo de soberania dos povos dominadores. Não reproduzimos nem descrevemos as amoedações gregas, phenícias ou carthaginesas, porque, pertencendo verdadeiramente a colónias estrangeiras, não tiveram na Península carácter nacional, circulando apenas na região para onde tinham sido emitidas.

De todas as moedas cunhadas na Península as que tiveram maior circulação foram as romanas, pois que todas as d'êste país, àlêm das especiais para Espanha, aqui tiveram largo curso, encontrando-se aìnda grande quantidade d'elas nas ruínas e escavações feitas nos locais onde existiram antigas povoações. Muitos pequenos bronzes chegaram aìnda aos nossos dias, antes da adopção do sistema decimal na moeda, com um cunho sobreposto, em geral dos Filipes de Espanha, que qùasi encobria o primitivo, já muito gasto. Como o vulgo as supunha de origem árabe, ou porque talvez houvesse entre elas muitas d'esta proveniência, foram chamadas *maravedis* ou *maravidis* (de *morabiti,* pertencente aos Almoravides), sendo o seu valor em Espanha a quarta parte d'um *quarto* ou $^1/_{34}$ do *real* espanhol de *vellón,* cujo valor é de $05. Em Portugal foi designado, por esta unidade, o sôldo que os reis pagavam a quem os servia. (Em Espanha havia: o *real antigo,* que valia *quatro quartos,* ou *oito ochavos,* ou *dezasseis maravedis;* e o *real de vellón,* correspondente a *oito cuartos e um ochavo,* ou *dezassete ochavos,* ou *trinta e quatro maravedis).*

Usos e costumes árabes. (Conde, *História da Dominação dos Árabes em Espanha).* — Os Árabes, no

tempo dos Califas de Córdova, cultivaram em alto grau a oratória e a poesia. A convite do rei, os homens doutos do Califado reùniam-se nos palácios, escolas e academias para discursar, recitar versos ou canções de amores, contar aventuras e valorosos feitos, e eram premiados os que mais se distinguiam. Entre os assuntos tratados, a mulher foi sempre objecto de grande culto, como sendo por excelência a obra prima da natureza, a humana pérola que Deus criou para encanto dos homens, mimosa corola d'onde brotam todas as felicidades. Amavam tambêm muito as flores.

A época mais brilhante do Califado começou com o reinado de Abderrahman III (912-961), rei muito erudito e bom poeta, predicado pelo qual se avaliava o talento e que era requerido para o desempenho dos altos cargos, visto fazer parte principal da educação cavalheiresca dos Árabes. Seu filho, Alhakem II, foi tambêm muito dedicado às letras, às artes e às sciências; procurou adquirir as mais valiosas obras e memórias de todos os ramos do saber humano, fazendo trazer de África, Egypto, Syria e Pérsia todos os livros notáveis e raros com os quais formou importantes bibliotecas, e favoreceu os sábios, passando muitas temporadas retirado na cidade de Medina Azahara, fundada por seu pai nas margens do Guadalquivir, a juzante de Córdova, rodeado das suas favoritas, que possuíam grande instrução, e versificando com os seus validos e amigos, entre êles Yuzuf de Guadalhajara, autor d'uma notável História de Espanha e de África. Era êste príncipe dotado de grandes virtudes; tendo mandado as suas tropas em 963

fazer algara pela fronteira do Douro, em terra de Christãos, fez-lhes as seguintes recomendações: *antes de combater, deveis propor ao inimigo a mudança de religião, ou requerer-lhe pagamento de tributo; o Muslime que, nos combates, fugir ante um inimigo, inferior duas vezes em número, é vil, peca contra a sua religião e contra a honra do seu nome; não é permitido matar mulheres, crianças, velhos e monges, salvo quando pegarem em armas, nem maltratar os inimigos que se entregarem; deveis respeitar a palavra empenhada; não matar os fugitivos fóra do campo de batalha; não cercar povoações com rigor, mais do que alguns dias,* etc.

Êste Califa declarou-se contra o uso das bebidas alcoólicas, estabelecido desde o reinado de Mohamad I só para os soldados e espalhado depois em todo o domínio árabe da Península, em oposição às regras estabelecidas no Alkorão; estas bebidas eram principalmente o vinho tinto *(ghamar)*, o vinho branco *(sahbâ)* e a aguardente de tâmaras e de figos *(nebid)*. E levou a tal extremo o seu rigor que mandou arrancar as vinhas de todo o país, deixando só uma pequena parte para aproveitamento natural do fruto.

Nos conselhos dados a seu filho recomendava-lhe que, quando reinasse, *não fizesse a guerra sem necessidade; mantivesse a paz para felicidade do seu povo; não puxasse da espada senão contra os culpados; não se deslumbrasse pela vaidade; que a sua justiça fôsse um lago serêno e puro; moderasse os seus ódios; pusesse freio ao ímpeto dos seus desejos; e, confiando em Deus, chegaria ao termo dos seus dias com ânimo serêno e tranqùila consciência.* Foi no

seu tempo Cadi de Alisbona (965) Ibrahim ben Harum ben Ghalaf, o *Masamudi.*

N'esta época fez-se o recenseamento da população do Califado; as rendas do Estado subiam, por ano, a doze milhões de *meticais* de oiro (do árabe, *métcal),* equivalentes a dezoito milhões de *dráchmas* (200 milhões de francos), sem contar as rendas de *azaque,* pagas em géneros, nem o produto das minas de metais ricos, cuja exploração se fazia por conta do rei, bem como as de pedras preciosas (rubís) da região de Beja e Málaga. Apanhavam-se, n'aquele tempo, corais na costa do Mediterrâneo e pérolas em Tarragona; desenvolveu-se a agricultura, construindo-se canais e albufeiras, e introduziram-se novas culturas, próprias dos diferentes climas, procurando assim modificar o ânimo guerreiro dos Árabes, inclinando-o para as lides do campo. Fizeram-se muitas obras públicas, repararam-se edifícios antigos, estabeleceram-se pousadas, fontes nos caminhos, aquedutos, pontes, estradas, etc., adquirindo o Califado tal posperidade que chegou a sua fama a todos os países cultos.

As rendas de *azaque* constituíam o que por lei é devido a Deus e ao rei. Eram o dízimo de todos os frutos e gados, dos produtos do comércio e da indústria, do benefício das minas e achado de tesouros. Não se pagava *azaque* dos metais preciosos e pedrarias empregadas nas guarnições das espadas, dos livros, nas joias para as esposas e escravas, e nos jaêzes dos cavalos da guerra. Estas rendas destinavam-se: a sustentar o rei e os seus ministros; à defesa do território; aos aprestos de guerra; a obras públicas, mesquitas, banhos públicos, fontes, escolas; para res-

gatar cativos; e tratar das doenças os fieis pobres e cumpridores da lei. Álêm d'estas havia as rendas do *charage,* ou direitos de entrada e saída, e as do *taadil* ou *igualas,* que eram lançadas sôbre as lojas e por cabeça aos Christãos e Judeus.

Ao partir para a batalha de Santisteban de Gormaz fez o rei Alhakem os seguintes versos, dedicados à sultana Sobeiha, mãe de Hixem II, que lhe sucedeu no trono:

Dos teus olhos e dos meus, na triste despedida,
De lágrimas as torrentes inundavam tuas faces;
Líquidas pérolas choravas, roxas safiras vertias;
Juntas no teu colo precioso colar faziam.
E' estranho, amor, ao partir como não perdi a vida!
Meu coração se arrancava; a alma saír queria;
E os olhos em pranto s'anegavam d'aquelas lágrimas minhas,
Que do coração brotavam no seu próprio sangue tintas!
E êste coração de fogo como não se desfazia!
Louco de amor preguntava: onde estás bem da minha vida?
E estavas no meu coração e com êsse encanto vivia...!
Sem razão me lastimo do amor que ânsias suspira,
E dos olhos que choram e do coração que enfeitiças!

(Califa *Alhakem*, ano 940).

Os Árabes, nos actos mais graves da sua vida, tanto os que exerciam cargos publicos como os particulares, lançavam mão da poesia para expressar as suas opiniões ou formular simples pedidos. Diz-se que Aglab, Wali de África, ao ser preguntado pelo Califa se era certo que n'aquelas terras se tinha aclamado um pretendente, respondeu: *que era impertinente e injusta a pregunta, que insinuava falta de con-*

fiança na sua lealdade e na dos seus antepassados. A esta resposta juntou os seguintes versos:

Sou como o fogo escondido no seu duro pedernal,
Se o ferem e excitam, sua ardente châma dará;
Sou leão, que seus cachorros guarda em seu canavial,
Se cão ladrando o irrita, sua morte provocará;
Sou mar em calma, suas ondas o vento póde alterar,
Temerário navegante, teme a fúria do mar!...

(Wali *Aglab*, ano 830).

Um pretendente chamado Taharti, tendo necessidade urgente de apresentar uma súplica ao Wali de África, como lhe dissessem que êste não o podia receber porque estava nos jardins entretido com as suas escravas e que àlêm d'isso não era dia de recepção, colocou n'um ramo de rosas, que mandou apresentar ao Waii, a seguinte poesia:

As formosas, aìnda que escravas, são dos homens as raínhas,
Como soberanas mandam e a seus donos escravizam;
Mas se desejamos rosas quando o campo não as cria,
Elas gostosas nol-as oferecem nas suas faces tão lindas.
Esta súplica eu espero que será favorecida
Por ser ornada de rosas imagem das faces queridas.

(Taharti, ano 890).

O poeta Abulfathi dizia a um rei que rodeado de prazeres descurava os negócios públicos e deixava invadir os seus domínios:

Em jogos e vaidades, entretanto que o rei folga,
O fado fatal decide do seu Estado e grandeza.
Emquanto em delícias nada, a seus ouvidos não chega
O estrondo das armas. nem o grito da peleja.

(Abulfathi, ano 900).

Os Árabes também usavam aneis e diziam, relativamente à sua distribuìção pelos dedos:

Assim o anel mais apreciado
No dedo pequeno é colocado.

Um caudilho adulador, chamado Jali ben Ahmed, costumava enviar ramos de rosas a Almansor, o célebre secretário da sultana Sobeiha, espôsa de Alhakem II, e em certa ocasião escreveu-lhe os seguintes versos que juntou ao ramo:

Quando eu do meu jardim te envio as rosas belas.
Estranha isso a gente e diz, com admiração de vê-las:
Feliz se apresenta o ano, flor temporã o prado leva,
Ou é que o tempo d'Almansor é perpétua primavera?

(*Jali*. ano 992).

Na jornada de Gormaz, o Wali Abdala, o *Coraixi,* vendo comprometida a situação do seu exército, dizia:

De um lado nos cerca o Douro. do outro rocha talhada,
À saída está em vencer. e no valor está a esperança.
Que o sangue dos inimigos turve do Douro as águas.

(*Coraixi*, ano 940).

O Amir de Córdova, Abderrahman II, era em extremo liberal e ao dar um dia um valioso colar de pedras preciosas, no valor de dez mil dinares, a uma escrava sua de grande beleza, foi isso reparado pelos nobres que o cercavam; porêm, o seu poeta favorito,

Abdala ben Xamri, respondeu-lhes, em elogio da encantadora escrava:

Honra acrescenta ao colar e aos preciosos jacintos
Aquela que excede em resplandor à Lua e ao Sol unidos;
A mão do Creador ostenta raros prodígios,
Mas como êste nenhum, humanos olhos teem visto!
Oh! joia que Deus criou de celestial atractivo,
A ti da terra e do mar cedem pérolas e jacintos.

(*Xamri*, ano 826).

As poesias que transcrevemos, copiadas do livro de Conde, são das mais características e acham-se, algumas, relacionadas com factos históricos. Estão impressas como n'aquele tempo se escreviam; cada dois versos dos nossos equivalem a um arábico, que se dividia em duas partes, chamando-se à primeira *sadrilbait* ou entrada do verso e á segunda *ogzilbait* ou final do verso. Ambas as partes deviam ter o mesmo número de sílabas e a *cafia,* ou consonância, está na *ogzilbait.* D'esta maneira, uma estrofe das nossas poesias composta de quatro versos correspondia a dois versos arábicos. Vê-se pois que a nossa métrica teve origem na arábica e recebeu d'ela poderosa influência.

Não reùniam os Árabes sòmente as qualidades referidas de erudição e amor às letras, que procuravam desenvolver emquanto os outros povos da Península viviam mergulhados nas trevas da maior ignorância; cultivavam tambêm as artes, principalmente a música, e os exercícios físicos: justas, torneios, jogos e touradas. O jôgo de xadrez era um dos seus entretenimentos favoritos, assim como as caçadas com o falcão e os combates de touros, de que foram os inven-

tores. Dos reinos christãos iam os cavaleiros de maior fama rivalizar com êles, nas suas festas, em destreza e fôrça, sendo recebidos e hospedados com largueza. Êste esplendor dos reinos Musulmanos prolongou-se até aos últimos anos de Granada.

Em história foram notáveis, e as nossas antigas crónicas ali foram buscar as notícias relativas aos primeiros tempos da Reconquista. Álêm d'isso, traduziram para a sua língua tudo quanto de sciência se achava escrito em língua estranha, aperfeiçoando a sua, que não cede em graça a nenhuma outra. Existem aìnda nos arquivos da Península manuscritos árabes de grande valor, cujo assunto se acha perdido pela dificuldade de tradução; muitos outros êles próprios destruiram quando foram expulsos, ou mandou-os queimar a Igreja, e os que levaram para África perderam-se na sua maioria. Na Biblioteca Real de Madrid existe um dicionário da língua árabe, d'esta época, de Zubeidi, que tem o nome de *Ain* (fonte).

Aos que conservavam na memória as tradições históricas da sua Pátria chamavam *Hafits;* aos sábios *Alimes;* e aos doutores *Alfakis.*

Os Árabes dividiam o exército, *Alchamis* (Al-jamic) ou *Almafalla,* em cinco partes: vanguarda, *almocadima;* centro, *calb;* ala direita, *almaimana;* ala esquerda, *almaisara;* e retaguarda, *saga, zaga* (çaca) ou *assaca.* Até esta época não consta que estivesse estabelecida esta divisão na organização militar dos Estados da Europa.

Ao norte chamavam *alguf* ou *algufia;* ao sul, *alquibla;* ao oriente, *axarkia* (de *Xare,* Oriente); e ao ocidente, *al-gharb* (Algarve).

As gratas recordações levava-os a crismar as terras onde tinham gozado grande bem-estar. Assim, a Sevilha chamaram *Hemesa;* a Elvira, *Garnata* ou *Granada-Damasco* (*granatum,* de *granum,* grão; de *gero,* produzir); a Jaen, *Quinserina;* etc.

A barba crescida era entre êles sinal de autoridade e liberdade, só à juventude se permitia cortá-la; mas um Muslime casado e com filhos não podia deixar de usar longa barba.

Ás mulheres davam sobrenomes, realçando os seus dotes e formosura, as suas qualidades morais, ou os dons que lhe eram feitos pelos seus adoradores. *Sobeiha* significava aurora; *Radhia,* afável ou plácida; *Niama,* graça; *Noeima,* graciosa; *Saida,* feliz; *Soeida,* venturosa; *Selima,* pacífica; *Amina,* fiel; *Zahra,* flor; *Zahira,* florida; *Zohraita,* Florinda; *Boriha,* clara; *Leila hasana, seat, golis,* noite boa, bôa hora e feliz alva; *Safia,* escolhida, pura; *Nowaira,* Lucinda; *Naziha,* cândida, deliciosa; *Kerima,* Honória ou Honorinda; *Kinza,* tesouro; *Kethira,* fecunda; *Lulu,* pérola; *Lobna,* lactea; *Maliha,* formosa; *Omalisam,* a dos preciosos colares; etc.

Ao pessoal armado encarregado de procurar e prender os malfeitores chamavam *kaxiefes;* ao chefe da guarda das cidades que mantinha a ordem e garantia a segurança pública, *Sahib Xarta;* ao capitão de cavalaria, *alnahibe;* ao porta-bandeira, *alferes;* ao cavaleiro de lança e espada, *alfaraz;* aos vedetas ou escutas, *algazazes;* etc.

O jantar em dia de boda, que se celebrava com alegre *zambra* (música e baile), chamava-se *walima;* aos hospícios para os pobres *zawiyas;* e ao mòrdomo d'êstes estabelecimentos *wakil.*

A religião dos Árabes é o Islam, escrita no Alkorão por Mahomad. Depois apareceram várias seitas, umas aprovadas outras não; as primeiras são quatro: *Malic, Safei, Hanbal* e *Hanifa.* Em Espanha a seita de *Auzei* precedeu a de *Malic,* que depois foi seguida.

O Alkorão *(Al-Koran,* a leitura por excelência) divide-se em cento e catorze *suras* ou capítulos; êstes em várias *hizbes* ou secções; e cada secção em *axaras* ou divisões de dez versos. Ao verso alkorânico chamavam *aleya,* os seus leitores nas *Aljamas* (Mesquitas) tinham o nome de *Al-mocris* e a entoação sonora da declamação dizia-se *tala.*

Nas Mesquitas havia um estrado ou espécie de tribuna, *macsura,* rodeada de grades doiradas, onde os reis assistiam à *zala* (oração); a gente jóven colocava-se detrás dos homens de idade, e depois dos jóvens as mulheres, bem tapadas e cobertas com véus. Aos prégadores chamavam *alchatib.*

Os direitos de soberania dos reis precisavam ser confirmados pela oração pública ou *chotba,* sem o que não se podiam considerar coroados; fazia-se esta oração desde o *minbar* ou púlpito da Mesquita.

Teem os Árabes quatro páscoas: em 9 de Muharram, chamada *Ataucia;* 12 de Rabie I, *Annabi;* 1 de Xawal, *Alfitra,* ou saída de Ramazan; 10 de Dylhagia, dos *Carneiros* ou das *Vítimas.* As suas orações diárias apregoadas pelo *Almoedan* ou *Munidor* do alto do *alminar* (tôrre) da Mesquita, são cinco: a de alva, *asohbi;* meio dia, *adohar;* meia tarde, *alasar;* pôr do Sol, *almagrib;* e anoitecer *alatema;* correspondentes às cinco horas em que dividiam o dia.

Os Muslimes, que se dedicavam à vida ascética e contemplativa (ermitões), contavam quatro inimigos da alma: *iblis, dunia, nefs* e *hewa,* isto é: o *diabo,* o *mundo,* o *apetite* e o *amor.* É notável que *hewa* em árabe signifique *amor;* e *eva* em chaldêo, *mulher.*

Nos limites do reino achavam-se estabelecidos os *fronteiros* ou *arrábidos,* que professavam muita austeridade e se ofereciam voluntáriamente ao exercício das armas; por voto espontâneo obrigavam-se a defender as fronteiras contra as algaras, entradas ou cavalgadas dos almogáraves e campeadores christãos. Eram todos cavaleiros escolhidos e de grande resistência física, não podiam fugir e deviam sempre combater intrépidos ou morrer antes que abandonar o seu posto. Parece verosímil que êstes monges cavaleiros precederam na Península e no Oriente as Ordens militares, tão célebres pelo seu valor, e que tão relevantes serviços prestaram à christandade.

Almogáraves. — Os *Almogáraves (Al-mogánar,* que faz algaras) eram tropas mercenárias de todas as regiões da Península Ibérica, habituadas a combater contra os Mouros, pouco exigentes e de uma coragem feróz. Muitas d'estas tropas tinham acompanhado o rei de Aragão na conquista da Sicília e, terminada a guerra, estabeleceram-se na Catalunha, entregando-se ao corso.

O imperador Andrónico de Constantinopla, vendo-se ameaçado pelos Turcos, procurou o amparo d'êstes mercenários e chamou à côrte um dos seus principais capitães de nome Rugier de Brindes *(Rogero* ou *Roger de Flôr),* de 41 anos de idade, filho do gentil-homem alemão Ricardo de Floro e de uma dama

nobre de Brindis, varão muito insigne e que tinha ganho grande fama nas guerras da Sicília, pouco mais ou menos no ano 1300.

Com licença do reis de Aragão partiu Rogero para Constantinopla com os seus Almogáraves, n'uma armada de trinta e oito velas, em que se contavam dezoito galeras, conduzindo uns oito mil homens, entre os quais mil e quinhentos de cavalaria, todos de extremada valentia, soldados velhos e de grande experiência na guerra.

Logo que chegou à capital do Império grego deram-lhe, como espôsa, uma sobrinha do Imperador, um palácio para habitar e o título de Megaduque ou Grão-duque da Roumânia, com o primeiro lugar e autoridade depois do Imperador. Pouco depois passou à Ásia e derrotou os Turcos em vários combates, com grande mortandade do inimigo.

Os sucessos obtidos por Rogero de Flôr valeram-lhe ser proclamado o libertador da Ásia e o título de César. As exigências dos Almogáraves eram, comtudo, humilhantes para o Imperador, que para as satisfazer tinha de recorrer a todos os meios, a fim de procurar oiro com que êles se faziam largamente pagar. O número crescente d'êstes aventureiros colocava o tesouro imperial em grave situação, começando a ser odiados por êste motivo e, principalmente, pela inveja que as suas façanhas despertava nos Gregos. Uma revolta dos aventureiros, que invernavam em Gallípoli, resultante da falta de pagamento dos seus soldos, levou-os a espalharem-se pela região, praticando roubos e violências; êste procedimento indignou o Imperador, que concebeu o covarde projecto de li-

vrar-se d'êles traiçoeiramente. Para isso chamou Rogero a Adrianópolis (Andrinopla), com demonstrações de querer comunicar-lhe assuntos importantes, e logo que êle se apresentou no palácio foi apunhalado em presença da Imperatriz, juntamente com alguns dos seus capitães e soldados.

Pôs-se então à frente dos Almogáraves Berenguel de Entença, concentrando-se em Gallípoli, onde hasteou o pavilhão de Aragão e constituíu uma espécie de Rèpùblica militar com o nome de: *Exército dos frankos reinando na Thrácia e na Macedónia.* Derrotou os Gregos que foram atacá-lo e, juntando-se-lhe toda a casta de aventureiros d'outras nacionalidades, assolou as fronteiras da Europa e da Ásia.

Tendo uma vez saído para determinada expedição, foi atacada Gallípoli por António Spinola, capitão genovês; porêm duas mil mulheres dos Almogáraves, tão valentes como êles, juntamente com a guarda da cidade, defenderam-na e repeliram os Genoveses, matando o próprio Spinola.

Constantinopla, vendo-se ameaçada, recorreu à armada do genovês Eduardo Dória, que demonstrando amizade conseguiu traiçoeiramente apoderar-se das naves almogáraves e prender o general Entença. Substituíu-o Roberto de Rocafort, que resolveu passar à Macedónia, e d'aqui penetraram os aventureiros na Grécia depois da morte de Rocafort, chamados por Gualter de Brienne príncipe de Athenas e de Thebas.

Com êste auxílio conseguiu o príncipe Gualter derrotar os seus inimigos e tomar-lhes mais de trinta castelos fortes; mas, pouco tempo durou o acôrdo com os Almogáraves, e, querendo desfazer-se d'êles,

deixou de lhes pagar, dando origem êste facto á revolta dos auxiliares que avançaram directamente sôbre Athenas. O príncipe, para obstar à sua marcha, atacou-os com o seu exército nas margens do rio Cephiso, mas os Almogáraves alagaram o campo em tôrno do acampamento e o príncipe com a maior parte dos seus pereceu enterrado no lôdo.

A Pátria de Themistocles e de Epaminondas ficou então entregue aos aventureiros da Península Ibérica, que a dividiram entre si; e ali se mantiveram terríveis para os Gregos, até que decidiram aceitar por soberano o rei de Aragão e da Sicília, o qual desde essa época se intitulou *duque de Athenas e de Neopátria.*

A temerária aventura d'êstes soldados mercenários, conhecidos pelos Almogáraves, tão longe da sua Pátria, assinalada pelo esfôrço que demonstraram em tão importantes batalhas contra Gregos e Turcos, durou doze anos, durante os quais foram qùasi senhores absolutos do Império do Oriente.

Alguns autores supõem que êstes aventureiros eram únicamente oriundos de Catalunha, por se encontrarem na ocasião em que foram chamados pelo Imperador Andrónico, reùnidos n'aquele Condado, e chamam-lhes: *tropas marcenárias catalãs;* mas a razão de permanecerem ali foi, como já exposemos, a sua recente chegada da Sicília e a dificuldade que sempre havia em os dispersar depois de lhes terem aproveitado os serviços.

O mesmo sucedeu antes e depois d'esta época, aos Gregos, Romanos, Phenícios e Carthagineses, que empregaram tropas mercenárias, e no fim da Idade

Média com as célebres milícias dos *condottieri,* assim chamadas pelos Italianos, mas que eram organizadas principalmente na Alemanha.

As tropas mercenárias foram uma necessidade nos tempos em que não havia organização militar permanente, e os indivíduos que as compunham personificavam o valor e o espírito de independência da sua própria raça. Terminadas as lutas tornavam-se, porêm, um verdadeiro flagelo; declaravam-se livres e confiados no seu valor assolavam o país onde se encontravam e do qual era difícil expulsá-los depois.

Desde tempos remotos os soldados mercenários figuraram nas contendas que ensangùentaram o solo ibérico, servindo mais tarde com os Wisigodos sob o nome de *bucelários (buccellarios,* antigas milícias bysantinas). Os próprios christãos os tiveram ao serviço nas fronteiras, durante o período da Reconquista, e é n'esta época que começam a ser chamados *almogáraves* pelos Árabes, nome que, como dissemos, deriva de *almoganar* (que faz *algaras;* de *al-gáras,* expedições guerreiras).

Compreende-se, portanto, que, tendo entrado a Península em relativa calma e debilitados os Mouros, êstes aventureiros, licenciados por qùasi toda a parte, corressem em massa ao chamamento do primeiro príncipe christão necessitado dos seus serviços, como sucedeu para a conquista da Sicília, e se conservassem depois na Catalunha, de volta das suas recentes expedições. E não se deve estranhar que à frente d'êles apareça um capitão estrangeiro, pois é sabido que os nobres frankos, em geral pobres, mercadejavam as suas aptidões guerreiras, encontrando-se com freqùência à

frente de companhias de soldados e ao serviço de quem melhor lhes pagava. O conde D. Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, não foi mais do que um aventureiro franko com boa sorte.

Entre os mercenários, que acompanhavam Roger de Flôr, muitos pertenceriam de certo à antiga Lusitânia, país que sempre forneceu grandes contingentes de soldados em todas as aventuras d'êste género, e por isso julgamos relacionada com a nossa História a expedição dos Almogáraves a Constantinopla, considerando-a como o último fulgor heroico das antigas raças da nossa Península.

*

* *

Depois do episódio dos Almogáraves, com o qual terminamos esta compilação, todas as façanhas notáveis dos heróis peninsulares tomaram outro aspecto. De facto, tendo adquirido consistência os reinos christãos, êstes procuraram novos campos de actividade para as suas energias guerreiras, que a luta com os Mouros durante tantos séculos tinha desenvolvido. Os defensores da sua Pátria contra estranhos invasores tornaram-se conquistadores de novos mundos, perseguindo mais o domínio das riquezas alheias do que a expansão e o desenvolvimento das nacionais. Uma ambição egoista substituíu os impulsos nobres dos antigos, e, tendo os povos peninsulares até ao século XVI prosperado n'êsse caminho, estancaram depois por algum tempo deslumbrados pelo brilho da glória adquirida,

para caírem seguidamente na decadência em que se encontram na actualidade.

A separação entre os tempos heroicos, em que dominava o coração da raça, e êstes de frio calculismo, que arrastou os fanáticos reis, catequizados pela religião, a uma aventura especuladora, só aproveitada verdadeiramente pela Igreja, não deve fazer-se na época da fundação da monarquia Portuguesa. Essa separação ultrapassa um pouco êste acontecimento; os episódios históricos que depois se sucederam, são mais o resultado das qualidades pessoais dos indivíduos do que das virtudes d'uma colectividade. Por isso, apesar de que esta compilação devia ser sòmente um esbôço de Introdução à História de Portugal, descrevemos algumas tradições, posteriores à sua constituìção como reino independente, as quais na maioria se encontram aìnda pouco vulgarizadas.

Outros interessantes feitos, sem dúvida, se deveriam ter praticado nos tempos remotos e por nós omitidos devido ao desconhecimento d'algumas crónicas; mas aos eruditos e admiradores do nosso passado, que aprovarem esta iniciativa, solicitamos o seu concurso, pedindo-lhes que nos ilustrem com os elementos necessários para melhor conseguirmos o nosso objectivo, sempre interessante para todos os bons portugueses, e muito principalmente na hora presente em que todos os estímulos são preciosos para levantar e robustecer o espírito nacional.

Álêm d'estas deficiências involuntárias, conviria na verdade dar a êste livro maior desenvolvimento histórico, não só relativamente às matérias n'êle contidas mas aìnda juntando-lhe muitos detalhes que faltam aos

diversos episódios e tradições que descrevemos, sendo os principais: os gráficos dos itinerários de Antonino; antigas cartas geográficas da Península e especialmente de Portugal; gravuras de joias, edifícios, monumentos e lápides; fac-simile da Bíblia góthica; lista das dinastias árabes e dos reinos de tayfas; gravura de todas as moedas peninsulares, romanas, automanas, góthicas e árabes, e sua descrição; vocabulário ibérico, celta, godo e árabe, etc., etc. Se encontrarmos aceitação e auxílio, e o nosso entusiasmo pelas tradições do passado, no que respeita à *raça lusitana*, não tiver que ceder à crítica jactanciosa de algum demolidor da fé e do trabalho alheio, procuraremos completar êste estudo n'uma segunda edição mais aumentada.

Lisboa, Dezembro de 1916.

FIM

ÍNDICE

ERRATAS PRINCIPAIS

Pag.	linha	onde se lê	leia-se
19	7	Deus	deus
25	13	pátria	Pátria
35	13	com Busiris	com Osíris
42	10	Baccho	Boccho
62	14	Hércules	Hercúleo
71	30	abitantes	habitantes
99	16	alavares	alarabes
103	21	sucedendo-lhe	sucedeu-lhe
127	14	Hirmínio	Hírmio
130	6	Ao *Braccarense* vinham	Ao *Braccarense*, capital *Braccara*, vinham
150	18	*Origem da Moeda;*	*Origem da Moeda. Moeda romana*, etc.
155	11	0.998	0.988
163	31	Tartéssios	Tartésios
183	8	Heredoto	Herodoto
187	28	; e outras	, e por outras
189	11	e que temendo	o qual temendo que
192	26	Aquitatânia	Aquitânia
194	21	50:0000	500:000
220	20	Emir	Amir
229	15	mundo ocidental.	mundo conhecido.
235	30	pátria	Pátria
240	29	admirável	admiráveis
245	29	*Breviarium*	*Breviarum*
253	19	parlamento	Parlamento
268	1	Govêrno	govêrno
265	3	*tornoda*	*tornado*
281	2	braços atrás	braços ligados atrás
283	3	Al-manon	Al-mamum
505	24	Xelbe	Xilbe
318	29	586	486